

//


UFRGS
EDITORA

O BRASIL EM CONSTRUÇÃO

TEORIA, HISTÓRIA E ECONOMIA NA OBRA DE PEDRO CEZAR DUTRA FONSECA

IVAN COLANGELO SALOMÃO
ORGANIZADOR

// **CEGOV** TRANSFORMANDO A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA //

O BRASIL EM CONSTRUÇÃO

**TEORIA, HISTÓRIA E
ECONOMIA NA OBRA DE
PEDRO CEZAR DUTRA FONSECA**



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL

Reitor

Rui Vicente Oppermann

Vice-Reitora e Pró-Reitora
de Coordenação Acadêmica

Jane Fraga Tutikian

EDITORA DA UFRGS

Diretor

Alex Niche Teixeira

Conselho Editorial

Álvaro R. C. Merlo

Augusto Jaeger Junior

Enio Passiani

José Rivair Macedo

Lia Levy

Márcia Ivana de Lima e Silva

Naira Maria Balzaretti

Paulo César Ribeiro Gomes

Rafael Brunhara

Tania D. M. Salgado

Alex Niche Teixeira, presidente

**Centro de Estudos Internacionais
sobre Governo (CEGOV)**

Diretor

Marco Cepik

Vice Diretor

Ricardo Augusto Cassel

Conselho Científico CEGOV

Cássio da Silva Calvete, Diogo Joel De-
marco, Fabiano Engelmann, Hélio Henkin,
Leandro Valiati, Lúcia Mury Scalco, Luis
Gustavo Mello Grohmann, Marcelo Soares
Pimenta, Marília Patta Ramos, Vanessa
Marx

Coordenação Coleção Editorial CEGOV

Cláudio José Muller, Gentil Corazza,
Marco Cepik

// **CEGOV** TRANSFORMANDO A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA //

O BRASIL EM CONSTRUÇÃO

TEORIA, HISTÓRIA E
ECONOMIA NA OBRA DE
PEDRO CEZAR DUTRA FONSECA

IVAN COLANGELO SALOMÃO
ORGANIZADOR


UFRGS
EDITORA


CEGOV
CENTRO DE ESTUDOS INTERNACIONAIS
SOBRE GOVERNO

© dos autores
1ª edição: 2017

Direitos reservados desta edição:
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Coleção CEGOV
Transformando a Administração Pública

Revisão: Letícia Rodrigues

Projeto Gráfico: Joana Oliveira de Oliveira, Liza Bastos
Bischoff, Henrique Pigozzo da Silva

Capa: Marcel Oliveira de Souza

Diagramação: Marcel Oliveira de Souza

Impressão: Gráfica UFRGS

Apoio: Reitoria UFRGS e Editora UFRGS

Os materiais publicados na Coleção CEGOV Transformando a Administração Pública são de exclusiva responsabilidade dos autores. É permitida a reprodução parcial e total dos trabalhos, desde que citada a fonte.

B823 O Brasil em construção: teoria, história e economia na obra de Pedro Cezar Dutra Fonseca [recurso eletrônico] / organizador Ivan Colangelo Salomão. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2017.

310 p. : pdf

(CEGOV Transformando a Administração Pública)

Inclui figuras, gráficos, quadros e tabelas.

Inclui anexo e referências.

1. Economia. 2. Desenvolvimento econômico. 3. Política econômica. 4. História econômica. 5. Teoria econômica. 6. Desenvolvimentismo. 7. Macroeconomia. 8. Pedro Cezar Dutra Fonseca – Obra - Homenagem. I. Salomão, Ivan Colangelo. II. Série.

CDU 330.34

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.
(Jaqueline Trombin – Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-85-386-0486-0

SUMÁRIO

PREFÁCIO – UM INTELLECTUAL COMPLETO 9
Luiz Carlos Bresser-Pereira

APRESENTAÇÃO 19
Ivan Colangelo Salomão

// PARTE I – OS PARES //

1 UMA CARREIRA QUE NÃO SE ENCERRA 26
Iraci del Nero da Costa

2 PEDRO FONSECA, INTELLECTUAL ENGAJADO E
PENSADOR DO CONCEITO 31
Leda Maria Paulani

3 A INFLUÊNCIA DE UM DESENVOLVIMENTISTA
NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES 39
Andrea Felipe Cabello e Maria de Lourdes Rollemberg Mollo

4 REVOLUÇÃO FEDERALISTA: QUANDO SE
ENFRENTARAM O PASSADO E O FUTURO 53
Luiz Roberto Pecoits Targa

5 PEDRO DUTRA FONSECA, INTÉRPRETE INOVADOR
DA REVOLUÇÃO BURGUESA NA ERA VARGAS 63
Pedro Paulo Zahluth Bastos

6	A TEORIA KEYNESIANA NO PENSAMENTO DE PEDRO CEZAR DUTRA FONSECA	73
	<i>Fernando Ferrari Filho</i>	

// PARTE II – OS DISCÍPULOS //

7	AO MESTRE COM CARINHO: METODOLOGIA E INTERDISCIPLINARIDADE NO PENSAMENTO DE PEDRO CEZAR DUTRA FONSECA	83
	<i>Gentil Corazza</i>	
8	CLÁSSICOS, NEOCLÁSSICOS, KEYNESIANOS E A EVOLUÇÃO DA MACROECONOMIA MODERNA	107
	<i>Hélio Afonso de Aguiar Filho e Hermógenes Saviani Filho</i>	
9	O SEMBLANTE DE HEGEL	121
	<i>Jorge Armino Aguiar Varaschin</i>	
10	O DISCURSO COMO OBJETO DE ANÁLISE EM VARGAS: O CAPITALISMO EM CONSTRUÇÃO	130
	<i>Vladimir Lautert</i>	
11	O POPULISMO EM QUESTÃO: OS CAMINHOS DO CONCEITO NA OBRA DE PEDRO CEZAR DUTRA FONSECA	139
	<i>Leonardo Segura Moraes e Rafael Moraes</i>	
12	PEDRO CEZAR DUTRA FONSECA E A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA: REINTERPRETAÇÕES DO BRASIL NO BRASIL MERIDIONAL	149
	<i>Marcelo Arend</i>	

13	O DESENVOLVIMENTISMO NA OBRA DE PEDRO CEZAR DUTRA FONSECA <i>Ivan Colangelo Salomão</i>	179
14	INSTITUIÇÕES E DESENVOLVIMENTISMO: UMA CONTRIBUIÇÃO A PARTIR DA OBRA DE PEDRO FONSECA <i>Sérgio Marley Modesto Monteiro</i>	189
15	O ESTRUTURALISMO E AS CONTRIBUIÇÕES ANALÍTICAS DE PEDRO FONSECA <i>Ricardo Dathein</i>	206
16	PEDRO FONSECA E O DEBATE DESENVOLVIMENTISTA NO SÉCULO XXI <i>Hermano Caixeta Ibrahim</i>	228
17	CONTRIBUIÇÃO AO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTISMO: POLÍTICA ECONÔMICA, POLÍTICA EXTERNA E DEFESA NACIONAL <i>Luiz Augusto Estrella Faria</i>	248
18	ALÉM-FRONTEIRAS <i>Hernán Ramiro Ramírez</i>	258
19	EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO DE PEDRO CEZAR DUTRA FONSECA: UMA AVALIAÇÃO QUALI-QUANTITATIVA DE SUA PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA E DE SUA INFLUÊNCIA SOB SEUS ORIENTANDOS <i>Christian Velloso Kuhn</i>	268

// PARTE III – RESENHAS //

VARGAS E CAPITALISMO <i>Carlos Alberto Sardemberg</i>	281
VARGAS: O CAPITALISMO EM CONSTRUÇÃO <i>Gentil Corazza</i>	283
VARGAS: O CAPITALISMO EM CONSTRUÇÃO <i>José Flávio Motta</i>	289
VARGAS: O CAPITALISMO EM CONSTRUÇÃO <i>João Rogério Sansón</i>	291
VARGAS: O CAPITALISMO EM CONSTRUÇÃO <i>Maria Angélica Borges</i>	294
RECENSÃO CRÍTICA <i>Eliete de Queiroz Gurjão Silva</i>	297
ATUAL, LIVRO EXIBE A GÊNESE DA FILOSOFIA DE GETÚLIO VARGAS <i>Eleonora de Lucena</i>	301
A ERA VARGAS – DESENVOLVIMENTISMO, ECONOMIA E SOCIEDADE <i>Hermógenes Saviani Filho</i>	303
ANEXO	310

PREFÁCIO

LUIZ CARLOS BRESSER-PEREIRA

Professor emérito da Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP).

Foi Ministro da Fazenda (1987), Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado (1995-1998) e Ministro da Ciência e Tecnologia (1999).

É doutor honoris causa pela Universidade de Buenos Aires.

Recebeu o prêmio Juca Pato, de melhor intelectual do ano, em 2015.

UM INTELLECTUAL COMPLETO

Este livro é o *Festschrift* de Pedro Cezar Dutra Fonseca; é a homenagem que lhe prestam seus amigos e colegas economistas por ocasião de sua aposentadoria na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mas há dois tipos de livro dessa natureza. No tipo mais comum, o organizador do livro pede que os autores escrevam trabalho sobre um tema que tenha sido de alguma forma tratado pelo homenageado, não sendo necessário que seja citado; no outro, o autor de cada capítulo analisa sua obra sob um determinado ponto de vista. Esse é um *Festschrift* mais valioso, porque é preciso que o homenageado tenha uma obra e que os autores a considerem suficientemente significativa para que escrevam o trabalho. É este o caso deste livro.

Conheço e admiro Fonseca há muito tempo, li seu livro sobre a política econômica no governo Vargas e vários de seus trabalhos acadêmicos. Eles sempre me impressionaram pelo equilíbrio e pela competência. Mas ao ler os capítulos deste livro para escrever seu prefácio, fiquei conhecendo melhor sua obra e minha admiração aumentou. É um intelectual completo, não porque saiba tudo – afinal, sabemos muito pouco –, mas porque sua obra e seu ensino cobrem um amplo espectro de temas, desde a questão do conhecimento e do método, passando pela macroeconomia e a história econômica, para chegar por onde havia começado: o desenvolvimento econômico. É um intelectual que aprendeu com Hegel, com Marx e com Keynes, mas é essencialmente um intelectual desenvolvimentista que aprendeu com Getúlio Vargas, com Raúl Prebisch e com Celso Furtado.

Não foi por engano que citei Getúlio Vargas ao lado dos dois notáveis economistas. Fonseca não é um mero economista, mas um economista político no sentido clássico da expressão. Ele é um economista político porque a teoria econômica explica ou deve explicar como os sistemas econômicos são coordenados pelo Estado e o mercado, e não simplesmente pelo mercado, como quer a ortodoxia liberal neoclássica. Ele é um economista nacionalista, porque para ele o desenvolvimento econômico é sempre o desenvolvimento de um estado-nação que está em competição econômica com os outros países e sempre sob ameaça de ocupação de seu mercado interno pelos países ricos. Ele é desenvolvimentista, porque para ele

o desenvolvimento econômico é o principal objetivo político das sociedades modernas e, quando esse objetivo está realmente alcançado e o país está realizando o “alcançamento” – nesses momentos de “alcançamento” ou *catching up* – o Estado está intervindo moderada e estrategicamente no mercado. Ele é um desenvolvimentista “social” e “democrático”, porque para ele o desenvolvimento só é legítimo ser for democrático e só será desejável se proporcionar mais igualdade social.

Mas ninguém pode melhor falar da obra de Fonseca do que os autores dos capítulos deste livro. Muitos foram seus alunos; todos são seus amigos; todos escreveram de maneira primorosa sobre sua obra. Com a devida licença dos autores, transcrevo, aqui, trechos selecionados do que considero ser o essencial da obra de Fonseca.

Começo por Gentil Corazza. No capítulo “Ao mestre com carinho: metodologia e interdisciplinaridade no pensamento de Pedro Cezar Dutra Fonseca”, ele acabou fazendo uma análise abrangente da obra de seu amigo. No artigo “O método como tema: questões filosóficas, discussões econômicas” (2003)¹, Fonseca aborda as questões epistemológicas e metodológicas. “A intrincada conexão desses temas fica evidente na própria estrutura do texto acima referido, que é organizado na forma de três contraposições: dogmatismo-ceticismo, subjetivismo-objetivismo e racionalismo-empirismo. Evidentemente, uma análise dessas questões ultrapassa a questão do método e discute ao mesmo tempo seus fundamentos epistemológicos”. Na oposição entre o dogmatismo e o ceticismo, nosso autor vê um impasse. “Como superar esse impasse? Fonseca faz apelo à dialética de Hegel e de Marx. Para a dialética, a realidade é contraditória, o que não a impede de ser conhecida. O conhecimento e a verdade são possíveis, embora a essência da realidade não seja apreensível nem diretamente, nem por completo e de uma vez por todas, pois o próprio real se ‘trans-forma’, a substância de uma coisa é a mudança e seu próprio movimento. Descobrir sua essência e suas leis internas é descobrir suas leis de movimento e de transformação. Por isso, Hegel substituiu a lógica formal cartesiana e kantiana, que é limitada, pela lógica dialética, e o princípio da identidade pelo princípio da contradição”.

Jorge Armindo Aguiar Varaschin, no capítulo “O semblante de Hegel”, vai na mesma direção: “A não primazia da essencialidade do conteúdo sob a forma e a visão da história como um processo, ou seja, um movimento que constrói suas significações a partir de seu próprio devir, são características metodológicas que ligam o trabalho do professor Pedro à dialética hegeliana. O processo histórico como um movimento cujas próprias contradições elaboram suas continuidades e descontinuidades e as alternativas para os impasses apresentados pelo percorrer dessa dinâmica revelam-se como visão que não permite generalizações apressadas e/ou análises rasas”.

Fonseca fez seu doutoramento no Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo em uma época na qual, influenciados pela teoria da de-

(1) Corazza (2003).

pendência associada de Cardoso e Faletto, a ideia central era refutar o papel central da Revolução de 1930 no processo da Revolução Industrial brasileira. Sem entrar diretamente em conflito com a “verdade” daquele momento, Fonseca, citado por Varaschin, afirma que: “Os acontecimentos de 1930 não constituem a ‘revolução’ burguesa, mas fazem parte de um *processo histórico* de Revolução Burguesa – e, já que processo, ocorreu no tempo e não em determinado ponto do tempo. Enquanto episódio pode ser considerado como *ponto culminante de um desfecho iniciado na década de 20, que marcaria o fim da hegemonia da burguesia agroexportadora, constituindo-se em importante ponto de inflexão da Revolução Burguesa brasileira*. A convergência entre o movimento político das forças internas contrárias ao situacionismo com a crise econômica internacional não pode ser reduzida a mera disputa de oligarquias, já que, *sob nova correlação de forças políticas e econômicas, iniciava no Brasil novo tipo de desenvolvimento capitalista*” (FONSECA, 1999, p. 146). E conclui Varaschin: “Em seu trabalho *Vargas: o capitalismo em construção*, o professor Pedro Fonseca trabalha de maneira pormenorizada com os dois elementos da lógica dialética explicitada nos trechos anteriores. A visão da história como um processo, uma reflexão através de seu próprio devir, e as determinações sobre forma e conteúdo, concreto e abstrato, tratadas de forma não essencialista, ou seja, a não subordinação de nenhuma das partes perante a outra, transformam esse trabalho em um exemplo da face hegeliana na trajetória do autor”. Segundo Varaschin, ao adotar essa visão histórica, Fonseca, em seu livro maior, *Vargas: o capitalismo em construção*, usou como método a análise dos discursos de Getúlio Vargas. “Assumindo Hegel [...], o professor Pedro Fonseca constrói a ênfase analítica através dos contornos do discurso do então presidente da República, mostrando a intencionalidade das ações empreendidas, principalmente referentes ao processo de industrialização nacional. Nesse ponto, a originalidade recai não apenas no tema e periodização do estudo, mas também na ideia de que o discurso se apresenta como um instrumental analítico importante, capaz de aprimorar as pesquisas históricas. Em outras palavras, o discurso possui relevância analítica na constituição de determinado período histórico, o que, de fato, põe a forma, o concreto, o fenômeno em posição privilegiada no decorrer da investigação”.

Concentrando-se no problema do método, Vladimir Lautert, no capítulo “O discurso como objeto de análise em *Vargas: o capitalismo em construção*”, começa sua contribuição para este livro assinalando que “o professor Pedro Cezar Dutra Fonseca aborda a construção do capitalismo de forma justaposta à história do próprio desenvolvimento político, social e econômico da sociedade brasileira. Em relação a essa obra, no presente texto nos deteremos no seu aspecto metodológico, que consideramos ser uma grande inovação que ela trouxe para a historiografia econômica brasileira: sua construção a partir da análise dos discursos proferidos por Getúlio Vargas ao longo do vasto período de tempo que se estende dos anos 1920 até a primeira metade da década de 1950”. E continua Lautert, “a estratégia do autor é a de utilizá-lo (o discurso de Vargas) como meio de acesso à compreensão do contexto social, econômico e político no qual é produzido, o qual podemos chamar de ‘o real’ na falta de um termo mais adequado. Pode-se conside-

rar que Fonseca vai além da análise do discurso porque o seu intuito é o de ‘pensar o real valendo-se do próprio pensamento sobre o real’ (CORAZZA, 1989)², o que certamente é algo mais abrangente do que compreender o discurso”. Esse método implica que a linguagem não é neutra. Dessa maneira, “analisar um discurso (ou os discursos de Getúlio Vargas) não se restringe a detectar os traços ideológicos nele presentes e o sentido a eles atribuído, mas deve abordar também as intenções que ele manifesta e que se traduzem em ações, daí a preocupação de Fonseca (1999) em estudar não somente a intencionalidade, como também os atos concretos do presidente e os seus efetivos resultados”. E conclui Lautert: “[...] podemos sintetizar o que foi dito afirmando que em *Vargas: o capitalismo em construção* (1999), no discurso do presidente aparece um aspecto da ‘materialidade ideológica’ de sua época, o que quer dizer que foi dotado de sentido somente na medida em que foi passível de interpretação por parte dos seus contemporâneos. Para ser compreendido, o discurso de Vargas interagiu com a ideologia dos atores sociais que havia no período: foi interpretado a partir da sua ‘visão de mundo’ e disso resultou a sua concretização em atos do governo e resposta por parte desses atores sociais”.

Pedro Paulo Zahluth Bastos, no capítulo, “Pedro Dutra Fonseca, intérprete inovador da Revolução Burguesa na Era Vargas”, começa por observar que “os dois primeiros livros de Pedro, porém, foram os que o projetaram na cena acadêmica brasileira. O primeiro resulta de sua dissertação de mestrado, intitulado RS: *economia e conflitos políticos na República Velha*, e obteve o segundo lugar no V Prêmio BNDES de Economia (1981), um feito importante em uma academia que costuma discriminar trabalhos históricos. O segundo, *Vargas: o capitalismo em construção*, resultou de sua tese de doutoramento na Universidade de São Paulo (USP) e recebeu Menção Honrosa no Prêmio Haralambos Simeonidis da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (1987)”.

No primeiro livro, “os latifundiários criadores de gado e exportadores de charque, concentrados na Campanha Gaúcha (sul do RS), aderem ao liberalismo econômico e formam partidos de oposição contra o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), que domina todo o período e ao qual Vargas se vinculou. Qual a base dessa oposição regional? Ela tem fundamento econômico: os latifundiários querem apoio estadual para a defesa do charque e protecionismo federal contra a concorrência platina no mercado do centro-sul do país. É verdade que seus partidos fazem uma crítica liberal ao positivismo interventor do PRR, mas seu liberalismo é tipicamente hipócrita: querem apoio estadual e protecionismo federal. Os líderes republicanos, por sua vez, são autoritários, mas não ‘patrimonialistas’ ou ‘personalistas’: pretendem dirigir o Estado não para enriquecer, mas para modernizar o Rio Grande do Sul com inspiração positivista”. Mas, em 1930, Vargas assumirá a presidência da República. “A ascensão política de Vargas à presidência do RS trouxe uma inovação política, econômica e ideológica: o questionamento do padrão-ouro e o elogio da expansão do crédito por um banco público, com a criação do Banco do Estado do Rio Grande do Sul. É aí que, para Fonseca, o positivismo é substituído pelo desenvolvimentismo [...]”.

(2) Corazza (1989).

Já no segundo livro, a interpretação da Revolução de 1930 é fundamental. E é aí, também, que Fonseca enfrenta mais dificuldades. Segundo Bastos, Fonseca parte de Florestan Fernandes, ou seja, da versão dependentista que negava a possibilidade de uma Revolução Burguesa, “[...] para entender a Revolução Burguesa como um conjunto de transformações nas dimensões diversas (econômicas, tecnológicas, sociais, psicossociais e políticas) da transição para o capitalismo. No entanto, sem nos avisar, dele também se afasta ao dar mais ênfase aos conflitos intraburgueses, aos fracionamentos econômicos, políticos e ideológicos que os explicam, à participação relevante das camadas de trabalhadores que, fechada à alternativa comunista, se identificam à liderança política burguesa que é Getúlio Vargas. Esta se diferencia de outras tantas lideranças burguesas do período por portar um programa que se vai moldando pela crítica ao liberalismo, pelo positivismo, pelo nacionalismo econômico e pelo trabalhismo”. Nesse quadro histórico, “o Estado Novo é inexplicável sem que se entendam as condições internas propícias à recepção e difusão do pensamento autoritário dos anos 1930 (Azevedo Amaral, Francisco Campos, Oliveira Vianna, entre outros), que faz uma crítica às consequências não liberais (mas oligárquicas) da implementação de ideias liberais no Brasil”. Em 1945, Getúlio Vargas é derrubado, mas em 1950 é eleito presidente da República e realiza um grande governo. Para Bastos, “Fonseca também inova no exame do segundo governo de Vargas, primeiro por começar avaliando a preparação de seu programa no período como senador, notando a substituição clara dos temas positivistas pelos trabalhistas que a experiência democrática induziu”. Segundo, porque “[...] houve um ‘projeto’ de governo vinculado à industrialização pesada”. Terceiro, porque “[...] a política econômica não é ‘ortodoxa’ [...]”. Quarto, porque “[...] o governo é nacionalista, mas constrói um nacionalismo ‘possível’ dadas a correlação de forças e as oportunidades de barganha com os Estados Unidos [...]”.

Fonseca é também um macroeconomista. Fernando Ferrari Filho, no capítulo “A teoria keynesiana no pensamento de Pedro Cezar Dutra Fonseca”, assinala esse fato. “No instigante artigo de 1998³, Pedro Fonseca objetiva questionar ‘até que ponto e em que sentido se pode atribuir as ideias cepalinas a Keynes’ [...]. A ideia de Pedro Fonseca é mostrar que o estruturalismo cepalino, embora se aproxime de alguns fundamentos teóricos de Keynes, tais como as críticas ao *laissez-faire*, a função do investimento para dinamizar a Demanda Efetiva e a necessidade do intervencionismo do Estado, não poderia ser denominado pejorativamente de ‘keynesianismo caboclo’, expressão cunhada pelos economistas brasileiros ortodoxos”. Ainda de acordo com Ferrari Filho Fonseca, argumenta, em seu artigo de 2010⁴, que “a contribuição teórica de Keynes – principalmente, econômica e política – trilhou um caminho particular, visando mostrar como o liberalismo, seja econômico, seja político, é utópico. Assim sendo, o autor, em linha com a tradição do chamado “keynesianismo filosófico”, aponta que Keynes foi um pensador – muito

(3) Fonseca (1998).

(4) Fonseca (2010).

além de economista – que, tendo como referência as ideias da livre iniciativa e da democracia representativa, preocupou-se em definir a sociedade em que vivemos como sendo uma alternativa ao liberalismo econômico e aos projetos socialistas”.

Está também voltado para a macroeconomia o capítulo de “Clássicos, neoclássicos, keynesianos e a evolução da macroeconomia moderna”, no qual Hélio Afonso de Aguiar Filho e Hermógenes Saviani Filho buscam sistematizar as principais contribuições à história da macroeconomia apoiando-se em dois trabalhos de Fonseca, “Clássicos, neoclássicos e neokeynesianos: uma tentativa de sistematização” (1981)⁵ e “A evolução da ciência econômica” (1996)⁶. Assim, “[...] à luz das categorizações de Keynes e de Joan Robinson, Fonseca busca nesses dois artigos elucidar contribuições, influências e percursos, permitindo apreciar de forma mais clara o desenrolar dessa área do conhecimento econômico. Isso se justifica porque as classificações operadas ao mesmo tempo por essas distintas perspectivas geram indefinições na análise a respeito dos aspectos coincidentes e contraditórios das diversas teorias macroeconômicas”.

As contribuições teóricas de Fonseca situam-se, principalmente, na discussão do desenvolvimentismo, que ele define como “a política econômica formulada e/ou executada, de forma deliberada, por governos (nacionais ou subnacionais) para, através do crescimento da produção e da produtividade, sob a liderança do setor industrial, transformar a sociedade com vistas a alcançar fins desejáveis, destacadamente a superação de seus problemas econômicos e sociais, dentro dos marcos institucionais do sistema capitalista”⁷. Ele foi formado no quadro do desenvolvimentismo clássico de Raúl Prebisch e Celso Furtado, em um momento em que o Brasil, sob o controle dos militares, crescia muito, mas não havia democracia e a desigualdade aumentava. A partir de 1980, o desenvolvimentismo clássico e a macroeconomia pós-keynesiana, que haviam nascido fazendo a crítica da visão liberal neoclássica, passaram a enfrentar grave crise na medida que essa teoria e essa ideologia voltaram a se tornar dominantes – *mainstream* – nas universidades americanas e inglesas. Ivan Salomão trata de maneira histórica esse tema em seu capítulo “O desenvolvimentismo na obra de Pedro Cezar Dutra Fonseca”. Salomão começa pelo positivismo – uma filosofia que teve grande influência no Brasil, em particular, no Rio Grande do Sul, e que pode ser considerada como antecessora do desenvolvimentismo. Para esse autor, “[...] os positivistas concorreram para moldar a faceta não liberal do desenvolvimentismo [...], [pois] o positivismo contribuiu para sua gênese ao conceber ‘a história como um processo em construção, de responsabilidade da ação dos homens e, mais especificamente, dos governos, os quais devem nortear sua *práxis* em políticas efetivas visando a um futuro desejável”⁸ (FONSECA, 2008, p. 13). O primeiro texto propriamente desenvolvimentista de Fonseca foi “Estado e industrialização consciente: 1930-1945” (1987),

(5) Fonseca (1981).

(6) In Souza (1996).

(7) Fonseca (2015).

(8) Fonseca (2008).

no qual ele acentuou o caráter deliberado do desenvolvimentismo⁹. Nesse texto, tendo Vargas como referência, “[...] Fonseca buscou condicionar o desenvolvimentismo à consciência da política pró-industrialização” e afirmou “a impossibilidade de um desenvolvimentismo inconsciente, pois projeto que é, exige, por definição, desígnio prévio”. Fonseca voltou ao tema em “Sobre a intencionalidade da política industrializante da década de 1930” (2003)¹⁰.

Em “Origens e vertentes do pensamento cepalino” (2000)¹¹, Fonseca identificou suas três principais influências teóricas: o liberalismo de “exceção”, o positivismo e o intervencionismo industrializante de List. “A primeira baseia-se no próprio entendimento de determinados autores clássicos – especialmente Adam Smith e John Stuart Mill –, os quais assumiam o liberalismo como regra, mas admitiam casos em que se fazia imperiosa a atuação do Estado. Esta, por sua vez, justificar-se-ia na medida em que se atingissem determinados fins – como o progresso e o bem-estar social –, tal qual apregoava o positivismo. Por fim, à intervenção estatal guardava-se um escopo específico, nos moldes do que propusera o economista alemão Friedrich List no século XIX: a industrialização, único meio de tornar ‘justo’ o comércio entre países, gênese da teoria da deterioração dos termos de troca Singer-Prebisch”.

Estas ideias foram mais bem elaboradas no trabalho “Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil” (2004)¹². Nele, Fonseca afirma que as correntes que compõem o desenvolvimentismo são o nacionalismo, a industrialização e o papelismo, mas “as três correntes supracitadas, quando apartadas, tampouco abarcavam a envergadura do projeto desenvolvimentista em sua completude”. E continua Salomão: “Em que pese a farta bibliografia referente às duas primeiras vertentes do ‘núcleo duro’, pouco se conhecia acerca da terceira: o papelismo. Em 2005, por ocasião de sua exposição no IV Encontro Ibérico de História do Pensamento Econômico, em Lisboa, o professor Luiz Carlos Bresser-Pereira sugeriu que se esclarecesse de forma mais detida a relevância do papelismo para a formação do desenvolvimentismo. Assim, recomendou que Fonseca explorasse melhor essa hipótese em artigo à parte, sugestão da qual surgiram os trabalhos ‘A controvérsia entre metalismo e papelismo e a gênese do desenvolvimentismo no Brasil’ (2008)¹³, apresentado no XXXVI Encontro Nacional de Economia da ANPEC, em Salvador, e ‘Metalistas x papelistas: origens teóricas e antecedentes do debate entre monetaristas e desenvolvimentistas’, publicado em 2012, em parceria com a professora Maria de Lourdes Mollo, pela *Nova Economia*”¹⁴. Para Fonseca, “o desenvolvimentismo não irrompeu de forma espontânea e repentina, tampouco

(9) Fonseca (2000).

(10) Fonseca (2003).

(11) Fonseca (2000).

(12) Fonseca (2004).

(13) Fonseca (2008).

(14) Fonseca e mollo (2012).

surgiu em decorrência da crise econômica iniciada com a quebra da bolsa de valores em Nova Iorque, em 1929. Tratou-se, pelo contrário, de um típico processo de construção política e intelectual, fruto da realidade brasileira e da consciência gradual de determinados atores de sua elite em relação à situação de atraso em que vivia o país. Enraizado localmente, diferia, por exemplo, do movimento antropofágico, o qual, embora tenha procurado assimilar criticamente valores culturais estrangeiros, foi, por estes, diretamente moldado e influenciado. De modo que, ao grupo que assumiu o poder em 1930 não se fazia totalmente desconhecido o corpo das ideias desenvolvimentistas – embora qualificações de rumo e de vulto foram a ele ulteriormente adicionadas”.

Finalmente, em “Desenvolvimentismo: a construção do conceito” (2015)¹⁵, ainda seguindo Ivan Salomão, “Fonseca inovou ao buscar uma definição para o conceito que fugisse do ‘tipo ideal’ para, assim, eximir-se de valoração apriorística. Ao perceber que tanto a ortodoxia quanto parte dos autores marxistas associavam o desenvolvimentismo ao populismo, evidenciava-se que ambos tendiam a circunscrevê-lo ao período da substituição de importações, estratégia sutil para atestar a datação do fenômeno. Ao definir desenvolvimentismo à luz de suas próprias idiosincrasias teóricas e/ou ideológicas, a maioria dos autores permitia que concepções ‘axiomáticas’ moldassem o resultado de suas análises. Desse modo, a polissemia do conceito resultava em ambiguidade quanto ao espectro denotativo por ele coberto. Assumindo que um conceito corresponde a um fenômeno tanto da realidade histórica quanto da ideia no discurso político, Fonseca apoiou-se no método de ‘construção de um conceito’, desenvolvido pelo cientista político italiano Giovanni Sartori, para definir o desenvolvimentismo a partir das experiências históricas observadas na América Latina ao longo do século XX. Fonseca estudou as diversas experiências latino-americanas consideradas pela literatura como desenvolvimentistas para delimitar o conjunto de atributos que categorizam o conceito”.

Ricardo Dathein, em seu capítulo “O estruturalismo e as contribuições analíticas de Pedro Fonseca”, comenta também este último trabalho sobre a construção do conceito, assinalando que “[...] percebe-se nesse conceito a concepção sobre desenvolvimento enquanto mudança estrutural evolutiva. Para as concepções estruturalistas, a superação de problemas econômicos e sociais passa por mudança estrutural na economia. Como o mercado não pode ou tem muita dificuldade para promover essas mudanças (ainda mais em um contexto de subdesenvolvimento, ou num *status quo* não desejável), torna-se necessária uma estratégia econômica deliberada (ou seja, intencionalidade, ou uma tomada prévia de consciência sobre a necessidade da transformação estrutural, com uma visão nacionalista), comandada por um governo (intervencionismo estatal), com nível substancial de acordo social. E isso passa pela liderança do setor industrial, ou seja, por uma mudança estrutural com foco nesse setor, pois é esse que vai acelerar os investimentos, a produção, a produtividade e a adoção, difusão e produção de inovações, com impactos positivos essenciais sobre os demais setores”.

(15) In Dathein (2015).

A obra de Fonseca ganha relevância quando se observa que o desenvolvimentismo estava quase esquecido, não apenas devido à dominância do liberalismo neoclássico desde 1980, mas também entre os economistas heterodoxos, devido à dominância ou da macroeconomia pós-keynesiana, ou da teoria marxista. Pedro Cesar Dutra Fonseca era então o último dos moicanos na defesa do desenvolvimentismo. Entretanto, nos últimos 15 anos o desenvolvimentismo voltou à discussão, a partir da proposta do novo-desenvolvimentismo – um sistema teórico em formação que tem origem no desenvolvimentismo clássico e na macroeconomia pós-keynesiana. O nacional-desenvolvimentismo tem hoje uma macroeconomia do desenvolvimento razoavelmente bem estruturada e uma economia política em formação. Defende um desenvolvimento econômico que seja também um desenvolvimento social e ambiental. Não obstante, entendendo que os defensores do novo-desenvolvimentismo não eram suficientemente de esquerda, alguns economistas decidiram contrapô-lo a um “social-desenvolvimentismo”, que seria mais progressista. Fonseca interessou-se pelo problema e aceitou comparar os dois desenvolvimentismos – o que, a meu ver, faz pouco sentido¹⁶. Enquanto sistema teórico, o social-desenvolvimentismo não existe; é apenas o desenvolvimentismo clássico na sua fase inicial, da substituição de importações, que o Brasil abandonou já em 1967, quando neutralizou completamente a doença holandesa e iniciou um extremamente bem-sucedido programa de exportação de manufaturados. Pode-se e deve-se criticar o novo-desenvolvimentismo, podemos compará-lo com o desenvolvimentismo clássico, mas não com um nada teórico. Fonseca é um economista de primeira grandeza, aberto para o novo, que já deu contribuições importantes para o desenvolvimentismo em geral; seu importante *paper*, “Desenvolvimentismo, a construção do conceito”, já foi uma contribuição para o novo-desenvolvimentismo – espero que ele possa aprofundar a análise das novas ideias.

Para terminar, dou a palavra a Leda Paulani e a seu capítulo, “Pedro Fonseca, intelectual engajado e pensador do conceito”, no qual ela faz o elogio geral a Pedro Cesar Dutra Fonseca, que eu subscrevo integralmente: “Sua contribuição não se resume à estreita seara acadêmica, a extrapola, pois suas pesquisas, as interpretações que a partir delas constrói e as reflexões que elabora sobre os temas que investiga, em sua maioria relacionados à história econômica-política-social do Brasil, ajudam a pensar a práxis, a estudar os caminhos, a enfrentar os desafios que momento a momento vão sendo colocados à nossa frente. No momento atual, por sinal, em que o país está perigosamente minando as bases de sua institucionalidade, para não falar do descalabro econômico, da tensão social crescente e da fraude política, nada melhor do que escarafunchar a história, para descobrir lá as raízes, muitas vezes insuspeitadas, das encruzilhadas presentes. E poder contar com uma reconstrução histórica assentada na pesquisa meticulosa, no trabalho diligente e na argúcia argumentativa do professor Pedro é um alento”.

Abril/2017

(16) Mollo e Fonseca (2013).

REFERÊNCIAS

- CORAZZA, G. (Org.). **Métodos da ciência econômica**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- CORAZZA, G. Vargas: o capitalismo em construção. Resenha de FONSECA, P. C. D. Vargas: o capitalismo em construção 1906-1954. São Paulo: Brasiliense, 1989. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, 10 (2), 1989, p. 355-360.
- FONSECA, P. C. D. Clássicos, neoclássicos e neokeynesianos: uma tentativa de sistematização. **Perspectiva Econômica**, ano XVII, v. 11, n. 30, p. 35-64, 1981.
- FONSECA, P. C. D. Estado e industrialização consciente: 1930-1945. **Questões de Economia Política**, Porto Alegre, ano 3, n. 4, p. 20-32, 1987.
- FONSECA, P. C. D. A Evolução da Ciência Econômica. In: SOUZA, N. **Introdução à Economia**. São Paulo: Atlas, p. 41-66, 1996.
- FONSECA, P. C. D. As origens do pensamento cepalino e a influência de Keynes. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 72-95, jun. 1998.
- FONSECA, P. C. D. As origens e vertentes do pensamento cepalino. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 3, p. 333-358, 2000.
- FONSECA, P. C. D. Sobre a Intencionalidade da Política Industrializante do Brasil na Década de 1930. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 23, n. 1 (89), p. 133-148, 2003.
- FONSECA, P. C. D. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. **Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 15, n. 2 (26), p. 225-256, 2004.
- FONSECA, P. C. D. A controvérsia entre metalismo e papelismo e a gênese do desenvolvimentismo no Brasil. XXXVI Encontro Nacional de Economia da ANPEC. Salvador, 2008.
- FONSECA, P. C. D. Keynes: o liberalismo econômico como mito. **Economia e Sociedade**, Campinas, 19, p. 425-447, 2010.
- FONSECA, P. C. D.; MOLLO, M. de L. R. Metalistas x papelistas: origens Teóricas e antecedentes do Debate entre Monetaristas e Desenvolvimentistas. **Nova Economia**, Belo Horizonte, 22 (2), p. 203-233, 2012.
- FONSECA, P. C. D. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. In: DATHEIN, R. (Org.). **Desenvolvimentismo: o conceito, as bases teóricas e as políticas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.
- MOLLO, M. de L. R.; FONSECA, P. C. D. Desenvolvimentismo e novo-desenvolvimentismo: raízes teóricas e precisões conceituais. **Revista de Economia Política** (Impresso), v. 33, p. 222-239, 2013.

APRESENTAÇÃO

IVAN COLANGELO SALOMÃO

O lançamento de uma coletânea em homenagem à produção acadêmica de um intelectual faz-se geralmente oportuno por ocasião de sua aposentadoria. Após décadas dispensadas à pesquisa em determinado campo do conhecimento humano, a manifesta contribuição oferecida à literatura especializada justifica a condecoração em forma de livro. Esta coleção de artigos segue apenas parte dessa regra.

O tributo que ora se presta ao professor Pedro Cezar Dutra Fonseca não pressupõe o crepúsculo de sua atividade. Prestes a completar 40 anos de atividade docente em 2018, a efeméride não se traduz em despedida. Pelo contrário. Disposto e produtivo como sempre foi, a jubilação não se lhe faz próxima no momento em que se publica este compêndio. Até porque, se confirmadas as palavras hiperbólicas de um colega de departamento, seu recolhimento imediato representaria uma “tragédia” para a Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Diante de seu reconhecido empenho ao que hoje representa esta instituição para o ensino e a pesquisa da ciência econômica no Brasil é que surgiu a ideia de organizar este livro. A fim de perscrutar sua obra acadêmica, reuniu-se um grupo de professores e pesquisadores que com ele mantiveram algum tipo de contato ao longo de sua trajetória com o objetivo de analisar sua colaboração a diferentes áreas da economia à luz das respectivas experiências acadêmico-pessoais.

A reputação granjeada ao longo de quase quatro décadas de atividade pode ser atestada sob diferentes perspectivas. O professor Pedro Fonseca reúne pelo menos três características de difícil coadunação concomitante. Em primeiro lugar, exhibe notório saber acerca do assunto que leciona. Considerado um dos principais especialistas na área de história econômica do Brasil, o conhecimento acumulado reflete-se na lotação de todas as suas turmas e, principalmente, na longa e diversificada lista de seus orientandos (uma vez que também orientou trabalhos monográficos nos programas de pós-graduação em história e ciência política). A fila de discípulos à espera de uma conversa frequentemente observada à frente de sua sala já foi “precificada” na agenda dos alunos que o procuram.

Em segundo lugar, possui manifesta competência em transmitir suas ideias. Notável não apenas porque rara, mas principalmente pela capacidade incomum de instigar seus ouvintes. Ele conta, explica e demonstra. Mas, indo além, logra inspirar os que lhe dedicam atenção. Reiteradas foram as vezes em que, ao término de suas aulas, escutei reclamações, de certa forma, incomuns ao ambiente escolar: estudantes lamentando o pouco tempo de que se dispõe para ouvir suas preleções. (As aulas no Programa de Pós-Graduação em Economia duram, em média, “apenas” quatro horas.)

Se profícuo para os alunos, nem tanto para os demais docentes, mormente os que trazem no currículo seu nome como orientador. Como se sabe, o dom de ensinar não advém de uma habilidade adquirida através de persistência e treinamento; trata-se, provavelmente, de talento com o qual se nasce. E como a biologia não é justa, tampouco igualmente generosa, o grau de comparação que naturalmente se impõe aos professores por ele formados não é de todo encorajador. Esse ônus por nós carregado pode ser custoso; financeiramente, inclusive. Ele jamais saberá quanto tempo (e dinheiro) outro colega de departamento, por ele orientado, despendeu no analista devido à impossibilidade física de algum dia vir a ministrar um curso com a sua desenvoltura. Se a contribuição de Aristóteles para o desenvolvimento da filosofia ocidental superou a de Platão, seu mestre, os orientandos do professor Pedro Fonseca ajudamos a corroborar a resignação nostálgica de que já não se fazem pupilos como antigamente.

Por fim, e talvez mais importante, ele tem sido há muito tempo um fecundo gerador de conhecimento. Sua produção científica salta à vista pela quantidade de artigos e capítulos de livros publicados, mas também, e principalmente, pelo impacto de seus *papers* no debate acadêmico. A qualidade de seus textos pode ser aferida pelo número de citações, pela presença constante de seus trabalhos nos melhores periódicos do ramo e, especialmente, pela reconhecida originalidade de suas análises.

Em nome da trajetória do professor Pedro Fonseca – a qual, de alguma maneira, confunde-se com a consolidação da FCE/UFRGS como um dos principais centros de ensino e pesquisa em economia do país –, este livro busca resgatar, sistematizar e, de algum modo, solenizar a sua contribuição para o estudo da economia do desenvolvimento no Brasil.

Para tanto, este livro está dividido em três partes. Na primeira, serão apresentados depoimentos de seus pares – intelectuais consagrados, contemporâneos ou não, com os quais manteve alguma relação profissional em diferentes momentos de sua trajetória. Mentores, colegas de pós-graduação ou simplesmente interlocutores acadêmicos, trata-se de declarações emitidas sob prismas distintos, as quais concorrem para desvelar diferentes facetas da sua obra. A seguir, dá-se a palavra a seus orientandos do Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) da UFRGS. Por fim, reproduzem-se algumas das resenhas publicadas quando do lançamento de dois de seus livros: *Vargas: o capitalismo em construção* (1989) e *Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade* (2013), organizado em parceria com Pedro Paulo Zaluth Bastos.

O depoimento que introduz a obra faz-se especial não apenas pela breve análise histórica que traz, mas, sobretudo, pela simbologia que carrega seu autor. O lugar de fala do professor Iraci del Nero da Costa, seu orientador de doutorado na Universidade de São Paulo, lhe confere uma visão única da evolução intelectual de Pedro Fonseca. Ao contextualizar o ambiente político-intelectual em que sua tese foi desenvolvida, Iraci percorre alguns de seus meandros teórico-metodológicos e realça o impacto que a publicação do livro teve entre os pesquisadores brasileiros da área de história econômica.

Colega do curso de pós-graduação nos anos 1980, a professora da Universidade de São Paulo (USP) Leda Maria Paulani traz, em seguida, um testemunho que afere a proficiência de sua trajetória acadêmica. Ao apresentar os diversos cargos que ocupou e os distintos prêmios que recebeu, Paulani destaca um lado de Pedro Fonseca relativamente incomum a pesquisadores experientes: o de “intelectual engajado”, por ela descrito como o acadêmico que toma partido e age em prol de um mundo “menos bárbaro”.

A seguir, as professoras da Universidade de Brasília (UnB) Maria de Lourdes Rollemberg Mollo e Andrea Felipe Cabello traçam uma radiografia pertinente de uma das facetas de Pedro Fonseca: a do orientador. O levantamento realizado entre os programas de pós-graduação em economia do país traz um dado que, apesar de eloquente *per se*, não pode ser analisado de forma ensimesmada: de acordo com as autoras, Fonseca se situa entre os três principais orientadores na área de economia no Brasil, revelando a importância de sua atuação para a disseminação do conhecimento por universidades brasileiras e latino-americanas.

No que concerne às principais contribuições que Pedro Fonseca ofereceu à literatura propriamente ditas, Luiz Roberto Pecoits Targa, pesquisador aposentado da Fundação de Economia e Estatística (FEE), analisa um dos primeiros temas aos quais Pedro se dedicou: a história político-econômica do Rio Grande do Sul no final do século XIX e as influências da revolução burguesa no sul do país sobre o governo revolucionário, e desenvolvimentista, que assumiu o poder central em 1930.

Nesse mesmo sentido, o capítulo de Pedro Paulo Zaluth Bastos, professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), aborda o tema para o qual Pedro Fonseca ofereceu sua mais importante contribuição: o significado da revolução burguesa brasileira, com ênfase especial na Era Vargas. O autor arrola os principais elementos que distinguem e particularizam a análise de Fonseca para o entendimento do referido fenômeno histórico. Ao enfatizar a fricção intra-classe na elite dominante do Rio Grande do Sul, Bastos ressalta as especificidades do grupo republicano que liderou a Revolução de 1930 e o classifica como uma oligarquia, cujas particularidades, porém, lhe permitiram levar a cabo um projeto de transformação da realidade do país.

Encerrando a primeira parte da obra, Fernando Ferrari Filho, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), traz elementos que robustecem uma tese original e polêmica defendida por Pedro. Ao resgatar conceitos caros à economia keynesiana, Ferrari corrobora o argumento levantado por Fonseca de que o estruturalismo cepalino, embora se aproxime de alguns fundamentos teóricos de Keynes, jamais poderia ser reduzido ao que já se denominou de “keynesianismo tropical”.

A segunda parte do livro traz os testemunhos de pesquisadores que apresentam ao menos uma característica que os une: o fato de terem sido seus orientandos de mestrado e/ou doutorado, o que evidencia outro de seus atributos – a prolífica formação de recursos humanos. A condição em comum, entretanto, não implica declarações exatamente uniformes, dada a pluralidade teórica e metodológica dos

trabalhos realizados sob sua orientação – de marxistas a neoclássicos, passando por keynesianos, schumpeterianos e institucionalistas.

O texto de Gentil Corazza, seu primeiro orientando de mestrado (1982) no PPGE/UFRGS e professor aposentado desta universidade, traz uma rica e detalhada análise dos aspectos metodológicos e epistemológicos que permeiam os trabalhos de Pedro Fonseca. Centrado em artigos publicados no início de sua carreira acadêmica, bem como naqueles derivados de sua dissertação de mestrado (1980) e de sua tese de doutorado (1987), Corazza discorre sobre questões fulcrais da filosofia da ciência à luz das contribuições de Fonseca para a área.

A sistematização feita por Pedro Fonseca em dois artigos distintos (1981 e 1996) sobre os diferentes usos do conceito de “economia clássica” em John Maynard Keynes e Joan Robinson induziu e balizou o texto redigido por Hélio Afonso Aguilar Filho e Hermógenes Saviani Filho, professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. As divergências semânticas e taxonômicas de tais usos levaram os autores a reconstituir, à luz dos *insights* originais de Fonseca, as principais contribuições à macroeconomia moderna derivadas daquele conceito.

Ainda no campo da metodologia, Jorge Armindo Aguiar Varaschin, doutorando do PPGE/UFRGS, apresenta uma análise acurada da dialética hegeliana que permeia a obra de Pedro Fonseca. O “semblante de Hegel”, conforme a própria epígrafe de Varaschin, apresenta-se tanto em seus trabalhos sobre o processo histórico bem como naqueles que visam à teorização do mesmo, extrapolando, em Fonseca, a utilidade de uma simples ferramenta de método.

O capítulo de Vladimir Lautert, seu orientando de doutorado (2012) e analista do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aborda a análise de discurso empregada em *Vargas: o capitalismo em construção*. Utilizando-se de conceitos teóricos da ciência destinada a estudar a construção de linguagem como meio de comunicação que influencia os contextos social, político e econômico, o autor salienta a centralidade do discurso de Getúlio como chave para a compreensão do processo de estabelecimento do capitalismo no Brasil.

Leonardo Segura Moraes e Rafael Moraes, seus orientandos de mestrado e, hoje, doutorandos da UFRGS e da Unicamp, respectivamente, ressaltam a interdisciplinaridade da pesquisa de Pedro Fonseca ao examinar suas contribuições a um dos mais controversos assuntos sobre os quais este se debruçou: o populismo. Apesar de ter sido materializado como um fenômeno latino-americano, o populismo encontrou na história do Brasil terreno fértil para se reproduzir, tornando-se um dos mais polêmicos temas na historiografia política e econômica do país.

Em seguida, Marcelo Arend, professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), discorre acerca da compreensão de Fonseca sobre o desenvolvimento econômico brasileiro no decorrer do século XX. Com foco no fenômeno da industrialização, Arend aborda questões como a intencionalidade desse processo a partir dos anos 1930 e a autonomia da acumulação de capital a ele subjacente.

No capítulo subsequente coube a mim trazer uma breve apresentação cronológica dos artigos publicados por Pedro Fonseca sobre um dos temas pelos quais sua obra tornou-se mais conhecida: o desenvolvimentismo. Partindo dos estudos para a elaboração de sua tese de doutorado (1987), o capítulo procura demonstrar a evolução etapista de seu pensamento acerca do fenômeno, o qual agregava paulatinamente elementos novos, locupletando, assim, a originalidade de sua análise.

Nessa mesma área temática, Sérgio Marley Modesto Monteiro, seu primeiro orientando de doutorado (1999) e também professor da UFRGS, utiliza-se da contribuição teórica de Pedro Fonseca para analisar a influência das instituições sobre o desenvolvimento econômico do Brasil durante o período de industrialização por substituição de importações (1930-1980). A aplicação de modelos teóricos em história econômica, característica da pesquisa de Monteiro, contribui para robustecer os princípios que sustentam a conceituação do desenvolvimentismo elaborada por Fonseca (2015).

Complementando as análises anteriores, Ricardo Dathein, também professor da UFRGS, amplia o leque teórico a partir do qual Pedro Fonseca analisa o fenômeno do desenvolvimentismo. Ao apresentar novos elementos fundantes de teorias como o neo-schumpeterianismo, o keynesianismo estruturalista e um neo-institucionalismo antiliberal, Dathein aponta a incorporação de novos elementos à interpretação de Fonseca os quais concorrem para reforçar a centralidade da dinâmica estrutural como determinante do desenvolvimento econômico.

Responsável por abordar um dos assuntos contemporâneos aos quais Pedro tem se dedicado, Hermano Caixeta Ibrahim, doutorando em Economia da UFRGS, resgata o embasamento teórico a partir do qual Fonseca analisa a conjuntura brasileira no século XXI. Ibrahim discorre acerca das controvérsias que envolvem a suposta retomada da política desenvolvimentista no Brasil a partir de meados dos anos 2000, analisando suas críticas ao novo-desenvolvimentismo e a especificidades das estratégias de desenvolvimento *wage-led* e *export-led*.

A partir da referida definição de desenvolvimentismo oferecida por Fonseca (2015), Luiz Augusto Estrella Faria, professor da UFRGS, aborda um tema complementar à pesquisa de Fonseca. Ao analisar os conceitos e feições subjacentes a uma política externa independente, Faria sugere a inclusão de novas características presentes em determinadas experiências desenvolvimentistas, tais como uma política externa desvinculada dos interesses hegemônicos dos Estados Unidos e uma política de defesa autônoma.

O depoimento de Hernán Ramiro Ramírez, professor de história da Universidade do Vale do Sinos (Unisinos), faz-se especialmente distinto por se tratar de seu primeiro orientando estrangeiro. Ciente da incompletude inerente a comparações históricas, Ramírez interrelaciona as trajetórias político-econômica de dois dos principais países da América Latina – Brasil e Argentina – com base em aspectos teóricos e históricos da produção acadêmica de Pedro Fonseca.

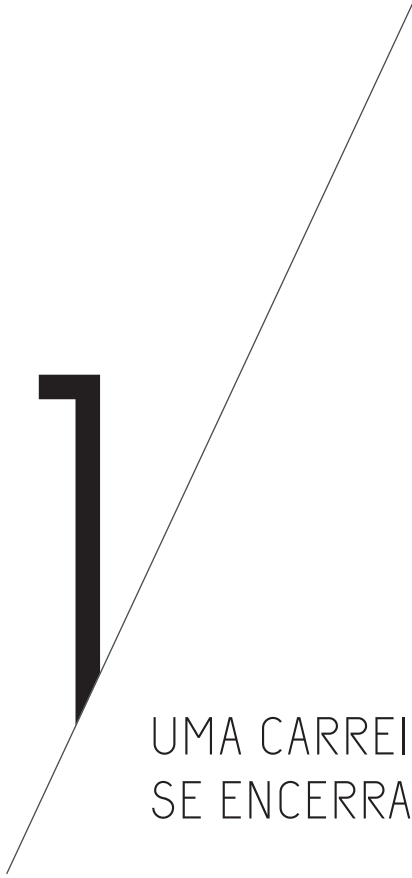
Por fim, Christian Velloso Kuhn, professor da Faculdade de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul (FADERGS), apresenta uma interessante meta-análise do itinerário acadêmico de Pedro Fonseca. Ao destrinchar a produção científica e as orientações de trabalhos realizadas por Fonseca, Kuhn sumariza a carreira do homenageado e encerra o livro com uma retrospectiva quali e quantitativa de sua trajetória profissional.

Assim sendo, só me cabe agradecer novamente a todos os colaboradores que tornaram possível a realização desta singela, porém justa homenagem. Esperamos que o empenho dos envolvidos neste projeto se traduza em uma leitura agradável e proveitosa a todos que queiram conhecer um lado não explícito, mas igualmente importante da obra de Pedro Cezar Dutra Fonseca.

Novembro/2017

Natural de São Borja (RS), Pedro Cezar Dutra Fonseca mudou-se para Porto Alegre para concluir os estudos secundários. Graduou-se em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1977), mesma instituição em que concluiu o mestrado (1980), cuja dissertação foi premiada em segundo lugar no “V Prêmio BNDES de Economia” (1981). Em 1987, defendeu, na Universidade de São Paulo, a tese de doutorado *Vargas: o capitalismo em construção*, contemplada com Menção Honrosa no Prêmio Haralambos Simeonidis/ANPEC do mesmo ano. Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) desde 1987. Professor Titular do Departamento de Ciências Econômicas e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde ocupou os cargos de chefe do Departamento de Economia, diretor da Faculdade de Ciências Econômicas, coordenador do Programa de Pós-Graduação em Economia, diretor do Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV), presidente da Câmara de Pesquisa, pró-reitor de Pesquisa e vice-reitor. Foi coordenador da Área de Economia da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), diretor-presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul (1997-2000) e presidente da Sociedade Brasileira de Economia Política (2002-2004). Coordenou a Rede Brasileira de Ensino de Desenvolvimento Econômico e atualmente é membro titular Comitê de Economia do CNPq e da Diretoria do Centro Internacional Celso Furtado.

// PARTE I - OS PARES //



UMA CARREIRA QUE NÃO SE ENCERRA

IRACI DEL NERO DA COSTA

Bacharel, mestre e doutor em economia pela Universidade de São Paulo (USP). Professor livre-docente aposentado da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP.

Para um acadêmico, a eventual aposentadoria não significa um alongin-
quar-se da ciência, pois, reversamente, pode implicar um apego ainda maior à elab-
oração de obras originais e ao mundo dos antigos e novos colegas pesquisadores.

Destarte, a perspectiva da aposentadoria dos cientistas e professores
apresenta-se segundo duas dimensões, por um lado nos remete ao passado, já
por outro nos apresenta, embora de maneira não muito clara, o futuro cultural
e científico a ser vivido.

O passado corporifica-se, sobretudo, na recordação das aulas, de nossos
alunos e orientandos; voltam à memória as conferências e congressos, o caminho
científico percorrido, as pesquisas e teses efetuadas, bem como as críticas e hon-
rarias recebidas. Trata-se, contraditoriamente, de um adeus, a um tempo, sofrido
e reconfortante. Sofrido, por parecer o fim de uma vida rica e generosa; reconfor-
tante, por trazer-nos inúmeras lembranças plenas de carinho, afeto e afirmação
intelectual altamente gratificante; recordações estas conflitantes com o aludido
sofrimento e capazes de encobri-lo inteiramente.

Já o futuro, de início nebuloso, oferece-nos um imenso leque de ativida-
des vinculadas à vida científica, pois, na verdade, enfrenta-se um retorno exta-
siante ao que de melhor vivenciamos durante décadas de vida acadêmica. Novas
perguntas assomam à nossa mente, daí o desenvolvimento de um sem-número de
pesquisas originais a enfrentar; tanto os velhos colegas como pesquisadores em
formação nos procuram com os mais variados problemas, fazendo-nos perguntas
e propondo questões que não nos permitem desligarmo-nos do acompanhamento
dos novos achados e métodos vinculados à nossa formação científica. Trabalhar 18
horas por dia impõe-se como atividade a ser refreada em face de nossa afoiteza em
atender as solicitações que nos chegam. Enfim, é impossível aposentarmo-nos de
nossa ciência!

É com esse quadro aparentemente surrealista que se defronta no momento
nosso querido amigo e colega Pedro Cezar Dutra Fonseca. Como avançado, não
perde ele seu passado tamanhamente expressivo e esmeradamente construído,
pois, além de preservá-lo, ganha ele um promissor e rico futuro.

Permitamo-nos, por ora, deixar aos deuses e ao próprio Pedro a construção
de tal porvir. Voltemo-nos para os anos idos, para os momentos de sua vibrante
carreira acadêmica nos quais se definia a formulação de sua tese de doutorado.

Retornemos ao meado da década de 1980. Naquele então, éramos sitiados
por fatos febricitantes. A ditadura brasileira esvaía-se; a luta pela volta dos direi-
tos democráticos e pela elaboração de uma nova constituição ganhava milhões de
adeptos e espriava-se por toda nação; mostrava-se oportuno recuperar as solu-
ções socioeconômicas as quais – ainda que seguindo caminhos por vezes tortuosos

– haviam engrandecido o Brasil não só por torná-lo industrializado mas, também, por dar atenção, embora parcial, às necessidades básicas dos trabalhadores, particularmente daqueles vinculados às indústrias.

Também deparávamos com o início da definitiva decrepitude do socialismo real e, da perspectiva ideológica, sentíamos a urgência de uma necessária releitura de Karl Marx; rompia-se com o determinismo econômico estrito e restritivo, dando-se voz aos desejos e intenções que se corporificavam em ações políticas que, à época, buscavam concretizar a almejada Revolução Industrial em países que nasciam para a industrialização a qual, de fenômeno “natural e espontâneo” – como teria ocorrido na Inglaterra –, passou a dar-se nas demais nações como materialização dos mais variados projetos políticos conscientemente formulados.

A Revolução Industrial, como assinalado, foi perseguida sob as mais diversas formas políticas e ideológicas e segundo distintos caminhos; sendo ambos os fenômenos embasados nos condicionamentos impostos pelos países que a alcançaram com anterioridade e pelas condições históricas de cada nação que buscou a industrialização moderna. Isso já se patenteia quando comparamos a Inglaterra e os EUA; enquanto naquela primeira a Revolução Industrial deu-se de maneira “natural”, nos EUA, sob a liderança da burguesia industrial que o empolgou, já se percebe uma efetiva ação do Estado visando a garantir o almejado desenvolvimento industrial calcado nas inovações tecnológicas; com respeito a tal interferência, basta lembrar o estabelecimento de tarifas alfandegárias protecionistas e os volumosos subsídios federais para a construção de ferrovias. Tal intervenção do Estado mostra-se crescente quando consideradas outras áreas, tais como a Alemanha, a França, a Itália, a Rússia e o Japão, nações estas aqui tomadas como meros exemplos.

Essa aspiração por se alcançar a industrialização, como sabido, ganhou as mais diversas roupagens políticas, cobrindo o espectro ideológico que se estende da extrema direita às mais ferrenhas posturas assumidas pela extrema esquerda.

À direita colocam-se a Itália de Mussolini, a Alemanha nazista e o Império do Japão o qual, consistentemente, adotou reformas modernizantes desde a Restauração de Meiji. Vistas sob tal perspectiva, e tendo em conta que o crescimento industrial antecedeu, nas três nações, a ascensão ao poder da direita extremada, pode-se propor que as Potências do Eixo se empenharam, cada uma a seu modo, na implementação de medidas que as fizessem gozar plenamente as benesses proporcionadas pela Revolução Industrial.

No extremo oposto, iremos encontrar as áreas dominadas pelos comunistas e nas quais imperou o assim alcunhado “socialismo real”. Assim, os governos totalitários instalados na URSS e em seus satélites, assim como na China de Mao Tsé-Tung, engajaram-se, de fato, na corrida pelo desenvolvimento econômico autônomo capaz de elevar suas nações e suas áreas de influência às alturas já alcan-

çadas pelas nações industriais hegemônicas. Aqui, como nas áreas dominadas pela extrema direita, os elementos ideológicos – certamente condicionados pelo perfil histórico de cada região contemplada – apenas dão sabor diferenciado às razões mais profundas impulsionadoras da tentativa de equiparar as referidas áreas às que-las nações industrialmente mais avançadas.

Se tivermos em conta o século XX, entre os governos dominados por nazi-fascistas e comunistas, postaram-se os regimes populistas. Aqui, exemplo palmar é achado nos períodos de governança de Getúlio Vargas, pois suas atitudes e medidas, sobretudo após 1937, visaram, claramente, a modernizar e industrializar o Brasil. Juan Domingo Perón, o preeminente líder populista argentino, embora propenso à modernização, não a exerceu com o mesmo empenho demonstrado pelo governante brasileiro. De toda sorte, as iniciativas desses dois políticos projetaram-se por todo o século passado e abriram caminho para o desenvolvimento econômico industrializante assumido por seus sucessores no poder central das duas nações. Ademais, da perspectiva teórica e política, no respeitante ao desenvolvimento econômico e à América Latina como um todo, não podem ser esquecidos os papéis exercidos pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e pela obra de Raúl Prebisch.

Em face de tais processos e das vicissitudes que informavam os anos 1980, percebíamos impor-se, igualmente, a reconsideração da visão marxista de Friedrich Hegel. Pusemo-nos, assim, a perseguir uma compreensão não idealista – contrariamente ao pensamento de Marx – dos escritos hegelianos. Foi este, pois, o pano de fundo selecionado por Pedro para servir como base “político-teórica” de sua pesquisa.

Dessarte, volta-se ele, em tal ambiente fervilhante e com a perspectiva filosófica acima apontada, para o estudo sistemático do período de governança de Getúlio Vargas. Tal escolha, oportuna e revigorante, empolgou não só seu idealizador, mas também o orientador por ele escolhido, que o aceitara imediatamente após tomar conhecimento de sua dissertação de mestrado.

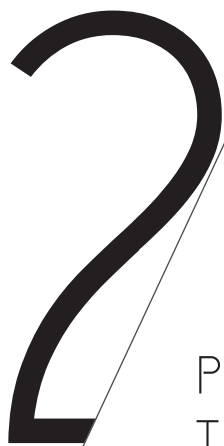
Conseguiu o autor concretizar tal opção de maneira plenamente correta? A resposta a esta indagação não cabia, obviamente, a seu formulador. Assim, foi ela deixada à banca examinadora e aos leitores da obra cuidadosamente elaborada como tese de doutorado.

De toda sorte, devemos ter presente que, dado o enfoque pretendido, impôs-se não só a contemplação e análise das medidas econômicas e políticas concretamente levadas a efeito, mas também a consideração profunda das falas, discursos e escritos de todas as partes atuantes à época da assim dita “Era Vargas”. Não se tratou, portanto, de mero levantamento das ações e do pensamento de Getúlio Vargas, pois também integraram o levantamento e o respectivo escrutínio analítico efetuado por Pedro as posições assumidas pelos principais políticos e partidos que, direta ou mediatamente, participavam da vida nacional. Ademais, levou-se

em conta tanto os apoiadores como as pessoas e instituições que se opunham ao governante máximo do país. Igualmente importante mostrou-se a análise dos sociólogos e historiadores que se ocuparam daquele momento da formação do Brasil.

Assim, a vida econômica definiu-se como resultado de um largo processo mediante o qual o econômico transcende a figura de algo independente e absolutamente determinante. Correlatamente, as dimensões políticas e pensantes deixaram de ocupar o espaço anódino em que alguns teóricos as haviam trancafiado. Vale dizer, a política e a economia conjugaram-se num todo sem a predominância absoluta de um elemento sobre o outro. A esses dois atores essenciais da vida social foi emprestada, portanto, a independência relativa capaz de fazê-los inteligíveis ao cientista que os observa analiticamente.

A tese de Pedro C. D. Fonseca, intitulada *Vargas: o capitalismo em construção* (1906-1954), foi defendida em março de 1987 e publicada inicialmente em 1989, tendo conhecido duas novas edições; tal fato, por si só, evidencia a relevância teórica e histórica de tão bem elaborada obra. Eis, pois, exposta, em termos genéricos e sucintos, o lastro sobre a qual assentou-se uma carreira acadêmica plena de êxitos e conquistas. Sobre tal fundamento, com certeza, desenvolver-se-á, dada uma eventual aposentadoria, um futuro igualmente alvissareiro.



2

PEDRO FONSECA, INTELEC- TUAL ENGAJADO E PENSA- DOR DO CONCEITO

LEDA MARIA PAULANI

Bacharel em economia e em comunicação social. Doutora (1991) em economia pela Universidade de São Paulo (USP). Presidente da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP, 2004-2008). Professora titular da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP.

Quando, no início de 2016, o professor Ivan Salomão me convidou para participar deste livro, que presta um justo tributo à trajetória intelectual e à obra do professor Pedro Fonseca, eu imediatamente aceitei, nem poderia ser diferente. Além de um grande amigo (mas isso não seria motivo suficiente nem para a homenagem nem para minha presença nestas páginas), o professor Pedro é um dos intelectuais mais consistentes que o país tem à sua disposição.

Sua contribuição não se resume à estreita seara acadêmica, a extrapola, pois suas pesquisas, as interpretações que a partir delas constrói e as reflexões que elabora sobre os temas que investiga, em sua maioria relacionados à história econômica-política-social do Brasil, ajudam a pensar a práxis, a estudar os caminhos, a enfrentar os desafios que momento a momento vão sendo colocados à nossa frente. No momento atual, por sinal, em que o país está perigosamente minando as bases de sua institucionalidade, para não falar do descalabro econômico, da tensão social crescente e da fraude política, nada melhor do que escarafunchar a história, para descobrir lá as raízes, muitas vezes insuspeitadas, das encruzilhadas presentes. E poder contar com uma reconstrução histórica assentada na pesquisa meticulosa, no trabalho diligente e na argúcia argumentativa do professor Pedro é um alento.

Mas a vida acadêmica é sinônimo de um trabalho insano, que nos faz perder o fôlego e nos deixa muitas vezes quase sem tempo para fazer aquilo que é mais apaixonante nela: ler, estudar, refletir sobre o que já foi feito, nos beneficiar do trabalho alheio para aprimorar o nosso. Acabamos fazendo isso, é claro, mas não com a serenidade e o sossego que a atividade demanda. Para isso seria preciso, por incrível que pareça, ser um intelectual não acadêmico, um livre pensador, afastado do rebuliço da vida universitária, de teses, bancas, relatórios, coordenações, pareceres, aulas, avaliações, orientações e muito mais.

Por isso, não vou fazer aqui aquilo que gostaria, ou seja, uma resenha bem articulada das principais contribuições do professor Pedro para a compreensão do que é nosso país, de suas idiossincrasias, de sua trajetória sempre oscilante, ora despertando os mais belos sonhos, ora os frustrando completamente. Como sempre sem tempo e assoberbada com inúmeras tarefas, resolvi, para não atrasar ainda mais o planejamento do professor Ivan e com a concordância dele, reproduzir aqui a Apresentação que fiz sobre o professor Pedro quando da Aula Magna que ele proferiu em dezembro de 2014, em Natal/RN, no 42º Encontro da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC), a convite do Conselho Deliberativo daquela entidade.¹

(1) A Aula Magna é uma tradição da ANPEC, ocorrendo em todos os seus encontros anuais. O Conselho Deliberativo escolhe e convida algum acadêmico de destaque para seu proferimento. Tradicionalmente também se convida alguém que faz uma pequena apresentação do escolhido (no fundo para justificar para a plateia porque aquele professor foi eleito para tão honrosa intervenção). O texto da apresentação que fiz sobre o professor Pedro, que li na ocasião e que aqui vai reproduzido, foi posteriormente publicado como documento na

No exíguo tempo que ali me foi reservado -- os 10 minutos iniciais da sessão, uma espécie de prólogo da atração principal, que seria a própria Aula Magna --, procurei demonstrar a força intelectual de meu amigo e de sua produção. Procurei falar um pouco também de sua carreira acadêmica propriamente dita, que é absolutamente espantosa não só pelos títulos conquistados, pela enorme massa de alunos orientados em todos os níveis, mas também pela quantidade de cargos que o professor Pedro exerceu e de responsabilidades que encarou. O professor Ivan julgou que seria importante ter, neste livro, também esse tipo de informação e esta foi, portanto, mais uma das razões para decidirmos pela publicação daquela Apresentação. Mas aproveito este espaço para acrescentar algumas coisas que omiti naquela ocasião, para não extrapolar o tempo que me fora reservado.

A primeira coisa que é preciso acrescentar no que vai abaixo são os prêmios recebidos pelo professor Pedro Fonseca ao longo de sua trajetória. A excelência de sua produção aparece logo cedo, ainda em 1981, com o segundo lugar obtido por sua dissertação de mestrado, sobre a política econômica da economia gaúcha na República Velha, no certame mais importante dessa categoria que é o Prêmio BNDES. Na sequência, em 1987, sua tese de doutorado, sobre o discurso de Vargas e a construção do capitalismo no Brasil, defendida no Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo (IPE/USP), recebeu menção honrosa do prêmio também mais importante e cobiçado na área de teses em economia, que é o Prêmio Haralambo Simeonides da ANPEC. Mais recentemente, dois de seus artigos foram premiados pelo Conselho Federal de Economia, num certame igualmente concorrido e disputado, o Prêmio Brasil de Economia, em 2014, com o segundo lugar, atribuído a um artigo sobre desenvolvimentismo e institucionalismo, escrito com o professor Fernando Ferrari e, em 2016, com o primeiro lugar, atribuído a um artigo sobre o conceito de desenvolvimentismo. Restringi-me aqui aos prêmios recebidos por itens específicos de sua produção intelectual, mas há ainda uma enorme quantidade de prêmios recebidos por orientandos de mestrado e doutorado do professor Pedro, além do reconhecimento da importância de sua atuação como um todo refletida no prêmio Pesquisador de Destaque do ano, na área de economia e administração, a ele conferido pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul, em 2011, e a escolha como Economista Destaque Especial, pelo Conselho Regional de Economia/RS, em 2013.

A segunda coisa importante que omiti na citada Apresentação é um comentário sobre a atuação mais recente do professor Pedro Fonseca. Nos últimos anos, dado o ressurgimento da temática sobre desenvolvimento e desenvolvimentismo, que havia sido banida das agendas de discussão a partir do desatino liberal dos anos 1990, o professor Pedro desenvolveu uma série de atividades, não só visando contribuir com a discussão em si, mas também visando dar amparo institucional à mesma, seja no resgate dos programas de desenvolvimento econômico dos cursos

revista Economia e Sociedade, do Instituto de Economia da Unicamp.

de graduação e pós-graduação e na reflexão sobre eles, seja no apoio às tão necessárias pesquisas e investigações sobre esses temas. Nesse sentido, foi coordenador, entre 2010 e 2014, da Rede Brasileira de Ensino de Desenvolvimento Econômico,² e é membro do Conselho Consultivo da Rede Desenvolvimentista desde sua criação, em 2011³. Ainda na mesma linha, é preciso mencionar sua atuação na Diretoria do Centro Internacional Celso Furtado, instituição criada em 2005, a partir de proposta do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para agregar a intelectualidade comprometida com o desenvolvimento do país e com a atualidade do pensamento daquele intelectual. Ao mesmo tempo em que presta um tributo a nosso maior economista, a sua obra e a suas esperanças de que algum dia este país pudesse ser dono de seu próprio destino, o Centro torna-se instituição de referência na atividade de promover debates, discussões e seminários sobre a temática do desenvolvimento tanto no plano nacional quanto internacional.

O professor Pedro Fonseca contribui com essa importante instituição há muito tempo, de início atuando em seus conselhos e, desde 2013, mais intensivamente, como membro de sua diretoria.

O conjunto dessas atividades mostra o comprometimento do professor Pedro com seus ideais de universidade, de ciência e de sociedade, o que faz dele um “intelectual engajado”, no mais estrito sentido do que pensou sobre isso o grande filósofo Jean Paul Sartre, vale dizer, alguém que não se coloca majestaticamente em sua torre de marfim, que toma partido, que se dispõe à luta em prol dos embates de seu tempo, e que o faz sempre no sentido de buscar um mundo menos bárbaro e mais progressista. Mas, ao mesmo tempo, seu trabalho de exímio pesquisador da realidade social permite que ele se guie pelas condições concretas de cada momento, mantendo assim o distanciamento crítico necessário para não se deixar levar pela temperatura elevada da história, sempre certa em forjar ilusões e idealismos vãos, em misturar desejos com realidade, em confundir atividade científica com militância política.

Por fim, penso que vale a pena, e os leitores logo entenderão o porquê, relembrar aqui brevemente o modo como o filósofo G. W. Friedrich Hegel – personagem importante da narrativa que faço na Apresentação que vem logo a seguir – se referia

(2) A Rede Brasileira de Ensino de Desenvolvimento Econômico foi criada em 2010, por iniciativa conjunta de professores de universidades brasileiras, com o apoio do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e do Centro Internacional Celso Furtado. Seu objetivo é congrega, através de uma rede permanente de intercâmbio, os professores de desenvolvimento econômico dos cursos de graduação e pós-graduação, visando aprimorar a qualidade do ensino desta disciplina no país.

(3) A Rede Desenvolvimentista é uma parceria entre o Centro de Estudos de Conjuntura da Unicamp (CECON), o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos do MCTI (CGEE) e o IPEA. Ela visa ser um espaço de discussão e debate sobre os temas relacionados ao desenvolvimento, com foco nas dimensões de natureza estratégica, congregando economistas e outros cientistas sociais.

àqueles cuja tarefa é pensar.⁴ O personagem que mais irritava Hegel era o “homem de convicção”, doutrinário, inculto, para quem princípios e máximas de vida erigem-se em verdades absolutamente firmes. Na sequência aparecia o “acadêmico acanhado”, com as bitolas produzidas por seu saber especializado e apequenado, mais um produto típico da difusão do mercado e do aprofundamento da divisão social do trabalho que a acompanha. E eis que aparece então o “intelectual moderno”, iluminista, com seu brilho argumentativo e seu espírito aguçado, capaz de discernir as relações mais finas e as diferenças inaparentes, e capaz de aproximar as representações mais distantes. Mas Hegel não vai nutrir grande apreço por essa figura. Apesar de reconhecer nela todas essas aptidões, critica-lhe a raciocinação sem peias, que tudo pode justificar, e a linguagem cintilante de espírito, mas vazia de conteúdo. Hegel contrapunha, por fim, a esse “tipo especializado em pensar”, o pensador especulativo, antenado na experiência da coisa mesma, que deixa os objetos falarem e respeita “o ritmo imanente do Conceito”. O “pensador do conceito”, para Hegel, não substitui a seriedade dessa tarefa pelo atrativo e cintilante estilo retórico nem pela postura prepotente do pensamento (ou do discurso do Entendimento, como Hegel o chamava), que torna os objetos/sujeitos meros adereços.

Ora, por tudo que já foi dito até aqui sobre nosso homenageado, sobre seu trabalho e sua postura como acadêmico e intelectual, e por tudo que foi dito na Apresentação que vem na sequência, o leitor concluirá facilmente que, para mim, o professor Pedro Fonseca ganha a patente mais elevada da galeria de Hegel, é um “pensador do conceito”.

Isto posto, segue a Apresentação, tal qual foi proferida em Natal,⁵ no Rio Grande Norte, naquela saudosa noite de dezembro de 2014, quando ainda celebrávamos a democracia e pensávamos que tínhamos um país.

Boa noite a todas e todos. Quero iniciar dizendo que, para não extrapolar o tempo que me foi concedido para fazer esta apresentação, resolvi escrevê-la, porque assim me disciplino e tento falar, no exíguo tempo de 10 minutos, tudo aquilo que eu gostaria de dizer sobre o professor Pedro Fonseca.

Ser convidado a proferir uma Aula Magna da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC) é uma espécie de honraria concedida para poucos, no âmbito da comunidade dos economistas, em particular no recor-

(4) Reproduzo, a partir daqui, algumas passagens de meu livro *Modernidade e discurso econômico* (Boitempo Editorial, 2005). A maior parte das considerações de Hegel aqui elencadas encontra-se na Fenomenologia do espírito. O tratamento que dei a elas em meu livro e a utilização que fiz delas não teriam sido possíveis sem a preciosa ajuda do artigo de Arantes (1996) sobre o tema.

(5) Inseri, no texto original, apenas uma nota.

te acadêmico dessa profissão. Para conquistá-la, presumo, o profissional tem de ter uma contribuição intelectual notável e ter prestado bons e reconhecidos serviços na tarefa de manter a qualidade da produção acadêmica e das instituições que se dedicam à formação de pesquisadores e ao desenvolvimento da investigação científica.

O professor Pedro Fonseca tem uma longa folha corrida de relevantes serviços prestados em todas essas esferas, de modo que a primeira coisa que eu gostaria de sublinhar é que não é sem tempo que alguém se lembra de conceder-lhe essa máxima distinção.

Mas comecemos do começo. Conheci o professor Pedro no curso de pós-graduação do IPE/USP, em 1983. Ele, apesar de muito jovem, já professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), ingressando no doutorado e eu, professora de lugar algum, iniciando o mestrado. Rapidamente percebemos ter uma enorme afinidade intelectual, a começar pelo compartilhamento das mesmas dúvidas existenciais quanto ao acerto das teses ortodoxas e seus desdobramentos (o mercado é eficiente, autorregulável e encontra seu ótimo, os agentes são homens econômicos racionais, o dinheiro é um véu que envolve as transações reais e funciona como um *numeraire*, a inflação é sempre resultado de uma pressão excessiva da Demanda Agregada e por aí vai).

Mas o que de fato mais nos aproximou, afora a simpatia mútua, é que ambos fomos picados pela mosquinha hegeliana. A heterodoxia já nos tinha levado, obviamente, à leitura de Marx e, por essa via, trombáramos com Hegel. Mas vocês devem estar se perguntando por que cargas d'água estou eu aqui, numa cerimônia de homenagem, a exumar esse pensador alemão quase maldito. Eu diria que o professor Pedro Fonseca não teria metade do brilho que tem como economista e principalmente como historiador econômico se não tivesse tido a sensibilidade e a inteligência de perceber a importância desse filósofo para a constituição do conhecimento do social, mais do que isso, sua importância para a constituição de um conhecimento que deve ser necessariamente crítico e reflexivo e dar conta sempre e sempre do contínuo processo de transformação das estruturas e das instituições econômicas e sociais, dar conta, enfim, do movimento histórico.

Mas ao invés de alardear essa forma de se apropriar de seus objetos de pesquisa, o professor Pedro praticou-a, o que a tornou muito mais efetiva, impedindo-a de se tornar mero recurso de ilustração do discurso científico, aquele que fica esquecido lá nas considerações metateóricas e nunca mais entra em cena. Isso, no entanto, é muito mais difícil do que parece, e não há sombra de dúvida de que nosso homenageado foi extremamente bem-sucedido em todas as suas investidas.

Nessa chave, muita coisa poderia ser dita sobre a enorme importância das contribuições do professor Pedro Fonseca em seu incansável esforço para esclarecer, no sentido rigoroso do termo, a história muito particular, ainda que indu-

bitavelmente capitalista, de nosso processo de modernização. A interpretação da Revolução de 1930 como burguesa e oligárquica, a defesa da intencionalidade da industrialização logo depois de 1930, a existência de um pensamento cepalino antes da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), o caráter ideológico do conceito de populismo – esta grande “produção” do pensamento sociológico paulista –, todas essas, dentre muitas outras, são descobertas de inestimável valor que permitem alinhar nosso homenageado ao que de melhor se produziu no país em termos da reflexão sobre si mesmo, e aqui não é preciso dizer que falo de Furtado, Freire, Sergio Buarque, Caio Prado e Raimundo Faoro.

Mas ainda nesse mesmo registro, gostaria de mencionar, dentre os 50 artigos em periódicos, 37 capítulos de livro e seis livros publicados por nosso autor, uma de suas mais recentes produções. O artigo sobre desenvolvimentismo, publicado em livro do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) sobre o presente e o futuro do desenvolvimento brasileiro lançado neste ano é um exemplo paradigmático do hegelianismo quase intuitivo, mas por isso mesmo de extrema força, que orienta sua produção intelectual. Instado a escrever sobre o conceito de desenvolvimentismo, dado que o mesmo voltou à moda, ora guarnecido dos termos “neo” ou “novo”, o professor Pedro não teve dúvidas. Decidiu, primeiro, de modo endógeno, analisar a definição de desenvolvimentismo a partir dos trabalhos dos próprios intelectuais que construíram a história desse conceito, mas sem esquecer a coruja de Minerva, partiu, em segundo lugar, para o trabalho de desentranhar esse conceito da experiência histórica ela mesma. Com a determinação de um scholar, comandou um grupo aguerrido de estudantes que foram encarregados de garimpar algumas dezenas de experiências concretas em vários países da América Latina. Só então, como resultado desse mergulho na realidade efetiva e guiado pelas ideias que essa realidade fora produzindo em enquadramentos diversos de tempo e espaço, foi que ele delimitou o conceito de desenvolvimentismo. Muito além de mera construção do intelecto, o desenvolvimentismo é um conceito cheio de vida, que transpira história e como não poderia deixar de ser, contradições. O trabalho do professor Pedro capta tudo isso à perfeição e certamente servirá de guia e de referência para todos aqueles que resolverem se aventurar pelo tema daqui por diante. A proeza, convenhamos, não é de pouca monta.

Mas, dissemos de início, que a distinção máxima de proferir a Aula Magna da ANPEC só poderia ser dada a alguém que, para além de uma produção intelectual notável – creio que não preciso dizer mais nada a esse respeito –, tivesse também prestado bons serviços na tarefa de manter a qualidade da produção acadêmica e a eficiência e dinamismo das instituições encarregadas do ensino e da produção científica. O que há a falar aqui forma um conjunto tão espetacular que eu diria que, mesmo se ele não fosse o notável intelectual que é, ele mereceria essa honraria. Se julgam que eu exagero, atentem para o seguinte: o professor Pedro Fonseca foi coordenador de Pós-Graduação em Economia do Departamento de

Ciências Econômicas e Relações Internacionais da UFRGS; foi chefe desse mesmo Departamento e diretor da Faculdade de Ciências Econômicas dessa Universidade; não bastando, foi presidente da Câmara de Pesquisa, pró-reitor de Pesquisa e vice-reitor da UFRGS; para além do círculo que se poderia dizer, confortável, de sua instituição de origem, o professor Pedro foi ainda coordenador da Área de Economia da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (quem passou por lá, sabe a pedreira que é)⁶; diretor-presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul e, para o orgulho de muitos de nós aqui, presidente da nossa querida Sociedade Brasileira de Economia Política.

Quando vi tudo isso assim reunido, fiquei me perguntando como ele conseguiu simultaneamente ter uma produção intelectual tão abundante e consistente, ser bolsista de produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) durante praticamente todo o tempo e orientar ainda 54 monografias, 40 dissertações de mestrado, 30 teses de doutorado e 16 trabalhos de iniciação científica. Ufa!! Dá para cansar só de ler.

Bem, e com isso encerro o que preparei, não por falta ainda do que dizer, porque muita coisa há mais (eu nada disse, por exemplo, dos muitos prêmios que ele recebeu), mas por exclusiva falta de tempo. Mas não posso encerrar sem agregar ainda uma última observação. Em todas as suas múltiplas e importantes tarefas, o professor Pedro sempre manteve uma postura serena, de profundo respeito e consideração pelos seres humanos. Sua enorme simpatia, reconhecida por todos, e sua capacidade de ouvir, em paralelo com sua profusa e permanente produção intelectual, permitiram que ele circulasse com desenvoltura em todas as tribos de economistas e fosse respeitado por todas elas. Essas qualidades não são de pouca importância, considerando em particular os inúmeros cargos de direção que o professor Pedro assumiu ao longo de sua trajetória.

Isso, no entanto, não significa que ele tenha sido fraco, ou pouco fiel a seus princípios e valores. Ao contrário, sempre se manteve firme na defesa de seus ideais, de sua forma de ver o mundo, de enxergar o papel do cientista e o papel do economista acadêmico. Num momento em que as mentes mais brilhantes são sequestradas pelo canto de sereia do novo discurso liberal e pelas versões pós-modernas dos estudos sociais, o professor Pedro não rifou suas convicções, não desistiu de lutar, não titubeou em remar contra a corrente, em pôr em uso os renegados artefatos modernistas, em lutar pela posição da racionalidade do homem, como ser social ao invés de confiar cegamente na racionalidade míope dos mercados. Nunca abriu mão, enfim, de defender a capacidade dos homens e da ciência de buscarem a verdade e o desenvolvimento do espírito humano. Isso, para mim, vale mais do que tudo. Muito obrigada.

(6) Me intrometo nessa fala antiga só para lembrar que o professor Pedro é também, desde 2014 (o mandato vai até 2017), membro titular do Comitê de Economia do CNPq, pedreira tão grande, ou quiçá maior do que a coordenação de área da CAPES. Esqueci de mencionar isso em Natal e aproveitei a oportunidade agora para fazê-lo.



A INFLUÊNCIA DE UM DESENVOLVIMENTISTA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

ANDREA FELIPPE CABELLO

Bacharel (2007), mestre (2010) e doutora (2012) em economia pela Universidade de Brasília (UnB). Professora adjunta da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da UnB.

MARIA DE LOURDES ROLLEMBERG MOLLO

Bacharel (1973) e mestre (1977) em economia pela Universidade de Brasília (UnB). Doutora (1989) em economia pela Université de Paris X, Nanterre. Professora titular da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da UnB.

Gostaríamos de iniciar o capítulo louvando a iniciativa deste livro, elaborado para homenagear Pedro Cezar Dutra Fonseca. Trata-se, sem nenhuma dúvida, de um acadêmico no melhor e mais completo sentido da palavra, mostrando um perfil equilibrado tanto nas áreas de ensino e pesquisa quanto por meio de contribuições institucionais importantes, em particular na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como professor, chefe de departamento, diretor da Faculdade de Ciências Econômicas, pró-reitor de pesquisa e vice-reitor, mas também em instituições ligadas à pesquisa econômica brasileira, como foi o caso na presidência da Sociedade de Economia Política (SEP), na coordenação da Rede Brasileira de Ensino de Desenvolvimento Econômico, como representante da área de Economia na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), assim como diretor do Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CECOV) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e dirigente do Centro Internacional Celso Furtado.

A alta qualidade de sua pesquisa apareceu cedo, com a dissertação de mestrado sendo premiada com o segundo lugar no V Prêmio BNDES de Economia, em 1981 (FONSECA, 1983). Em seguida, com a tese de doutorado, essa qualidade foi confirmada com a obtenção de menção honrosa no Prêmio Haralambos Simeonidis da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia, de 1987 (FONSECA, 1989). Isso para falar apenas dos considerados maiores prêmios brasileiros na área de economia, uma vez que tanto a dissertação quanto a tese foram objetos de vários outros prêmios, o mesmo ocorrendo com diferentes trabalhos que contaram com sua orientação. Sua pesquisa, com foco na economia do Rio Grande do Sul (FONSECA, 1984a, 1993, 1998, 2006, 2009, 2010a, FONSECA e CORAZZA, 2003), mas principalmente na economia brasileira e sobre desenvolvimento econômico, evolui com preocupações de história econômica e história do pensamento econômico, destacando-se uma vasta produção de artigos, capítulos de livros e livros publicados em veículos de alta qualidade. Tanto sua dissertação de mestrado quanto a tese de doutorado versaram sobre política econômica, mais particularmente sobre os fundamentos econômicos e a construção política da mesma, no mestrado tratando da economia gaúcha na República Velha, no doutorado falando sobre Vargas. Essa preocupação com a construção teórica articulada com a história política e econômica de cada época sempre foi a tônica dos seus trabalhos.

Começando com questões de metodologia e fundamentos teóricos clássicos, neoclássicos e keynesianos (FONSECA, 1980, 1981, 1991a, 2003a), Pedro avança para análises históricas da política econômica, analisando os ciclos da Política Econômica Governamental (FONSECA, 1984b), a transição capitalista do Rio Grande do Sul na República Velha (1984a) e a política econômica nos anos 1950 (FONSECA, 1986). Depois é a vez dos Planos de Estabilização, analisados quanto à heterodoxia e ao papel do Estado (FONSECA, 1987a, 1987b, 1987c, 1988, 1996);

das privatizações (FONSECA, 1991); e dos problemas relacionados à política industrial (FONSECA, 1988).

Mas o que se destaca ao longo do tempo são as preocupações de natureza social e política com as políticas econômicas em geral e, em particular, as de desenvolvimento. São preocupações teóricas e analíticas, sobre o papel do Estado, com seu cunho ortodoxo ou heterodoxo, a partir das experiências históricas, com destaque para a análise crítica daquelas políticas que pouco acrescentam no sentido de relançar o desenvolvimento do país (FONSECA, 1986, 1995, 1997a, 1997b, 2000, 2001, 2003c, 2004a, 2004b, 2004c, 2007, 2009b, 2010b, 2010c, 2011, 2012a, 2012b, 2012c, 2012d, 2013a, 2013b, 2014a, 2014b, 2014c, 2015a, 2015b; FONSECA e TAVARES, 2009; BASTOS e FONSECA, 2012a e 2012b; RODRIGUES, SCHMIDT, SANTOS e FONSECA, 2011; FONSECA e HAINES, 2012; MONTEIRO e FONSECA, 2012; FONSECA e MOREIRA, 2012; AREND e FONSECA, 2012; LAAN, CUNHA e FONSECA, 2012; FONSECA e MOLLO, 2012; FONSECA, CUNHA e BICHARA, 2013; MOLLO e FONSECA, 2013; FERRARI e FONSECA, 2015; SALOMÃO e FONSECA, 2015; FONSECA, PAES e CUNHA, 2016).

Sem a pretensão de esgotar os trabalhos publicados pelo autor, a profusão deles sobre desenvolvimento e desenvolvimentismo nos últimos anos mostra bem como essa agenda de pesquisa e esse tema tornaram-se centrais na sua produção acadêmica. Observe-se, porém, que independentemente dessa perspectiva autoral, esses trabalhos, ricos em análises históricas e teóricas, ganharam importância destacada nos debates de oposição ao neoliberalismo, mas sobretudo no debate desenvolvimentista no Brasil.

A esse respeito vale enfatizar que a sua conceituação de desenvolvimentismo (FONSECA, 2015d) vem sendo particularmente importante e influente nas análises de outros pesquisadores brasileiros sobre o tema, e nos debates públicos sobre o assunto, norteados as análises de políticas econômicas passadas e atuais e as prescrições de medidas para alavancar o desenvolvimento econômico-social e as saídas para a crise econômica brasileira. O trabalho principal de conceituação, intitulado “Desenvolvimentismo: a construção do conceito”, foi recentemente premiado, obtendo o primeiro lugar no Prêmio Brasil de Economia, do Conselho Federal de Economia (COFECON).

Essa importância como desenvolvimentista, porém, é bem conhecida da academia econômica brasileira, em particular da parte desta interessada no tema, em vista de sua veiculação em revistas bem-conceituadas e de ampla circulação, e do papel importante que Pedro Fonseca cumpre no cenário nacional em debates da área e na equipe do Centro Internacional Celso Furtado. O que poucos sabem, porém, e que é o objetivo maior deste capítulo, é mostrar a relevância nacional da sua atividade de orientação de dissertações de mestrado e teses de doutorado,

contribuindo para a formação de técnicos de alto nível e de novos professores de economia das universidades brasileiras. É o que analisaremos a seguir.

O número total de orientações de Pedro Dutra Fonseca é 68, conforme pode ser visto com detalhe no Anexo 1, que lista os nomes dos respectivos mestres e doutores e os anos de conclusão dos cursos. O que estamos analisando aqui, porém, é o número de orientandos que se tornaram professores. Os dados provêm de pesquisa realizada em 2014 (CABELLO, 2014). A partir de dados extraídos de Currículos Lattes de membros de Departamentos de Economia que tinham pelo menos um Programa de Pós-Graduação Acadêmico em 2013, a pesquisa permitiu verificar o papel de destaque do professor Pedro Fonseca entre aqueles professores que mais orientaram professores de economia no Brasil. Embora a amostra tenha sido construída a partir da seleção de todos os centros de economia que possuíam pelo menos uma pós-graduação acadêmica (mestrado acadêmico ou doutorado), foram considerados todos os professores dos centros, e não apenas os de pós-graduação. Assim, o número total de professores analisados foi de 1.498.

Conforme é possível observar no Quadro 1 adiante, Pedro Fonseca se coloca em terceiro lugar, juntamente com os professores Werner Baer e Wilson Suzigan, sendo esses precedidos por Mário Possas, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), e Geraldo Sant'Ana de Camargo Barros, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ). Como o Quadro 1 mostra, os professores mencionados orientaram de forma acumulada 3% dos professores de economia brasileiros, e o professor Pedro Fonseca contribuiu com dois terços desse percentual.

Os tamanhos das universidades de onde provêm tais orientadores, todavia, são muito distintos. Assim, para aprimorar a análise do potencial formador de professores de economia de Pedro Fonseca, é preciso ponderá-lo pelo tamanho das mesmas. Isso pode ser feito, por exemplo, se usarmos para tal ponderação o número de professores pós-graduados pelos respectivos centros. É o que fizemos no Quadro 2, excluindo o professor Werner Baer, por inexistência de dados de universidades americanas e porque o que nos interessa aqui é a comparação entre professores de universidades brasileiras.

Quadro 1 – Principais orientadores de professores de economia no Brasil¹

ORIENTADORES	NÚMERO DE ORIENTAÇÕES	PERCENTUAL DO TOTAL DA AMOSTRA*	FREQUÊNCIA ACUMULADA
Mário Luis Possas	26	0,87	0,87
Geraldo Sant’Ana de Camargo Barros	19	0,64	1,51
Pedro Cezar Dutra Fonseca	16	0,54	2,05
Werner Baer	16	0,54	2,59
Wilson Suzigan	16	0,54	3,13

Fonte: Currículo Lattes (CNPq). Elaboração própria.

Quadro 2 – Potencial proporcional de formação de professores de economia no Brasil conforme o número de pós-graduados do centro

ORIENTADORES	CENTRO	NÚMERO DE ORIENTAÇÕES	NÚMERO DE PÓS-GRADUADOS	PARTICIPAÇÃO PROPORCIONAL
Geraldo Sant’Ana de Camargo Barros	ESALq	19	40	0,47
Pedro Cezar Dutra Fonseca	UFRGS	16	55	0,29
Mário Luís Possas	Unicamp	26	141	0,18
Wilson Suzigan	Unicamp	16	141	0,11

Fonte: Currículos Lattes (CNPq). Elaboração própria.

O Quadro 2 mostra um potencial de formação de professores de Pedro Fonseca ainda maior, de 29% das pós-graduações do seu centro, contra 40% de Geraldo Sant’Ana Barros, 18% de Mário Possas e 11% de Wilson Suzigan.

Quadro 3 – Distribuição dos atuais professores de economia formados pela UFRGS

(continua)

PUC-RS	4
UCB	2
UFAL	1
UFJF	1
UFPA	1
UFPB	3

(1) O Quadro 1 considera somente os orientandos que se tornaram professores de economia em departamentos com pelo menos um Programa de Pós-Graduação Acadêmico em 2013. Assim, é diferente do número total de orientações. Essas orientações foram autorreportadas pelos próprios orientandos em seus Currículos Lattes.

(conclusão)

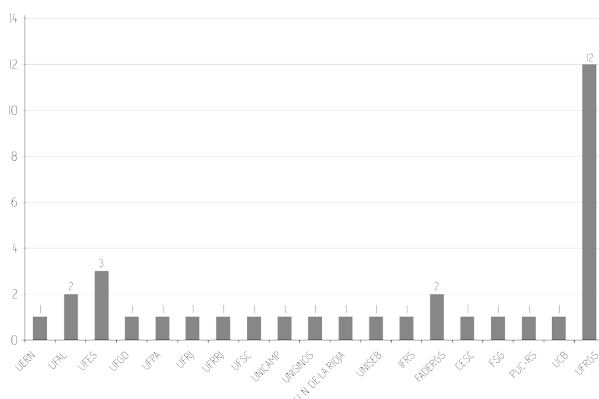
UFPel	4
UFPR	1
UFRGS	20
UFSC	3
UFSCar	2
UFSM	5
UFU	1
UFV	1
Unisinos	6
Total	55

Fonte: Currículo Lattes (CNPq). Elaboração própria.

O Quadro 3, por sua vez, mostra a distribuição dos professores formados pela UFRGS em nossa amostra, buscando sinalizar onde se distribuem os atuais ex-alunos desse centro e, com eles, os canais de influência acadêmica de Pedro Fonseca. É possível observar a importância da UFRGS e, conseqüentemente, dele (dada sua relevância entre essas orientações), principalmente entre aqueles professores de economia que atuam na região Sul do país.

Já o gráfico 1 mostra uma distribuição ampla dos orientandos-professores de Pedro Fonseca, entre as várias universidades do país, o que é outra forma de visualizar a amplitude de sua influência acadêmica.

Gráfico 1 – Distribuição dos atuais professores de economia orientados por Pedro Fonseca



Fonte: Currículo Lattes (CNPq). Elaboração própria.

Sua importância para a formação do corpo docente da própria UFRGS é inegável, conforme já visto no Quadro 1. Em relação às outras universidades, seus orientandos-professores se distribuíram de forma bastante ampla, com predomí-

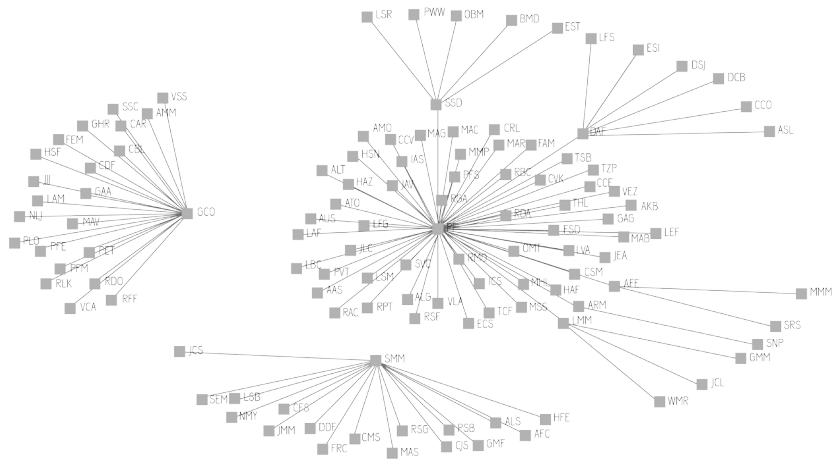
nio de escolas na região Sul (seguindo o padrão da própria UFRGS), mas também há centros no Nordeste e no Centro-Oeste. Assim, a segunda geração de professores, orientada por seus orientandos, mostrou penetração mais distribuída no país como um todo, ampliando a influência de suas ideias.

Finalmente, as Figuras 1 e 2 ilustram bem os resultados dessa influência, a partir de um gráfico de redes de pesquisa. Vemos nelas Pedro Fonseca, que aparece como o nodo central, seus orientandos, que se seguem como nodos conectados, e os orientandos destes últimos, formando uma rede maior de pesquisa e influência.

A Figura 1 refere-se ao conjunto de professores orientados por ele e por seus orientandos, onde se encontram alunos de áreas diferentes da econômica. É o caso de orientações de alunos das áreas de história e política, ilustrando a interdisciplinaridade do seu papel formador de professores. A Figura 2 restringe-se às orientações de professores de economia, mas continua bastante ampla e apresenta numerosas ramificações.

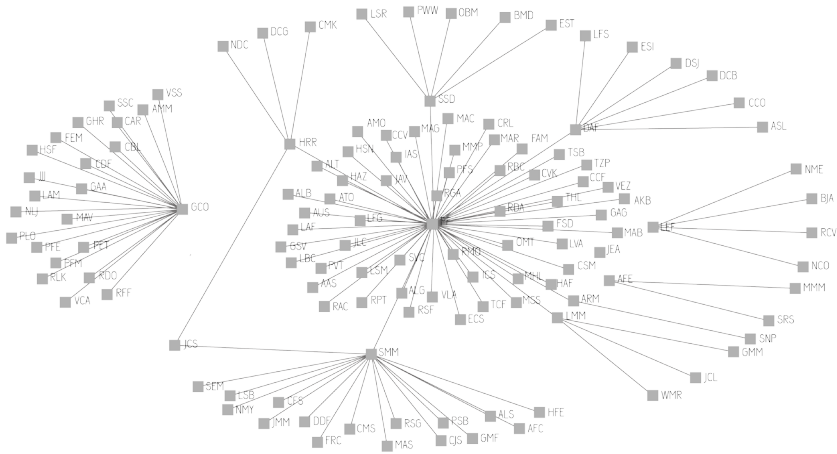
Podemos associar as duas figuras às copas de árvores, vistas de cima, a partir do caule central, Pedro Cezar Dutra Fonseca, dos galhos a ele articulados, seus orientandos, e suas ramificações, os professores por esses últimos orientados. Tal como uma grande copa de árvore, espalha sombra. As numerosas orientações aqui registradas estendem a influência acadêmica do professor, explicitando o seu potencial na formação de professores e no desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação no Brasil.

Figura 1 – Rede de orientandos do professor Pedro Fonseca – rede total



Fonte: Currículo Lattes (CNPq). Elaboração própria.

Figura 2 – Rede de orientandos do professor Pedro Fonseca – rede economia



Fonte: Currículo Lattes (CNPq). Elaboração própria.

Anexo 1 – Orientandos do professor Pedro Cezar Dutra Fonseca

Número	Aluno	Ano	tipo	SIGLA
1	André Marzulo Quintana	2001	M	AMQ
2	Cláudia Rosângela Mattos De Lima	2001	M	CRL
3	Flavio Almeida Migowsky	1991	M	FAM
4	Haidi Andiará Zimmermann	2008	M	HAZ
5	Luís Fernando Alcoba De Freitas	2006	M	LAF
6	Paulo Fernando Eiras Dos Santos	2004	M	PFS
7	Ricardo Dathain	1992	M	RDA
8	Roberto Balau Calazans	1991	M	RBC
9	Rosana Guazzelli Aldworth	1988	M	RGa
10	Márcio da Silva Mendonça Pereira	2003	M	MMP
11	Marubiara Azevedo da Rosa	2014	M	MAR
12	Adnan Abdallah El Sayed	2013	M	AAS
13	Márcia Aparecida Ferreira Campos	2007	M	MAC
14	Thiago Henrique Carneiro Rios Lopes	2012	M	THL
15	Jorge Armino Aguiar Varaschin	2013	M	JAV
16	Ana Luiza Backes	2004	D - POL	ALB
17	Luís Fernando Alcoba de Freitas	2012	D - ECO	LAF
18	Óliver Marcel Mora Toscano	2012	D - ECO	OMT
19	Stella del Pillar Venegas Calle	2013	D - ECO	SVC
20	Rosa Angela Chieza	2008	D - ECO	RAC
21	Vladimir Lautert	2012	D - ECO	VLA
22	Rafael Pereira Torino	2000	D - ECO	RPT
23	Ivan Carlos Almeida dos Santos	2002	M	IAS
24	Cláudio César Vogt	2003	M	CCV
25	Leonardo Segura Moraes	2014	M	LSM
26	Rafael Moraes	2010	M	RMO
27	Tuany Ciocci Ferreira	2015	M	TCF
28	Thales Augusto Zamberlan Pereira	2012	M	TZP
29	Leila Maria Bedeschi costa	2015	D - ECO	LBC
30	Clarisse Carvalho Faria	1995	M	CCF
31	Marcia Sanocki Stormowski	2011	D - HIST	MSS
32	Luís Felipe Giesteira	1998	M	LFG
33	Leonardo Monteiro Monastério	1995	M	LMM
34	Georgine Simões Visentini	2006	M - POL	GSV
35	Georgine Simões Visentini	2012	D - POL	GSV
36	Eduardo Carnos Scaletsky	1989	M	ECS
37	Ana Lucia Trevisan	2004	M	ALT

(continua)

(conclusão)

38	Venâncio Edgar Zulian	2002	M	VEZ
39	Christian Velloso Kuhn	2013	D - ECO	CVK
40	Arno Uszacki	2006	M	AUS
41	Cassio Silva Moreira	2011	D - ECO	CSM
42	Paulino Varela Tavares	2010	D - ECO	PVT
43	Heliane Müller de Souza Nunes	1997	M	HSN
44	José Elesbão de Almeida	2009	D - ECO	JEA
45	Ana Maria Rita Milani	2010	D - ECO	ARM
46	Jose Lazaro Celin	1984	M	JLC
47	Rodrigo Straessli Pinto Franklin	2012	M	RSF
48	Rodrigo Straessli Pinto Franklin	2015	D - ECO	RSF
49	Adriana Kirchof de Brum	2010	D - ECO	AKB
50	Danilo Araújo Fernandes	2003	M	DAF
51	Luiz Augusto Estrella Faria	1992	M	LEF
52	Ivan Colangelo Salomão	2010	M	ICS
53	Fabian Scholze Domingues	2014	D - ECO	FSD
54	Hélio Afonso de Aguiar Filho	2009	D - ECO	HAF
55	Sérgio Marley Modesto Monteiro	1999	D - ECO	SMM
56	Maria Heloísa Lenz	2001	D - HIST	MHL
57	Glaison Augusto Guerrero	2013	D - ECO	GAG
58	Leandro Valiati	2013	D - ECO	LVA
59	Ivan Colangelo Salomão	2013	D - ECO	ICS
60	Gentil Corazza	1984	M	GCO
61	Andrés Ferrari	2008	D - ECO	AFE
62	Marcelo Arend	2009	D - ECO	MAE
63	Simone Silva De Deos	1997	M	SSD
64	Alvaro Louzada Garcia	1991	M	ALG
65	Maria Lorena Allende Garcia	2007	M	MAG
66	Hernán Ramiro Ramirez	2005	D - HIST	HRR
67	Andreia Tonani	2001	M	ATO
68	Teresinha da Silva Bello	1992	M	TSB

Fonte: Currículo Lattes (CNPq). Elaboração própria.

REFERÊNCIAS

ARENDA, M.; FONSECA, P. C. D. Brasil (1955-2005): 25 anos de catching-up, 25 anos de falling behind. **Revista de Economia Política** (Impresso), v. 32, p. 33-54, 2012.

BASTOS, P. P. Z.; FONSECA, P. C. D. Desenvolvimentismo, Economia e Sociedade na

Era Vargas. In: BASTOS, P. P. Z.; FONSECA, P. C. D. (Org.). **A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade**. 1 ed. São Paulo: Unes, p. 9-19, 2012a.

BASTOS, P. P. Z.; FONSECA, P. C. D. (Orgs.). **A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade**. 1. ed. São Paulo: Unesp, v. 1. 477p, 2012b.

BORGATTI, EVERETT; FREEMAN. **Ucinet for Windows**: Software for Social Network Analysis, 2002.

CABELLO, A.; BARCELOS, R. **Economics Departments in Brazil and their relations**: a Social Networks approach based on Faculty Educational Background, ainda não publicada, 2014.

FERRARI FILHO, F.; FONSECA, P. C. D. **Which Developmentalism?** A Keynesian-Institutionalist Proposal. *Review of Keynesian Economics*, v. 3, p. 90-107, 2015.

FONSECA, P. C. D. Sobre o método em história econômica: aspectos teóricos. **Perspectiva Econômica** (São Leopoldo), v. 10, n. 29, p. 21-36, 1980, 1980.

FONSECA, P. C. D. Clássicos, neoclássicos e keynesianos: uma tentativa de sistematização. **Perspectiva Econômica** (São Leopoldo), v. 11, n. 30, p. 28-53, 1981.

FONSECA, P. C. D. RS: economia e conflitos políticos na República Velha; Prêmio BNDES Dissertação de Mestrado, 2º Lugar, 1981. Porto Alegre: Mercado Aberto, 144 p., 1983.

FONSECA, P. C. D. A transição capitalista no Rio Grande do Sul: a economia gaúcha na República Velha. **Estudos Econômicos**. Instituto de Pesquisas Econômicas, 1984a.

FONSECA, P. C. D. A política econômica governamental e os ciclos: reflexões sobre a crise atual. **Estudos Econômicos**. Instituto de Pesquisas Econômicas, v. 14, n. 2, p. 247-258, 1984b.

FONSECA, P. C. D. A ortodoxia posta em questão: a política econômica e a percepção governamental da crise dos anos 50. **Ensaio FEE**, v. 07, n. 001, p. 125-143, 1986.

FONSECA, P. C. D. As artimanhas da heterodoxia: uma interpretação do Plano Bresser. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 23-26, 1987a.

FONSECA, P. C. D. Estado e estabilização consciente: 1930-55. **Questões de Economia Política**, v. 3, p. 20-32, 1987b.

FONSECA, P. C. D. Três ensaios sobre planos heterodoxos. *Cadernos Pós-Graduação em Economia UFRGS*, v. 1, p. 1-6, 1987, 1987c.

FONSECA, P. C. D. Os caminhos tortuosos da nova política industrial. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 16, n. 12, p. 78-83, 1988.

FONSECA, P. C. D. **Vargas: o capitalismo em construção** (Prêmio Haralambos Simeonidis - Categoria Teses de Doutorado e Livro sem - Menção Honrosa). São Paulo, SP: Brasiliense, 1989. v. 1. 482 p, 1989.

FONSECA, P. C. D. Nem monetarismo nem inercialismo: o ecletismo teórico do Plano Collor. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 18, p. 24-30, 1990.

FONSECA, P. C. D. O método em economia: uma perspectiva histórica. In: REGO, J. M. et alii. (Org.). **Revisão da crise**: metodologia e retórica na história do pensamento econômico. São Paulo, SP: Editora Bional, p. 65-88, 1991a.

- FONSECA, P. C. D. As privatizações e a miséria da ideologia. **Economia em Perspectiva**, São Paulo, v. 86, p, 1991b.
- FONSECA, P. C. D. Positivismo, trabalhismo, populismo - a ideologia das elites gaúchas. **Ensaio FEE**, v. 14, n. 2, p. 410-421, 1993.
- FONSECA, P. C. D. (1995). Inflation Cronica y Politicas Sociales - el caso de Brasil. In: VILAS, M. C. (Org.). **Estado y politicas sociales despues del ajuste** - Debates y alternativas. Mexico: Nueva Sociedad, p. 31-45.
- FONSECA, P. C. D. Políticas Sociais e Estabilização Econômica no Brasil. **Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS**, Porto Alegre, v. 5, p. 45-64, 1996.
- FONSECA, P. C. D. Política econômica e nacionalismo no Estado Novo. In: SZMREC-SÁNYI, Tamás; SUZIGAN, W. (Org.). **História econômica do Brasil contemporâneo**. São Paulo, SP: HUCITEC, p. 17-29, 1997a.
- FONSECA, P. C. D. Keynes, a CEPAL e as origens do desenvolvimentismo. In: MENDONÇA, Sônia; GUIMARÃES, C. G. (Org.). Anais do II Congresso Brasileiro de História Econômica e 3ª Conferência Internacional de História de Empresas. Niterói, RJ: Editora da UFF, 1997, p. 227-247, 1997b.
- FONSECA, P. C. D. Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo-Sul: A Regional Pro-Development Institution. **Business and Economic History**, v. 27, p. 367-377, 1998.
- FONSECA, P. C. D. As origens teóricas do pensamento da CEPAL. In: POLETTI, D. V. (Org.). **50 anos de Manifesto da CEPAL**. Porto Alegre, RS: Editora da PUCRS, p. 23-46, 2000.
- FONSECA, P. C. D. O método como tema: controvérsias filosóficas, discussões econômicas. In: CORAZZA, G. (Org.). **Métodos da ciência econômica**. 1ed. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, v. 1, p. 17-34, 2003a.
- FONSECA, P. C. D. Sobre a intencionalidade da política industrializante do Brasil na década de 1930. **Revista de Economia Política**, São Paulo, SP, v. 23, p. 133-148, 2003b.
- FONSECA, P. C. D. O processo de substituição de importações. In: REGO, José Márcio; MARQUES, R. M. (Org.). **Formação econômica do Brasil**. 1 ed. São Paulo, SP: Editora Saraiva, p. 248-282, 2003c.
- FONSECA, P. C. D. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. **Pesquisa & Debate**, São Paulo, SP, v. 15, n. 2 (26), p. 225-256, 2004a.
- FONSECA, P. C. D. Legitimidade e credibilidade: impasses da política econômica do governo Goulart. **Estudos Econômicos**. Instituto de Pesquisas Econômicas, São Paulo, SP, v. 34, n. 3, p. 587-622, 2004b.
- FONSECA, P. C. D. Desenvolvimento econômico e distribuição de renda. In: SALVO, Mauro; PORTO JR, S. da S. (Org.). **Uma nova relação entre Estado, sociedade e economia no Brasil**. 1 ed. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC - Editora da Universidade de Santa Cruz do Sul, 2004, v. , p. 269-292, 2004c.
- FONSECA, P. C. D. O ecletoismo inovador: Bresser-Pereira e o desenvolvimento brasileiro. **Economia e Sociedade** (UNICAMP. Impresso), v. 16, p. 1-43, 2007.

FONSECA, P. C. D. O Brasil Meridional na *Formação econômica do Brasil*. In: COELHO, F. da S.; GRANZIERA, R. G. (Org.). **Celso Furtado e a Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Atlas, p. 116-124, 2009a.

FONSECA, P. C. D. **O processo de substituição de importações**. São Paulo, 2009. 63 p., 2009b.

FONSECA, P. C. D. UFRGS e BRDE: a história das duas instituições. In: SILVA, A. P. D. (Org.). UFRGS: Patrimônio do Estado. Porto Alegre: UFRGS, p. 67-76, 2010a.

FONSECA, P. C. D. Nem ortodoxia nem populismo: o segundo governo Vargas e a economia brasileira. Tempo. **Revista do Departamento de História da UFF**, v. 14, p. 19-58, 2010b.

FONSECA, P. C. D. Keynes: o liberalismo econômico como mito. **Economia e Sociedade** (UNICAMP. Impresso), v. 19, p. 425-447, 2010c.

FONSECA, P. C. D. O mito do populismo econômico de **Vargas**. **Revista de Economia Política** (Impresso), v. 31, p. 56-76, 2011.

FONSECA, P. C. D. A Revolução de 1930 e a economia brasileira. **Economia** (Brasília), v. 13, p. 843-866, 2012a.

FONSECA, P. C. D. Instituições e política econômica: crise e crescimento do Brasil na década de 1930. In: BASTOS, P. P. Z.; FONSECA, P. C. D. (Org.). **Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade**. 1 ed. São Paulo: Unesp, p. 159-178, 2012b.

FONSECA, P. C. D. Do progresso ao desenvolvimento: Vargas na Primeira República. In: BASTOS, P. P. Z.; FONSECA, P. C. D. (Org.). **Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade**. 1 ed. São Paulo: Unesp, p. 51-68, 2012c.

FONSECA, P. C. D. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. In: BASTOS, P. P. Z.; FONSECA, P. C. D. (Org.). **Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade**. 1 ed. São Paulo: Unesp, p. 21-49, 2012d.

FONSECA, P. C. D. O mito do populismo econômico de Vargas. In: LIMA, M. C. (Org.). **Os boêmios cívicos: a assessoria econômico-política de Vargas (1951-1954)**. 1 ed. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado, p. 145-172, 2013a.

FONSECA, P. C. D. Nem ortodoxia nem populismo: o segundo governo Vargas e a Economia Brasileira. In: LIMA, M. C. (Org.). **Os boêmios cívicos: a assessoria econômico-política de Vargas (1951-54)**. 1 ed. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado, p. 17-65, 2013b.

FONSECA, P. C. D. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. In: CALIXTRE, A. B.; BIANCARELLI, A. M.; CINTRA, M. A. C. (Org.). **Presente e futuro do Desenvolvimento Brasileiro**. 1 ed. Brasília: IPEA, 2014, v. , p. 29-78, 2014.

FONSECA, P. C. D. Bresser-Pereira como intérprete do desenvolvimento brasileiro. In: OREIRO, J. L.; PAULA, L. F. de; MARCONI, N. (Org.). **A teoria econômica na obra de Bresser-Pereira**. 1 ed. Santa Maria: UFSM, v. 1, p. 39-67, 2015a.

FONSECA, P. C. D. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. In: DATHEIN, R. (Org.). **Desenvolvimentismo: o conceito, as bases teóricas, as políticas**. 1 ed. Porto Alegre: UFRGS, p. 13-71, 2015b.

- FONSECA, P. C. D.; CORAZZA, G. **A Junta Comercial no contexto da economia do Rio Grande do Sul**. 1. ed. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 175 p., 2003.
- FONSECA, P. C. D.; CUNHA, A. M.; BICHARA, J. O Brasil na Era Lula: retorno ao desenvolvimentismo? **Nova Economia** (UFMG. Impresso), v. 23, p. 403-428, 2013.
- FONSECA, P. C. D.; MOLLO, M. L. R. Metalistas x papelistas: origens teóricas e antecedentes do debate entre monetaristas e desenvolvimentistas. **Nova Economia** (UFMG. Impresso), v. 22, p. 203-233, 2012.
- FONSECA, P. C. D.; MONTEIRO, S. M. M. O Estado e suas razões: o II PND. **Revista de Economia Política** (Impresso), v. 28, p. 28-46, 2008.
- FONSECA, P. C. D.; HAINES, A. E. F. Desenvolvimentismo e política econômica: um cotejo entre Vargas e Perón. **Economia e Sociedade** (UNICAMP. Impresso), v. 21, p. 1043-1074, 2012.
- FONSECA, P. C. D.; MOREIRA, C. S. O projeto do Governo Goulart e o II PND: um Cotejo. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, v. 33, p. 5-37, 2012.
- FONSECA, P. C. D.; PAES, L. O.; CUNHA, A. M. The Concept of Emerging Power in International Politics and Economy. *Revista de Economia Política* (Impresso), v. 36, p. 46, 2016.
- FONSECA, P. C. D.; TAVARES, P. V. Estamento burocrático e intencionalidade: Raymundo Faoro e Florestan Fernandes. **Revista de Economia Política e História Econômica**, v. 16, p. 56-74, 2009.
- LAAN, C. R. V. CUNHA, A. M.; FONSECA, P. C. D. Os pilares institucionais da política cambial e industrialização nos anos 1930. **Revista de Economia Política** (Impresso), v. 32, p. 597-614, 2012.
- MOLLO, M. L. R.; FONSECA, P. C. D. Desenvolvimentismo e novo-desenvolvimentismo: raízes teóricas e precisões conceituais. **Revista de Economia Política** (Impresso), v. 33, p. 222-239, 2013.
- MONTEIRO, S. M. M.; FONSECA, P. C. D. Credibility and Populism: the Economic Policy of the Goulart Administrations in Brazil. **Estudos Econômicos** (São Paulo. Impresso), v. 42, p. 511-544, 2012, 2012.
- RODRIGUES, L. L.; SCHMIDT, P.; Santos, J. L. d.; FONSECA, P. C. D. A research note on accounting in Brazil in the context of political, economic and social transformations, 1860-1964. **Accounting History** (Geelong), v. 16, p. 111-123, 2011.
- SALOMÃO, I. C. ; FONSECA, P. C. D. Heterodoxy and Industrializaion in an Agrarian-Exporting Context: Rui Barbosa's Economic Thought. **America Latina en la Historia Económica**, v. 22, p. 150-178, 2015.



4

REVOLUÇÃO FEDERALISTA: QUANDO SE ENFRENTARAM O PASSADO E O FUTURO

LUIZ ROBERTO PECOITS TARGA

Bacharel em história (1966) e em economia (1973), mestre em economia (1973) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutor (2002) em economia pela Université Pierre Mendès France Grenoble. Pesquisador aposentado da Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE).

Os conflitos engendrados pelo colapso do escravismo no Brasil que levaram à mudança para o regime republicano fizeram com que se defrontassem, no Rio Grande do Sul de então, o passado e o futuro. Os conflitos fizeram com que a disputa pelo poder de estado no Rio Grande do Sul (RS), logo no início da Primeira República, se tenha, praticamente, precipitado na chamada “Revolução Federalista”. Então, em quê ela foi importante e qual o significado dessa passagem da história sul-rio-grandense e brasileira? E qual a natureza da intervenção de Pedro Fonseca na interpretação dessa passagem.

I. QUAL A RAZÃO DO NOME?

Antes de tudo, examinemos o nome por ela recebido: “Revolução Federalista”, pois ela nem foi revolução nem foi federalista.

Não foi revolução porque quem a havia feito, realmente, fora o grupo de positivistas que havia tomado o poder no estado e promulgado uma Constituição (de fato, outorgada), que não só detonou a dominação tradicional da oligarquia do RS como também possuía mecanismos que impediam definitivamente a volta ao poder por parte desse grupo tradicional da região. E foi essa oligarquia regional que então promoveu o movimento militar. Assim, esse movimento foi uma contrarrevolução e o senador Pinheiro Machado deixou isso bem claro em sessão do Congresso Nacional¹. Então, esse enfrentamento militar não foi uma revolução, seria mais correto chamá-lo de “guerra civil”.

Mas o movimento também não foi federalista, já que se constituiu por um amálgama de forças com programas díspares que não conseguiam se enfeixar em uma unidade, exceto no que tange à oposição aos radicais republicanos positivistas no poder. Nessa frente oposicionista aos positivistas gaúchos, haviam os “unitaristas”, os parlamentaristas, os republicanos dissidentes do grupo positivista e, enfim, os monarquistas, mas, sobretudo, ninguém era federalista propriamente dito.

(1) Esta é também a interpretação de Joseph Love (1993, p. 15). No entanto, à época, a aplicação dos termos de “revolução” e de “contrarrevolução” foram aplicados alternativamente às ações de um e de outro grupo, como mostrou Helga Piccolo (1993, p. 35-41).

2. ENTÃO, COMO PROCEDEU PEDRO FONSECA E QUAL O SENTIDO DE SUA INTERVENÇÃO?

Ora, nas análises sobre essa guerra civil, a intervenção de Pedro Fonseca foi definitivamente esclarecedora (foi um *insight*, uma sacação de qualidade superior), pois foi ele que justificou, no conflito maior que inaugurou a República no Sul, o choque de dois projetos antagônicos para o então futuro da sociedade sul-rio-grandense. Não que outros autores, no correr do ano de 1993, não tivessem feito referência ao conflito de projetos (PESAVENTO, 1993, p. 14-15) e mesmo referido a importância maior de seu fundo econômico (PICCOLO, 1993, p. 41), mas foi Pedro que fundamentou a diferença dos projetos nos planos para sair da crise que há já, então, 10 anos assolava a economia do Sul².

E quando identificou a diferença entre os dois projetos, Pedro estabeleceu de um só golpe não somente a profunda e vital diferença dos projetos entre si, mas também suas relações com a temporalidade. Os outros autores, em geral, situam conflitos de ordem política e ideológica, tais como o confronto entre presidencialistas e parlamentaristas, ou entre positivistas autoritários e liberais, ou entre Estado unitário e Estado confederado, ou entre separatistas e não separatistas, todos subjacentes como questões de ordem política na pauta dos congressistas brasileiros ao examinarem a guerra civil (Piccolo, 1993, p. 35-41)³. Estas ou quaisquer outras distinções que pudessem ser lembradas empalidecem frente à radicalidade do verdadeiro conflito subjacente à interpretação de Pedro: passado ou futuro?

Vejamos, antes de tudo, o nível de severidade da crise da economia regional na última década do Império e porque ela criou uma crise na dominação de classe no RS.

Como sabemos, no final do século XIX ainda não havia uma economia nacional no Brasil, o que existia, na feliz expressão de Francisco de Oliveira, era um arquipélago de economias regionais não articuladas umas às outras, exceto pelo RS que, já no século XVIII, fornecia gado de abate e de transporte à economia do ciclo minerador de Minas Gerais.

Mas metade da área sul-rio-grandense estava sob influência da economia que girava em torno do poder comercial de Montevidéu. Essa influência se estendia ao planalto e cobria quase todo o pampa sul-rio-grandense. Pois, já por 1884,

(2) Mas foi Susana Bleil de Souza que descreveu minuciosamente e longamente o andamento dessa crise, com os detalhes políticos e econômicos e também os relativos à política nacional e à política uruguaia e, assim, seu mérito é imbatível. Para um resumo feito pela própria autora, ver Souza (1993, p. 25-33). Dessa forma, todas as informações sobre a crise nas páginas seguintes foram extraídas desse texto de Susana.

(3) Helga Piccolo, em sua análise dos temas debatidos no Congresso Nacional sobre a guerra civil então em andamento, salienta que os conteúdos atribuídos às partes em luta eram tão somente políticos, esquecendo os dois projetos de desenvolvimento econômico em pauta (PICCOLO, 1993, p. 41).

o governo uruguaio havia, propositadamente, feito estender seus ramais ferroviários até as cidades fronteiriças com o RS e assim conseguira colocar sob sua dependência, apoiado no contrabando, os capitais comerciais do Sudoeste do RS. Rapidamente esses capitais comerciais da fronteira passaram a meros prepostos do grande capital comercial da capital da República Oriental e os produtos importados por Montevideú e contrabandeados para o mercado interno sul-rio-grandense alastravam sua influência à grande parte da província sulina.

Essa vitória na competição, que derrotava os capitais comerciais do Leste (de Pelotas, Rio Grande e de Porto Alegre), apoiava-se nas inúmeras vantagens físicas e tributárias que detinha o porto de Montevideú sobre o de Rio Grande. Entre elas: o porto era mais profundo e abrigado, resultando em capacidade de acolhimento de navios de maior calado, com cargas maiores e não dependentes dos caros transbordos exigidos pelo porto de Rio Grande, assim como das dificuldades de descarga. Isso tudo não somente tornava as mercadorias mais caras como também os seus seguros. Além disso, o Uruguai tinha tarifas de importação praticamente nulas, se as havia, e o RS lidava com as elevadas taxas imperiais. Então as mercadorias que entravam pela fronteira possuíam vantagens imbatíveis.

Para tentar apaziguar os conflitos entre os dois tipos de capitais comerciais, foram criadas, em julho de 1888, zonas fiscais onde as mercadorias provenientes do Uruguai poderiam circular. Os comerciantes legais da fronteira faziam essas guias. Mas eles eram, o mais das vezes, os próprios contrabandistas e, assim, legalizavam o que precisavam e queriam. Então, mercadorias do Leste foram interceptadas no interior do RS por não possuírem as ditas guias. A confusão se generalizou e todos os capitais, tanto do Leste como os da fronteira, ficaram descontentes.

Foi então que os capitais do Leste conseguiram a criação de uma espécie de zona franca para todo o território. E, assim, somente no RS foi implantada uma tarifa única e baixa de importação e exportação. Mas parece que isso também não resolveu o problema de equalizar as condições da concorrência, pois outros fatores estavam atuando.

Esses fatores foram melhorias tecnológicas de dois diferentes tipos: primeiro a melhoria da qualidade dos planteis no Uruguai, o que provocou também a queda dos preços e esse produto, melhor e mais barato, deslocou a demanda das charqueadas de Pelotas da Campanha sul-rio-grandense para os planteis uruguayos, fato que deprimiu em muito os preços do gado da Campanha, que era o melhor gado do RS. Isso colocou os charqueadores de Pelotas contra os pecuaristas da Campanha.

A segunda melhoria tecnológica ocorreu nos transportes ferroviários nos dois lados da fronteira, o que consolidou a invasão do contrabando de produtos de Montevideú por quase todo o território do RS.

Todavia, proclamada a República no Brasil, o ministro da Fazenda (Rui Barbosa), em 1890, aboliu a tarifa única, ordenou seu aumento, mesmo que paulatino, e começou a implementar a perseguição ao contrabando na fronteira com o Uruguai. Ação endossada e empreendida pelos positivistas no poder regional. Isso colocava os pecuaristas e os contrabandistas da fronteira (capitais comerciais) em confronto com o governo estadual dos positivistas, ainda mais que esta região da fronteira com o Uruguai localizava os melhores quadros do Partido Liberal do Império, que havia dominado o RS durante a última década, liderados pelo senador (e conselheiro do Império) Gaspar Silveira Martins, líder incontestado da oligarquia fundiária gaúcha. Esse homem organizou e fundou o Partido Federalista, que concentrou o poder da oposição ao presidente do RS, o positivista Júlio de Castilhos.

É preciso assinalar também que o fechamento da fronteira conduziu à falência os capitais comerciais fronteiriços subordinados a Montevidéu e criou o espaço territorial para o desenvolvimento do mercado interno regional. Segundo o depoimento do cônsul inglês, citado por Susana Bleil de Souza (1993, p. 32), em 1892, os efeitos positivos das medidas governamentais já se faziam sentir, pois o aumento das tarifas aduaneiras e a política cambial republicana favoreceram os setores manufatureiros em detrimento do comércio com o exterior e assim as fábricas de tecidos, algodão e lã, cerveja, sabões e velas, azeite e também as manufaturas de botões e pentes de ossos estavam a se desenvolver localmente.

Retomando, então, o projeto dos positivistas, não aceitava o *status quo* da economia e queria transformá-lo, enquanto o da oligarquia tradicional queria aprofundar o modelo pecuário exportador e fazer com que se tivesse mais do mesmo: o de sempre. Assim, a formulação de Fonseca tornou irremediavelmente claras as posições dos grupos que se confrontavam daquela cisão da classe dominante (e também dirigente) regional. Um grupo se voltava para a transformação e para o futuro, o outro, para a permanência e para o passado. Ou seja, enfrentavam-se dois projetos inconciliáveis para a continuidade da sociedade sul-rio-grandense. Eles se chocariam nessa violenta guerra civil.

A natureza do conflito e a profundidade da ruptura estabelecida pela guerra civil aparece com clareza em três textos literários relativamente contemporâneos aos conflitos.

Primeiro, é exatamente nos mesmos termos de Pedro que Alcides Maya conta, em 1911, o conflito de dois irmãos pela administração da estância paterna, onde um quer criar uma escola agrícola, fomentar a colonização, revolucionar os métodos de administração da estância, melhorar o manejo do gado e alterar a qualidade do rebanho e o outro quer que tudo permaneça como está, valorizando os métodos tradicionais e o gado xucro, o que os torna logo adversários e depois inimigos na guerra fratricida (MAYA, 1993, p. 14-20). Matam-se no primeiro embate.

Mas a qualidade da diferença abismal entre os dois projetos e a profunda ruptura com o passado implantada pelos positivistas aparece ainda mais claramente em Rubens de Barcellos (um positivista) e em Moysés Vellinho (um liberal), ambos em depoimentos da década de 1920, quando debatem as relações entre sociedade e literatura, pois a oposição aos positivistas novamente se havia levantado em armas em 1923 (e os dois textos são de 1925).

Assim, Rubens de Barcellos respondendo a Afonso Arinos (pseudônimo de Moysés Vellinho), examina a re-edição da Revolução Federalista pelos liberais de 1923, apontando no *Correio do Povo*, de 30 de agosto de 1925:

A luta de 1923 veio provar que a tradição de rebeldia guerreira está em declínio. Foi um surto tardio, agônico, duma força em recuo. A guerra política, pelejada à gaúcha, está a passar: é uma viajeira que marcha, no tranqüilo, no rumo das antigualhas. [... Já pensou o meu amigo que os homens da revolução, que a fizeram, que a dirigiram, acaudilhando-a, foram veteranos, representantes da tradição, forças reacionárias do passado? Fortes e bravos, sem duvida. Mas que fizeram senão fugir dos trens de ferro, dos automóveis, dos telégrafos, das metralhadoras, manejados pelas mãos da autoridade? O progresso material, com sua teia de forças mecânicas e interesses econômicos, inimigo implacável das antigas formas de heroísmo gaúcho, circunscrevendo-lhe e limitando-lhe a ação, manietou-o e venceu-o (BARCELLOS, 1960, p. 116-117).

Então, em 1923, já o futuro se havia imposto no Sul com o progresso da indústria e dos meios materiais, tal como fora projetado pelos positivistas mesmo antes de sua tomada do poder em 1892. Barcellos descreve o abismo que separa a base material do governo da dos opositoristas que chama, corretamente, de reacionários. Aqui constata-se que o futuro já vencera.

Agora vejamos o depoimento, no mesmo debate sobre as relações entre literatura e sociedade, de Moysés Vellinho (sob o pseudônimo de Afonso Arinos), descrevendo criticamente a profundidade da ruptura trazida pelos positivistas gaúchos ao universo do Sul e sua diferença em relação ao Brasil:

Aí verá, então, o Sr. Rubens de Barcellos que arte e política nem sempre seguem rumos indiferentes, chegando, mesmo, a mutuar influências decisivas para a sua caracterização recíproca. Verá que o regime republicano, antepondo-se, de inopino, ao curso lento e monótono da sociedade brasileira, ou rompendo luta franca contra nossas peculiaridades em elaboração, não formou, entre os fatores mais propícios ao desdobramento seguro e lógico do poderoso romantismo nacional, desdobramento que não se verificou, e até pelo contrario, virou dispersão e desnorтеio, mercê, naturalmente, da guerra viva que as nossas poucas tradições

sofreram por parte da idéia nova. E no Rio Grande, onde maior se fez a desarmonia entre o espírito tradicional e os princípios importados de longe, a crise agravou-se. Aqui, como no Brasil em geral, não assistimos, com a queda da Monarquia, a uma substituição espontânea de formulas, mas a uma violenta superposição de regimes (ARINOS, 1960, p. 140-141).

Assim, Arinos depõe sobre a violência da revolução e a profundidade da ruptura com o passado da província, quando o curso da história era lento e as mudanças eram suaves, atestando que, então, sobreveio essa mudança súbita, essa aceleração que dispersa e desnorteia com a violenta superposição de regimes, pois, acrescentamos nós, reorienta o curso da história.

Arinos também testemunha que a ruptura foi mais profunda no RS que alhures. E sabemos a razão: as elites dos outros estados não tiveram cisões em seu seio e simplesmente viraram a casaca, passaram, da noite para o dia, de monarquistas para republicanos. Frequentemente, a república brasileira que resultou dessa transformação foi denominada, em seu próprio tempo, de “República dos Conselheiros” (do Imperador). Ou seja, alhures pelo Brasil, pouca coisa havia efetivamente sido alterada.

Enfim, o que possibilitou a emergência de projetos antagônicos foi que aquela longa crise econômica precipitou uma crise na dominação da sociedade do Sul, pois a crise que se arrastava sem solução foi colocando umas contra as outras as quatro frações mais importantes da classe dominante do Sul (BARETTA, 1985, p. 25-33), enfraquecendo a dominação e permitindo a formulação dos projetos antagônicos. Durante a crise, foram se confrontando os grandes pecuaristas da Campanha e os charqueadores de Pelotas, e a crise também colocou em confronto mortal os capitais comerciais do Leste contra capitais comerciais do Sudoeste (prepostos do grande capital comercial de Montevideu)⁴. O circo estava, pois, armado.

3. POR QUE A COLOCAÇÃO DE PEDRO FOI IMPORTANTE?

A importância da formulação de Pedro reside no fato de ela ter permitido perceber consequências importantes na ação dos positivistas, pois apareceu claramente na sua conduta um pensamento inconformista com o seu presente e, então, a formulação de uma proposta transformadora e reorientadora da realidade regional.

(4) A identificação das frações em conflito foi feita por Duncan Baretta (1985), já a hipótese de que isso levou à uma crise na dominação e que está na base da possibilidade de formulação de dois projetos é nossa (TARGA, 2002).

Assim, a análise de Pedro Fonseca permitiu perceber que eles foram os primeiros desenvolvimentistas no país, também porque aquilo que formularam e o que vieram a implantar na sociedade gaúcha, compareceu, conseqüentemente, nos fundamentos desenvolvimentistas do projeto de Getúlio Vargas para o Brasil: o Estado Desenvolvimentista Brasileiro. Pensamento e prática que até hoje permeia a discussão de estratégias e políticas econômicas e sociais para este Brasil, com abordagens diversas, mas com o mesmo fundo onde passado e futuro se enfrentam.

Não poderia ter sido de outro modo, pois o esmagamento da oposição na guerra civil de 1893-1895 foi uma das tarefas do Estado burguês⁵ em implantação no Sul e somente no RS, pois no resto do país essa implantação só vai ocorrer quase 40 anos depois, com a subida de Vargas para a presidência, a partir de 1930.

Com essa guerra civil foi criada a autonomia relativa do Estado em relação à classe dominante regional (a oligarquia fundiária). E, desse modo, a guerra evidencia que houve uma Revolução Burguesa violenta no Brasil, mas que ela ocorreu somente no Rio Grande do Sul. Ou seja, a Revolução Burguesa violenta não ocorreu em nenhum dos dois epicentros brasileiros, nem no da política, Rio de Janeiro, nem no da economia nacional, São Paulo. Não é à toa que o evento tenha tomado a forma de uma violenta guerra civil.

As outras duas tarefas de implantação do Estado burguês realizadas pelos positivistas no poder foram: 1) a reforma fiscal para aliviar o orçamento público da dependência exclusiva do imposto de exportação (dependência que, no Sul, terminou já em 1913) através da criação (com a efetiva implantação) do imposto territorial, sobretudo, incidindo sobre a grande propriedade fundiária. Esse ineditismo da promoção da reforma fiscal ocorreu somente no RS, onde a pauta tributária foi efetivamente diversificada; e 2) a promoção da separação das esferas pública e privada, que no Sul foi realizada através do enfrentamento da questão da apropriação privada e fraudulenta das terras públicas no caminho de expansão da colonização, no final do Império. Essa apropriação privada era comum a todo o Brasil, mas somente no Rio Grande ocorreram processos contestatórios. Assim, durante oito anos, o governo do RS instalou processos de discriminação das terras públicas para reverter esse fato e, então, especuladores com terras foram processados e a base da construção dos latifúndios (apropriação privada do bem público) foi atacada. Compreende-se que em uma economia agrária, atacar esse instituto tradicional de formação do latifúndio foi um ato revolucionário e inédito no país (TARGA, 2010, p. 72-87).

Então, Pedro assinalou que esses positivistas gaúchos perceberam que o futuro da sociedade do Rio Grande do Sul não estava na continuação do uso de práticas monopólicas forjadas pelo latifúndio pastoril com sua proposta liberal de especialização na divisão internacional (e nacional) do trabalho, mas na fértil e

(5) As 3 tarefas do Estado burguês em implantação no Brasil foram definidas por Decio Saes (2000).

polivalente atividade das colônias gaúchas de povoamento, com sua intensa divisão do trabalho e enorme atividade comercial, ou seja, no desenvolvimento do mercado interno regional e nacional, outra surpreendente novidade no contexto e na mentalidade brasileira agroexportadora.

Esses três fenômenos que somente ocorreram no RS e não no resto do país (exceto por curtos períodos sem consequência em um ou outro Estado da Federação) atestam que a Revolução Burguesa brasileira teve origem no Sul.

A fundação da República no Sul, desse modo, confrontou violentamente os oligarcas que queriam a permanência do *status quo* e mesmo uma volta ao passado, mantendo o seu exclusivo pecuário (o RS seria, então, tão somente pecuário), e os positivistas que desejavam a superação desse presente-passado por um futuro que levasse o progresso econômico às camadas mais amplas da população regional, às colônias de povoamento, à cultura do arroz que dava outro uso ao latifúndio improdutivo e às emergentes e frágeis atividades industriais que brotavam incipientemente.

Então, a interpretação de Pedro foi importante porque permitiu pensar que, no limite, essa era uma atitude precocemente desenvolvimentista das lideranças do Partido Republicano Rio-Grandense, construindo um projeto de transformação que viria a se reafirmar no Brasil com a subida de Vargas ao poder em 1930 e que orientaria o comportamento do Estado brasileiro até 1990, projeto que foi depois derrotado por Collor e FHC e finalmente retomado, não sem certa timidez, por Lula e por Dilma, mas com estes, possuindo o mérito novo e verdadeiramente extraordinário de promover alguma distribuição de renda.

Pois até hoje o Brasil pejeja nesse conflito entre desenvolvimentistas transformadores da realidade miserável deste país, tentando a erradicação da miséria, o acesso de todos ao emprego e à educação, à seriedade no trato e na condução da coisa pública⁶, e os liberais oligarcas que só desejam, de fato, nesse quesito, liberdade para manter o atraso de sua eterna e exclusiva dominação, de serem os únicos detentores do poder de veicular somente a sua própria versão da realidade, confirmando-se eternamente no poder e sendo submissos aos poderes maiores internacionais. Foi um cínico da direita carioca, Arnaldo Jabor, que afirmou com clareza: “o atraso, no Brasil, é uma vitória da sua classe dominante”.

Pois é isso o que quer a oligarquia brasileira de ontem, como a de hoje, quer manter o atraso, reiteradamente ressuscitando-o no plano interno e no das relações internacionais do Brasil. Como no Brasil da Primeira República dominado pelos cafeicultores paulistas, a oligarquia (ontem como hoje) vira as costas para o povo brasileiro e para o seu futuro. Assim, é uma versão contemporânea e atualizada desse conflito que estivemos a assistir neste Brasil de 2016, neste cínico golpe

(6) Fenômeno evidente na administração positivista (1892-1930) e na petista do Sul.

de Estado, hipocritamente disfarçado de impedimento, sobre o mandato da presidenta Dilma Vana Rousseff. E, desse modo, no Rio Grande como no Brasil, o nosso presente envergonha arrogantemente o seu passado: já fomos muito melhores.

REFERÊNCIAS

ARINOS, A. Pessimismo e Realidade. In: Barcellos, R. De. **Estudos rio-grandenses: motivos de história e de literatura**. Porto Alegre: Globo, 1960.

BARCELLOS, R. **Estudos rio-grandenses: motivos de história e de literatura**. Porto Alegre: Globo, 1960.

BARETTA, S. D. **Political violence and regime change: a study of the 1893 civil war in Southern Brazil**. Tese (PhD) - Pittsburg, University of Pittsburg, 1985.

FONSECA, P. C. D. Revolução Federalista: uma interpretação. In: ALVES, F.; TORRES, L.H. (Ed.) **Pensar a Revolução Federalista**. Rio Grande: Universidade de Rio Grande, 1993.

LOVE, J. Reflexions on the Revolution of 1893. In: ALVES, F.; TORRES, L. H. (Ed.) **Pensar a Revolução Federalista**. Rio Grande: Universidade de Rio Grande, 1993.

MAYA, A. Inimigos. In: MOREIRA, M. E. & BAUNGARTEN, C. A. **Literatura e guerra civil de 1893**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1993.

PESAVENTO, S. J. Revolução federalista: memória revisitada. In: POSSAMAI, Z. (Org.), **Caderno Porto&Vírgula**, n. 3. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1993.

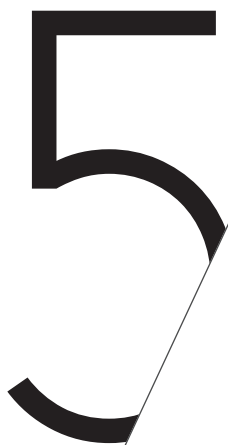
PICCOLO, H. I. L. A visão da Revolução Federalista no Congresso Nacional. In: POSSAMAI, Z. (Org.), **Caderno Porto&Vírgula**, n. 3. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1993.

SOUZA, S. B. A fronteira na Revolução de 1893. In: POSSAMAI, Z. (Org.), **Caderno Porto&Vírgula**, n. 3. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1993.

SAES, D. Prefácio In: PERISSINOTTO, R. **Estado e capital cafeeiro em São Paulo 1889-1930**. São Paulo: FAPESP, 2000.

TARGA, L. R. P. A formação social e territorial (FS&T) sul-rio-grandense na longa duração e a identidade regional. In: **Três décadas de economia gaúcha: o ambiente regional**, O. A. Conceição, O. A., Grandó M. Z., Faria, L. A. De, Teruchkin, S.U. (Orgs.). Porto Alegre: FEE, 2010.

TARGA, L. R. P. **Le Rio Grande do Sul et la création de l'Etat "développementiste" brésilien**. Grenoble: Université Pierre Mendes France. 2002 (tese de doutorado).



5

PEDRO DUTRA FONSECA,
INTÉRPRETE INOVADOR DA
REVOLUÇÃO BURGUESA NA
ERA VARGA

PEDRO PAULO ZAHLUTH BASTOS

Bacharel (1993) em economia, mestre (1996) em ciência política e doutor (2001) em economia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE, 2009-2011). Professor associado (livre-docente) do Instituto de Economia da Unicamp.

Pedro Dutra Fonseca é um autor de vasta obra, que se estende por um grande número de temas (teóricos, metodológicos e históricos) e de amplo arco temporal. Poucos duvidariam, contudo, que a questão sobre a qual mais se aprofundou, mais se estendeu e mais reelaborou foi o significado da Revolução Burguesa no Brasil, ou seja, do conjunto de transformações que consolidaram um capitalismo de certo tipo no Brasil, com ênfase especial na Era Vargas.

Tenho a honra de ter organizado um livro sobre o tema com Pedro e de termos assinado conjuntamente o capítulo de introdução do mesmo livro, que é seu terceiro e no qual contribui com mais três artigos. O livro em questão chama-se a *Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. Além da introdução conjunta, Pedro publicou versões levemente revisadas de artigos excelentes que traçavam as origens da ideologia e da política desenvolvimentista no Brasil.¹

Os dois primeiros livros de Pedro, porém, foram os que o projetaram na cena acadêmica brasileira. O primeiro resulta de sua dissertação de mestrado, intitulado *RS: economia e conflitos políticos na República Velha*, e obteve o segundo lugar no V Prêmio BNDES de Economia (1981), um feito importante em uma academia que costuma discriminar trabalhos históricos. O segundo, *Vargas: o capitalismo em construção*, resultou de sua tese de doutoramento na Universidade de São Paulo (USP) e recebeu menção honrosa no Prêmio Haralambos Simeonidis da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (1987).

Quais as inovações fundamentais e as contribuições duradouras de Pedro Dutra Fonseca nesses dois livros? Vou me concentrar de início nas posições teóricas implícitas a algumas de suas contribuições para daí discuti-las sinteticamente com exemplo nas obras históricas. É verdade que Pedro não explicitou sempre suas posições teóricas, mas creio que elas podem ser facilmente identificadas, inclusive para aprofundá-las teoricamente ou, mesmo, para orientar novas pesquisas históricas. Vou destacar pelo menos cinco, talvez não originais em si mesmas, mas sim em sua interação na tessitura do entendimento da realidade, à medida que as ciências sociais se desdobram em análises históricas totalizantes:

1. Ao invés de entender a burguesia brasileira como um ente homogêneo marcado por características culturais herdadas da formação colonial ou, pior, do “patrimonialismo ibérico”, Pedro preferiu aprofundar a pesquisa histórica para entender não apenas a diferença da burguesia brasileira, mas de seus fracionamentos regionais, ideológicos e setoriais;
2. Fracionamentos internos implicam conflitos intraclasses, que certa-

(1) Como me concentrarei nos dois primeiros livros, esses capítulos não serão discutidos aqui. São eles: “Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil”; “Do progresso ao desenvolvimento: Vargas na Primeira República”; “Instituições e política econômica: crise e crescimento do Brasil na década de 1930”.

- mente interagem com os conflitos entre classes, mas preservam alguma autonomia e têm efeitos relevantes para explicar as transformações políticas, econômicas e institucionais estudadas;
3. O fracionamento não pode ser explicado apenas por características econômicas, ou melhor, pela influência da inserção econômica na definição da identidade e dos interesses de cada agrupamento social: a cultura e, mais precisamente, a ideologia expressa nos embates políticos é formadora das identidades e dos interesses e não emana simplesmente da inserção na estrutura econômica;
 4. Como a burguesia se fraciona, as camadas populares e médias também o fazem por características econômicas, ideológicas e políticas, ou seja, oriundas das circunstâncias das correlações de poder e de representação política, e também têm presença relevante no encaminhamento dos conflitos que moldam a história;
 5. O papel da liderança política não pode ser limitado ao de mero joguete das estruturas; a liderança é certamente sobredeterminada pela história, mas tem uma autonomia relativa em relação às estruturas, no sentido em que interpela agrupamentos sociais e ajuda a constituir sua cultura, identidade e interesse político, contribuindo para refazer a história a partir das condições dadas e herdadas do passado, na fórmula célebre de Karl Marx.

Como disse, os cinco pontos teóricos estão frequentemente em interação na pesquisa histórica de Pedro, sendo difícil separá-los a não ser para motivos analíticos. No primeiro livro, por exemplo, os fracionamentos regionais, ideológicos e setoriais são claros mesmo no microcosmo do Rio Grande do Sul da Primeira República. Ali, os latifundiários criadores de gado e exportadores de charque, concentrados na Campanha Gaúcha (sul do RS), aderem ao liberalismo econômico e formam partidos de oposição contra o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), que domina todo o período e ao qual Vargas se vincularia.

Qual a base dessa oposição regional? Ela tem fundamento econômico: os latifundiários querem apoio estadual para a defesa do charque e protecionismo federal contra a concorrência platina no mercado do Centro-Sul do país. É verdade que seus partidos fazem uma crítica liberal ao positivismo interventor do PRR, mas seu liberalismo é tipicamente hipócrita: querem apoio estadual e protecionismo federal.

Os líderes republicanos, por sua vez, são autoritários, mas não “patrimonialistas” ou “personalistas”: pretendem dirigir o Estado não para enriquecer, mas para modernizar o Rio Grande do Sul com inspiração positivista. É aqui que a ideologia tem uma importância autônoma, pelo menos relativamente: o positivismo

chega ao RS junto com as escolas militares e difunde-se pela Faculdade de Direito para chegar até a filhos de fazendeiros e camadas médias que viajam a Porto Alegre para se tornar bacharéis e, alguns, proeminentes homens de Estado – como a “geração de 1907” de que Getúlio participou, junto com João Neves da Fontoura, Maurício Cardoso, Firmino Paim Filho, entre outros.

O positivismo atende a uma necessidade econômica real a que o liberalismo não atendia: o declínio econômico das exportações de charque da Campanha, a planície no sul do estado. Os líderes republicanos propõem concentrar poder e coordenar ações para eliminar a dependência monocultora do RS e estimular a policultura, seja para diversificar exportações, seja para desenvolver o mercado interno e substituir importações com a produção do Planalto e da Serra. Para isso, consideram fundamental estimular a imigração, ocupar a terra com base no minifúndio e criar a infraestrutura necessária para a colonização e a diversificação produtiva, inclusive nacionalizando empreendimentos quando requerido.

Qual a base social do governo republicano? Tendo por apoio original a própria camada de militares positivistas, advogados positivistas e a burocracia estatal, a política republicana atrai membros da classe média em expansão interessados em novos empregos gerados pela diversificação do Estado e da economia, assim como os pequenos proprietários capitalistas agrícolas, mas também os camponeses, comerciantes, artesãos e industriais na fronteira econômica em direção ao Norte. Ou seja, a política econômica proto-desenvolvimentista do PRR contribui para solidificar sua dominação política, assentada também nos mecanismos eleitorais corruptos típicos da República Velha e da troca de favores com políticos e coronéis locais.

O papel da liderança política (e das ideologias que a influenciam a agir) é realçado por Pedro em sua análise magistral da trajetória de Getúlio Vargas. Vargas era filho de um fazendeiro da Campanha, um militar que recebeu terras públicas por serviços prestados ao Império. Getúlio integrou-se politicamente ao PRR sobretudo através de sua liderança estudantil na Faculdade de Direito, onde se tornou um positivista. Além de Comte, foi muito influenciado pela doutrina social de Saint-Simon. Lera Marx aceitava sua crítica à desigualdade gerada pelo capitalismo, mas o rejeitava alegando a defesa das liberdades individuais e o direito à propriedade. Não obstante, também recusava a exaltação absoluta da propriedade privada, relativizando-a pela função social que poderia assumir quando bem orientada pela política pública.

A ascensão política de Vargas à presidência do RS trouxe uma inovação política, econômica e ideológica: o questionamento do padrão-ouro e o elogio da expansão do crédito por um banco público, com a criação do Banco do Estado do Rio Grande do Sul. É aí que, para Fonseca, o positivismo é substituído pelo desenvolvimentismo, e que a conjunção entre desenvolvimento econômico e com-

posição/conflito políticos fica mais clara: o crédito público é usado, por exemplo, para diminuir a dependência dos pecuaristas em relação ao capital comercial que controlava o crédito e a distribuição de charque. Getúlio também incentiva a criação de cooperativas e a pesquisa agrícola e animal, o que estimula a economia e a arrecadação de tributos, o reforça politicamente e até coopta parte da base social da antiga oposição do pampa gaúcho.

É a partir dessa peculiaridade regional e sua originalidade ideológica que Pedro amplia a análise dos conflitos sociais e da intervenção econômica para entender a Revolução de 1930 e a Era Vargas. Primeiro, esclarece que 1930 resulta de um conflito oligárquico e, ao mesmo tempo, encaminha questões essenciais para a Revolução Burguesa no Brasil. A Revolução de 1930 não é oligárquica ou burguesa: é oligárquica e burguesa.

Por outro lado, ao contrário da sociologia uspiana e da interpretação, por exemplo, de Boris Fausto (que reconhecera o equívoco mais tarde), a vanguarda republicana gaúcha não podia ser entendida como qualquer outra oligarquia estadual interessada apenas no poder, sem programa qualquer e dispondo essencialmente da mesma base social. É aqui, também, que Pedro questiona a hipótese (típica de Celso Furtado) de reação inconsciente da política econômica à recessão mundial, empurrada apenas pelas imposições das circunstâncias, novamente sem delineamentos programáticos e sem compromissos orgânicos com o mercado interno.²

Por essas e outras, Pedro parte de Florestan Fernandes para entender a Revolução Burguesa como um conjunto de transformações nas dimensões diversas (econômicas, tecnológicas, sociais, psicossociais e políticas) da transição para o capitalismo. No entanto, sem nos avisar, dele também se afasta ao dar mais ênfase aos conflitos intraburgueses, aos fracionamentos econômicos, políticos e ideológicos que os explicam, à participação relevante das camadas de trabalhadores que, fechada à alternativa comunista, se identificam à liderança política burguesa que é Getúlio Vargas. Esta se diferencia de outras tantas lideranças burguesas do período por portar um programa que se vai moldando pela crítica ao liberalismo, pelo positivismo, pelo nacionalismo econômico e pelo trabalhismo. Um corpo de ideologias em movimento que não é apenas logro nem simples véu da sempre mesma dominação burguesa, que influencia e também reage à correlação das forças sociais, que interpela e é interpelada. No jogo dos conflitos, a Revolução Burguesa no Brasil evolui por caminhos não determinados, muda no tempo. No espaço, não é a mesma de outros casos latino-americanos, ou seja, tem sua conjunção particular de continuidade-mudança.

(2) É a interpretação clássica de Celso Furtado, em *Formação econômica do Brasil*, como se sabe. Em capítulo no livro *A Era Vargas*, Pedro revisitaria o tema discutindo a tradição institucionalista e as reformas institucionais implementadas na década de 1930. Ver o prefácio da edição de 1997 do livro *A Revolução de 1930*, de Boris Fausto, para a autocrítica baseada no trabalho de Pedro.

Como, contudo, ter acesso ao programa “em construção” que inspirou iniciativas inovadoras na recuperação do mercado interno e sua diversificação, na gestão dos conflitos entre capital e trabalho, ou na ampliação dos direitos sociais? Na análise do período, a originalidade metodológica de Vargas: o capitalismo em construção é recorrer, com prudência, à análise do discurso político, como elo entre a ideologia, o programa e a interpelação de aliados e inimigos em situações concretas.

No Brasil, o uso do discurso como fonte de pesquisa era inovador. Desde o primeiro livro de Pedro, o discurso nunca é tomado pelo valor de face e sempre é contextualizado e criticado, revelando intenções não transparentes. Mas tampouco é descartado com base em argumentos simplórios e economicistas que eram típicos antes das obras de Pedro: “o importante é descobrir não o que os formuladores de política disseram ou escreveram, mas sim o que realmente fizeram”, escrevia, por exemplo, Marcelo de Paiva Abreu (1977, p. 98).

Para Vargas, mestre na retórica e grande comunicador, o discurso era uma arma para justificar ações, buscar aliados e criticar inimigos e alternativas descartadas. Não surpreende que tenha praticamente inaugurado o uso do rádio como meio de veiculação nacional de mensagens políticas. Pedro vai além do discurso para revelar ideologias implícitas, causas subjacentes, intenções ocultas, embora nem sempre elas estejam escondidas – o discurso tampouco é sempre opaco, embora sempre seja uma forma de prática política, não uma confissão.

Na análise do Estado Novo, a herança do positivismo é evidente, mas é bafejada pela “influência de ideias internacionais que, a despeito de criticarem o comunismo (o governo soviético), refutavam também o capitalismo liberal, propondo o que seria chamado uma ‘terceira via’ (um capitalismo ‘social’, ‘societário’, ‘cristão’ ou corporativista)”.³ O Estado Novo é inexplicável sem que se entendam as condições internas propícias à recepção e difusão do pensamento autoritário dos anos 1930 (Azevedo Amaral, Francisco Campos, Oliveira Vianna, entre outros), que faz uma crítica às consequências não liberais (mas oligárquicas) da implementação de ideias liberais no Brasil e que justifica o fechamento do parlamento e a interdição temporária do direito ao voto (de cabresto) para, em tese, fazer as reformas que propiciem o surgimento de algo que possa ser verdadeiramente chamado, pelo menos nas metrópoles, de povo.

É claro, portanto, que o Estado Novo não é a única resposta possível à crise da divisão internacional do trabalho que nos oferecia a condição de exportador de café e outras *commodities*. É uma resposta particular que pretende retirar poder das oligarquias estaduais (principalmente a paulista) e centralizá-lo no governo federal para encaminhar um conjunto de reformas que transforme a economia, modernize o Estado e as Forças Armadas, crie uma cultura nacional, eduque a elite,

(3) Fonseca (1989, p. 188) ou, na nova edição, Fonseca (2014, p. 197).

treine a mão de obra, conjugue a repressão aos comunistas e os direitos aos trabalhadores oficialmente sindicalizados. Nada disso pode ser feito “espontaneamente”, ou seja, sem ideias e planejamento da ação, sem discurso que justifique ações, interpele aliados e critique inimigos.

Pedro também analisa o surgimento da ideologia trabalhista e as contradições que a envolviam. Por mais que Getúlio procure convencer a burguesia brasileira de que era melhor “dar os anéis para não perder os dedos”, a fórmula trabalhista não foi aceita por empresários cuja formação era menos positivista do que escravista. Boa parte das camadas médias apoiava Vargas, mas muitos acompanhavam os militares e viam como uma ameaça o fortalecimento dos trabalhadores urbanos, sobretudo se organizados dentro do Partido Trabalhista Brasileiro, que podia se transformar, depois de 1945, em uma poderosa máquina eleitoral. Os ianques também ressentiriam as concessões que foram forçados a conceder por um grande negociador e, depois da Segunda Guerra, queriam um mundo aberto, sem nacionalismos exagerados, sobretudo em seu quintal.

Mudadas as circunstâncias e a correlação de forças, até líderes comunistas perseguidos pelo Estado Novo apoiavam eleições com Getúlio em 1945. Ele tinha se preparado para o embate eleitoral mais do que os antigos liberais, que agora elogiavam formalmente a democracia, mas criticavam a “demagogia populista”, ou seja, passaram a visitar quartéis para convencê-los a derrubar políticos populares. A mesma coalizão que derrubou Getúlio em 1945 o derrubaria em 1954, mais ou menos com os mesmos métodos, embora recorresse muito mais à imprensa na construção da narrativa do “mar de lama” no final, como se tivesse aprendido com o golpeado a importância do discurso público.

Fonseca também inova no exame do segundo governo de Vargas, primeiro por começar avaliando a preparação de seu programa no período como senador, notando a substituição clara dos temas positivistas pelos trabalhistas que a experiência democrática induziu. Em seguida, enfrenta as questões mais espinhosas da bibliografia do segundo governo com respostas precisas:

1. Sim, houve “projeto” de governo vinculado à industrialização pesada. Embora ele não fosse codificado em metas prefixadas, passava por internalizar os ramos básicos e a infraestrutura necessária para uma economia moderna (aço, petróleo, bens de capital, energia elétrica e transporte), através de grande intervenção do Estado, seja com empresas estatais e bancos públicos, seja orientando e estimulando inversões privadas. Tal projeto não ficou no plano da retórica, conduzindo iniciativas práticas de maior ou menor êxito. O êxito não é, em si, critério para avaliação da existência ou não de projeto, apenas de sua viabilidade e eficácia nas condições históricas concretas em que se realizou;
2. Não, a política econômica não é “ortodoxa”, mesmo se for avaliada apenas

no âmbito da gestão macroeconômica, que se voltava a criar as condições para a execução do projeto de desenvolvimento e não simplesmente ajustar preços relativos para permitir uma alocação supostamente perfeita de recursos pelo livre mercado. As restrições macroeconômicas, como a de balanço de pagamentos, deviam ser superadas sem colocar em risco o desenvolvimento industrial pesado. As políticas fiscal e de crédito, por sua vez, claramente tinham elementos “heterodoxos” e atendiam mais às aspirações das burguesias industrial e agrária do que da importadora ou de filiais já constituídas (que queriam liberalização comercial e financeira), priorizando o crescimento econômico e a geração de empregos, entendidos como favoráveis ao controle da inflação (por meio da expansão da oferta corrente e da capacidade produtiva);

3. Sim, o governo é nacionalista, mas constrói um nacionalismo “possível” dadas a correlação de forças e as oportunidades de barganha com os Estados Unidos, única potência presente em toda a América Latina no período. Dado o caráter periférico da economia brasileira, sua industrialização restringida e sua escassez de reservas cambiais, o nacionalismo de Vargas nem era uma máscara da dependência nem um projeto autônomo – o que só seria a depender de grande acumulação interna de forças políticas e econômicas, e não de uma simples decisão presidencial. Sua independência é relativa e envolve a rejeição do alinhamento automático aos Estados Unidos e aos interesses do capital estrangeiro, sem descartar barganhas que propiciassem o financiamento de investimentos prioritários para o desenvolvimento industrial e a mudança da forma de inserção na divisão internacional do trabalho.
4. Não, o trabalhismo não pode ser reduzido a uma ideologia que engana os trabalhadores ou os desvia da estratégia correta, embora busque incorporar apenas algumas de suas reivindicações por meio da luta por “reformas” muito difíceis no capitalismo brasileiro, dada as resistências sociais existentes e o golpismo dos militares. O trabalhismo não era uma expressão das preferências da burguesia brasileira, que preferia um desenvolvimentismo sem políticas trabalhistas e sociais. Por sua vez, a relação entre a liderança varguista e os trabalhadores urbanos não era nem estática nem unidirecional, como as greves de 1953 indicaram, exigindo de Vargas acelerar concessões “desde cima” para não perder influência sobre os trabalhadores, ao custo de aproximar empresários e militares da oposição udenista golpista.
5. A crise do segundo governo, portanto, diz respeito sobretudo aos contornos que o capitalismo brasileiro assumiria no encaminhamento da questão social, tema central da Revolução Burguesa no

Brasil. Nas palavras de Pedro:

A hipótese central aqui levantada para explicar a crise do segundo governo Vargas diz respeito exatamente ao duplo caráter do populismo: ao mesmo tempo que historicamente representou ideologia e forma de administrar conflitos assegurando a dominação burguesa enquanto classe, o populismo não raro se afastava das demandas burguesas individuais, enquanto supunha atendimento a determinadas reivindicações operárias e sindicais e certo grau de mobilização e de inserção das massas no sistema político muito além das admitidas comumente nos meios empresariais... O segundo governo Vargas foi possivelmente o único período do processo de Revolução Burguesa brasileira no qual, ao se abrir espaço à participação popular e por haver sinais de um movimento operário independente, a referida Revolução pareceu rumar contra as próprias formas por ela assumidas até então, nas quais dominavam a acomodação entre elites, a exclusão econômica e política, o progresso dentro da ordem, a 'modernização conservadora'... O que estava em questão não era o socialismo, mas a forma de inserção do 'povo' no desenvolvimento capitalista – e esta afastava-se cada vez mais Vargas do conjunto da classe burguesa⁴.

As respostas oferecidas por Pedro envolvem debate profundo das principais interpretações sobre o segundo governo de Vargas, uma contextualização refinada do contexto econômico e da evolução da correlação de forças e, finalmente, a avaliação crítica dos discursos do presidente, que assumem uma clareza maior à medida que seus lemas se tornam conhecidos por toda a esfera pública brasileira, que aliás eles ajudavam a constituir. Como não fazer a análise do discurso e analisar as ideologias de um político, talvez o mais importante (e contraditório) da história brasileira, que morreu entregando uma Carta-Testamento, como que para prender os vivos às ideias e sonhos dos mortos?

Para encerrar esta pequena apreciação de um grande autor, devo dizer que ainda melhor do que ter Pedro Cezar Dutra Fonseca como um exemplo, é tê-lo como um amigo. Creio que não são poucos os que, se perguntados, repetiriam o mesmo discurso.

(4) Fonseca (1989, p. 429-430 e 459); ou, na nova edição, Fonseca (2014, p. 424 e 452). Mais tarde, Pedro abandonaria o conceito de populismo, por motivos cuja discussão escapa ao escopo deste artigo.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. P. O **Brasil e a economia mundial: 1930-1945**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

BASTOS, P. P. Z.; FONSECA, P. C. D. A **Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo, UNESP, 2012.

FAUSTO, B. “Prefácio à edição de 1997”. In: **A Revolução de 1930: história e historiografia**. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

FONSECA, P. C. D. RS: **Economia e Conflitos Políticos na República Velha**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

_____. **Vargas: o capitalismo em construção**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. **Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil**. BASTOS, P. P. Z.; FONSECA, P. C. D. A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade. São Paulo, UNESP, 2012.

_____. **Do progresso ao desenvolvimento: Vargas na Primeira República**. In: BASTOS, P. P. Z.; FONSECA, P. C. D. A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade. São Paulo, UNESP, 2012.

_____. **Instituições e política econômica: crise e crescimento do Brasil na década de 1930**. In: BASTOS, P. P. Z.; FONSECA, P. C. D. A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade. São Paulo, UNESP, 2012.

_____. **Vargas: o capitalismo em construção**. São Paulo: HUCITEC, 2014.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1989.



A TEORIA KEYNESIANA NO PENSAMENTO DE PEDRO CEZAR DUTRA FONSECA

FERNANDO FERRARI FILHO

Bacharel (1980) em economia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre (1983) em economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutor (1992) em economia pela Universidade de São Paulo (USP). Pós-doutor pela Universidade do Tennessee (1996) e pela Universidade de Cambridge (2012). Professor titular da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS. Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

I. INTRODUÇÃO

Conheci Pedro Cezar Dutra Fonseca em 1981 quando vim para Porto Alegre cursar o meu mestrado no Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Enquanto mestrando, meu contato formal com Pedro Fonseca foi como seu aluno na disciplina Economia Brasileira. Lembro-me que suas aulas eram instigantes, reflexivas e enriquecedoras, principalmente quando os tópicos se relacionavam à economia da Era Vargas e ao Desenvolvimentismo pós-Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Ao fim da disciplina, recorde-me de ter dito a Pedro Fonseca que, até então, eu havia tido a oportunidade de aprender com três excelentes professores de economia: Mário Henrique Simonsen, Maria da Conceição Tavares e Pedro Fonseca. Meu “convívio” com os dois primeiros, diga-se de passagem, ficou limitado a alguns seminários que eu assistia tanto na Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas quanto no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, quando eu cursava graduação em economia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, no final dos anos 1970.

Anos mais tarde, mais especificamente em 1986, Pedro Fonseca faria parte de uma banca de concurso público para a carreira de magistério superior na UFRGS. Na ocasião, vários economistas e, posteriormente, colegas e amigos, entre os quais, Octavio Augusto Camargo Conceição, Hélio Henkin, Flávio Fligenspan, Eduardo Maldonado Filho, Gentil Corazza, Carlos Henrique Vasconcelos Horn e eu fomos aprovados para lecionarmos na referida Instituição.

Desde meu ingresso na UFRGS em abril de 1987, tenho tido o privilégio de ser colega e amigo de Pedro Fonseca. Ademais, em dois momentos tive a honra em tê-lo como parceiro de texto: em 2013, quando resolvi organizar um livro alusivo aos 50 anos do falecimento de meu pai, Pedro Fonseca, atendendo meu convite, fez a apresentação, o que me deixou muitíssimo agradecido e emocionado¹; e, recentemente, escrevemos um artigo intitulado “Which developmentalism? A Keynesian-Institutionalist proposal”², que acabou sendo premiado no XX Prêmio Brasil de Economia/2014, categoria Artigos Científicos.

Exposto isso, é com prazer que aceitei o convite do professor Ivan Salomão para escrever um breve capítulo para o livro, organizado por ele, que presta uma justa homenagem à vida intelectual e acadêmica de Pedro Fonseca. Para tanto, resolvi escolher como tema a contribuição de Pedro Fonseca para a teoria keynesiana. Por quê? Pelo menos dois motivos me moveram para essa escolha: primeiro, porque, após 30 anos lendo, discutindo e escrevendo sobre a Economia de Keynes, suponho

(1) O nome do livro é *Fernando Ferrari: ensaios sobre o político das mãos limpas*.

(2) Artigo publicado na *Review of Keynesian Economics*, Cheltenham, vol. 3, n. 1, Spring 2015, p. 90-107.

ter alguma “vantagem comparativa” sobre essa temática; e, segundo, porque as ideias e argumentos de Keynes são parte do pensamento de Pedro Fonseca, explicitado tanto em suas aulas de História do Pensamento Econômico ministradas na UFRGS quanto em seus *approaches* teóricos para interpretar as economias gaúcha e brasileira e analisar o cotidiano da macroeconomia do Brasil. Nesse particular, explorarei dois artigos específicos de Pedro Fonseca, quais sejam: “As origens do pensamento cepalino e a influência de Keynes” e “Keynes: o liberalismo econômico como mito”³.

Além desta Introdução, o capítulo possui mais duas seções: a seguinte apresenta uma análise dos referidos artigos de Pedro Fonseca e a última conclui.

2. KEYNES, O ESTRUTURALISMO LATINO-AMERICANO E AS CRÍTICAS AO LIBERALISMO ECONÔMICO

No instigante artigo de 1998, Pedro Fonseca (1998, p. 73) objetiva questionar “até que ponto e em que sentido se pode atribuir as ideias cepelinas a Keynes”, apresentadas no *The General Theory of Employment, Interest and Money*, doravante GT, escrito em 1936.

A ideia de Pedro Fonseca é mostrar que o estruturalismo cepalino, embora se aproxime de alguns fundamentos teóricos de Keynes, tais como as críticas ao *laissez-faire*, a função do investimento para dinamizar a Demanda Efetiva e a necessidade do intervencionismo do Estado, não poderia ser denominado pejorativamente de “keynesianismo caboclo”, expressão cunhada pelos economistas brasileiros ortodoxos.

Antes de analisarmos os argumentos de seu *insight*, não é demais apresentarmos sucintamente a ideia da “Revolução Keynesiana” contida na GT. O projeto de Keynes (2007) consiste em, por um lado, apresentar o *modus operandi* de uma economia monetária da produção, que é inerentemente instável⁴ e, por outro lado, propor medidas econômicas que mitiguem as flutuações cíclicas dos níveis de produto e emprego e reduzam as desigualdades pessoal da renda e da riqueza.

No que diz respeito à recorrente instabilidade do sistema econômico, ao refutar o pressuposto da teoria clássica de que os níveis de atividade econômica e

(3) Artigos publicados, respectivamente, na *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Rio de Janeiro, n. 2, junho de 1998, p. 72-95, e na *Economia e sociedade*, Campinas, vol. 19, 2010, p. 425-447. O artigo de 2010 foi reproduzido em Ferrari Filho e Terra (2016), *Keynes: ensaios sobre os 80 anos da Teoria Geral*, Porto Alegre, Tomo Editorial, 2016, p. 25-50. Para efeito de reprodução das citações deste último artigo, utilizaremos as páginas do livro de 2016.

(4) Para maiores detalhes sobre a definição e operacionalidade de uma economia monetária da produção, veja *The distinction between a co-operative economy and an entrepreneur economy* (KEYNES, 1979).

emprego são determinados pelas condições de oferta e, mais ainda, são autoequilibrantes, Keynes apresenta uma teoria em que o Princípio da Demanda Efetiva se constitui no fator explicativo da dinâmica econômica.

Pelo Princípio da Demanda Efetiva, em uma economia fechada e sem governo, o consumo e o investimento determinam a atividade econômica. O consumo, segundo Keynes, é relativamente estável e depende da renda, enquanto o investimento é instável e gera renda. O investimento, por sua vez, possui dois determinantes: a Eficiência Marginal do Capital, que é o retorno esperado pelo empresário ao adquirir o bem de capital, e a taxa de juros, que é o custo oportunidade do investimento produtivo⁵.

Definido o Princípio da Demanda Efetiva, Keynes argumenta que flutuações cíclicas de Demanda Efetiva e emprego ocorrem porque, diante de um contexto de incerteza radical sobre o futuro que acaba condicionando as expectativas dos empresários, as decisões de investimento são postergadas e, como contrapartida, a demanda pelo ativo líquido *par excellence*, moeda, cresce. Mas por que a preferência pela liquidez, ou seja, a manutenção da riqueza sob a forma monetária? Porque moeda possui duas propriedades essenciais: elasticidade-produção – moeda não é produzida pelo setor privado – e elasticidade-substituição – somente moeda é aceita como meio de troca, unidade de conta e reserva de valor – nulas.

Quanto às proposições de medidas econômicas, Keynes entende que a “socialização do investimento” (intervenção do Estado na economia) e a “eutanasia do rentier” podem propiciar um ambiente institucional favorável à tomada de decisões dos investimentos e, portanto, à expansão de Demanda Efetiva. Para tanto, política fiscal ativa e a sinalização, por parte da autoridade monetária (Banco Central), de uma taxa de juros “neutra”, que incentive o investimento privado e desestime a demanda por riqueza financeira, são imprescindíveis.

Voltando à análise do artigo de Pedro Fonseca (1998, p. 75), “a despeito da proximidade de algumas ideias da CEPAL às de Keynes”, o autor afirma que as “vertentes do pensamento capalino” são o “liberalismo de exceção”, de John Stuart Mill e Adam Smith, no qual, em determinadas circunstâncias, haveria “espaço para o intervencionismo estatal e para medidas protecionistas e críticas ao livre cambismo” (FONSECA, 1988, p. 85), e o nacionalismo e protecionismo de Georg Friedrich List⁶. Em relação à List, Pedro Fonseca afirma que ele:

(5) A taxa de juros representa o link entre os lados real, em que se encontra o investimento e a Demanda Efetiva, e monetário-financeiro da economia.

(6) List, em 1841, escreveu sua principal obra: *Das Nationale System der Politischen Ökonomie*. Nela, List defende a ideia de que as empresas nacionais somente poderiam se desenvolver e competir com as empresas estrangeiras se houvesse protecionismo, pelo menos temporariamente, para o mercado nacional. Para maiores detalhes, veja List (1983).

[...] certamente é o mais importante [economista] seja pela semelhança de ideias e argumentos, seja por defender um tipo de intervencionismo muito próximo ao dos estruturalistas cepalinos [...] associado à industrialização acelerada em casos de nações [...] periféricas (FONSECA, 1998, p. 89).

Para enfatizar sua afirmação, ele escreve que a proposição protecionista “listiana” para desenvolver a indústria nacional vai ao encontro da ideia de Raúl Prebisch (1949), qual seja, a de que a industrialização da América Latina era uma condição para reverter “a deterioração dos termos de intercâmbio resultante da especialização agrícola da nação” (FONSECA, 1998, p. 91).

A tese de Pedro Fonseca de que a aproximação entre o estruturalismo cepalino e a teoria de proteção à indústria nascente de List é mais importante do que a relação entre a proposição da CEPAL e a teoria keynesiana sobre comércio internacional faz sentido. Por quê? Porque Keynes advogava, predominantemente, políticas liberais de comércio. Exemplificando, em *Free Trade* (KEYNES, 1981), ele escreve o seguinte:

For if there is one thing that protection can not do, it is to cure unemployment. It is the central idea of production to contract trade [...] [t]he characteristic of protection [...] is that it is an attempt to trade on better terms or on nationally more advantageous lines at the expense of doing less business. The free trader has always been the expansionista [...] (KEYNES, 1981, p. 151)⁷.

Ademais, em *Am I Liberal?*, escrito em 1925, Keynes (1972, p. 298) “believe[s] in free trade because, in the long run and in general, it is the only policy which is technically sound and intellectually tight”.

Pedro Fonseca, ao chamar atenção para o fato de estruturalistas cepalinos e Keynes preconizarem a intervenção do Estado na economia, também questiona a influência intervencionista de Keynes para o pensamento da CEPAL. Nesse particular, novamente, Pedro Fonseca é feliz em sua tese: investimentos públicos (provenientes do orçamento de capital⁸) e política fiscal ativa e contracíclica deveriam

(7) É importante ressaltar que, na metade dos anos 1920, mais especificamente durante o período em que o Reino Unido restaurou o sistema padrão ouro, bem como no início dos anos 1930, ele propôs, pragmaticamente, políticas protecionistas como instrumentos de defesa à indústria britânica, uma vez que nesse sistema a taxa de câmbio era fixa e a política monetária não era autônoma. A proposição protecionista de Keynes no referido período é encontrada em *Proposal for a Revenue Tariff* (KEYNES, 1972).

(8) A proposição de Keynes sobre a repartição do orçamento público em ordinário (ou corrente) e capital pode ser encontrada em Keynes (1980).

ser, respectivamente, expandidos e implementada em épocas de crises agudas, como foi a Grande Depressão dos anos 1930.

No artigo de 2010, Pedro Fonseca argumenta que a contribuição teórica de Keynes – principalmente, econômica e política – trilhou um caminho particular, visando mostrar como o liberalismo, seja econômico, seja político, é utópico. Assim sendo, o autor, em linha com a tradição do chamado “keynesianismo filosófico”, aponta que Keynes foi um pensador – muito além de economista – que, tendo com referência as ideias da livre iniciativa e da democracia representativa, preocupou-se em definir a sociedade em que vivemos como sendo uma alternativa ao liberalismo econômico e aos projetos socialistas.

Esse argumento de Pedro Fonseca é corroborada pelos *insights* políticos e filosóficos de Keynes escritos nos anos 1920. Vejamos alguns deles.

Em *Am I a Liberal?*, escrito em 1925, Keynes, ao “flertar” com as ideias institucionalistas de John Rogers Commons, afirma que “the true destiny of New Liberalism is to seek their [economic, political, social and moral problems] solution” (KEYNES, 1972, p. 305). Ademais, ele, o New Liberalism, se fazia necessário, uma vez que:

We are now entering on a third era, which Professor Commons calls the period of stabilisation [...] In this period [...] [t]he transition from economic anarchy to a régime which deliberately aims at controlling and directing economic forces in the interests of social justice and social stability [...] (KEYNES, 1972, p. 304-305).

Mas qual seria o princípio programático-ideológico do New Liberalism? Em *Liberalism and Labour*, de 1926, Keynes (1972, p. 307) diz que o New Liberalism consistiria das “progressive forces of the country [England] [that] are [...] divided between the Liberal Party and the Labour Party”. Indo nessa direção, ao argumentar que o problema político da humanidade é conciliar eficiência econômica, justiça social e liberdade individual, Keynes deixa claro que o New Liberalism teria como fundamento filosófico o social-liberalismo. A citação abaixo que, segundo Keynes, apresenta a solução para o problema político da humanidade, evidencia essa ideia:

The first [economic efficiency] needs criticism, precaution, and technical knowledge; the second [social justice], na unselfish and enthusiastic spirit, with loves the ordinary man; the third [individual liberty], tolerance, breadth, appreciation of the excellencies of variety and Independence, which prefers, above everything, to give unhindered opportunity to the exceptional and to aspiring. The second ingredient is the best possession of the great party of the proletariat.

But the first and third require the qualities of the party which, by its traditions and ancient sympathies, has been the home of economic individualism and social liberty (KEYNES, 1972, p. 311).

Também em 1926, Keynes, em *The End of Laissez-Faire*, ao apresentar uma contundente crítica ao capitalismo liberal, principalmente porque o laissez-faire não conciliava os interesses individuais com os sociais⁹, afirma que a regulação do capitalismo seria capaz de assegurar a estabilidade econômica e a harmonia social. As citações que se seguem vão nessa direção:

I believe that the cure for these things [economic and social instabilities] is partly to be sought in the deliberate control of the currency and of credit by a central institution [...] [my] reflections have been directed towards possible improvements in the technique of modern capitalism by the agency of collective action (KEYNES, 1972, p. 292-293).

I think that capitalism, wisely managed, can probably be made more efficient for attaining economic ends than any alternative system in sight [...] Our problem is to work out a social organization which shall be as efficient as possible without offending our notions of a satisfactory way of life (KEYNES, 1972, p. 294).

Enfim, em *The End of Laissez-Faire* Keynes tem ciência de que a sobrevivência do capitalismo dependeria da “mão visível” do Estado, de maneira a regular as disfunções socioeconômicas protagonizadas pelo mercado.

Para finalizarmos nossos comentários sobre os *insights* políticos e filosóficos de Keynes, Pedro Fonseca resgata um artigo deste autor, escrito em 1930, denominado “Economic Possibilities for our Grandchildren”, no qual ele, por um lado, expressa seu otimismo com o futuro da economia mundial e, por outro lado, explicita sua “atitude politicamente ‘de centro’” (FONSECA, 2016, p. 31).

Por que Keynes tem uma visão otimista sobre a economia mundial? Primeiro, porque ele entende que “[t]he love of money as a possession [...] will be recognised for what it is, a somewhat disgusting morbidity [...]” (KEYNES, 1972, p. 329). Em outras palavras, Keynes identifica um dos maiores problemas econômicos de economias monetárias da produção: a possibilidade do aumento da riqueza monetário-financeira como forma de postergar a acumulação de capital e, por conseguinte, a expansão da atividade econômica. Segundo, a questão de que esse e outros pro-

(9) Nas palavras de Keynes (1972, p. 287-288): “[t]he world is not so governed from above that private and social interest always coincide [...] It is not a correct deduction from the principles of economics that enlightened self-interest always operates in the public interest”.

blemas, tais como o crescimento populacional e a defasagem tecnológica, seriam “solucionados pela humanidade” (KEYNES, 1972, p. 325) .

No que diz respeito à sua posição de “centro”, o que denominamos de “social-liberalismo”, Keynes, parafraseando Fonseca (2016, p. 31), “advoga para si uma postura de equilíbrio ao condenar aqueles que ‘tumultuam o mundo’”. A citação, a seguir, ilustra a visão “centrista” de Keynes proposta por Pedro Fonseca:

I predict that both of the two opposed errors of pessimism which now make so much noise in the world will be proved wrong in our own time – the pessimism of the revolutionaries who think that things are so bad that nothing can save us but violent change, and the pessimism of the reactionaries who consider the balance of our economic and social life so precarious that we must risk no experiments (KEYNES, 1972, p. 322).

Concluindo a seção, diante do exposto, a tese de Pedro Fonseca de que o estruturalismo cepalino não necessariamente sofreu influências, pelos menos diretamente, da teoria keynesiana, é bem argumentada e fundamentada, bem como não resta dúvida de que, ao objetivar salvar o capitalismo, Keynes, de forma realista e pragmática, tem ciência de que “[w]e have to invent new wisdom for a new age” (KEYNES, 1972, p. 306), isto é, o New Liberalism que, na visão de Pedro Fonseca, é o meio termo entre o liberalismo à la *laissez-faire* e os regimes de exceção, ao passo que na nossa percepção é o social-liberalismo.

3. À GUIA DE CONCLUSÃO

Este breve capítulo objetivou apresentar e analisar duas teses de Pedro Fonseca: primeiramente, a de que a teoria keynesiana não teria influenciado, de forma direta, o pensamento estruturalista cepalino; e, em segundo lugar, a de que a visão crítica de Keynes ao liberalismo “ocupa lugar singular” (FONSECA, 2016, p. 25), principalmente porque a crítica dele se restringe à teoria econômica.

A literatura mostra que há muita controvérsia sobre as teses de Pedro Fonseca, principalmente a primeira. Todavia, seus argumentos e fundamentos são coerentes e nos levam a concordar com elas.

Muito mais, porém, do que apresentar e analisar, neste breve capítulo, os trabalhos keynesianos de Pedro Fonseca, o importante mesmo é a satisfação em

fazer parte do livro que homenageia meu ex-professor, colega e amigo Pedro Fonseca. Obrigada, Ivan Salomão, por esta oportunidade.

REFERÊNCIAS

FERRARI FILHO, F. (Org.). Fernando Ferrari: Ensaios sobre o político das Mãos Limpas. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2013.

FERRARI FILHO, F.; FONSECA, P. C. D. Which developmentalism? A Keynesian-Institutionalist proposal. *Review of Keynesian Economics*, Cheltenham, vol. 3, n. 1, Spring, p. 90-107, 2015.

FERRARI FILHO, F.; TERRA, F. H. B. (Orgs.). Keynes: ensaios sobre os 80 anos da Teoria Geral. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016.

FONSECA, P. C. D. As origens do pensamento cepalino e a influência de Keynes. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Rio de Janeiro, n. 2, junho, p. 72-95, 1998.

_____. Keynes: o liberalismo econômico como mito. *Economia e sociedade*, Campinas, vol.19, p. 425-447, 2010.

KEYNES, J. M. *Essays in Persuasion (The Collected Writings of John Maynard Keynes, Volume .9)*. London: Macmillan, 1972.

_____. *The General Theory and After: A supplement (The Collected Writings of John Maynard Keynes, Volume 29)*. London: Macmillan, 1979.

_____. *Activities 1940-1946: Shaping the Post-War world – employment and commodities (The Collected Writings of John Maynard Keynes, Volume 27)*. London: Macmillan, 1980.

_____. *Activities 1922-1929: The return to gold and industrial policy (The Collected Writings of John Maynard Keynes, Volume 19)*. London: Macmillan, 1981.

_____. *The General Theory of Employment, Interest and Money*. London: Palgrave Macmillan, 2007.

LIST, G. F. *Sistema nacional de economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

PREBISCH, R. *El Desarrollo Económico de la América Latina y Algunos de Sus Principales Problemas*. Santiago: CEPAL, 1949. Disponível em:

<http://www.prebisch.cepal.org/sites/default/.../prebisch_el_desarrollo_eco.pdf>

// PARTE II - OS DISCÍPULOS //



AO MESTRE COM CARI-
NHO: METODOLOGIA E IN-
TERDISCIPLINARIDADE NO
PENSAMENTO DE PEDRO
CEZAR DUTRA FONSECA

GENTIL CORAZZA

Bacharel em filosofia (1968) e em economia (1978) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre (1982) em economia pela UFRGS. Doutor (1994) em economia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor titular aposentado da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto é analisar a metodologia e a interdisciplinaridade no pensamento do professor Pedro Cezar Dutra Fonseca. Para tanto, começo com uma pequena digressão histórica, que remonta ao meu curso de graduação em economia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), na metade dos anos 1970. Tenho apenas vagas lembranças do professor Pedro e de outros colegas de sua turma durante o curso de graduação em economia. Não lembro de termos sido colegas em alguma disciplina nesse período. Quando me formei, em 1978, ele já era professor no mesmo curso de economia. Depois disso, assisti algumas de suas palestras, mas voltei a encontrá-lo como professor, em 1981, no mestrado em economia, na disciplina de História do Pensamento Econômico (HPE). Sua forma de abordar o tema era inovadora. A disciplina de HPE, que eu havia cursado na graduação, mais se parecia com aulas de doutrinação econômica do que de história do pensamento econômico. Mas a disciplina de HPE ministrada pelo professor Pedro no mestrado, ao contrário, abria novos horizontes ao entrelaçar as ideias econômicas com as ciências sociais e as questões filosóficas e metodológicas da ciência econômica. Era tudo o que eu procurava quando decidi entrar para o curso de economia, vindo da filosofia, do direito e da sociologia. Uma síntese da metodologia e da interdisciplinaridade. Esses temas e sua forma de exposição definiram o objeto e o embasamento teórico e metodológico de minha dissertação, que aborda o papel do Estado na HPE, e também meu orientador, sendo esta sua primeira orientação de mestrado. Em minha dissertação, orientada pelo professor Pedro, a primeira questão que tivemos que enfrentar foi de caráter metodológico, ou seja, como abordar o pensamento de Marx numa perspectiva metodológica, embasada no mesmo autor? Método e objeto se identificavam. A solução que encontramos foi não abordar formalmente a relação Estado-economia no pensamento de Marx, pois ele era tomado como método de análise de todos os demais autores.

Agora, passados mais de 30 anos, voltamos a nos encontrar no emaranhado dessas difíceis questões metodológicas e interdisciplinares, ao me propor analisar essas mesmas questões no pensamento do professor Pedro. Tenho plena consciência de que não será uma tarefa fácil, mesmo sabendo-se que os temas propostos são tratados de forma direta e explícita em muitos de seus textos e que de algum modo permeiam sua vasta e diversificada produção acadêmica. Por outro lado, esta pequena aventura intelectual, que me proponho realizar, se afigura extremamente gratificante pela riqueza e profundidade de suas investigações e dos resultados que alcança. É deveras instigante tentar entender, ou até mesmo decifrar, um pensamento vasto e diversificado e, ao mesmo tempo, tão unitário e coerente como o do professor Pedro.

Os principais textos, que tratam diretamente de temas metodológicos, são “Considerações teóricas sobre o método”, um anexo ao capítulo 1 de sua disserta-

ção, “O método como tema: controvérsias filosóficas, questões econômicas”, “O método em perspectiva histórica” e “Sobre o método em história econômica”. Há que se mencionar, ainda, o tópico intitulado “Método”, o qual integra toda a construção científica do objeto de pesquisa de sua dissertação, ao lado de outros como “Marco histórico”, “Problema de pesquisa” e “Hipóteses”. Em vários de seus textos, que tratam diretamente dos temas de metodologia, raramente o autor toma posição, mediante uma crítica ou defesa direta e clara sobre determinadas posturas metodológicas, o que não significa que sua posição não esteja presente nos meandros de suas análises. Tentar explicitar sua concepção sobre tais temas será nosso desafio e nosso objetivo ao longo deste texto. Para tanto, além dos textos apontados acima, buscamos entender esses temas, mediante a análise de outros textos, que embora não os abordem diretamente, são reveladores da prática científica do autor, pois neles podem ser claramente identificados elementos de sua filosofia da ciência e sobretudo da interdisciplinaridade de suas análises concretas.

A busca do objetivo proposto será orientada por um conjunto de perguntas sobre alguns aspectos importantes do tema central deste texto, tais como: qual a filosofia da ciência explícita ou implícita nos textos do autor? Quais são seus fundamentos epistemológicos? Como é concebida a natureza do objeto e a relação sujeito-objeto no processo do conhecimento? Existe uma ontologia da realidade em suas análises? Qual o método ou quais os métodos defendidos e utilizados na sua prática científica? Quais os principais autores que fundamentam sua metodologia? Como aparece a interdisciplinaridade nos seus trabalhos?

Tais questões estão profundamente relacionadas e muitas vezes abordadas de forma entrelaçada, como são de fato na realidade. A separação que fazemos obedece apenas a fins didáticos. Entende-se, também, que uma análise interdisciplinar seja uma decorrência da filosofia da ciência do autor e da metodologia que emprega em suas práticas científicas.

Depois desta Introdução, o texto está estruturado em mais quatro tópicos. No segundo, aborda-se a filosofia da ciência, ou mais precisamente, a teoria do conhecimento, centrada na explicitação dos seus fundamentos epistemológicos. Depois, o item 3 trata da questão dos métodos defendidos e utilizados ao longo de seus trabalhos. No tópico 4, procura-se analisar como se manifesta a natureza interdisciplinar de seus trabalhos. O texto encerra com uma breve conclusão sobre as principais questões analisadas.

2. FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS

A filosofia da ciência analisa a natureza do conhecimento e seus fundamentos epistemológicos. Ela trata do processo do conhecimento, qual o papel do sujeito e como se constitui seu objeto e define os procedimentos metodológicos ou os caminhos a serem seguidos para se atingir o conhecimento. As questões epistemológicas e metodológicas estão estreitamente relacionadas de modo que, muitas vezes, é difícil falar das primeiras sem falar destas últimas. Em muitos textos do autor, elas são tratadas conjuntamente, como se fossem a mesma coisa. O texto “O método como tema: questões filosóficas, discussões econômicas” (FONSECA, 2003), por exemplo, aborda as duas questões, de forma entrelaçada. Como o próprio título indica, ele se propõe tratar do método do conhecimento, mas inevitavelmente se envolve na análise das questões epistemológicas. Como seria possível definir o método, ou seja, traçar o caminho que leva ao conhecimento, sem que se tenha clareza sobre o processo do conhecimento, o que é o conhecimento, sua natureza e suas possibilidades? Apesar da dificuldade em separar um tema do outro, vamos tentar fazê-lo, com o objetivo didático de facilitar sua compreensão.

A intrincada conexão desses temas fica evidente na própria estrutura do texto acima referido, que é organizado na forma de três contraposições: dogmatismo-ceticismo, subjetivismo-objetivismo e racionalismo-empirismo. Evidentemente, uma análise dessas questões ultrapassa a questão do método e discute, ao mesmo tempo, seus fundamentos epistemológicos. São esses fundamentos que se tentará explicitar a seguir.

A primeira questão surge do confronto entre dogmatismo e ceticismo. Para o dogmatismo, o conhecimento parece evidente e inquestionável. Não há dúvidas de que ele é possível. O ceticismo trabalha no outro extremo da certeza, a dúvida, em vários graus. O ceticismo metafísico afirma que não se pode conhecer a essência da realidade, mas apenas suas aparências. O ceticismo metodológico se vale da dúvida sistemática, como método, para separar o falso conhecimento das aparências do verdadeiro conhecimento da realidade. Fonseca assume uma posição crítica em relação aos dois extremos. O conhecimento é possível, mas não se efetiva automaticamente, não é inato nem espontâneo, não é fácil de ser conseguido, por isso exige esforço e um método que indique o caminho para que o mesmo possa ser alcançado. Afirmar a capacidade indubitável de o sujeito poder conhecer o objeto, sem dogmatismo, não elimina o questionamento do processo do conhecimento. Ao contrário, todas essas questões indicam a necessidade de uma teoria do conhecimento, que explicita seus fundamentos e de um método para que o mesmo seja atingido, da melhor e mais completa forma possível. Se o conhecimento envolve uma relação sujeito-objeto, qual a natureza dessa relação, qual o papel do sujeito do conhecimento, como é o objeto, como ele se constitui e como se manifesta? Mais ainda, em relação ao sujeito do

conhecimento, o que é mais relevante, a razão ou os sentidos? Para responder essas questões, em praticamente todos os seus textos, Fonseca recorre a Kant, o filósofo que tratou da necessidade de uma teoria do conhecimento. Em Kant, a razão não é um elemento passivo, uma tábula rasa ou uma folha em branco, que se limita a receber passivamente as impressões da experiência empírica. A razão tem um papel ativo no processo do conhecimento. Ela oferece as condições *a priori* do conhecimento empírico, sem as quais este não seria possível, ou seja, se é verdade que todo conhecimento começa com a experiência, nem tudo vem da experiência, a razão também contribui com as formas ativas *a priori* do entendimento. Mas, para Kant, o conhecimento das coisas nada diz sobre a natureza das coisas em si mesmas, apenas como são para nós, pois a realidade em si mesma não podemos conhecer. Kant introduz o dualismo entre a “coisa em si”, o “númeno” e o “fenômeno” das coisas, como são para nós e como nos aparecem. Ao definir o papel ativo da razão no processo do conhecimento, Kant deu um passo fundamental na teoria do conhecimento, mas, ao mesmo tempo, definiu um limite intransponível, ao afirmar que não podemos conhecer a “coisa em si”. Ele trabalhava com a lógica formal, que não admite a contradição entre a essência e as aparências das coisas. Para isso, é necessária a lógica dialética, tema de Hegel e Marx, por excelência, autores sempre presentes nas abordagens de Fonseca, como ficará claro no decorrer de nossa análise.

O dogmatismo não duvida da possibilidade do conhecimento. Para ele é um dogma inquestionável que o sujeito pode conhecer o objeto. Não pairam dúvidas sobre a capacidade de a razão conhecer a realidade, o dogmático não questiona a possibilidade e os limites da razão, ele tem fé no sujeito e não acredita nas ilusões dos sentidos, não questiona o objeto, por isso o dogmatismo é pobre e pouco contribui para esclarecer os intrincados problemas da epistemologia e da metodologia. Posições dogmáticas desconhecem e desqualificam o problema do conhecimento, tem fé cega na capacidade de conhecer do sujeito. Um dogmático não se dá o benefício da dúvida. Fonseca acentua que Kant criticava os filósofos dogmáticos por não questionarem “as possibilidades e os limites da razão humana” na atividade do conhecimento. Kant, ao fazer a crítica da razão, expressa sua crítica a posturas dogmáticas. Fica, no entanto, em aberto, a questão kantiana do acesso da razão ao númeno da coisa, o que pode representar um tipo de ceticismo filosófico.

O ceticismo é o outro extremo do dogmatismo. Fonseca distingue dois tipos de ceticismo. O ceticismo metafísico e o metódico. Fiquemos aqui com o primeiro, já que retomaremos o segundo no próximo tópico. O ceticismo metafísico envolve uma questão epistemológica relevante para a história da ciência, pois diz respeito às possibilidades do conhecimento e à natureza da verdade. Como princípio filosófico, “o positivismo é um exemplo de ceticismo metafísico” (FONSECA, 2003, p. 20), pois ele duvida das possibilidades de se conhecer a essência da realidade, nega a importância da filosofia ao só aceitar como científico o conhecimento baseado na

observação empírica do mundo sensível. Para a filosofia positivista, só é objeto da ciência o que puder ser provado pela experiência.

Fonseca critica o ceticismo metafísico, que já se manifestava na filosofia grega e modernamente se expressa no positivismo de Comte, embora não o associe a Kant. A crítica que faz ao positivismo metafísico de Comte é clara e contundente. “Fazer ciência, não é colecionar dados e fatos”, afirma. A mesma crítica vale para o historicismo que, influenciado pelo positivismo, tendeu a reduzir a realidade à sua dimensão quantitativa, pois o concreto é mensurável e apreensível imediatamente. Mas como não se pode apreender todos os fatos, a ciência e a verdade parecem impossíveis. O ceticismo metafísico decorre do pressuposto de que a realidade esconde, por trás dos fenômenos aparentes, uma essência (númeno) inacessível à razão. Como se sabe, afirma ele, “um dos grandes problemas da aventura de querer conhecer o mundo diz respeito ao objeto em si, que apresenta aleatoriedade, mudanças, descontinuidades, e, via de regra, apresenta-se de forma parcial, fragmentada e, até, obscura, como enfatizou Hegel” (FONSECA, 2003, p. 19).

Como superar esse impasse? Fonseca faz apelo à dialética de Hegel e de Marx. Para a dialética, a realidade é contraditória, o que não a impede de ser conhecida. O conhecimento e a verdade são possíveis, embora a essência da realidade não seja apreensível nem diretamente nem por completo e de uma vez por todas, pois o próprio real se “trans-forma”, a substância de uma coisa é a mudança e seu próprio movimento. Descobrir sua essência e suas leis internas é descobrir suas leis de movimento e de transformação. Por isso, Hegel substitui a lógica formal cartesiana e kantiana, que é limitada pela lógica dialética, e o princípio da identidade, pelo princípio da contradição.

Por outro lado, o relativismo também é uma forma de ceticismo, pois diz respeito à natureza do conhecimento e da verdade, que são ambos relativos, porque condicionados ao contexto cultural e ideológico. Fonseca (2003) também alerta para os riscos de um relativismo cultural ou ideológico extremo, que possam reduzir o conhecimento a um subjetivismo absoluto, como se cada um pudesse ter sua própria verdade. Se isso fosse correto, caberia perguntar que validade absoluta teria a afirmação de que “todas as verdades são relativas”? Valendo-se de Aristóteles, Fonseca lembra que admitir várias verdades é abdicar de distinguir o falso do verdadeiro e negar todo o juízo.

A segunda questão contrapõe subjetivismo e objetivismo. Aqui, Fonseca discute outra questão epistemológica relevante, qual seja, se a ênfase do conhecimento está no sujeito ou no objeto. O que é mais importante e o que é mais problemático, o sujeito ou o objeto do conhecimento? Como a filosofia da ciência tratou essa questão? E a ciência econômica?

Essa questão divide os filósofos da ciência. Platão enfatiza o objeto, uma realidade difícil de ser compreendida em sua totalidade, em todas as suas determinações, mas tais dificuldades não levam Platão ao ceticismo, apenas realçam que o conhecimento não é espontâneo, com esforço é possível conhecer o mundo, em sua complexidade, e a verdade não é relativa a cada sujeito que a deseja conhecer.

A Economia Política Clássica colocou a ênfase no objeto, elaborou uma teoria objetiva do valor, a teoria do valor trabalho, que não depende do sujeito, mas de algo bem objetivo, o tempo de trabalho empregado na produção de mercadorias. Smith, mesmo defendendo a teoria do valor trabalho, assumiu certo subjetivismo, uma justaposição do indivíduo com as leis gerais que governam a economia. Ricardo leva o objetivismo da economia ao extremo, acentuando suas leis de funcionamento, pois é nelas que se baseia o liberalismo econômico, mas os autores liberais clássicos não embasaram seu liberalismo nos indivíduos. Sua unidade analítica não são os indivíduos, mas sim as classes sociais.

No outro extremo do objetivismo, afirma Fonseca, colocar a ênfase do conhecimento no sujeito é afirmar o individualismo e o subjetivismo. O subjetivismo se aproxima também do empirismo, pois se o conhecimento está centrado nas sensações, as quais, além de serem percebidas subjetivamente, se limitam à experiência sensível, subjetiva é a teoria neoclássica do valor utilidade, pois uma vez que a utilidade é subjetiva, ela depende da psicologia do consumidor. Como salienta Fonseca (2003, p. 27), “é no marginalismo neoclássico que o subjetivismo em economia vai expressar-se de forma mais acabada”. Ele também aponta a contradição entre o subjetivismo neoclássico típico e as leis do equilíbrio geral de Walras. Onde fica a liberdade do indivíduo que é submetido às leis do equilíbrio geral? Para Hayek, realmente, a teoria neoclássica não é liberal. A mesma contradição se repõe modernamente na proposta do *mainstream* de explicar os fundamentos microeconômicos da macroeconomia. A contradição é a mesma nos dois casos: primeiro, como conciliar a liberdade e a subjetividade do indivíduo em face das leis objetivas do equilíbrio geral e, segundo, como conciliar as ações microeconômicas dos agentes racionais com as leis macroeconômicas de funcionamento da economia. “Esses dois problemas clássicos da filosofia sempre complicam a busca de fundamentos microeconômicos da macroeconomia e exemplificam como é difícil, no campo específico da teoria econômica, alcançar uma conciliação satisfatória entre objetivismo e subjetivismo” (FONSECA, 2003, p. 28). A teoria neoclássica chega às funções agregadas, ou à noção de totalidade, pela soma de funções individuais, supondo que se chega à noção de totalidade pela soma das partes e que o todo nada mais é que a soma das partes. Trata-se de uma hipótese de difícil comprovação empírica e a tentativa de extrair leis gerais a partir de experiências limitadas recoloca a questão do salto indutivista, que já atormentava Hume e Locke.

O terceiro confronto se dá entre o racionalismo e o empirismo. Nessa contraposição, Fonseca aborda a questão da origem do conhecimento, se é a razão ou a experiência, ou uma combinação dos dois extremos? Trata-se de uma questão central da epistemologia e da filosofia da ciência, a qual também tem implicações metodológicas, ao apontar se é pela razão ou pela experiência que chegamos ao conhecimento de um objeto. Vejamos como ela é tratada nos escritos de nosso mestre.

A questão começou na filosofia grega, na qual Platão defendia que as ideias eram inatas, conhecer é lembrar, como no mito da caverna, no qual a realidade empírica é uma sombra enganadora da verdadeira realidade, uma cópia imperfeita do mundo das ideias. Por isso, já dizia Platão, não se pode confiar nos sentidos e na experiência, apenas a razão pode nos levar a conhecimentos seguros, verdadeiros e universais. A força da razão e o racionalismo retornam com Descartes, que também duvida dos sentidos e da experiência sensorial. Só a razão, com seus princípios abstratos, pode nos oferecer um conhecimento seguro. Essa confiança na razão culmina na filosofia de Kant e nas suas formas a *priori* do conhecimento, como foi visto acima. Na economia, a fascinação pelo racionalismo surge com a fisiocracia, mas é Ricardo que radicaliza essa tendência de conhecer o mundo real através da abstração e de representá-lo através de modelos abstratos. Depois de Ricardo, a teoria neoclássica e o *mainstream* econômico levaram essa tendência ao exacerbamento.

No outro extremo, coloca-se o empirismo, que também tem origens gregas, com Epicuro, para quem o conhecimento vinha da experiência e não da razão, pois nada chega à razão a não ser pela experiência. Na economia, a ênfase no empirismo teria começado com Malthus e continuado, depois, com a Escola Histórica Alemã, que realça os fundamentos históricos empíricos, na construção do conhecimento econômico. Tal preocupação com o conhecimento empírico perpassa toda a história da ciência, em geral, e da economia, em particular. Fonseca, no entanto, faz distinção entre o empirismo clássico, para o qual a experiência é a origem e o fundamento do conhecimento, e os testes empíricos usados para testar teorias e modelos abstratos, elaborados a partir da razão, como é o caso da teoria econômica dominante, que se vale da experiência apenas para testar suas hipóteses abstratas. Por isso, adverte Fonseca, os economistas neoclássicos não são empiristas, no sentido clássico do termo, pois para eles a origem do conhecimento não reside na experiência, mas sim na razão abstrata. Se isso é verdade, “na realidade, poucos economistas podem ser arrolados como empiristas”, conclui ele.

O positivismo de Comte também questiona os economistas clássicos, por fazerem uso de categorias metafísicas, como a ideia de valor. Para o positivismo, a ciência se faz com fatos, com dados empíricos. Os economistas neoclássicos adotaram um viés claramente positivista, substituindo a teoria clássica do valor trabalho pela teoria dos preços empíricos observáveis pela experiência. Essa postura

positivista, fortemente presente na economia, implica toda uma visão ontológica da realidade, uma concepção de ciência e uma metodologia próprias.

Já a tradição marxista se propõe a superar essa dualidade entre razão e experiência, não mais se valendo de Kant, da lógica formal e do princípio da identidade, mas da lógica dialética de Hegel, substituindo seu conteúdo idealista por uma perspectiva materialista. A dialética assume a contradição como sendo elemento integrante da realidade e propõe a interação entre razão e experiência como fonte epistemológica do conhecimento, como sugere Fonseca (2003, p. 32): “o marxismo pode ser visto como uma proposta de superação da controvérsia entre racionalismo e empirismo, pois nele ambos fazem parte do processo do conhecimento”. Efetivamente, para Marx, o concreto empírico é sempre o começo, mas não o fim do conhecimento, pois, ao contrário do positivismo, esse concreto é caótico, o reino da alienação e do fetichismo. É pela abstração que se busca a racionalidade, ou a razão explicativa subjacente ao real caótico, mas ao contrário do dedutivismo, o conhecimento não termina na abstração, como em Ricardo e, mesmo, em Max Weber, pois Marx retorna ao concreto histórico reconstruído pela razão. A ontologia grega de Aristóteles já sinalizava nessa direção, ao distinguir entre aparência e essência da realidade. Como a aparência não revela de imediato a essência das coisas, faz-se necessário um movimento do pensamento em direção à essência, que não se deixa conhecer por inteiro, mas de forma fragmentada e até invertida. Se “não há conhecimento sem abstração”, pois é através dela que se separa o essencial do acessório, também não há conhecimento real do objeto só com a abstração. É preciso fazer o caminho de volta do abstrato ao concreto, como propõe Marx e enfatiza Fonseca.

A superação do dualismo epistemológico, que Marx tenta realizar, fazendo uso da dialética, é também tentada, de alguma forma, pelo *mainstream* econômico, quando “busca um entrosamento entre a teoria e os dados, através de testagem com técnicas estatísticas e econométricas”. No entanto, aqui, afirma Fonseca (2003, p. 33), “ao contrário da dialética marxista, a teoria continua como um momento separado da sua testagem: um é o momento de sua construção teórica, do modelo, da abstração; outro é sua aplicação, a verificação se o modelo é adequado, para ajudar a conhecer determinado objeto”. E, além disso, continua ele, os dois momentos podem estar, e geralmente estão, em pesquisas diferentes e em pesquisadores que não são os mesmos. O que esse processo de ortodoxia econômica faz é separar, de um lado, o que denomina de “economia pura” e, de outro, a “economia aplicada”. E finaliza afirmando que, embora reconheça a importância da razão e da experiência como fontes do conhecimento, essa forma de aproximação não esgota a controvérsia epistemológica. Enquanto Marx, recorrendo à dialética hegeliana e ao materialismo de Feuerbach, promove verdadeira revolução no campo da epistemologia e da filosofia do conhecimento, conclui Fonseca, o paradigma dominante

em economia, preso ao positivismo, ignora toda essa discussão epistemológica, defende o método único e se compraz com um conhecimento que se basta a si mesmo. Além disso, carrega a pretensão de ser universal. Nessa perspectiva filosófica da ciência, o dogmatismo é sempre uma tentação.

Em síntese, pode-se dizer que os fundamentos epistemológicos do pensamento de Pedro Fonseca têm suas raízes na filosofia clássica grega, a partir das críticas de Sócrates, Platão e Aristóteles aos céticos radicais e da afirmação de que o conhecimento é possível, mas não é inato nem espontâneo e a verdade é uma só. A questão do conhecimento passa necessariamente pela contribuição de Kant, que afirma o papel ativo e essencial da razão para superar o dualismo entre empirismo e racionalismo e o impasse do salto indutivo de Hume, mas, ao mesmo tempo, aprofunda outro dualismo entre essência e aparência, bem como o ceticismo metafísico, o qual só encontra solução na dialética de Hegel e de Marx. O conhecimento é sempre uma relação entre sujeito e objeto cuja primazia não está nem no sujeito nem no objeto, mas na relação entre eles, relação esta que pressupõe a capacidade do sujeito em conhecer e a possibilidade de um objeto ser conhecido. Por um lado, o sujeito não consegue apreender todo o objeto diretamente, de imediato e de forma completa, numa primeira aproximação. Por outro lado, o objeto não aparece nem se dá a conhecer tal como realmente é, em sua essência, mas sempre se esconde ou dissimula em suas aparências. Ou seja, a filosofia da ciência e a epistemologia, que perpassam o processo do conhecimento, na perspectiva teórica do professor Pedro, não está em nenhuma das polaridades do dogmatismo e do ceticismo, do sujeito e do objeto ou da razão e da experiência, mas sim em algum tipo de combinação de todos esses elementos. Após analisar os fundamentos do conhecimento, entendido como um tipo especial de relação entre sujeito e objeto, cabe agora tratar dos métodos ou dos caminhos possíveis pelos quais o sujeito pode conhecer o objeto. Quais são esses caminhos metodológicos definidos no pensamento do professor Pedro Fonseca?

3. CAMINHOS METODOLÓGICOS

As questões metodológicas perpassam praticamente todos os textos do professor Pedro. Muitos deles abordam a questão de forma direta e explícita, como, por exemplo, em “Considerações teóricas sobre o método”, “O método como tema: controvérsias filosóficas, questões econômicas”, “O método em perspectiva histórica” e “Sobre o método em história econômica”, sem falar no tópico específico de sua dissertação intitulado “Método”. Em muitos outros, embora o método não seja tratado explicitamente, a construção do objeto de investigação é sempre por demais reveladora dos caminhos metodológicos percorridos pelo autor. Uma leitura atenta desses textos, que abordam de forma direta ou indireta a questão do

método, permite alinhar alguns elementos importantes da metodologia do professor Pedro, tais como: a necessidade e os limites do método, a posição de que “o método depende do objeto”, a dúvida metódica e o recurso frequente ao método dialético para entender a complexidade e as contradições da realidade e, por último, a ideia de que a pluralidade de métodos é plenamente defensável.

A necessidade de um método para se chegar ao conhecimento de um objeto decorre do fato de o conhecimento ser um processo difícil de ser efetuado. Quando se está desprovido das certezas do dogmatismo e se reconhece que o conhecimento não é inato nem espontâneo, mas possível, então “surge a necessidade de um método, entendido como o caminho que se deve percorrer na busca do conhecimento, embora ele, por si só, não garanta que se alcance a verdade” (FONSECA, 2003, p. 17). As dificuldades estão associadas à própria natureza do conhecimento, entendido como a relação entre um sujeito e um objeto. Ou seja, o conhecimento envolve três elementos: o sujeito, o objeto e a relação entre ambos. O pressuposto é que o sujeito pode conhecer e o objeto pode ser conhecido, mas a relação entre eles não é direta nem imediata. A capacidade do sujeito é limitada e o objeto é extremamente complexo, não se apresenta ao conhecimento tal como é, mas esconde ou revela sua essência através de suas aparências. Por isso, não se pode ter um conhecimento integral do objeto de uma única vez. O conhecimento não é um ato, mas um processo. Essas dificuldades apontam para a necessidade de se ter um método, de se encontrar o caminho para se chegar ao melhor conhecimento possível do objeto e, ao mesmo tempo, para os limites do método, no sentido de que, uma vez definido, sua correta aplicação possa garantir um conhecimento seguro e verdadeiro do objeto. O método, por si mesmo, nada garante, ele não é um guardião da boa prática científica, no sentido do que afirma Bianchi (1992, p. 141), que a “metodologia é *problem-dependent*, pois a escolha dos instrumentos de avaliação depende da natureza dos problemas focalizados pelo cientista”. Para Fonseca, também “o método depende do objeto”. Fica implícito nessa afirmação que os caminhos para se chegar ao conhecimento podem ser diferentes, de acordo com a natureza dos objetos, que podem fazer parte das ciências da natureza ou das ciências da sociedade, podem ser históricos factuais ou abstratos, objetos simples ou de diferentes complexidades.

A dúvida metódica é outro recurso a que atribui grande importância e que permeia seus textos. Não o ceticismo metafísico, como já foi ressaltado, mas o ceticismo como método, pois foi ele que “trouxe a dúvida para a ordem do dia” (FONSECA, 2003, p. 19). Descartes levou ao extremo o método da dúvida, um método essencialmente dedutivo, para chegar a um conhecimento seguro e indubitável, um conhecimento que prescindia da experiência empírica, pois que a ele chegou unicamente pela lógica dedutiva. Foi a dúvida sistemática que lhe permitiu chegar à conclusão indubitável de que a origem do conhecimento era a razão. Descartes,

com seu método abstrato-dedutivo, colocou a origem e a ênfase do conhecimento no sujeito racional e não no objeto empírico. Com isso, deu um grande impulso à lógica formal e ao racionalismo filosófico. Ao confiar excessivamente no poder da razão, aproximou-se de posições dogmáticas. O ceticismo como método, ou a dúvida metódica, que permeia seus textos, mais do que um método em si mesmo, parece ser um recurso crítico indispensável em todos os momentos e procedimentos da investigação e da prática científica do professor Pedro.

Essa postura crítica, característica do pensamento do mestre, caminha na direção da pluralidade metodológica, ou seja, de que muitos métodos é o melhor método. Ele afirma que não há um método “único”, que seja o mais “correto” e o mais “científico”, o que o leva a concluir que a ciência econômica é paradigmática não só em termos teóricos, mas também em relação ao método (FONSECA, 2003, p. 87). Se o método depende do objeto, cabe perguntar como é o objeto, como ele se constitui e como é percebido pelo sujeito do conhecimento? Não há uma resposta única ou unívoca para essas questões, pois, além de haver diferentes objetos ou objetos de natureza diferente, pode haver diferentes percepções sobre o mesmo objeto. Nesse sentido, poder-se-ia dizer que o método não depende apenas do objeto em si, mas também da ideia que se faz sobre o objeto. São essas questões que fundamentam a proposição de que não há um único método, podem haver muitos, e nenhum deles é um caminho seguro nem a garantia para se chegar ao conhecimento verdadeiro da realidade. Nesse campo, parece que o ceticismo nos persegue. Antes, ele se colocava em relação à possibilidade do conhecimento. Agora, ele contamina o próprio método do conhecimento.

A pluralidade de métodos é também reafirmada em suas “Sobre o método em história econômica” (FONSECA, 1980, p. 31), texto que faz parte de sua dissertação de mestrado em economia. Além de fazer uma análise dos diferentes métodos ao longo da história da ciência, nesse texto ele está preocupado em definir seu próprio método para abordar o tema da história econômica gaúcha na República Velha e sua relação com os conflitos políticos que dominaram o RS naquele período. A caracterização do método que pretende utilizar tem por base “conceitos fundamentais da filosofia e sociologia do conhecimento” e visa “justificar não só como os dados empíricos serão trabalhados, mas também diversos posicionamentos metodológicos assumidos em diferentes momentos da investigação científica” (FONSECA, 1983, p. 31). Ao analisar criticamente os diferentes métodos, procura identificar em cada um deles os elementos que julga mais apropriados para entender seu objeto de investigação. Talvez tenha sido este o seu primeiro texto a abordar explicitamente a questão do método. Pode-se imaginar que tenha sido quase uma exigência do ambiente acadêmico explicitar um método teórico e prático de pesquisa ao abordar um tema de história econômica, num programa de pós-graduação estritamente neoclássico, em que o rigor formal dava ares de ciência à

aplicação do método abstrato-dedutivo, que sem dúvida se mostrava claramente inadequado para analisar a história econômica regional.

A preocupação em explicitar a metodologia é ressaltada em dois momentos: o da prática e o da teoria. No primeiro, Fonseca destaca um tópico intitulado “Método”, no qual esboça um mapa da situação histórica, econômica, social e política do RS na República Velha. A partir de seu conhecimento prévio da história do RS, descreve os traços essenciais da realidade regional, seu objeto de estudo, como que se estivesse fazendo uma abstração de todos os seus aspectos particulares secundários, para reter o que lhe parecia essencial. Nesse procedimento metodológico, começa por dividir o estado em duas partes: a região Norte e a região Sul – esta última caracterizada como região de pecuária, com seus latifúndios, suas fazendas de gado e charqueadas, peões, parcerias, agregados e portos escoadores dos produtos de exportação. A região Norte, por sua vez, é dividida também em duas áreas: a Serra e o Planalto. A Serra é caracterizada como de colonização recente, imigrantes europeus, alemães e italianos, pequena propriedade, economia de subsistência, poucos escravos, e o Planalto se caracteriza por fazendas menores do que as da região Sul, pequenas e médias propriedades de cultivo agrícola. A partir dessa descrição, Fonseca levanta a hipótese de que a estagnação da economia pecuária e charqueadora da campanha, de um lado, e a prosperidade da Serra e do Planalto, de outro, oferecem as bases para a divisão e os conflitos, formando-se alianças políticas, da campanha com a oposição e as regiões da Serra e do Planalto com o governo, dividindo-se, assim, o estado entre maragatos e chimangos, positivismo e liberalismo, política econômica intervencionista e política econômica liberal.

Após desenhar esse mapa da realidade a ser investigada, um procedimento típico de abstração, ele se pergunta pelos métodos teóricos mais adequados na investigação dessa realidade histórica. Para tanto, faz uma análise dos diferentes métodos teóricos – o método orgânico-funcionalista, o método estruturalista, o método weberiano compreensivo dos tipos ideais e dialético hegeliano-marxista –, ressalta seus aspectos positivos e negativos e seleciona aqueles elementos que julga mais adequados para sua pesquisa empírica. Nesse processo, Fonseca faz uma crítica ao modelo organicista, que considera a sociedade como um organismo vivo, no qual cada parte desempenha função específica no todo, que é governado por leis gerais, de caráter determinístico. O fundamento da crítica é que esse método funcionalista de análise, como também o estruturalista, não deixa espaço para a “criatividade das ações humanas em acontecimentos históricos”. Outra limitação é que o modelo funcionalista considera as mudanças econômicas, políticas e sociais como disfunções ou mesmo doenças do organismo social. No entanto, reconhece que a utilização da abordagem funcionalista pode ser valiosa no estudo histórico, em dois aspectos (FONSECA, 1983, p. 25): “ao permitir, por via analítica, a integração dos diversos aspectos interdependentes, que constituem a totalidade estudada”

e ao enfatizar que “o momento da observação sistemática passa a ter importância fundamental”, especialmente quando se trata de objetos mais complicados, como é o caso presente da economia e política da República Velha no RS. Mas aí surge a necessidade da abstração, pois sem o momento da abstração, a ciência seria apenas uma descrição infundável de fatos. Por isso, embora a observação sistemática da realidade seja um primeiro passo fundamental, “o conhecimento científico vai além da observação e os dados obtidos devem ser organizados pelo raciocínio” (FONSECA, 1980 p. 28). O próprio Comte alertava que o conhecimento deve basear-se na observação, mas que a observação necessita de uma teoria que organize os fatos de forma coerente. Os tipos ideais weberianos representam procedimentos de abstração, pois são elementos representativos dos fenômenos de uma realidade que é inesgotável e ao mesmo tempo possível de ser conhecida. A elaboração dos tipos ideais, que é apenas um momento do método weberiano, confere uma maior participação do sujeito no processo do conhecimento do que o funcional-historicismo. Por tais razões, Fonseca defende que, em determinadas circunstâncias, o método weberiano “parece mais adequado para analisar o fenômeno da desigualdade do poder e da riqueza”, permite melhor análise dos conflitos políticos e da estratificação social, como parecia exigir a realidade histórica gaúcha, objeto de seu estudo. Alerta, ainda, para a necessidade de se evitar qualquer tipo de rigidez metodológica, como a do estruturalismo e o modelo orgânico, pois uma coisa é testar os modelos frente aos dados concretos e outra bem diferente é tentar encaixar os fatos concretos nos modelos explicativos, como se estes já representassem uma síntese da realidade a ser explicada. A elaboração científica deve pressupor a testagem do modelo frente à realidade, pois sem o confronto do modelo abstrato com a realidade dos fatos, a ciência se resume à mera formalização. O conhecimento teórico não se confunde com a abstração, ele só se completa com o retorno à realidade de onde se partiu. Especialmente no estudo histórico, cabe mostrar como o geral se torna particular, ou seja, cabe retornar à realidade de onde se partiu. E como nenhum modelo teórico consegue abarcar a totalidade dos fenômenos, deve-se admitir a “pluralidade de estruturas explicativas para o mesmo fato social”.

Na pluralidade de métodos sugerida por Fonseca, sobressai o recorrente recurso ao método dialético hegeliano-marxista. Isso parece ser quase uma exigência para entender a complexidade e as contradições dos próprios objetos investigados. O princípio da identidade e a lógica formal tornam-se inadequados ou impotentes para analisar uma realidade múltipla e contraditória. A opção pelo método dialético parece ser mais uma consequência ou uma conclusão necessária de todo um processo de discussão das aporias da lógica formal e do dualismo das posições face às contradições da realidade. Em seus textos de modo geral, e particularmente em “O método como tema” (FONSECA, 2003), ele explora à exaustão os dualismos, as contradições, os impasses e aporias metodológicas das várias posições e cor-

rentes, até chegar como solução à dialética de Hegel e Marx. Somente a dialética convive com o princípio da contradição, na realidade e no pensamento. Para Hegel, as aparências, os fatos ou os fenômenos não coincidem com sua essência e é essa não coincidência que torna necessário o conhecimento científico e “o caminho que leva do fenômeno à essência é o método” (FONSECA, 1983, p. 28). O texto e as ideias de Kosik (1976), muito presentes na abordagem metodológica do professor Pedro, são reveladores de sua concepção dialética da realidade e do método mais adequado para lidar com suas contradições. Além de Kosik, Hegel e Marx são frequentemente utilizados em suas investigações. Para ele, o método de Marx talvez seja não só o mais completo, dentre os que analisa, mas inclusive o mais adequado para entender determinados objetos, pois, efetivamente, o método de Marx parece contemplar todos ou grande parte dos elementos que lhe parecem essenciais para analisar seu objeto de estudo. Primeiro, o concreto factual, como ponto de partida de toda a investigação. O momento da observação é crucial. A observação deve ser profunda e exaustiva. A realidade deve ser observada e analisada em seus múltiplos aspectos e em seus mínimos detalhes. O segundo momento é o da abstração, no qual se procura separar o que se supõe ser essencial do que parece ser acessório. A partir da abstração, se constrói o modelo representativo da realidade. Mas esse modelo representativo é ainda um conhecimento parcial da totalidade concreta. Depois de observada a realidade, analisadas suas diferentes partes, descobertos seus nexos e relações internas, é necessário fazer o caminho de volta para a realidade concreta, reconstruindo a totalidade; é o momento de síntese da teoria com a realidade. É o momento em que o todo concreto é refeito, sob a luz da teoria. No entanto, ao referir-se ao pensamento de Marx, dois pontos são sempre lembrados por Fonseca: primeiro, que a compreensão do desenrolar histórico exige o espaço para a ação humana, em suas várias dimensões, econômicas, sociais e políticas; segundo, a sua crítica a uma perspectiva determinística da história, perspectiva esta muitas vezes presente na tradição marxista.

4. PRÁTICA CIENTÍFICA E INTERDISCIPLINARIDADE

A partir da tentativa feita acima de analisar a filosofia da ciência presente no pensamento do professor Pedro Fonseca, o que incluiu a análise dos fundamentos epistemológicos e dos procedimentos metodológicos, neste tópico pretende-se analisar sua prática científica e a questão da interdisciplinaridade. Entende-se que a prática científica da interdisciplinaridade esteja associada a esses fundamentos epistemológicos e aos métodos adotados na elaboração dos seus textos. Esta análise terá por base principal o texto da dissertação e o da tese, antes mencionados, além de outros já utilizados para a análise da epistemologia e metodologia.

Tome-se, por exemplo, o texto, “Clássicos, neoclássicos e keynesianos: uma tentativa de sistematização” (FONSECA, 1981). Esse trabalho, escrito em 1981, portanto ainda no começo da carreira acadêmica do professor Pedro, é revelador de sua profunda compreensão dos intrincados fios que tecem as questões teóricas e metodológicas da economia. Além dessa compreensão dos fundamentos que unem e que separam as correntes teóricas, a sistematização supõe critérios epistemológicos e metodológicos muito claros, uma vez que são eles que orientam o processo de sistematização, pois se lida com critérios classificatórios, contradições do pensamento e ambiguidades conceituais. Exemplo disso é o fato de Ricardo poder ser considerado clássico pelos dois critérios, o da distribuição e o da Demanda Efetiva, apesar de serem duas coisas completamente distintas. Esse trabalho de sistematização de teorias, escolas e autores tão diversos só é possível, ou melhor, deixa visível o papel da razão organizadora da diversidade empírica. Um tal procedimento supõe uma razão dialética muito apurada. Pode-se dizer, assim, que Fonseca aplica em seus trabalhos afiado instrumental epistemológico e metodológico de uma forma que suas análises produzam resultados claros e coerentes.

Em relação ao texto de sua dissertação (FONSECA, 1983), a prática científica interdisciplinar se revela, sobretudo mediante a construção do objeto de estudo, a economia e os conflitos políticos no RS, durante a República Velha. O próprio título já sugere a natureza interdisciplinar da análise. O RS é visto como parte de uma totalidade nacional, econômica e política, em determinado período, onde aparecem entrelaçados os aspectos históricos e políticos, além da prática da política econômica. Tais questões são abordadas a partir de uma construção teórica e prática científica notadamente interdisciplinar. A construção do objeto é feita no capítulo introdutório, em que se destacam a formulação do problema, os objetivos, as interpretações já feitas por outros autores, as hipóteses e o método a ser utilizado. O problema da pesquisa pode ser definido por algumas questões, tais como: qual a razão dos conflitos políticos que marcaram o RS na República Velha (1889-1930), um período de 41 anos, cuja expressão mais aguda foram as duas guerras, a de 1893 e a de 1923? O conflito se deu entre o governo do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) que, no último pleito, não conseguira eleger nenhum deputado, e a oposição, liderada pelo Partido Libertador (PL), cuja base social eram os fazendeiros e charqueadores da zona sul do estado, a Campanha. Esses conflitos eram típicos do RS e fragilizavam o estado no contexto federal. A República encontra o RS dominado ampla e historicamente pelo PL, que agora fazia oposição. O RS foi um dos poucos estados a ter oposição. Por que os partidos dominantes no Império não desapareceram no RS, como aconteceu em outros estados? Quais fatores explicam os conflitos políticos entre chimangos e maragatos por tanto tempo? O que sustentava a forte oposição maragata ao governo chimango do PRR no RS? Como explicar o domínio do PRR por mais de 40 anos? Qual sua base social de

sustentação? Apesar de a Constituição de 1891 permitir a intervenção federal e de o RS ter enfrentado dois conflitos armados, a intervenção não acontece.

Os governos do PRR eram governos autoritários, dominados mais pela coerção do que pelo consenso e, para tanto, contavam com a sustentação do exército e da brigada militar. Mas tal explicação não parece suficiente para explicar a sustentação política de um partido tão frágil, por um período tão longo. A literatura clássica sustentava que a causa dos conflitos era essencialmente política, a centralização excessiva do poder político, que tanto incomodava os liberais. Por outro lado, considerava que, mesmo reconhecendo haver divergências conjunturais entre pecuaristas e charqueadores, não se podia associar os primeiros ao PL e os últimos ao PRR. Além disso, apontava-se também que os novos setores médios urbanos, ligados ao comércio e à burocracia pública, dariam o apoio necessário ao governo. Fonseca destaca a importância política desses setores, mas afirma que não se pode considerar o castilhismo e o borgismo como expressão destes. Na realidade, esses setores eram dependentes do estado e não podiam dar uma sustentação suficiente aos governos do PRR. Todas essas explicações dos conflitos pareciam insuficientes para Fonseca, que resolveu levantar novas hipóteses explicativas, até então não exploradas. Sem desconsiderar os problemas de natureza política nem os de natureza ideológica, como a filosofia positivista republicana, que inspirava e fundamentava toda a política econômica intervencionista do PRR, contra a ideologia liberal maragata, Fonseca busca explicação nas próprias transformações econômicas pelas quais passava o RS no período da República Velha, mas se coloca o problema de como associar interesses econômicos diversos daqueles da oligarquia agrocharqueadora, em apoio aos governos republicanos do RS? Quais grupos ou classes apoiavam que facções políticas? Ele lembra que o RS vivia um período de transição entre uma oligarquia pecuária e charqueadora decadente da região da Campanha e os novos setores econômicos da região do Planalto e da Serra, onde predominavam as pequenas e médias propriedades de criação de gado e de agricultura diversificada. Aos poucos, esses novos setores econômicos foram cobrando representação política e oferecendo apoio aos governos do PRR. A causa da crise da região Sul não era a política econômica de favorecimento do Planalto e da Serra, mas devia ser procurada internamente na própria economia regional cujo único produto de exportação ficava sujeito às vicissitudes da demanda externa, as economias platinas, e internas, provindas das atividades ligadas ao café e à mineração.

Sua principal hipótese era que a Campanha estava em crise e em decadência, mas ainda tinha muita força política. Para o PL, a República provocava a destruturação de seu domínio político e considerava o domínio republicano e seu apoio aos novos setores como a causa de sua crise. Do outro lado, de início, sem muito apoio social, os governos do PRR se valeram mais da coerção do que da coesão e do consenso. O positivismo era uma doutrina autoritária e o apoio do exército e

da brigada militar foi importante na sustentação dos governos do PRR. Depois, as políticas positivistas passaram a incentivar os novos setores econômicos da Serra e do Planalto e a contar com o apoio político desses interesses. Fonseca considera essa divisão econômica do RS como a causa básica dos conflitos políticos, mas ressalva que essa relação não é direta, mecânica e determinística, pois as mudanças econômicas e os conflitos políticos eram intermediados pela ideologia do positivismo, que além de defender uma ação do Estado, dava sustentação para um governo autoritário. É relevante destacar nesse trabalho de Fonseca ter ele colocado em evidência, entre o conjunto de fatores responsáveis pelos conflitos políticos, os dois planos em que se situam esses conflitos do RS na República Velha, quais sejam: de um lado, os naturais conflitos associados ao confronto dos interesses econômicos entre o setor pecuário charqueador da Campanha e os interesses de uma policultura característica do Planalto e da Serra e, de outro, os conflitos de natureza ideológica e doutrinária entre a filosofia positivista, intervencionista e autoritária do PRR e a corrente liberal representada no PL.

Em síntese, nesse texto, Fonseca constrói uma prática científica sofisticada de modos a dar conta da complexidade do problema que se coloca para analisar. Nela está envolvido um conjunto de pressupostos teóricos, epistemológicos e metodológicos, que contribuem para o caráter notadamente interdisciplinar do texto.

Sua tese, *Vargas: o capitalismo em construção* (FONSECA, 1989), é uma obra essencialmente interdisciplinar. Seu objeto é extremamente amplo e diversificado, uma totalidade, o próprio Brasil, em todas as suas dimensões, história, economia, sociedade e política, tendo como seu fio condutor os discursos de Getúlio Vargas, durante um longo período histórico, desde a época em que ele era estudante de direito até sua Carta-Testamento. Aqui se entrelaçam a análise histórica da economia brasileira, a análise da sociedade e da política nacional, todas essas dimensões do processo de construção do capitalismo brasileiro. Não apenas isso, pois a matéria-prima de suas análises não é a realidade em si mesma, na sua concretude factual, mas essa realidade já apreendida e expressa pelo pensamento de Vargas, ao longo de um período histórico de muitas transformações, mudanças e continuidades. Apreender e expressar todos esses aspectos, em um texto coerente, lúcido e envolvente, constitui o grande mérito do autor. Efetivamente, o livro traz uma singular e valiosa contribuição para o entendimento da economia, da sociedade e da política brasileiras, elementos-chaves de uma totalidade múltipla e contraditória, que é o processo de construção do capitalismo brasileiro. Esse trabalho de análise e reconstrução só é possível quando guiado por uma prática científica amparada em sólidos instrumentos epistemológicos e metodológicos.

Cabe ressaltar que os fundamentos metodológicos que estruturam a obra, embora discretamente presentes na primeira edição, são melhor explicitados no Prefácio da terceira edição (FONSECA, 2014). Do mesmo modo como procedera

em sua dissertação, aqui também procura ele valer-se dos recursos metodológicos de diversos autores, como Marx, pela importância do capital como estruturante, e Keynes, pelas decisões de investimento, elementos determinantes na sociedade capitalista. Vale-se também de Kalecki e, sobretudo, de Weber, por ajudar a compreender a construção da nova racionalidade capitalista no Brasil, assentada na impessoalidade, no mercado e na busca do lucro. Outra importante referência ressaltada por Fonseca nesse Prefácio é Hegel, cuja categoria de totalidade e visão dialética da realidade histórica permeia a construção de todo o trabalho aqui analisado. Valendo-se de todas essas contribuições, o autor estrutura seu próprio caminho metodológico, que parte sempre da realidade empírica concreta, multifacetada e caótica, dados e fatos que por si mesmos não falam, mas que ganham sentido através da abstração, que permite descobrir o elemento central estruturante (a Revolução Burguesa), a partir do qual pode-se reconstruir toda a realidade histórica, de forma racional e ordenada.

Essa postura metodológica preside a sua tentativa de reconstruir o longo e diversificado percurso histórico brasileiro, que inclui a economia e a política gaúchas durante a República Velha, o período de crise brasileira dos anos 1920, a Revolução dos anos 1930 e o período do Estado Novo, terminando com o segundo governo Vargas. O que é original nessa análise é seu ponto de partida e fio condutor, o discurso como objeto de investigação, ou como ele mesmo define, a tentativa de “pensar o real valendo-se do próprio pensamento sobre o real”. O que é o discurso e como ele pode explicar a realidade? Desde o início, ele se pergunta (FONSECA, 1989, p. 15) pela “possibilidade de se reconstruir cientificamente uma totalidade num estudo histórico, partindo-se do que se convencionou chamar de superestrutura”, contrariando certas interpretações do materialismo histórico, que afirma a preponderância das variáveis econômicas sobre as de natureza política e ideológica e considera a história como um jogo de resultados previsíveis, uma história cujos rumos estão pré-traçados e o homem não pode alterar, o que significa negar a vontade e a liberdade da ação humana. Ele afirma essa possibilidade de reconstruir cientificamente a totalidade histórica brasileira através do discurso, pois o discurso como a ideologia não é um amontoado de ideias falsas que prejudicam a ciência, mas, ao contrário, o discurso carrega um conteúdo histórico, é também um fato social, produto das próprias relações sociais, possui sua própria lógica, não é autônomo em relação a essas relações, não se explica a si mesmo, mas expressa uma forma de percepção e de ordenamento do real e, por isso, mantém seus vínculos com o processo histórico real. Por isso, Fonseca não considera o discurso como mera aparência nem como motor do processo histórico. O discurso não é “nem autônomo nem determinado”, mas se constitui como parte do mesmo processo histórico que lhe dá sustentação. São essas propriedades do discurso que permitem a ele ser um meio para a reconstrução da totalidade histórica.

Tais definições integram os procedimentos metodológicos, a partir dos quais Fonseca procura explicitar um marco teórico que permita integrar em sua prática científica o processo histórico em seus aspectos econômicos, sociológicos e políticos, além de suas dimensões de continuidade e de ruptura, ou seja, um marco teórico que seja capaz de integrar as contradições inerentes ao processo, sem perder de vista sua unidade e seu sentido, ao longo de um período tão vasto e tão diverso da história brasileira. Para tanto, vale-se do conceito de “Revolução Burguesa” no Brasil de Florestan Fernandes, entendida como um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicossociais e políticas, que não se deram num golpe, mas constituem um longo processo, contraditório e conflituoso, com pontos de partida e de chegada difusos, mas com unidade e sentido, a construção do capitalismo no Brasil. A análise inclui as bases materiais do processo, os atores políticos, os conflitos das classes sociais e ação do Estado. O método de análise e o marco teórico perpassam toda sua obra, do começo ao fim, são eles que dão unidade e coerência ao trabalho. Tal coerência é dada pelo próprio marco teórico conceitual adotado, o da “Revolução Burguesa”, que carrega uma visão da história brasileira como um processo cujo sentido é a consolidação do capitalismo no Brasil.

Desde o início, ainda na análise da República Velha, no RS, o discurso é tanto reflexo das condições históricas quanto proposta de ordenamento da realidade, aspectos expressos no ideário do positivismo, cuja ideologia, expressão de um processo e de um projeto, marca os discursos de Vargas, cujo lema, “ordem e progresso”, traduz o processo da transformação conservadora no Brasil. Vargas, seu discurso, sua ideologia, sua política econômica, seu projeto, tudo passa pelas metamorfoses do próprio processo, assumindo sempre novas formas, sem perder sua própria identidade.

É a natureza essencialmente dialética da análise do professor Pedro que lhe permite captar e harmonizar os elementos contraditórios do processo histórico e compreender como Vargas e seu discurso vão mudando aos poucos, de modo que, no final, seu projeto assumisse claramente a feição de um projeto industrializante, de tal forma que o mesmo discurso crítico do velho regime se transformasse nas bases conservadoras da nova ordem. A Revolução de 1930 foi, ao mesmo tempo, oligárquica e burguesa, pois a oligarquia não constitui uma classe social, mas um aspecto do sistema político e da propriedade da terra, a questão da mudança e da continuidade inseridas na ideia de processo, fugindo da controvérsia que opõe forma e conteúdo, dado que as formas não podem ser consideradas meras aparências e as mudanças de forma revelam também mudanças de conteúdo. Assim, o processo, embora único em seu sentido, não o é em seu movimento, pois variaram as formas através das quais as mudanças foram tomando corpo, de modo que a “mudança de forma é a histó-

ria de seu próprio processo”. Assim, as metamorfoses da realidade se traduzem nas mudanças do próprio discurso. O discurso, como fato social que é, sofre mudanças e permanências, que se assume “estarem vinculadas às exigências concretas” (FONSECA, 1989, p. 15).

A questão da interdisciplinaridade, tão presente nestes e em outros textos do mestre, apresenta-se mais como resultado de sua filosofia da ciência que orienta sua produção acadêmica do que de uma proposta abstrata de praticá-la. Bianchi (1992, p. 140), referindo-se à proposição de Caldwell sobre o pluralismo metodológico, afirma que “ampliar o número e os tipos de métodos de investigação representa um estímulo ao trabalho interdisciplinar”. A interdisciplinaridade vai além da abordagem de determinado tema, fazendo uso de diversas disciplinas, pois ela supõe um princípio integrador, que entendemos ser a filosofia da ciência do autor. Uma visão interdisciplinar do conhecimento deve amparar-se também na formação do pesquisador. Nesse sentido, cabe ressaltar que a formação e o pensamento do professor Pedro se fundamentam na filosofia clássica e moderna, nas ciências sociais, na história e na economia política. É frequente em seus escritos a citação de pensadores como Sócrates, Platão, Aristóteles, Kant, Hegel, Hume, Locke, Rousseau, Durkheim, Weber, Comte, Smith, Ricardo, Marx e Keynes, entre tantos outros das grandes correntes do pensamento social, sem falar nos autores da economia, tanto do lado da ortodoxia como da heterodoxia. Pode-se dizer que a história econômica geral forma como que um cenário onde se efetiva sua prática científica, guiada por uma filosofia da ciência crítica de todo o processo do conhecimento. Por todas essas razões, pode-se dizer que seu pensamento é um pensamento denso de realidade, não são palavras vazias, mas é antes de tudo a realidade multifacetada que se expressa em seus textos, onde se cruzam e entrelaçam as tantas disciplinas que procuram explicar a mesma realidade. Ao lermos textos que abordam temas tão amplos e diversos, como metodologia, história e teoria econômica, economia brasileira, origem e história das ideias, pode-se facilmente observar o diálogo implícito e muitas vezes muito explícito entre essas disciplinas. Ao mesmo tempo, é possível perceber que por trás dessa análise interdisciplinar existe uma filosofia da ciência com seus fundamentos epistemológicos e procedimentos metodológicos claramente definidos, como uma espécie de princípio organizativo a dar coerência a esse entrelaçamento de análises dos variados temas que aborda em suas pesquisas.

5. CONCLUSÃO

Como conclusão, pretende-se acentuar as principais características do pensamento do professor Pedro Fonseca em relação à sua filosofia da ciência, epistemologia e metodologia, além da interdisciplinaridade traduzida em sua prática científica.

As principais questões relativas à filosofia da ciência, envolvendo a epistemologia e a metodologia, estão muito presentes nos seus textos. Muitos deles abordam diretamente a questão do método, mas envolvem também discussões sobre a epistemologia. A ontologia, entendida como concepção da estrutura do real, embora não seja discutida enquanto tal, também está muito presente nos seus trabalhos. Os dois livros, *RS: economia e conflitos políticos* e *Vargas: o capitalismo em construção* também são estruturados a partir de claras definições metodológicas. Como resultado, temos uma prática científica, ou um fazer ciência, de caráter marcadamente interdisciplinar.

Para o professor Pedro, fazer ciência é uma atividade difícil, uma espécie de “aventura do conhecimento”, para usar sua própria expressão. Se o conhecimento não é um ato, mas um processo, que relaciona sujeito e objeto, razão e experiência empírica, cabe perguntar como são entendidos esses elementos e como se efetiva esse processo. A maior dificuldade parece vir do objeto, mas existe a confiança na poderosa capacidade da razão em organizar a caótica realidade empírica e no seu poder de gerar um conhecimento confiável do mundo. O papel da razão é essencial e indispensável, sem o qual o conhecimento científico não seria possível. Mas trata-se de uma razão crítica e não dogmática, que não tem a pretensão de chegar a uma verdade única e indubitável.

Na caracterização do objeto definem-se os traços de sua visão ontológica da realidade empírica, a concepção do ser e da estrutura do real. Nessa ontologia, parece ser central a ideia de totalidade. Ela está presente em muitos textos do professor Pedro, como afirmação e como crítica. Trata-se de uma totalidade contraditória, multifacetada e caótica, em suas aparências, mas governada por leis que lhe dão certa coerência interna e algum sentido. A essa totalidade não se chega por agregação de partes ou de ações individuais, pois ela contém muito mais do que a soma de suas partes. É uma questão de princípio, de pressuposto. Partindo-se do indivíduo não se chega ao todo. Fonseca faz, primeiro, a crítica à concepção fisiocrata de uma totalidade orgânica, que compara o sistema econômico a um organismo vivo, governado por suas leis naturais. Nessa totalidade, seus membros desempenham funções predeterminadas, sem poder de arbítrio sobre suas ações. Nessa perspectiva, a história seguiria seu curso natural. Depois, faz a crítica à ideia de totalidade por agregação ou soma das partes, típica da teoria neoclássica. Para ela, efetivamente, uma função agregada não é outra coisa que a soma de funções individuais. A mesma crítica é feita à proposta do *mainstream* de definir os fundamentos microeconômicos da macroeconomia. Para Fonseca, pretender extrair leis gerais de comportamento a partir de experiências limitadas individuais é voltar à velha questão do salto indutivo coloca-

do por Hume. Como explicar a liberdade das ações individuais sob a vigência da lei do equilíbrio geral, que preside os modelos da teoria econômica dominante?

A visão ontológica de Fonseca tem suas raízes nas concepções de um todo contraditório de Hegel e Marx. A realidade é constituída pelo princípio da contradição e não da identidade. Aqui, a lógica dialética substitui a lógica formal, por ser mais adequada para lidar com a contradição. A principal contradição é aquela que opõe aparências e essência da realidade. O caminho que vai das aparências em direção à essência é o método do conhecimento. Quando Fonseca afirma que o método depende do objeto, é a esse caminho que está se referindo. Por mais que se afirme o poder da razão, ela não pode conhecer a essência das coisas senão a partir das suas aparências. A razão não tem outro caminho de acesso. Embora Fonseca faça referências frequentes a Kant, não deixa de reconhecer seus limites, na medida em que negou que a força da razão pudesse conhecer o númeno ou a essência das coisas, senão apenas os fenômenos, as aparências do númeno.

As dificuldades do conhecimento parecem surgir sobretudo a partir do objeto e não do sujeito. Hegel e Marx foram além de Kant, ao afirmarem que a razão dialética pode conhecer a essência contraditória das coisas, não de uma vez e de forma abrangente, mas aos poucos, de forma fragmentada, num processo, a partir das aparências. Ao mesmo tempo em que afirma a visão de uma totalidade contraditória e os métodos de Hegel e Marx, Fonseca adverte para o risco de se incorrer em algum determinismo implícito que, muitas vezes, acompanha essa visão de totalidade. Mesmo realçando a importância dos condicionantes econômicos, alerta ser preciso evitar os determinismos econômicos e abrir espaço para a ação humana na construção da história.

Por outro lado, parecem ser também as dificuldades oriundas dos diferentes objetos que definem a pluralidade dos métodos defendida por Fonseca em seus textos. Tal pluralidade também pode ser entendida como os diferentes momentos do processo do conhecimento, como o da observação, o da abstração ou o momento da testagem das hipóteses. Assim, cada disciplina poderia definir as peculiaridades de seu método, a partir da caracterização do seu objeto próprio de estudos. A pluralidade dos métodos parece também ser uma condição para a interdisciplinaridade. O recurso a diferentes disciplinas para iluminar as diferentes dimensões do real só seria possível a partir da utilização de diferentes métodos de abordagem.

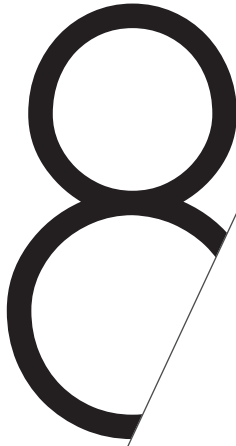
A partir dessas colocações, poder-se-ia tentar caracterizar o pensamento do professor Pedro como um pensamento crítico, essencialmente dialético, aberto, flexível e totalizante, que foge das polarizações simplificadoras e dos dualismos empobrecedores; um pensamento nem dogmático nem cético, mas que procura combinar certeza na capacidade da razão e dúvida metódica; uma teoria do conhecimento, que não está centrada nem no sujeito nem no objeto, mas na relação estabelecida entre eles; e um conhecimento que não se origina nem na experiência,

como propunha o empirismo, nem na razão, como afirmava o racionalismo cartesiano. Um pensamento dialético, para lidar com as contradições do real.

Em síntese, um pensamento multidisciplinar, apoiado em uma clara filosofia da ciência e uma visão de história, que não rompeu com a modernidade, uma história feita pelas ações dos homens, mas também uma história que tem um sentido, a particularização do universal.

REFERÊNCIAS

- BIANCHI, A. M. Muitos métodos é o método: a respeito do pluralismo. **Revista de Economia Política**. São Paulo: n. 2 (46) abril-junho, 1992.
- CORAZZA, G. (Org.). **Métodos da ciência econômica**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- CORAZZA, G. Vargas: o capitalismo em construção. Resenha de Fonseca, P. C. D. *Vargas: o capitalismo em construção 1906-1954*. Primeira Edição. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- FONSECA, P. C. D. Sobre o método em história econômica: aspectos teóricos. **Perspectiva Econômica**. São Leopoldo: Unisinos, v. 10, n. 29, p. 21-36, 1980.
- FONSECA, P. C. D. Clássicos, neoclássicos e keynesianos. uma tentativa de sistematização. **Perspectiva Econômica**. São Leopoldo: Unisinos, Ano XVI, col 2, n. 30, 1981.
- FONSECA, P. C. D. RS: Economia e conflitos políticos na República Velha. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- FONSECA, P. C. D. **O método em economia**: uma perspectiva histórica. Brasília: UNB, Curso de filosofia da ciência, metodologia e economia, 1989.
- FONSECA, P. C. D. **Vargas**: o capitalismo em construção 1906-1954. 1 ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- FONSECA, P. C. D. As origens do pensamento cepalino e a influência de Keynes. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, RJ, v. 2, p. 72-95, 1998.
- FONSECA, P. C. D. Economia e Ética. *Revista da SEP*, Rio de Janeiro: Sette Letras, vol. 1, n. 4, jun, p. 138-144, 1999.
- FONSECA, P. C. D. As origens e as vertentes formadoras do pensamento cepalino. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 3, p. 333-358, 2000.
- FONSECA, P. C. D. O método como tema: controvérsias filosóficas, discussões econômicas. In: CORAZZA, G. (Org.) **Métodos da ciência econômica**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- FONSECA, P. C. D. Keynes: o liberalismo econômico como mito. **Economia e Sociedade**. Campinas: Unicamp, v. 19, p. 425-447, 2010.
- FONSECA, P. C. D. **Vargas**: o capitalismo em construção 1906-1954. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.
- KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Paz e Terra, Rio de Janeiro: 1976.



CLÁSSICOS, NEOCLÁSSICOS, KEYNESIANOS E A EVOLUÇÃO DA MACROECONOMIA MODERNA

HÉLIO AFONSO DE AGUILAR FILHO

Bacharel (2000) em economia pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Mestre (2004) em economia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Doutor em economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor adjunto da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS.

HERMÓGENES SAVIANI FILHO

Bacharel (1994) em economia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Bacharel (1996) em história pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre (2000) e doutor (2008) em economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor adjunto da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS.

1. INTRODUÇÃO

Contar a história de uma área do conhecimento se constitui em um exercício de síntese, na medida em que exige agrupar autores, demarcando-os a partir de conjuntos chamados “escolas” ou “correntes de pensamento”. Esse recurso permite entender traços recorrentes e depurar o não essencial, pelo menos a princípio, já que a fluidez da história e seus contornos são por vezes paradoxais e, dependendo de novos cortes propostos, alguns elementos antes dispensados podem reaparecer de outra forma.

Dos critérios possíveis de classificar as ideias econômicas, é importante destacar aqueles cujas consequências se estendem não somente sobre a leitura do passado, mas sobre o modo atual de tratar as diferentes contribuições. Nesse sentido, Fonseca (1981 e 1996) deu importante contribuição à compreensão dessas ideias ao buscar sistematizar as distintas perspectivas sobre a economia clássica. A primeira é a de Keynes, que contrapõe os clássicos, adeptos da Lei de Say, aos teóricos da Demanda Efetiva; a segunda é o critério sugerido por Joan Robinson, que separa clássicos de neoclássicos.

Este artigo se constitui em um desdobramento da análise de Fonseca (1981 e 1996) ao procurar sistematizar as principais contribuições à história da macroeconomia. De modo mais específico, procura, à luz das categorizações de Keynes e de Joan Robinson, Fonseca busca nesses dois artigos elucidar contribuições, influências e percursos, permitindo apreciar de forma mais clara o desenrolar dessa área do conhecimento econômico. Isso se justifica porque as classificações operadas ao mesmo tempo por essas distintas perspectivas geram indefinições na análise a respeito dos aspectos coincidentes e contraditórios das diversas teorias macroeconômicas.

As seções deste artigo estão divididas da seguinte forma. Além dessa introdução, consta uma segunda seção subdividida em duas subseções, onde se aborda, respectivamente, as definições de economia clássica de Keynes e de Joan Robinson. Em seguida, apresentam-se na terceira seção as contribuições das principais correntes macroeconômicas à luz dessas definições. E, por fim, a conclusão.

2. CLÁSSICOS, NEOCLÁSSICOS E KEYNESIANOS NA HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO

A ideia do presente artigo nasceu a partir da leitura e discussão em sala de aula do texto do professor Pedro Fonseca, “Clássicos, neoclássicos e keynesianos: uma tentativa de sistematização”, publicado em 1981 na revista *Perspectiva econômica*, da Unisinos. Em 1996, uma versão modificada desse artigo, intitulada “Evolução da ciência econômica”, foi publicada no livro *Introdução à Economia*, editado por Nali de Souza Jesus.

Fonseca escreveu seu artigo quando ministrava as disciplinas de História do Pensamento Econômico e Macroeconomia, ao constatar que um autor era clássico numa perspectiva e não o era na outra. A partir desse antagonismo, ele começou a elaborar uma forma de entender os pontos coincidentes e os aspectos contraditórios a respeito das distintas escolas de pensamento. O que era mera sintetização para facilitar a explicação e ensino aos seus alunos, acabou recebendo um destaque que surpreendeu o autor. O motivo foi a mudança curricular que começou a ser implantada, após o fim da ditadura civil-militar, pela Associação Nacional de Cursos de Graduação em Ciências Econômicas (ANGE), em fins dos anos 1980. A resenha acabou servindo de base para a divisão das correntes econômicas e terminou como bibliografia de concursos públicos.

É interessante ressaltar que apesar de Pedro Fonseca ser reconhecido nacional e internacionalmente como um pesquisador com ênfase em economia brasileira, os seus textos mais populares são estes em questão, que versam sobre metodologia; “Keynes: o liberalismo econômico como mito”, publicado na revista *Economia e Sociedade*, em 2010; e um escrito não publicado, mas que tem uma quantidade grande de acesso na rede, denominado “Algumas considerações sobre como fazer uma resenha”.

O destaque de Fonseca é importante porque levanta a necessidade de se ter em conta as diferentes formas de classificação e raciocínio econômico, a fim de tratar com as ambiguidades próprias do ofício do historiador das ideias. No caso mais específico da macroeconomia moderna, o problema ocorre porque algumas correntes recebem dupla denominação – o caso mais comum é o dos keynesianos neoclássicos. Para entender esse problema, é necessário abordar primeiro a controvérsia inicial, ou seja, a discussão sobre a Escola Clássica de Economia de acordo com a sistematização proposta por Fonseca (1981 e 1996). Isso será feito na próxima seção. A última seção trata das classificações na macroeconomia e dos problemas suscitados anteriormente.

2.1 A ESCOLA CLÁSSICA SEGUNDO A VISÃO DE JOAN ROBINSON (CONVENCIONAL)

A definição de Joan Robinson sobre o que significa economia clássica sintetiza a perspectiva mais frequentemente usada para tratar dessa Escola. Para a autora, clássicos são aqueles que estudam as leis da distribuição do produto social pressupondo a existência de classes sociais. Esse produto se divide em duas partes: uma apropriada por aqueles que, por seu trabalho, o produziram; outra, o excedente econômico, apropriada pelos não diretamente envolvidos na produção.

O excedente econômico é uma categoria definida historicamente, no sentido de ser expressão do tipo de sociedade no qual é produzido. Assim, para explicar

a sua forma em sociedades cuja produção se realiza, por exemplo, em mercados, os clássicos perceberam ser necessário ter em conta uma teoria que explique por que o valor da produção difere do valor de troca. Nesse sentido, apresentaram a teoria do valor trabalho, na qual o valor do produto seria determinado pelos custos de produção, medidos em termos de tempo de trabalho.

À economia clássica, Robinson contrapõe a economia neoclássica desde as contribuições marginalistas. O pensamento marginalista teria surgido aproveitando o novo clima político e ideológico dos fins do século XIX, bem como o fracasso dos clássicos em explicar uma série de problemas puramente teóricos. Com os marginalistas inaugura-se uma nova abordagem para o valor, com a ênfase passando dos custos de produção para as condições de demanda e, portanto, sobre a troca e satisfação individual de necessidades. De acordo com o próprio Menger (1983, p. 305), o decisivo para se determinar o valor, “é a importância maior ou menor das(s) necessidades(s) para cujo atendimento temos consciência de depender de um bem”¹. Para a produção passou-se a falar não mais em classes sociais, mas em fatores de produção, com a implicação de que cada fator é remunerado por sua produtividade na margem.

Doravante, foram de Marshall (1842-1924) e Walras (1834-1910) os maiores esforços para deslocar a economia clássica e consolidar as contribuições ainda fragmentadas do que seria a teoria neoclássica. Em seus *Princípios de economia*, Marshall foi um “sintetizador..., combinando a utilidade marginal com a teoria do valor dos custos de produção” (ROBBINS, 1998, p. 323). Dessa síntese surgiu a análise do equilíbrio de oferta e procura num estado estacionário. Ademais, resultou dela também a descaracterização do pensamento e da teoria do valor trabalho e da distribuição de Ricardo, ocupando seu lugar:

[...] uma teoria da alocação de recursos escassos a usos específicos, sob o duplo incentivo da maximização da utilidade, para o consumidor e da maximização dos lucros, para o produtor, empregando conceitos, critérios e técnicas de análise que podiam ser aplicados, de forma análoga, a todo o sistema econômico (DEANE, 1980, p. 145).

Além das contribuições diretas, Marshall deixou sugestões ou indicações sutis de progresso ulterior. Como atesta Schumpeter (1970, p. 107), “A literatura econômica nos trinta anos decorridos desde 1890, abunda com o desenvolvimento,

(1) Ainda segundo Menger (1983, p. 305), “nem a quantidade de trabalho ou de outros bens necessários para a produção, ou para a reprodução de um bem, constitui o fator decisivo para se determinar o valor dos mesmos”. Jevons (1983, p. 28), outro expoente do marginalismo, também assinala que basta seguir “as leis naturais da variação da utilidade, enquanto dependendo da quantidade de mercadoria em nosso poder, para que cheguemos a uma teoria de troca satisfatória, das quais as leis comuns de oferta e demanda são uma consequência necessária”.

as reformulações e os corolários de proposições e aspectos da técnica marshalliana”. Um exemplo disso é a extensão da análise econômica a outras situações que não a de concorrência perfeita, como as de monopólio e concorrência monopolista.

Outro cuja obra foi fundamental para a edificação do pensamento neoclássico é Leon Walras. Na sua teoria econômica, o autor concebe uma economia completa baseada em mercados e agentes individuais. O ponto central desse arranjo é a concepção segunda a qual, em condições de concorrência perfeita, com métodos de produção conhecidos e com agentes racionais manifestando suas preferências através dos sinais dos preços (escassez), é possível determinar o equilíbrio simultâneo de preços e quantidades transacionadas em todos os mercados (ROBINSON; EATWELL, 1978). Embora as ideias de Marshall tenham sido o principal veículo do ensino universitário da economia neoclássica até a grande depressão, os conceitos herdados de Walras foram os principais responsáveis pelo renascimento dessa escola no Pós-Segunda Guerra. Isso aconteceu na medida em que houve esforços no sentido de enquadrar as contribuições de Keynes e dos neoclássicos partindo de um modelo de equilíbrio geral.

Mas existe uma definição capaz de dar sentido e unidade às contribuições da “primeira síntese neoclássica”? Segundo Robinson e Eatwell (1978), a economia neoclássica pode ser definida como o estudo das trocas de bens e serviços sob a diferença de preços relativos, formados com base nas preferências subjetivas de produtores e consumidores.

Quadro 1 – Clássicos e marginalistas na perspectiva convencional

VALOR DO PRODUTO DETERMINADO PELA:	VISÃO CONVENCIONAL: PERSPECTIVA MICRO
Oferta	Clássicos
Demanda	Marginalistas
Oferta e Demanda	Primeira Síntese Neoclássica

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Robinson e Eatwell (1978) e Fonseca (1981).

O Quadro 1 é uma súmula da discussão desenvolvida até então. Nele, clássicos e marginalistas são classificados pela tentativa de determinação do valor na perspectiva micro. Enquanto os primeiros enfatizam o trabalho e os custos de produção, os marginalistas sustentam a demanda como força principal na determinação do valor, inclusive dos bens de capital. Já os neoclássicos atingem maior nível de generalidade na explicação da determinação do valor². Conforme ilustrado

(2) Marshall inverte a relação ao passar a medir as preferências de acordo com a escala financeira de pagamentos; pagar duas vezes por um bem em relação a outro implica que esse bem possui duas vezes a utilidade do outro.

pelas famosas tesouras marshallianas³, consideram não apenas os aspectos subjetivos do lado da demanda ou os custos de produção do lado da oferta, mas a interação entre a demanda e a oferta.

2.2 A ESCOLA CLÁSSICA SEGUNDO KEYNES

Diferentemente de Robinson, Keynes não contrapõe a Escola Clássica aos marginalistas e neoclássicos, mas aos teóricos da Demanda Efetiva. A sua definição da economia clássica inclui autores que na perspectiva convencional seriam neoclássicos. Segundo palavras do próprio Keynes (1985, p. 15): “acostumei-me, talvez perpetrando um solecismo, ao incluir na ‘escola clássica’ os seguidores de Ricardo, ou seja, os que adotaram e aperfeiçoaram sua teoria, compreendendo (por exemplo) J. S. Mill e o Prof. Pigou”.

Clássicos para Keynes são aqueles autores adeptos da Lei de Say. Esse postulado, defendido pelo economista francês Jean-Baptiste Say e difundido por John Stuart Mill, sugere que toda a oferta gera sua própria demanda, sendo impossíveis crises de superprodução. A ocorrência de desemprego de fatores só é concebível pela recusa dos trabalhadores em aceitarem emprego ao nível do salário que remunera sua produtividade na margem, o chamado “desemprego voluntário”. Em geral, os seguidores de Say confiam plenamente nos mecanismos concorrenciais para alcançar situações ótimas, defendendo os princípios do *laissez-faire*. Em resumo, o principal aspecto que une os clássicos na perspectiva keynesiana é o da impossibilidade de crises de Demanda Efetiva no sistema capitalista.

Keynes apresenta em oposição aos clássicos os teóricos da Demanda Efetiva. Estes, de acordo com Fonseca (1981, p. 51-52), procuraram mostrar que:

No sistema econômico que teve lugar após a Revolução Industrial, há permanente defasagem entre a acumulação de capital, que se dá em altas taxas, e a capacidade de formar Demanda Efetiva suficiente para que todos os recursos, homens e máquinas sejam plenamente empregados.

Na Teoria Geral, são apresentados diversos aspectos fundamentais à compreensão das economias capitalistas. Os principais incluem: a análise dos investimentos como determinantes da renda e da poupança; as contribuições à teoria monetária, ligando o lado monetário da economia com o lado real; e a ideia de que a renda cresce

(3) Em passagem exaustivamente reproduzida de sua obra, Marshall (1920, p. 348) afirma: “O custo de produção e o grau final de utilidade, sem dúvida, são partes que compõem a oferta e a procura; cada um pode ser comparado com um par de lâminas de uma tesoura. Quando um lado da tesoura está parado e o corte é feito movendo o outro, podemos afirmar com cautela que o corte é feito pelo segundo. Mas a declaração não pode ser sustentada cientificamente, nem defendida deliberadamente”.

proporcionalmente mais que o consumo, gerando crises de demanda e instabilidade econômica. Os precursores das ideias de Keynes foram Sismondi, Malthus e Hobson, todos ressaltando as deficiências da Demanda Efetiva como causa das crises capitalistas. Antecedendo ainda tais autores, os fundamentos das ideias keynesianas podem ser encontrados na doutrina mercantilista. A concepção desses sobre a necessidade de se manter uma balança comercial favorável mostra como o excesso de exportações sobre as importações permite pressionar para baixo a taxa de juros, incentivando os investimentos e a manutenção do nível de renda internamente.

Quadro 2 – Clássicos e teóricos da Demanda Efetiva na perspectiva de Keynes

VALOR DO PRODUTO DETERMINADO PELA:	J. M. KEYNES: PERSPECTIVA MACRO
Oferta	Clássicos
Demanda	Teóricos da Demanda (Efetiva)
Oferta e Demanda	Segunda Síntese Neoclássica

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Robinson e Eatwell (1978) e Fonseca (1981).

O Quadro 2 resume a preocupação fundamental de Keynes: diferenciar os clássicos, partidários da noção de tendência ao pleno emprego, dos teóricos da instabilidade, ou defensores da Demanda Efetiva. Enquanto para os primeiros, o nível de produto agregado seria determinado pela oferta, para os últimos seria a demanda a variável principal. A “segunda síntese neoclássica”, como será visto, busca integrar os principais blocos de construção da Teoria Geral com os postulados de comportamento racional e maximização dos agentes econômicos. Para os autores da “Síntese”, o pleno emprego deixa de ocorrer sob o *laissez-faire*, passando a depender, no curto prazo⁴, do uso adequado da política monetária e fiscal. No longo prazo, restabelece-se a primazia da oferta. Portanto, tanto a Demanda Keynesiana quanto a Oferta Agregada dos clássicos passam, cada qual em certo período de tempo, a ter importância na determinação do nível de renda.

3. A EVOLUÇÃO DA MACROECONOMIA MODERNA ENTRE SÍNTESES

O problema decorrente de se usar conceitos fundamentais em diferentes acepções é que isso pode gerar confusão, impedindo de se organizar e dar ade-

(4) Marshall concebeu a existência de distintos tempos da produção, a saber, o presente imediato, o curto prazo e o longo prazo. O que distingue o longo prazo é que o custo de produção assumiria uma proeminência maior na determinação do valor, dado que durante esse período seria possível ajustar completamente a estrutura produtiva das empresas. A “síntese neoclássica” da década de 1950 aplica esses conceitos para entender a determinação do produto em nível agregado. Assim, haveria espaço para políticas de promoção da demanda apenas no curto prazo, já que no longo prazo o produto seria determinado pela oferta.

quando sentido às disputas teóricas (BEAUD; DOSTALER, 1995; FONSECA, 1981, 1996). Na macroeconomia moderna, a confusão maior ocorre porque as correntes são apresentadas sob mais de uma perspectiva: algumas são keynesianas e neoclássicas, outras clássicas e neoclássicas e há ainda as que são keynesianas e clássicas.

A Teoria Geral de Keynes é o próprio advento que funda a macroeconomia moderna. Com essa obra, não somente as situações pouco comuns de equilíbrio com pleno emprego dos clássicos, mas as diversas situações de equilíbrio com desemprego passam a ser objeto de investigação. De acordo com a caracterização de Joan Robinson, as escolas econômicas se dividem em clássicas e neoclássicas. Partindo dessa perspectiva, não há nada que permita afirmar que Keynes seja um clássico; quanto a ser neoclássico, vale lembrar que o escopo fundamental dessa corrente é buscar explicações que relacionem a determinação de preços à tomada ótima de decisões por parte dos indivíduos e das empresas. Nesse sentido, o próprio Keynes não cansou de reconhecer em muitas passagens sua relação para com o pensamento herdado, sendo que a contribuição da Teoria Geral teria sido “menos em revelar os defeitos lógicos de sua análise [neoclássica] do que em assinalar o fato de que as suas hipóteses tácitas nunca ou quase nunca são satisfeitas” (KEYNES, 1996, p. 345). Na mesma página reconhece também que se pressuposto o nível de produto, não tinha nada a opor “à maneira como o interesse pessoal determinará o que se produz especificamente, em que proporção se associarão os fatores para tal fim e como se distribuirá entre eles o valor da produção obtida”. Sob esse ponto de vista, apesar dessa aceitação, pode-se considerar que, para Keynes, os fenômenos micro não exercem influência sobre a determinação do produto em termos agregados.

Nas décadas de 1940 e 1950 houve um consenso macroeconômico englobando a produção de importantes economistas como Hicks, Modigliani, Solow e Tobin (aqui chamados “velhos keynesianos”). Esse consenso foi obtido ao se compatibilizar o núcleo válido das ideias keynesianas sobre a determinação do rendimento agregado com os princípios microeconômicos neoclássicos (DE VROEY; DUARTE, 2013). No prefácio do seu livro Samuelson (1955, p. VI) adverte: “Repetidamente no livro tenho estabelecido o que chamo uma ‘grande síntese neoclássica’. Esta é uma síntese do (1) núcleo válido de determinação do rendimento moderno, com (2) os princípios econômicos clássicos”. Essa “síntese” significou também a tentativa de unir a macroeconomia dos clássicos à de Keynes. Do lado dos clássicos continua valendo a dicotomia entre o lado real e monetário, só que no longo prazo, com o produto de pleno emprego determinado pelo acúmulo de capital, trabalho e tecnologia. Do lado keynesiano, as políticas econômicas de fomento à renda têm validade quando praticadas no curto prazo, período em que há rigidez de preços e salários. Já a ambicionada clivagem entre a microeconomia neoclássica e a macroeconomia keynesiana tornou-se possível graças à associação dessa última ao equilíbrio geral walrasiano.

Assim, o domínio no longo prazo passou a ser das teorias clássicas (definição de Keynes) e neoclássicas (definição de Robinson), por apresentar os atributos de flexibilidade de preços e salários e equilíbrio do mercado. O próprio modelo IS/LM⁵ foi concebido para sintetizar os resultados econômicos keynesianos de curto prazo com o arcabouço walrasiano.

Nas décadas seguintes, à “segunda síntese” surge o movimento denominado “monetarismo”. Este ocorre a partir das contribuições de Milton Friedman e se dá em três fases. Primeiro com a reexposição da velha Teoria Quantitativa da Moeda, com a demanda da moeda sendo determinada não mais pelo nível de produto, mas pela demanda por parte das empresas e famílias. Na segunda, Friedman apresenta seus argumentos fazendo uso do modelo IS/LM, legado pela “segunda síntese”, por entender que isso permitiria captar o específico da posição a qual defendia em relação à dos keynesianos. A terceira fase das contribuições de Friedman dá-se no final dos anos 1960 e marca o início do declínio da “segunda síntese neoclássica”, com a crítica à curva de Phillips com expectativas estáticas. Nesse momento, o autor apresenta a noção de taxa natural, segundo a qual existe um nível de produto e uma taxa de desemprego a ele associada, determinada pela oferta de fatores de produção, tecnologia e instituições da economia. Do ponto de vista da classificação convencional, os monetaristas seriam, sem lugar à dúvida, neoclássicos, pois compartilham dos pressupostos microeconômicos dessa escola. Na perspectiva macro, os monetaristas reconhecem que o nível de produto pode ser alterado por políticas de Demanda Agregada, mas isso ocorre apenas e na medida em que há defasagem entre o valor das variáveis econômicas percebidas pelos agentes e seus valores reais. Por isso, dentro da perspectiva de Keynes, a Escola Monetarista seria mais bem classificada como clássica. O mais usual na história da análise econômica, entretanto, é ver as contribuições dessa escola classificadas de acordo com a perspectiva micro somente, ou seja, como parte da tradição neoclássica.

Os novo-clássicos surgiram em meio à crise econômica da década de 1970, a partir dos trabalhos de Robert Lucas, Thomas J. Sargent e Robert Barro⁶. O ponto de partida foram algumas sugestões monetaristas, apropriadas no sentido de pro-

(5) A curva IS mostra a relação de equilíbrio no mercado de bens; enquanto a curva LM mostra o equilíbrio no mercado monetário. A interação entre ambas e a renda é feita por intermédio da taxa de juros.

(6) A concepção de expectativas racionais, fundamental para os novo-clássicos, é atribuída ao trabalho de John Muth de 1961, para quem as expectativas dos indivíduos são racionais quando são idênticas às previsões desse modelo. Porém, no início da década de 1950, Kenneth Arrow já havia discutido em termos de formulação matemática as consequências das noções de expectativas racionais em um modelo de equilíbrio geral, num artigo de 1953 publicado na revista *Econométrie*, n. 40, denominado “*Le rôle des valeurs boursières dans l'allocation optimale des risques*”.

mover uma ruptura mais fundamental com relação às ideias da “segunda síntese neoclássica”. Por trás das suas construções, está a ideia de dotar a macroeconomia de microfundamentos. Alguns preceitos microeconômicos foram relaxados, como o de agentes racionais e informação perfeita. Em substituição, concebe-se a ideia de que os agentes tomam decisões racionais sim, mas tendo em vista a disponibilidade de informações relevantes. Para os economistas novo-clássicos, em termos agregados, vale a posição dos clássicos (segundo entendimento derivado de Keynes), ou seja, alterações no nível de renda de longo prazo ocorrem somente com alterações nos fatores reais, como tamanho da força de trabalho e estoque de capital. No curto prazo, os adeptos dessa escola aceitam os resultados empíricos que mostram alterações de produto decorrentes das políticas de Demanda Agregada expansionistas. Contudo, somente nos casos de políticas praticadas de maneira discricionária e de forma não prevista e não antecipada pelos agentes econômicos. Os economistas novos clássicos buscam estender a noção de comportamento otimizador para a dimensão macro, com isso seus praticantes podem ser definidos como neoclássicos na perspectiva convencional e clássicos na de Keynes.

A economia novo-keynesiana surge na década de 1980 e tem como principais representantes George Akerlof, Gregory Mankiw, Olivier Blanchard, Paul Krugman e Joseph Stiglitz. A principal contribuição dessa corrente foi adicionar alguns elementos na explicação do desemprego involuntário dentro da tradição keynesiana. A crítica dos novo-keynesianos vai recair, segundo Snowdon e Vane (2005), na forma como a rigidez de preços e salários é abordada pelos velhos keynesianos, dentro de um esquema walrasiano, impedindo-os de considerar a relação com as rigidezes nominais⁷. Alguns elementos comuns da pesquisa novo-keynesiana podem ser enumerados. Primeiro, pressupõem concorrência imperfeita para o mercado de produto. Segundo, além da rigidez do salário nominal, focam na rigidez de preços⁸. E, por último, abordam tanto os fatores que causam a rigidez nominal quanto os que causam a rigidez das variáveis reais ou preços relativos das empresas. Do ponto de vista micro, a corrente novo-keynesiana é defensora dos princípios de comportamento racional e ótimo econômico neoclássico. Do ponto de vista macroeconômico, em virtude de atribuírem imperfeições aos mecanismos de mercado no curto prazo, concebem espaço para a prática de políticas de fomento à demanda por parte das autoridades econômicas. No longo prazo, o apelo dos seus praticantes é similar ao dos adeptos da “segunda síntese”, defendem o ajuste

(7) Algumas proposições podem ser reunidas para caracterizar o trabalho dos novo-keynesianos como: concorrência imperfeita, rigidez de preços e salários e rigidez real (fatores que provocam rigidez de preços relativos).

(8) Uma rigidez nominal ocorre se algo impede ajustes imediatos nos preços em decorrência de choques nominais. Uma rigidez real ocorre se algum fator impede os salários reais de se ajustarem ou se existe fricção de um salário relativo para outro, ou de um preço relativo para outro.

automático dos mercados e a existência de uma Curva de Phillips vertical. Ainda assim, não devem ser classificados como clássicos, estando mais para defensores do princípio da Demanda (Agregada), no sentido de que assumem a necessidade de intervenção do governo para ajustar desequilíbrios momentâneos e corrigir falhas de mercado. Segundo atesta o próprio Mankiw (2010) em um manual de economia de grande circulação, os mercados geralmente funcionam bem, embora algumas vezes os governos possam melhorar os resultados econômicos.

Em oposição à macroeconomia do *mainstream*, existem os chamados “pós-keynesianos”. Essa corrente se divide em pós-keynesianos neo-ricardianos e fundamentalistas⁹. Os primeiros, cujos seguidores mais proeminentes são Pierangelo Garegnani, John Eatwell e Murray Milgate, buscam inspiração na obra *Produção de mercadorias por meio de mercadorias*, de Pierro Sraffa, e sua versão mais sofisticada da teoria do valor de Ricardo. Outro fundamento são os trabalhos microeconômicos inovadores de Bain, Sylos-Labini e Eichner sobre a teoria da firma, os quais permitem dotar a macroeconomia de microfundamentos radicalmente distintos dos neoclássicos (SCREPANTI; ZAMAGNI, 2005)¹⁰. Já os pós-keynesianos fundamentalistas, com destaque para Paul Davidson, Hyman Minsky e Jan Kregel, surgem no início dos anos 1970 como contraposição não somente aos monetaristas e novos clássicos, mas à própria síntese de Hicks e Samuelson. Essa vertente pressupõe três propriedades fundamentais sobre o mundo real: a não neutralidade da moeda, a incerteza sobre o futuro e noção de tempo histórico em oposição ao tempo lógico neoclássico. Pode-se dizer que pela perspectiva micro, os neo-ricardianos se aproximam dos clássicos por aderirem à teoria do valor trabalho de Sraffa, além de usarem o seu instrumental para enfatizar todas as imperfeições alocativas dos mercados; do ponto de vista macro, apontam para a existência de desemprego involuntário, em função dos desajustes entre poupança e investimentos. Enquanto isso, os fundamentalistas teriam uma abordagem micro mais próxima à de Marshall, afirmando as noções de rendimentos decrescentes e de concorrência pura (LAVOIE, 2014); no plano macro, seriam adeptos do Princípio da Demanda Efetiva, influenciados pela análise dos escritos de Keynes anteriores à Teoria Geral.

O Quadro 3 a seguir busca resumir a discussão sobre as escolas começando com a Revolução Keynesiana, episódio que funda os estudos nessa área com base na noção macro de Demanda Efetiva contraposta à visão consagrada da Lei de Say. Sob o ponto de vista micro, apesar de aceitar os diversos postu-

(9) Na perspectiva de Lavoie (2014), essa corrente englobaria quatro vertentes e não duas. São elas: fundamentalistas, robinsonianas (sraffianos ou neo-ricardianos), institucionalistas, kaleckianas e kaldorianas.

(10) Os pós-keynesianos fundamentalistas não estão de acordo com essa microfundamentação. Até mesmo porque os trabalhos citados partem da consideração de que existem estruturas de mercado. Numa verdadeira microeconômica clássica, as empresas operariam em regime de concorrência pura (não perfeita).

lados neoclássicos, Keynes desconsidera a influência desses sobre a determinação do produto em termos agregados. Em seguida, apresenta a “segunda síntese neoclássica”, cuja abordagem incorpora os pressupostos keynesianos ao modelo agregado clássico, fundindo-os ao mesmo tempo à microeconomia neoclássica (essa última, uma junção feita por Marshall das abordagens clássicas e marginalistas). Mostra também as correntes monetarista, novo-clássica e novo-keynesiana. Enquanto as duas primeiras têm abordagens macro semelhantes à corrente clássica, os novo-keynesianos aceitam alguns dos pressupostos keynesianos sobre a determinação do produto no agregado. Finalmente, são apresentadas duas correntes heterodoxas. A dos pós-keynesianos fundamentalistas e a dos pós-keynesianos neo-ricardianos. Os primeiros são adeptos das ideias originais de Keynes e críticos a qualquer tentativa de descaracterizá-las através da junção com as noções neoclássicas; os segundos são favoráveis à teoria do valor dos clássicos, ao incorporarem as contribuições de Piero Sraffa.

Quadro 3 – A evolução da macroeconomia entre perspectivas

CORRENTES MACROECONÔMICAS	PERSPECTIVA MICRO	PERSPECTIVA MACRO
Revolução Keynesiana	Sem perspectiva micro; ou neoclássica	Demanda (Efetiva)
Segunda Síntese Neoclássica (velhos keynesianos)	Neoclássica	Demanda (Agregada)
Monetaristas	Neoclássica	Clássica
Novo-clássicos	Neoclássica	Clássica
Novo-keynesianos	Neoclássica	Demanda (Agregada)
Pós-keynesianos (fundamentalistas e neo-ricardianos)	Sem perspectiva micro; ou clássica	Demanda (Efetiva)

Fonte: Elaborado pelos autores.

Em resumo, ao invés de buscar uma síntese das perspectivas, pondo fim às controvérsias na macroeconomia, nesta última seção esboçou-se uma tentativa de sistematizar, tal qual elaborado por Fonseca (1981 e 1996), comparando os aspectos coincidentes e contraditórios das várias teorias macroeconômicas.

4. CONCLUSÃO

A macroeconomia moderna, como se pode observar, é um território propenso a problemas de classificação, com os historiadores das ideias tentando enquadrar ao mesmo tempo autores e correntes segundo pontos de vistas distintos.

Ainda que não seja possível estabelecer um corte transversal unindo distintas perspectivas, pode-se traçar, conforme sugerido por Fonseca (1981, 1996), pontos de aproximação e ao mesmo tempo problematizar a forma como são apresentadas as contribuições ao pensamento macroeconômico.

Foi constatado, por exemplo, que duas perspectivas nem sempre explicitadas são colididas para classificar as escolas macroeconômicas, a saber, a macro, de Keynes, e a convencional. Do ponto de vista macro, os defensores do uso de políticas econômicas governamentais proativas, denominados “keynesianos”, são contrapostos aos clássicos, defensores do automatismo do mercado e da economia *laissez-faire*. Do ponto de vista micro, boa parte daqueles considerados clássicos e keynesianos na definição macro, passa a receber a denominação de “neoclássicos”, por pretenderem estender os princípios de tomada de decisão individual à macroeconomia.

De modo mais específico, pode-se estabelecer que no plano macro os keynesianos da “segunda síntese neoclássica” não pertencem à Escola Clássica (definida por Keynes), mas são adeptos do Princípio da Demanda Efetiva, ainda que parcialmente e apenas enquanto advoguem a necessidade das políticas de administração da Demanda Agregada, ou gastos autônomos; no plano micro, junto com os novo-keynesianos, monetaristas e novo-clássicos, são defensores dos postulados de racionalidade, equilíbrio e ótimo econômico, por isso são neoclássicos. Os novo-clássicos constituem um caso interessante, pois sustentam tanto o entendimento de *market-clearing* instantâneo quanto o fato de o nível de renda agregada ser determinado pelas decisões de agentes racionais. No lado oposto ao das correntes dominantes, há a macroeconomia dos pós-keynesianos. Esta promove uma ruptura de fato com a tradição clássica (definida por Keynes) e neoclássica (definição convencional). O cerne das proposições dos pós-keynesianos fundamentalistas é o Princípio da Demanda Efetiva, ao mesmo tempo em que chamam a atenção para a incerteza, para a importância da moeda e para a consideração do tempo histórico na análise econômica. O dos pós-keynesianos neo-ricardianos é a adesão à teoria do valor dos clássicos (definição convencional), incorporando as contribuições de Sraffa. Essas duas correntes heterodoxas, contudo, ressentem de uma síntese unindo suas perspectivas.

REFERÊNCIAS

BEAUD, M.; DOSTALER, G. *Economic Thought Since Keynes: a history and dictionary of major economists*. New York: Routledge, 1995.

DE VROEY, M.; DUARTE, P. G. In *Search of Lost Time: the neoclassical synthesis*. The

- B. E. **Journal of Macroeconomics**, v. 13, p. 1-31, 2013.
- DEANE, P. **A Evolução das Ideias Econômicas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- FONSECA, P. C. D. Clássicos, neoclássicos e neokeynesianos: uma tentativa de sistematização. **Perspectiva Econômica**. Ano XVII, v. 11, n. 30, p. 35-64. São Leopoldo: UNISINOS, 1981.
- _____. A evolução da ciência econômica. In: SOUZA, N. **Introdução à Economia**. São Paulo: Atlas, p. 41-66, 1996.
- JEVONS, S. **A Teoria da Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural. (Os Economistas), 1983.
- KEYNES, J. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Abril Cultural. (Os Economistas), 1983.
- LAVOIE, M. **Post Keynesian Economics: new foundations**. Northampton: Edward Elgar Publishing, 2014.
- MANKIW, G. **Macroeconomia**. 7 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010.
- MARSHALL, A. **Principles of Economics**. Eighth edition. Londres: Macmillan, 1920.
- MENGER, K. **Princípios de Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural. (Os Economistas), 1983.
- PHELPS, E. **Seven Schools of Macroeconomic Thought**. Clarendon Press: Oxford, 1990.
- ROBBINS, L. **A History of Economic Thought**. Princeton: Princeton University Press, 1998.
- ROBINSON, J. **Economic Heresies: some old-fashioned questions in economic theory**. London: Macmillan, 1970.
- ROBINSON, J.; EATWELL, J. **Introdução à economia**. Rio de Janeiro/São Paulo: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1978.
- SAMUELSON, P. **Economics**. Third edition. New York: McGraw-Hill, 1955.
- SCHUMPETER, J. A. **Teorias econômicas: de Marx a Keynes**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- SCREPANTI, E.; ZAMAGNI, S. **An Outline of the History of Economic Thought**. Second edition. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- SNOWDON, B.; VANE, H. **A Modern Macroeconomics**. Its origins, development and current state. Cheltenham: Edward Elgar, 2005.



O SEMBLANTE DE HEGEL

JORGE ARMINDO AGUIAR VARASCHIN

Bacharel (2010) e mestre (2013) em economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutorando em economia da UFRGS. Recebeu o segundo lugar na categoria Mestrado no 34º Prêmio BNDES de Economia (2014).

1. INTRODUÇÃO

A produção intelectual de um autor traz consigo as marcas de sua trajetória, seus horizontes, metas e percalços. Com um pouco de cuidado e atenção, é possível ver em cada linha outros autores que o influenciaram, seus antecessores e/ou contemporâneos cujos conceitos construídos alicerçaram o método empregado e, mais do que isso, a própria problemática elaborada conjuntamente com o objeto de análise. Nesse sentido, um autor dificilmente trabalha sozinho, de maneira isolada em seu próprio pensar. Perder-se-ia, com isso, em pré-conceitos vagos ou em “achismos” sem vislumbre. Pelo contrário, a pesquisa apresenta-se como um remanejar de conceitos, antigos e novos, permitindo um diálogo intertemporal, indo além de sua geração. Desse modo, cada trabalho apresentado, ao trazer consigo o que se poderia chamar de “eco” conceitual, elabora em seu desvendar o seu próprio semblante. O trabalho do professor Pedro Fonseca, cuja originalidade demonstra-se na utilização de conceitos que vão além da análise estritamente econômica, apresenta também, em seus contornos dialéticos, a face de Hegel. O semblante do filósofo alemão delinea grande parte das investigações realizadas, sejam nos estudos das continuidades e descontinuidades históricas, sempre presentes na teorização do processo histórico, sejam nas determinações de forma e conteúdo e suas mediações necessárias à análise. Mais do que uma questão de método, a dialética hegeliana influencia até mesmo a formulação da pergunta proposta como centro da pesquisa. Apresenta, assim, a formação do Conceito, ou seja, a Ideia em seu movimento de reflexão, em seu devir.

2. DIALÉTICA: MOMENTO ANTERIOR AO MÉTODO

Como afirmado anteriormente, a obra do professor Pedro Fonseca, economista eclético e de pensamento original, traz consigo seus semblantes. A dialética exposta pelo movimento essencial da história e suas exteriorizações como fenômenos percorre toda a produção do autor, sem cair em clichês ou em problematizações rápidas e superficiais, tão comuns em análises pseudo-dialéticas, em que Hegel não se pronuncia, apenas se tortura. Não somente como método, mas como visão de mundo que norteia a “fundação” da pesquisa, momento anterior à análise propriamente dita, a dialética revela a própria face da pergunta realizada, abrindo, com isso, a raiz do arcabouço hegeliano, ou seja, o percurso do Espírito através de sua contínua reflexão. Tem-se, assim, supostamente ao desenrolar desse movimento, a luz do Conceito. Hegel, como se sabe, não é autor disposto a fáceis simplificações. Diferentemente do exposto de maneira corrente, a lógica da síntese como resultado do movimento da tese e antítese não representa, em si, a dinâmica própria do movimento dialético. É na contradição, como motor dessa dinâmica, que se exteriorizam os semblantes do Espírito até o mo-

mento de sua reflexão e transformação em Conceito, isto é, no Espírito, como percorrer da história consigo mesma, encontrando a si própria em seu devir. A análise dessa dinâmica muitas vezes recai em uma polarização cujos dois extremos são a forma e o conteúdo, o fenômeno e a essência, o concreto e o abstrato. A ênfase na terminologia utilizada depende de cada autor, mas a questão, em si, permanece muito semelhante ou, no mínimo, convergente: quais são as determinações históricas ou de que maneira se molda o processo histórico? Ou ainda, de maneira mais elaborada, é possível representar movimentos tendenciais no percorrer desse devir? Análises históricas não raramente transformam-se em estudos ingratos: não permitem verificação nem podem ser colocadas sob a prova do teste de hipóteses. Mesmo quem se utiliza do eterno retorno nietzschiniano, sabe que eventos históricos não possibilitam a maleabilidade necessária para verificações. Sendo assim, a questão dialética recai sob os aspectos ontológicos do Espírito ou essência do percurso histórico e, nesse sentido, é prática comum a indagação da importância da forma e do conteúdo e qual das duas determinações recebe a alcunha de “última instância” do processo que significam. Nesse cenário, a pergunta do que é necessário e do que é contingente na história permanece relevante.

No entanto, mesmo considerando a relativa frequência com que a problemática da “última instância” ou de uma suposta determinação final do conteúdo sob a forma aparece na literatura econômica (o próprio professor Pedro Fonseca critica esse tipo de posicionamento em trecho citado mais adiante), é necessário afirmar que a postura acima referida descaracteriza a própria dialética hegeliana, tendo em vista que, segundo o filósofo alemão, ambas as determinações, forma e conteúdo, apresentam-se como elementos do devir do Espírito em seu transcorrer. Em *A ciência da lógica*, Hegel traz essa posição, explicitando que a dialética do conteúdo e da forma se apresenta de modo conjunto, não havendo uma posição específica de subordinação do concreto ao abstrato, ou do fenômeno à essência. Em suas palavras:

Forma e conteúdos são um par de determinações que o entendimento reflexivo utiliza com frequência, e decerto principalmente de maneira que o conteúdo é considerado como o essencial e o autônomo, e a forma como o inessencial e não-autônomo. Em sentido contrário vale notar que, de fato, os dois são igualmente essenciais, e que, enquanto há tampouco um conteúdo carente-de-forma quanto uma matéria carente-de-forma, os dois (conteúdo e matéria) se distinguem um do outro justamente porque a matéria, embora em si não seja sem forma, mostra-se no ser-aí como indiferente para com ela, quando ao contrário o conteúdo como tal só é o que é porque contém dentro de si a forma desenvolvida (HEGEL, 1995, p. 253).

É justamente o desvanecer do que se poderia ver como uma oposição entre forma e conteúdo que Hegel realiza no trecho acima, já que ambos se apresentam como determinações do movimento dialético. Esse entendimento, de que a essencialidade também reside no momento concreto, na matéria ou na forma assumi-

da, é um dos pontos basilares nas análises históricas empreendidas pelo professor Pedro Fonseca e que em muito contribuem para a compreensão não superficial da dinâmica econômica. É indo para além das variáveis econômicas ou de seu sentido estrito que se enriquece a pesquisa, permitindo, desse modo, a elaboração do sentido histórico dos fenômenos verificados.

3. A QUESTÃO DO MÉTODO

A não primazia da essencialidade do conteúdo sob a forma e a visão da história como um processo, ou seja, um movimento que constrói suas significações a partir de seu próprio dever, são características metodológicas que ligam o trabalho do professor Pedro à dialética hegeliana. O processo histórico como um movimento cujas próprias contradições elaboram suas continuidades e descontinuidades e as alternativas para os impasses apresentados pelo percorrer dessa dinâmica revelam-se como visão que não permite generalizações apressadas e/ou análises rasas. Nesse caso, o processo histórico é visto como o desenrolar de uma tendência cuja força propulsora é o superar das contradições inerentes à essa dinâmica, resolvendo seus impasses e apresentando caminhos possíveis em cada momento histórico. Nesse contexto, na medida em que representa um movimento tendencial, como o desenvolver do Espírito ou da Ideia, o processo histórico possui uma face geral, ou melhor, algo que marca a formação do próprio Conceito (as características comuns da dinâmica econômica capitalista entre os países, por exemplo) e, na medida em que propõe “soluções” para determinados impasses dessa dinâmica, constrói o que há de específico (o capitalismo brasileiro, no caso). Esse desenrolar permite significar os fenômenos verificados e compreendê-los através de seu sentido histórico, a maneira como “resolvem” e/ou “superam” os obstáculos encontrados em seu desenvolvimento. Em artigo sobre a industrialização brasileira, tem-se essa marca:

Embora não marque a ‘revolução burguesa’ brasileira, o ano de 1930 transpõe como importante momento do *processo histórico* de Revolução Burguesa, o qual enquanto processo, ocorreu no tempo e não em determinado ponto do tempo. 1930, assim, representa um ponto de inflexão na história da constituição e da consolidação do capitalismo no país e, enquanto episódio, marca o fim da hegemonia agro-exportadora e o despontar de novas forças políticas e sociais, as quais, alterando a composição do grupo dirigente, influem no sentido de inaugurar um *novo tipo de desenvolvimento* capitalista (FONSECA, 1987, p. 23).

Em trabalho clássico sobre os governos Vargas, encontra-se novamente essa premissa, ao analisar novamente o ano de 1930:

Os acontecimentos de 1930 não constituem a ‘revolução’ burguesa, mas fazem parte de um *processo histórico* de Revolução Burguesa – e, já que processo, ocorreu no tempo e não em determinado ponto do tempo. Enquanto episódio pode ser considerado *como ponto culminante de um desfecho iniciado na década de 20, que marcaria o fim da hegemonia da burguesia agroexportadora, constituindo-se em importante ponto de inflexão da Revolução Burguesa brasileira*. A convergência entre o movimento político das forças internas contrárias ao situacionismo com a crise econômica internacional não pode ser reduzida a mera disputa de oligarquias, já que, *sob nova correlação de forças políticas e econômicas, iniciava no Brasil novo tipo de desenvolvimento capitalista* (FONSECA, 1999, p. 146).

A análise histórica empreendida demonstra a não linearidade explicativa, indo além das variáveis estritamente econômicas. Destoa, dessa forma, do economicismo, por trazer também elementos políticos e sociais. Não é apenas um perfil de classe, elaborando uma dinâmica em que as mesmas e suas frações têm seu lugar na construção da história, mas a representação do que se poderia chamar, nas palavras de Kosik (1985), de uma totalidade concreta, construindo, com isso, através de sua própria dinâmica, suas significações e campo simbólico. Aparece, como afirmado anteriormente, uma tendência que permeia o processo histórico, influenciando a dinâmica social e política.

Nos dois trechos citados acima, a importância reside na construção do marco teórico de ambos os trabalhos. Se no artigo esse aspecto não aparece de maneira tão nítida, tendo em vista o próprio formato do trabalho, em *Vargas: o capitalismo em construção*, surge como cerne da pesquisa. A ideia de que a formação do capitalismo brasileiro ocorre no decorrer do tempo e não em algum ponto específico perfaz toda a análise, aparecendo, como a totalidade histórica do período, como tendência que significa os eventos observados. Em outras palavras, totalidade que dinamiza e constrói o sentido histórico dos fenômenos ligados a essa dinâmica. Tal estrutura, o autor busca na contribuição de Florestan Fernandes, outro autor fortemente influenciado por Hegel, e seu *A Revolução Burguesa no Brasil*, no qual o movimento de constituição do capitalismo nacional é visto como a própria realização da Revolução Burguesa brasileira, a partir do fim do regime escravocrata. Nas palavras de Florestan (1975):

Na acepção que tomamos o conceito, Revolução Burguesa denota um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas que só se realizam quando o desenvolvimento capitalista atinge o clímax de sua evolução industrial. Há, porém, um ponto de partida e um ponto de chegada, e é extremamente difícil localizar-se o momento em que essa revolução alcança um patamar histórico irreversível, de plena maturidade e, ao mesmo tempo, de consolidação do *poder burguês* e da *dominação burguesa* (FERNANDES, 1975, p. 203).

Desse modo, expõem-se os dois principais elementos que demonstram o semblante hegeliano do autor: a premissa do processo histórico como movimento que elabora o que se chamou de “totalidade” e a defesa da não primazia do conteúdo sob a forma ou do abstrato frente ao concreto. Analisar-se-á de maneira mais detalhada esses dois fatores na principal obra do autor, o já clássico *Vargas: o capitalismo em construção*.

4. HEGEL E “O CAPITALISMO EM CONSTRUÇÃO”

Em seu trabalho *Vargas: o capitalismo em construção*, o professor Pedro Fonseca trabalha de maneira pormenorizada com os dois elementos da lógica dialética explicitadas nos trechos anteriores. A visão da história como um processo, uma reflexão através de seu próprio devir, e as determinações sobre forma e conteúdo, concreto e abstrato, tratadas de forma não essencialista, ou seja, a não subordinação de nenhuma das partes perante a outra, transformam esse trabalho em um exemplo da face hegeliana na trajetória do autor.

Ao analisar os governos Vargas, bem como seus discursos no decorrer de seu percurso até a presidência da República na década de 1930, seu governo no Estado Novo até 1945 e, posteriormente seu retorno à presidência entre os anos de 1951 a 1954, o autor busca a intencionalidade de suas políticas, ou seja, busca apresentar a dinâmica econômica verificada como fruto de ações deliberadas pelo então governo, na figura do presidente Getúlio Vargas, objetivando mudanças na economia brasileira e no formato do Estado nacional. A história como um processo, um movimento que significa os fenômenos observados, uma totalidade que transforma o cotidiano em tendência, é passo primordial para a compreensão da análise. A constituição do capitalismo nacional como parte do processo de Revolução Burguesa brasileira é marco teórico e premissa básica da investigação, permitindo a elaboração do sentido histórico das ações governamentais:

A concepção de Revolução Burguesa, ao mesmo tempo que *dá sentido* ao que permaneceu, ao que se transformou e ao que de novo apareceu, é capaz também de dar conta do que é *geral* num processo histórico de constituição e consolidação do capitalismo e do que é *específico* do caso brasileiro. Neste sentido difere das análises formais em que qualidades, atributos ou características são imputados previamente às categorias analíticas – pelo que elas ficam desprovidas de conteúdo histórico. Nesses estudos, o histórico só é possível à medida que evidencia o que é geral, e o específico é entendido como um “desvio” do “tipo ideal” (que, assim, não tem nada a ver com o de Weber). A proposta metodológica aqui é outra: consiste em buscar na própria reconstrução histórica o que é específico, pelo que não

existem atributos ou evidências prévias, mas fatos que são postos *no e pelo* processo histórico concreto (FONSECA, 1999, p. 29).

Ao analisar os discursos de Vargas, o autor trabalha com as determinações já citadas de forma e conteúdo, sem, no entanto, recair na primazia do conteúdo sobre a forma ou de sua essencialidade frente ao concreto. Assumindo Hegel, de acordo com o trecho de *A ciência da lógica* explicitado anteriormente, o professor Pedro Fonseca constrói a ênfase analítica através dos contornos do discurso do então presidente da República, mostrando a intencionalidade das ações empreendidas, principalmente referentes ao processo de industrialização nacional. Nesse ponto, a originalidade recai não apenas no tema e periodização do estudo, mas também na ideia de que o discurso se apresenta como um instrumental analítico importante, capaz de aprimorar as pesquisas históricas. Em outras palavras, o discurso possui relevância analítica na constituição de determinado período histórico, o que, de fato, põe a forma, o concreto, o fenômeno em posição privilegiada no decorrer da investigação. Representa, assim, uma importante contribuição para a historiografia econômica, escapando da linearidade economicista tão frequente mesmo nos dias atuais. É possível constatar tal postura em trecho em que contesta interpretações de outros autores que subestimam mudanças na forma em detrimento da primazia do conteúdo:

Ambos [Faoro e Edgar de Decca] procuraram mostrar que houve mudanças, por assim dizer, apenas nas formas: pela qual se deu a dominação do estamento burocrático, no primeiro, e a forma pela qual os vencedores tornaram hegemônico seu projeto, silenciando o dos vencidos, no segundo [...] Estes autores que enfatizaram a mudança apenas nas formas deixaram antever a permanência de determinado conteúdo, ou seja, aqueles elementos que privilegiaram em seus respectivos cortes analíticos. Em oposição a eles, procura-se [...] sem deixar de ter presente suas contribuições, resgatar a importância das mudanças advindas, mesmo que de “formas” (daí a crítica ao apenas antes grifado), sob a argumentação que estas não devem ser desprezadas, ou subestimadas, muito antes destacadas, em um estudo histórico. Aliás, é exatamente este tipo de estudo que permite repensar o concreto mediado pela abstração, ou seja, propõe-se ultrapassar o “conteudismo” salientando as mudanças na forma, a qual não pode ser confundida com mera aparência (FONSECA, 1999, p. 149).

Não reduzindo a contribuição dada por ambos, o autor constrói sua crítica na defesa da importância das formas, para além de investigações, segundo o próprio termo utilizado: “conteudistas”. Estudos sobre o conteúdo das continuidades e descontinuidades históricas possuem elevado valor analítico e o próprio autor empreende tais investigações ao elaborar as dinâmicas de classes e frações de classe, explicitar seus interesses e a maneira como influenciam o cenário político e econômico. A crítica, em si, reside em ver esse aspecto como primordial para a

atribuição do sentido de determinado fenômeno, atribuindo papel secundário às mudanças das formas, como resultado apenas da essencialidade do abstrato, não possuindo, com isso, *status* analítico autônomo.

Expondo mais um exemplo, em outro trecho da obra, quando analisa o tratado comercial entre Brasil e Estados Unidos assinado em 1935, que permitiu reduções nas compras de bens industriais norte-americanos, como bens de capital, o autor faz novamente referência a não subordinação da forma ao conteúdo e a importância da análise do concreto para a compreensão de determinado período histórico:

Não pode ser considerado, portanto, um acordo que visava reproduzir *in totum* a antiga divisão internacional do trabalho. Constituiu-se, por isso, em mais um exemplo de mudança ‘apenas na forma’ que não pode ser desprezada, seja por suas consequências, seja por revelar, mesmo em pequenos detalhes, algumas importantes intenções governamentais (FONSECA, 1999, p. 159).

Desse modo, busca evitar generalizações apressadas e polarizações supérfluas, resgatando, no decorrer do trabalho, a noção de processo histórico cujo desenrolar elabora o sentido das transformações vividas e das políticas implementadas. No caso, tem-se sempre a ideia de totalidade histórica, compondo o leque de alternativas possíveis para os impasses apresentados:

Cabe aqui retomar, portanto, a ideia de processo, evitando as polarizações nem sempre frutíferas (forma versus conteúdo, origem e propostas versus resultados). Esta implica considerar que há diversas opções históricas, e que a correlação de forças econômicas e políticas vai construindo a história, tendendo a generalizar a visão ideológica e os interesses de determinado grupo para o conjunto da sociedade. No caso brasileiro em questão, este ‘grupo’ é a burguesia e, na culminância do processo, a burguesia industrial e financeira. Isto significa, dentro da proposta deste trabalho, acompanhar pelo discurso de Vargas o sentido de determinado conjunto de transformações e de medidas concentradas no tempo, e que tiveram em Vargas seu centro político impulsor, uma vez que centro do poder decisório (FONSECA, 1999, p. 149).

Cabe destacar que a visão de processo não implica a redução do espaço da contingência, ou seja, nas palavras do próprio autor, “há diversas opções históricas, e que a correlação de forças econômicas e políticas vai construindo a história, tendendo a generalizar a visão ideológica e os interesses de determinado ‘grupo’ para o conjunto da sociedade” (FONSECA, 1999, p. 149). Sendo assim, a totalidade histórica aqui considerada, ou seja, o processo de Revolução Burguesa brasileira, não constitui uma “régua histórica”, sob a qual os eventos observados seriam classificados quanto à sua “correção”, mas um movimento que significa as próprias alternativas possíveis, sem apresentar o que se poderia chamar de um caminho necessário, um destino, ao qual a história chegaria inevitavelmente.

5. CONCLUSÃO

A produção do professor Pedro Fonseca possui vários semblantes. Seu ecletismo, ao trabalhar com conceitos que vão além das variáveis econômicas, demonstra o diálogo intenso com autores de várias áreas, desde a filosofia e sociologia, até o direito e a ciência política. Este artigo buscou, através de análise de alguns aspectos da obra do economista, mostrar a influência de Hegel em sua trajetória e a maneira como utilizou o arcabouço dialético para investigações de história econômica. Desde o método, passando pela própria formulação da problemática, a face do filósofo alemão aparece em dois momentos principais: a história como devir e a noção de que o conteúdo e a forma são mediações do próprio desenrolar do processo histórico, negando, com isso, polarizações supérfluas (forma *versus* conteúdo) e a subordinação do concreto ao abstrato. Esses dois elementos perpassam praticamente toda a obra do autor e constituem, para quem escreve este artigo, o semblante de Hegel em sua obra.

REFERÊNCIAS

- FONSECA, P. C. D. **Vargas: o capitalismo em construção**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- _____. Estado e industrialização consciente: 1930-45. **Questões de Economia Política**. Porto Alegre: n. 4, p. 20-32, 1987.
- HEGEL, G. W. F. A Ciência da Lógica. **Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio**: 1830. São Paulo: Loyola, 1995.
- KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

10

O DISCURSO COMO OBJETO DE ANÁLISE EM VARGAS: O CAPITALISMO EM CONSTRUÇÃO

VLADIMIR LAUTERT

Bacharel em história (1999) e em economia (2003) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre (2004) em economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Doutor (2012) em economia pela UFRGS. Analista em Geografia e Estatística da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em *Vargas: o capitalismo em construção* (1999), o professor Pedro Cezar Dutra Fonseca aborda a construção do capitalismo de forma justaposta à história do próprio desenvolvimento político, social e econômico da sociedade brasileira. Em relação a essa obra, no presente texto nos deteremos no seu aspecto metodológico, que consideramos ser uma grande inovação que ela trouxe para a historiografia econômica brasileira: sua construção a partir da análise dos discursos proferidos por Getúlio Vargas ao longo do vasto período de tempo que se estende dos anos 1920 até a primeira metade da década de 1950. Em outras palavras, atentando para as mudanças e permanências que apresenta, o autor engloba em sua análise os discursos do personagem desde a época em que era estudante de direito até o seu suicídio e a produção de sua famosa Carta-Testamento, trajetória que acontece em meio ao processo de desenvolvimento/consolidação do capitalismo nacional e que, devido à importância do sujeito e à sua ativa e consciente participação, é tomada na obra como uma espécie de chave de leitura do processo. Assim, proporciona uma abordagem que se afasta da historiografia econômica centrada na análise de indicadores quantitativos ou formais, tais como as leis e decretos formulados pelo governo, por exemplo, para ressaltar o aspecto político/ideológico do problema, em interação com a realidade social, política e econômica de cada período histórico. Disso nos deparamos com um trabalho de economia política que podemos chamar de “clássica”, pois lembra muito a abordagem de Marx, no volume 1 de *O capital* (1985).

Embora construída dessa forma, importante é ressaltar que nessa obra monumental tem-se uma análise que se toma o discurso mesmo (e não outras fontes de pesquisa) como matéria de investigação e, assim sendo, para que tornemos clara a metodologia do autor, antes de tudo convém explicitar esse tema de pesquisa. Tomando como referência a análise de discursos, ciência dedicada a estudar textos e apreender/compreender a(s) ideologia(s) presente(s) neles, o discurso é entendido simplesmente como uma construção de linguagem, um meio de comunicação que influencia o contexto social, político e econômico, ao mesmo tempo em que é influenciado por ele (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2012). A referência inicial ao “texto” como objeto da análise de discursos é importante, pois assenta a disciplina (e a própria possibilidade da sua existência) em algo que supera linguisticamente o predomínio da mera frase, que é a fala individual e assistemática não passível de ser analisada cientificamente. Ou seja, quando falamos em discurso, nos referimos a um texto, uma construção estruturada que articula elementos de forma a dotá-los, em seu conjunto, de um sentido que seja coerente, compreensível para aqueles que pretende atingir. Quando trabalhamos o discurso sob o prisma dessa disciplina, procuramos entender e evidenciar a construção do sentido de um texto e como ele se articula com a história e a sociedade que o produziu. Desse ponto de vista, o discurso é ao mesmo tempo linguístico e histórico. Entendê-lo requer análise desses dois elementos simultaneamente (GREGOLIN, 1995).

No entanto, em se tratando de *Vargas: o capitalismo em construção* (1999) devemos acrescentar que não encontramos nessa obra somente uma análise com vistas a entender o texto/discurso em si mesmo, ou mesmo no contexto no qual se insere. Ultrapassando a perspectiva da análise do discurso, a estratégia do autor é a de utilizá-lo (o discurso de Vargas) como meio de acesso à compreensão do contexto social, econômico e político no qual é produzido, o qual podemos chamar de “o real” na falta de um termo mais adequado. Pode-se considerar que Fonseca vai além da análise do discurso porque o seu intuito é o de “pensar o real valendo-se do próprio pensamento sobre o real” (CORAZZA, 1989), o que certamente é algo mais abrangente do que compreender o discurso. Isso implica dizer que, se por um lado o discurso não é visto de forma autônoma em relação ao real em que é produzido, por outro também não é determinado por esse contexto, mas visa produzir determinados efeitos sobre ele. Assim nos deparamos com dois níveis de análise: o nível do discurso enquanto constructo destinado a comunicar e o nível da sua interação com o real na perspectiva do presidente, um agente político que atua sobre ele. No primeiro desses níveis podemos nos deter no aspecto ideológico dos discursos de Vargas. Situamo-nos assim em um campo de estudo próximo da análise de discursos explicitada logo acima, e nos preocupamos com aquilo que Vargas comunica (ou tenta comunicar), o que o texto diz (análise interna) e porque o texto diz (análise externa). No segundo nível, o da interação entre o discurso e a realidade, nos afastamos da análise do discurso e nos deparamos com a importância da ideologia em termos das mudanças que promove no mundo “real”, dada a proeminência que o personagem ocupa no processo de desenvolvimento/consolidação do capitalismo no país.

Partindo do ponto mais evidente, podemos dizer inicialmente que para que seja capaz de comunicar algo de forma inteligível para alguém, o discurso deve ser emitido por um sujeito (emissor) e deve ser recepcionado por outro (receptor), o qual deve compreender ou atribuir a essa mensagem algum sentido (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2012). Essa é a premissa da obra de Foulcault (2008), por exemplo, que em *Arqueologia do saber*, entre diversas definições de conteúdo semelhante, caracteriza o discurso como um conjunto de enunciados que para comunicar devem possuir quatro elementos básicos. Em primeiro lugar, deve ser proferido por um sujeito. Em segundo lugar, se referir a algo identificável (referente). Em terceiro lugar, cada enunciado não deve existir isolado, mas em combinação ou correlacionado com outros, que formam entre si, e também com outros discursos, um campo associado. Dessa forma, podemos falar no discurso religioso, político, ou no discurso midiático do Brasil atual, por exemplo. Por fim, essa comunicação precisa se concretizar em alguma forma concreta/inteligível, como a forma escrita ou falada, por exemplo (FISCHER, 2001).

Os enunciados assim organizados se tornam um sistema, uma formação discursiva definida como “grupos de enunciados [...] que estão ligados [entre si] no nível dos enunciados” (FOUCAULT, 2008 p. 131, grifo nosso). Como podemos perceber, uma análise feita estritamente nos moldes de Foucault seria insuficiente para um trabalho de economia política, pois ela ficaria restrita ao nível da palavra, das coisas ditas, seria uma análise interna do discurso, conforme definimos ao longo deste texto. Até aqui afirmamos simplesmente que para que um texto/discurso (mera sequência de enunciados) tenha um mínimo de sentido para o receptor, é necessário que estabeleça relações orientadas, que podem ser de sequenciamento, de causa e efeito, de oposição e/ou diferenciação de seus termos ou elementos constituintes. Deve seguir uma linha argumentativa, encadear valores que são atribuídos aos elementos do discurso. Essa é a “discursividade”, o nível mais superficial da geração de sentido de um texto, a partir da qual se pode ir além, recuperando as relações entre o texto e o contexto sócio-histórico que o produziu e, assim, “[...] ao analisarmos o discurso, estaremos inevitavelmente diante da questão de como ele se relaciona com a situação que o criou” (GREGOLIN, 1995, p. 17).

Se acrescentarmos a isso algo que nos parece ser o caso dos discursos de Vargas, que são discursos dotados de finalidade, ou seja, que são mensagens que visam determinados objetivos, provocar determinadas reações ou explicar determinadas ações, torna-se ainda mais evidente que sua eficácia em termos de produzir efeitos sobre o real dependeria da habilidade comunicativa do emissor, de sua capacidade de se fazer compreender e aceitar pelo receptor. No entanto, em que pese fazer-se compreender pelo receptor do discurso seja tarefa/objetivo do emissor/autor, os resultados produzidos pelo discurso sempre dependem em grande medida da interpretação do receptor, que a partir dela deverá tomar suas decisões e efetivá-las. Quando dizemos que a eficácia do discurso depende muito da interpretação do receptor, estamos indiretamente afirmando que o sentido do discurso depende de sua colocação em termos de sua visão de mundo e, dessa forma, podemos dizer que entender um texto significa compreender a(s) ideologia(s) presente(s) nele. Já a produção de efeitos sobre o real depende, além disso, da visão de futuro que o discurso consegue produzir no receptor que, ao longo do presente trabalho, entendemos como situada no campo da realidade material, dado estarmos nos referindo a um trabalho de história econômica.

Chegando a esse ponto, visto tratarmos das interações do discurso com o “real”, convém deixar claro que não podemos confundir a ideologia de que viemos falando com o conjunto na qual está contida, o qual denominaremos de “mentalidade”. Os termos “mentalidade” e “ideologia” não se confundem. Seguindo Vovelle (1987), o conceito de mentalidade é mais amplo que o de ideologia. Mentalidades podem ser definidas como visões de mundo que integram “[...] o que não está formulado, o que permanece aparentemente como *não significante*, o que

se conserva muito encoberto ao nível das motivações inconscientes” (VOVELLE, 1987, p. 19, grifo do autor) e, pode-se acrescentar, se referem a atitudes e representações coletivas. No mesmo sentido, acrescenta Le Goff (1976, p. 71) que “[...] o nível da história das mentalidades é aquele do cotidiano e do automático, é o que escapa aos sujeitos particulares da história, porque revelador do conteúdo impessoal do seu pensamento, [...] é o que César e o último soldado de suas legiões [...] tem em comum”. Por outro lado, evitando o risco de pretender elaborar uma nova definição de ideologia, esse termo está sendo aqui utilizado para designar a visão de mundo de determinada classe social cuja determinação, diferentemente da mentalidade, em última instância, se deriva das condições de produção material. Conforme Engels (1890): “Nós mesmos é que fazemos a história, mas o fazemos sob condições e suposições definidas. Entre estas, os determinantes econômicos são, ultimamente, decisivos. Mas mesmo as condições políticas, etc., e mesmo tradições que assombram as mentes humanas também desempenham o seu papel, embora não sejam decisivos”.

Com base nos conceitos arrolados até agora, podemos situar o discurso de Vargas como um objeto de linguagem que, para produzir efeitos sobre o real, aufere sentido da relação que estabelece com a(s) ideologia(s). Nesse contexto, podemos defini-lo como um aspecto da “materialidade ideológica”, que “[...] só tem sentido para um sujeito quando este o reconhece como pertencente a determinada formação discursiva. Os valores ideológicos de uma formação social estão representados no discurso por uma série de formações imaginárias, que designam o lugar que o destinador e o destinatário se atribuem mutuamente” (PÊCHEUX, 1990 p. 18). Ou seja, não há sentido sem interpretação. Somente a interpretação torna visível o sentido que o sujeito/autor pretendeu dar ao discurso e, além disso, devemos assinalar que toda interpretação é uma entre outras possíveis, que em grande medida depende do ponto de vista de quem interpreta (posições relativas do emissor e do receptor, suas crenças, interesses materiais etc.) (CAREGNATO; MUTTI, 2006).

Em que pese o sentido estar ligado à ideologia, dizer que o discurso é uma forma material dela implica, para além da interpretação do receptor, reconhecer que a linguagem não é neutra ao refletir/descrever o mundo, mas é um aspecto importante na construção da vida social. E, nesse caso, analisar um discurso (ou os discursos de Getúlio Vargas) não se restringe a detectar os traços ideológicos nele presentes e o sentido a eles atribuído, mas deve abordar também as intenções que ele manifesta e que se traduzem em ações, daí a preocupação de Fonseca (1999) em estudar não somente a intencionalidade, como também os atos concretos do presidente e os seus efetivos resultados. É assim que entendemos que o real pode ser apreendido pelo pensamento acerca dele: trazer a compreensão do discurso para o campo de sua interação com o real pressupõe que nos detenhamos sobre as bases materiais do contexto social, sobre os atores políticos existentes e os inte-

resses das classes sociais e do governo, todos envolvidos no processo em estudo que, lembramos, é o desenvolvimento/consolidação do capitalismo nacional. Com isso, passamos a considerar as mudanças e continuidades do discurso em vista das exigências concretas do real, levando em consideração as suas transformações e continuidades econômicas, políticas e sociais englobadas no plano mais geral do processo, tais como “[...] os setores econômicos que o dinamizaram, as classes sociais que lhe deram impulso, as articulações políticas que o sustentaram e as ideologias que o justificaram [...]”. É esse conjunto de aspectos que, em *Vargas: o capitalismo em construção*, se considera configurar a formação/consolidação do capitalismo no Brasil, o qual demonstra ser “[...] único em seu sentido [mas] não [...] em seu movimento, [...] variaram as formas pelas quais ele foi tomando corpo em determinadas situações históricas concretas. Neste sentido, a mudança de formas é a história do próprio processo” (FONSECA, 1999, p. 243).

De acordo com Fonseca (1999), reconstruir uma totalidade a partir de um elemento da superestrutura significa reconhecer a relevância do discurso, que a ideologia e fatos políticos são importantes na materialização de interesses, que se traduzem em atos concretos dos agentes em sociedade. Ou seja, que as representações e interpretações da realidade se traduzem em propostas de conservação ou alteração da realidade ante a diferentes perspectivas de futuro possíveis. Nesse aspecto, podemos acompanhar Marilena Chauí, segundo a qual a ideologia “[...] não é sinônimo de subjetividade oposta a objetividade, não é preconceito nem pré-noção, mas é um fato social justamente porque é produzida pelas relações sociais, possui razões muito determinadas para surgir e se conservar [...]” (*apud* FONSECA, 1999, p. 21). Para compreendermos essa importância da ideologia, é conveniente retomar a crítica de Marx e Engels ao idealismo hegeliano, que diz respeito à sua ausência de relação com a realidade material, a qual seria a base da sua própria postura filosófica. Segundo eles, “as premissas de que partimos não são bases arbitrárias, dogmas; são bases reais que só podemos abstrair na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de existência, tanto as que eles já encontraram prontas, como aquelas engendradas de sua própria ação. Essas bases são pois verificáveis por via puramente empírica” (MARX; ENGELS, 1984, p. 12). Isso pode ter levado diversos autores marxistas (tais como Bukharin, que Fonseca cita como exemplo) a considerar os aspectos políticos e ideológicos em segundo plano.

Esse tipo de postura parece desconsiderar que o pensamento hegeliano não se restringe ao “mundo das ideias”. Devemos atentar para o fato de que, a partir de Hegel (1980), a distinção entre “essência” e “forma” perde um pouco do sentido que tradicionalmente lhe foi atribuído em relação à possibilidade de apreensão do real: a essência se manifesta (ao menos parcialmente) na forma, ao passo que a forma pode afetar a própria essência. Utilizando a terminologia do autor, a relação

entre o mundo concreto (empírico) e o mundo das ideias (racional) ocorre através do mundo do “fenômeno”, que corresponde a tudo aquilo que se manifesta, se revela através da percepção formando uma consciência. Do ponto de vista da consciência, o mundo só existe quando se manifesta, então o mundo é o próprio conhecimento que se tem dele. Pelo mesmo motivo, e também porque a consciência é a relação entre sujeito e objeto, qualquer alteração em um altera a consciência e o outro. É nesse sentido que se pode acompanhar Fonseca (2009, p. 2), que atribui a Hegel a perspectiva de que a crítica do pensamento (consciência) – que em sentido amplo engloba as percepções, as teorias e o discurso sobre o real – pode ser um caminho de apreensão do próprio real na medida em que ele se apresenta caracterizado no pensamento, por meio da avaliação que os diferentes “atores” sociais fazem da situação contemporânea do objeto sobre o qual se dedicam a refletir (o que pode incluir também representações do seu papel histórico e social); e também como devir: o que deveria se tornar a partir de determinadas ações. Apreender criticamente o pensamento, nesse caso, é um ponto de partida da análise que, por seu turno, não pode se esgotar nessa crítica sob pena de se limitar ao âmbito da consciência e não apreender a dimensão do fenômeno.

Em outras palavras, a análise científica pode partir da análise do discurso sem, no entanto, prescindir da análise da atuação prática dos indivíduos e grupos sociais. A relevância da análise do discurso para trabalhos de história econômica implica o reconhecimento da importância da ideologia e da política, partindo do reconhecimento de que as pessoas se diferenciam por interesses concretos, e de que elas produzem interpretações e propostas diferentes para alterar a realidade. Ou seja, suas ações concretas e interpretações são objetos de estudo fundamentais para entender o processo histórico e seus resultados.

Isso aponta em direção a uma perspectiva dialética marxista, que sendo derivada de Hegel, entende que “as ideias nascem da atividade material” (CHAUÍ, 1980, p. 63), e que através delas os homens representam o modo como a realidade lhes aparece em sua experiência imediata, nas suas condições materiais de produção e nas suas formas de intercâmbio, de conflito e de cooperação; mas isso não representa um impedimento de que se entenda que as ideias interferem no desenvolvimento material da sociedade. Em qualquer dos casos, a sua produção (das ideias) não é algo que possa ser separado das condições históricas e sociais nas quais são produzidas (CHAUÍ, 1980, p. 32). A ideologia é o modo como os atores representam o que lhes aparece como se fosse o real, tratando-se de um conjunto de representações (CHAUÍ, 1980, p. 106). Para o objetivo ora perseguido, o mais importante é ressaltar que ela é um fato social: algo produzido por relações sociais, que possui uma lógica própria, bem como relação com a realidade. Por fim, tem-se o discurso, que é o objeto empírico disponível para análise. Ele exterioriza a ideologia demonstrando uma determinada percepção da realidade na qual até mesmo

as lacunas e os silêncios podem ser reveladores de certa coerência, e pelo mesmo motivo é que não pode ser entendido por ele mesmo (CHAUÍ, 1980, p. 22). É nesse sentido que Fonseca (1999, p. 32) afirma, em relação ao pensamento econômico de Vargas, que ele não é “nem autônomo nem determinado, mas em interação com as exigências de caráter econômico e vinculado a condições circundadas pelas próprias forças políticas que o sustentaram ou que a ele se opuseram”.

Concluindo, podemos sintetizar o que foi dito afirmando que, em *Vargas: o capitalismo em construção* (1999), no discurso do presidente aparece um aspecto da “materialidade ideológica” de sua época, o que quer dizer que foi dotado de sentido somente na medida em que foi passível de interpretação por parte dos seus contemporâneos. Para ser compreendido, o discurso de Vargas interagiu com a ideologia dos atores sociais que havia no período: foi interpretado a partir da sua “visão de mundo” e disso resultou a sua concretização em atos do governo e resposta por parte desses atores sociais. Essa interação, considerada ao longo do tempo, pode ser vista como um processo, do qual resultou, como dissemos, a construção/consolidação do capitalismo nacional, “[...] a mudança de formas é a história do próprio processo” (FONSECA, 1999, p. 243). Ressaltar que se trata de uma interação com ideologias e não com a “mentalidade” nacional de então é importante, pois é a partir disso que compreendemos os conflitos que se geraram e as mudanças que, tanto a realidade quanto o discurso, foram sofrendo ao longo dos anos. Daí o discurso possuir as mudanças e permanências que serviram de importante matéria-prima para a obra de que tratamos.

Tomando o discurso como o objeto para acessar o real, o livro nos proporciona uma análise abrangente que pode ser interpretada em dois níveis: o nível do discurso em si, no qual podemos perceber um diálogo implícito com a análise do discurso, que por si só poderíamos considerar insuficiente para um trabalho de história econômica; e o nível da interação do discurso com o “real”, no qual observamos a relação entre as intenções do governo, suas atitudes e as reações que provoca. Consideramos particularmente elucidativa a análise do discurso de Vargas em suas relações com o ambiente econômico e cultural no qual foi produzido, bem como na sua correspondência com a atuação concreta dos “atores”, considerando também as pretensões políticas envolvidas, além das mudanças ocorridas ao longo do tempo e conforme acontecia o processo. Essa perspectiva abriu o caminho de uma nova metodologia que nos permite aplicar ao estudo da história econômica a perspectiva de que a ideologia não é “[...] um amontoado de ideias falsas que prejudicam a ciência, mas uma certa maneira de produção de ideias pela sociedade, ou melhor, por formas históricas determinadas pelas relações sociais” (FONSECA, 1999, p. 21). Considera-se assim que a ideologia possui uma lógica que é peculiar, mas que interage com a realidade material. Se a primeira não é alheia à segunda, tampouco é determinada por ela. A ideologia, sendo percepção da realidade, tam-

bém se configura como parte dela. Já o discurso é a manifestação da ideologia, aquilo que a revela e que se constitui material de estudo, o qual deve considerar a correta dimensão do seu objeto de análise no âmbito da história econômica: de pouca valia seria para essa disciplina explicar o discurso por ele mesmo, mas considerá-lo como uma manifestação parcial daquilo que Hegel denominou “essência” o torna relevante material de estudo para a nossa disciplina.

REFERÊNCIAS

- CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso *versus* análise de conteúdo. **Texto contexto** [on-line], v. 15, n. 4, p.679-684, 2006.
- CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2012.
- CHAUÍ, M. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- CORAZZA, G. Vargas: o capitalismo em construção. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 10. n. 2, p. 355-360, 1989.
- ENGELS, F. **Carta para Joseph Bloch**, 21-22 de setembro de 1890. 1890. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1890/09/22.htm#tr1>>. Acesso em: 12 dez. 2011
- FISCHER, R. M. B. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de Pesquisa** [on-line], n. 114, p. 197-223, 2001.
- FONSECA, P. C. D. **Vargas: o capitalismo em construção**. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- _____. **Nem ortodoxia nem populismo: o segundo governo Vargas e a economia política brasileira**. 2009a. Manuscrito.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- GREGOLIN, M. do R. V. A análise do discurso: conceitos e aplicações. **Alfa**, São Paulo, n. 39, p. 13-21, 1995.
- HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do espírito**. São Paulo: Vozes, 1980.
- LEGOFF, J. As mentalidades: uma história ambígua. In: LEGOFF Jacques; NORA, Pierre. **História: novos objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p. 68-83.
- MARX, K. **O capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: HUCITEC, 1984.
- PÊCHEUX, M. In: GADET, F., HAK, H. **Por uma análise automática do discurso** (Uma introdução à obra de Michel Pêcheux). Campinas: Pontes, 1990.
- VOVELLE, M. Ideologias e mentalidades. São Paulo: Brasiliense, 1987.



O POPULISMO EM QUES- TÃO: OS CAMINHOS DO CONCEITO NA OBRA DE PEDRO CEZAR DUTRA FONSECA

LEONARDO SEGURA MORAES

Bacharel (2010) em economia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC/Campinas). Mestre (2012) em economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutorando em economia pela UFRGS.

RAFAEL MORAES

Bacharel (2007) em economia pela Universidade Estadual de São Paulo (Unesp). Mestre (2010) em economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutor (2017) em economia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

1. INTRODUÇÃO

A tarefa de tratar do termo “populismo” não é das mais simples. Como tantas palavras nas literaturas política e econômica brasileira, populismo pode apresentar-se como ideia fácil, de aplicação rasteira. Não são incomuns trabalhos que, sob os mais diversos mantos ideológicos, utilizam o termo com o intuito de desqualificar os agentes estudados. No Brasil, a ideia de um governo ou de políticas populistas foi acumulando um caráter pejorativo. Qualificar um governo como populista é quase o mesmo que dizê-lo irresponsável ou pouco crível. Da mesma forma, na acepção corrente, uma política fiscal, cambial ou social populista é tida como irracional, sem bases sólidas e fadada ao fracasso.

O objetivo principal deste texto é sistematizar a abordagem sobre o “populismo” ao longo da obra de Pedro Cezar Dutra Fonseca. Ainda que esse tema não tenha se configurado como eixo prioritário de suas reflexões acadêmicas, é notória a importância do assunto em boa parte dos seus textos e orientações de mestrado e doutorado.

Para realizar essa tarefa, o artigo desenvolve uma periodização dividida em três momentos do populismo no programa de pesquisa do autor, de modo a caracterizar a evolução do termo em seus trabalhos. O marco inicial analisado é a publicação de sua tese de doutorado, em 1987, considerado aqui o primeiro trabalho de vulto do autor. Nele, dentro do que era prática corrente no período, o autor faz uso do termo “populismo” em sua acepção corrente entre autores marxistas. Num segundo momento, na medida em que o termo vai ganhando caráter valorativo, o autor não apenas se afasta de seu uso, como a partir de trabalhos já nos anos 2000, começa a combatê-lo, apresentando importantes constatações de sua não adequabilidade teórica e histórica para explicar os governos Vargas e Goulart. Nesse sentido, é notório ao longo dos anos o crescente questionamento por parte do Pedro Fonseca sobre a adequação do populismo como conceito que explica a relação entre a política e economia brasileiras sem, no entanto, negar diálogo com a literatura específica.

2. POPULISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA OBRA DE PEDRO CEZAR DUTRA FONSECA

No Brasil, a utilização do termo “populismo” ganhou destaque em análises de base marxista, a respeito dos governos posteriores a Revolução de 1930, em especial o segundo governo Vargas (1951-1954) e o breve governo de João Goulart (1961-1964). De um modo geral, tais análises apontavam para a existência de governos centralizadores, autoritários, que com políticas assistenciais e um discurso dúbio mantinham sob seu controle uma massa amorfa, pouco esclarecida e com baixa capacidade de organização privada. Análises mais profundas encontram a origem desse fenômeno no

processo de crise do poder agrário-exportador vivida por grande parte dos países da América Latina, quando o Estado se coloca diretamente como agente impulsionador de uma modernização conservadora, uma vez que as “classes” burguesas e proletárias não se apresentavam suficientemente organizadas para capitanear esse processo. Derivaria desse contexto um sindicalismo subjugado ao poder estatal, direitos sociais apresentados como “bondades” de um governante carismático e paternalista e, conseqüentemente, uma sociedade civil facilmente manipulável¹.

Análises de menor densidade intelectual logo se seguiram, vindas especialmente de críticos e opositores ao governo Vargas. Nesse caso, o populismo era apresentando como sinônimo de assistencialismo, distributivismo irresponsável, nacionalismo vulgar e tudo o mais que se julgava demagógico e subversivo, por analistas que se apresentavam como liberais².

O fato é que tanto na abordagem marxista quanto na “liberal”/conservadora, o populismo era visto como um obstáculo à efetivação da democracia, seja pela existência de uma massa amorfa, manipulada por um governo conservador, mas carismático, seja pela percepção de um governo demagógico que insuflava o povo com discursos e medidas irresponsáveis, atentando contra a ordem.

Mais recentemente, outra vertente do populismo se tornou mais presente em análises econômicas – o populismo econômico. O conceito que se difundiu a partir do trabalho de Dornbusch e Edwards (1991) é frequentemente utilizado para explicar o fracasso de políticas econômicas, especialmente em países não desenvolvidos. De modo bastante sintético, no modelo desses autores, seria populista um governo que, pouco comprometido com o controle inflacionário, utiliza-se da ilusão monetária levada por políticas expansionistas para elevar o ritmo do crescimento econômico, a renda e o emprego. Tal cenário seria, no entanto, rapidamente superado, uma vez que os agentes perceberiam o comportamento do governo como leniente com a inflação e ajustariam suas expectativas. O resultado final, ao invés da manutenção das altas taxas de crescimento e emprego, se reduziria apenas em preços mais altos. Nesse ponto, os governantes, ou seus sucessores, seriam obrigados a aplicar políticas restritivas com um custo muito maior que os ganhos obtidos inicialmente. Não demorou para que diversos trabalhos apontassem semelhanças entre o modelo apresentado pelos autores e as políticas desenvolvimentistas dos governos de Getúlio Vargas e João Goulart, mas também de Juscelino Kubitschek e de alguns militares, em especial Ernesto Geisel, dentre outros governantes da América Latina³.

(1) Dentre outros autores e trabalhos que analisaram trataram do populismo no Brasil ver: Ianni (1977), Weffort (1980) e Cardoso e Faletto ([1967] 2004).

(2) Especialmente políticos da União Democrática Nacional (UDN), que faziam severa oposição aos governos tidos como “desenvolvimentistas”.

(3) Bresser-Pereira (Org.) (1991).

Dentro desse contexto, os trabalhos de Pedro Fonseca voltados para a compreensão da formação de nossa economia moderna não puderam passar despercebido pelo tema do “populismo”. Suas análises acerca dos governos de Getúlio Vargas e também alguns trabalhos sobre o mandato do presidente João Goulart abordaram direta ou indiretamente o tema. Sua preocupação maior esteve ligada ao desenvolvimento industrial e à ideologia do desenvolvimentismo, mas como não poderia ser diferente, dada a grande difusão do termo no estudo desses períodos, o autor não pôde se furtar ao seu tratamento.

Analisando a obra de Pedro Fonseca, é possível perceber nela uma crescente rejeição ao uso do termo “populismo”, a qual apresenta pelo menos três momentos. Em seu primeiro trabalho de destaque: *Vargas: o capitalismo em construção*, publicado em 1989, o pesquisador fez um grande apanhado das ações de Getúlio Vargas desde o período anterior à Revolução de 1930 até sua morte em 1954. Utilizando-se de uma análise centrada nas ações do presidente, mas também em suas intenções e propósitos, vistos através de discursos e instituições criadas e/ou fortalecidas, Fonseca contribuiu enormemente com o entendimento dessa etapa de transição de um país semicolonial agrário para uma economia industrial moderna.

Nessa obra, o termo “populismo” é utilizado diversas vezes, como era corrente entre estudos políticos e econômicos da época. Em diversos momentos, o autor se mostra em acordo com a acepção mais corrente do termo nos meios intelectuais, utilizando o conceito de populismo a partir da tradição de autores como Francisco Weffort, Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso. O populismo é ali visto como a forma possível que o governo havia encontrado para lidar com uma massa pauperizada supostamente sem poder de organização. Seria uma busca do governante de trazer para próximo de si os possíveis conflitos sociais, próprios da transição política e econômica que o país vivia, de forma a controlar o processo.

O governo Vargas parece buscar a tarefa de construir o capitalismo para os capitalistas, enquanto garantiria uma parcela dos frutos do progresso aos mais pobres – os trabalhadores. O populismo seria assim uma fusão entre as ideologias do desenvolvimentismo e do trabalhismo, que teria iniciado sua formatação em meados dos anos 1930, mas tomaria forma apenas após 1943 e, mais claramente, no segundo governo Vargas. Dessa forma, o populismo despontaria como um desdobramento do corporativismo, visto como a imposição a partir de cima de um arbítrio nas relações entre as classes e frações de classe. Nas palavras do próprio autor:

Sem dispensar a antiga legislação corporativista, antes a implementando e aperfeiçoado, apareciam [por volta de 1934] os primeiros sinais do populismo, espécie de política pela qual Vargas procurava administrar os conflitos de classes aparentando atender diretamente aos anseios da classe trabalhadora, e, com isso, buscando dentro dela parte de sua sustentação política (FONSECA, 1989, p. 292).

O autor reconhece nessa obra, como não poderia ser diferente, os limites de uma ideologia pautada na melhor distribuição da renda, dentro de um contexto de estímulo à acumulação privada do capital, em uma nação estruturalmente desigual. Daí deriva grande parte da crítica ao “populismo”, uma vez que é nítido que não estava em seu escopo superar os reais problemas estruturais que sustentavam a miséria e a má distribuição de renda no país. Nesse ponto, Fonseca é enfático em demonstrar que apesar de utilizar uma retórica distributivista em alguns discursos, o governo Vargas era claro nas ações e na maioria dos pronunciamentos que reformas profundas no campo social não faziam parte de seus objetivos (FONSECA, 1989, p. 434).

Fica claro na exposição do autor que à medida em que o desenvolvimento do país vai avançando e os frutos da industrialização e da urbanização vão aparecendo, vai ficando cada vez mais nítida a contradição entre o discurso “populista” e os resultados concretos das ações do governo. O discurso de “pai dos pobres” vai ficando mais vazio e as exigências de realizações concretas vão sendo cada vez maiores.

Já na parte final do trabalho, quando aborda os anos anteriores ao suicídio do presidente, o autor deixa claro que a difícil tarefa de arbitrar os conflitos deixa o líder “populista” num papel de conciliador de interesses cada vez mais irreconciliáveis. O acirramento da situação social faz com que o discurso “populista”, nunca aceito, mas tolerado com reservas pelas classes dominantes, passe a ser visto como subversivo. De outro lado, as ações pouco concretas para as classes mais pobres não lhes permitiram um melhor posicionamento econômico e social nem maior organização própria. A crise e o trágico fim do governo Vargas e, anos depois, do de seu discípulo, João Goulart, são apresentadas por Fonseca como a crise do próprio “populismo”, visto na sua incapacidade em apresentar soluções para a questão social e, ao mesmo tempo, neutralizar as restrições das classes dominantes à sua gestão (FONSECA, 1989, p. 430).

Percebemos claramente que o uso do termo “populismo” é utilizado para caracterizar uma ideologia reproduzida num discurso que ainda que se apresentasse capitalista, refutava os ricos e, ao mesmo tempo em que se arrogava trabalhista e propunha a elevação da condição de vida de uma massa pobre em um país estruturalmente desigual, não tinha disposição para levar a cabo nenhuma reforma social de maior densidade. Enfim, ela carregava consigo uma contradição estrutural.

Ainda que aceitando e incorporando o uso do termo em seu trabalho, como vimos, Fonseca é claro em destacar sua discordância com autores que veem apenas demagogia no discurso populista de Vargas. Para o autor, a ideologia desenvolvimentista do presidente é concreta e apresenta resultados perceptíveis na construção de instituições que seriam o alicerce da industrialização brasileira. Da mesma forma, o trabalhismo, ainda que não tenha se materializado em reformas sociais profundas, criou espaços para que avanços consideráveis fossem obtidos pelas classes trabalhadoras, ainda que tudo parecesse vir como benesses de um líder carismático.

Percebe-se nesse trabalho que Fonseca utiliza o conceito de populismo para descrever um fenômeno concreto, sem que ele carregue consigo nenhum juízo de valor. A percepção das contradições visíveis e latentes daquele contexto não foram utilizadas para categorizar como certa ou errada nenhuma das ações governamentais. O objetivo não era esse, mas sim interpretar através delas os caminhos e os desca- minhos da construção de uma nação, em condições bastante conturbadas. O termo “populismo” assim não carrega consigo, nesse trabalho, nenhuma feição depreciativa.

O segundo momento do “populismo” na obra de Pedro Fonseca ganha forma à medida que ele avança em seu programa de pesquisa sobre a história da moderni- zação no Brasil contemporâneo e, também, em virtude dos desdobramentos intelect- uais da literatura. Até os anos 1980, populismo era um termo ainda estritamente político-ideológico, mas a partir dos trabalhos de Sachs (1989) e, principalmente do já citado, Dornbusch e Edwards (1991), esse tema passa a ser abordado de manei- ra direta pelos economistas adeptos da chamada “Economia Política Positiva”. Nes- se sentido, “populismo” e “desenvolvimentismo” são aproximados pela literatura *mainstream* e os trabalhos de Pedro Fonseca sobre o assunto adquirem conotação mais crítica a essa aproximação. O esforço dele nesse sentido teria sido mais no in- tuito de firmar a separação entre os fenômenos “desenvolvimentismo” e “populis- mo”, visto que essa literatura *mainstream* caracteriza o populismo econômico como uma ação política. O início dessa fase pode ser visto no capítulo de livro publicado em 1997, intitulado “Nacionalismo e economia: o segundo governo Vargas”.

A partir de 2003, é possível perceber um aprofundamento mais direto dessa nova abordagem frente ao conceito de populismo na obra de Pedro Fonseca, com a publicação do artigo já clássico sobre a intencionalidade da política industrializan- te no Brasil. Nele, Fonseca trabalha de maneira explícita a questão da ação econô- mica de Estado para além da política instrumental, de modo a analisar a política econômica para além das razões de mercado⁴. A partir de então, realiza algumas pesquisas que podemos qualificar como uma fase de “testes” da teoria do populis- mo econômico, como fica explícito nas análises dele sobre os governos Jango (em parceria com o Sérgio Monteiro) e o segundo governo Vargas⁵. O desfecho desse momento pode ser visto no texto dele sobre o conceito de desenvolvimentismo, no qual essa distinção de fenômenos fica mais delimitada e abre o espaço para comparações latino-americanas⁶.

Essa fase está alinhada numa tendência cada vez mais presente na litera- tura sobre “populismo”, que leva o uso do termo cada vez mais para um caráter valorativo, transcrito como sinônimo de irresponsabilidade e demagogia. Nesse

(4) Fonseca (2003).

(5) Fonseca e Monteiro (2005). Outro texto nessa linha é Monteiro e Fonseca (2012).

(6) Fonseca (2014).

sentido, o seu uso não apenas é abandonado por Fonseca, como refutado em diversos artigos. Esse é o caso dos trabalhos “Nem ortodoxia nem populismo: o segundo governo Vargas e a economia brasileira”, publicado em 2010, e “O mito do populismo econômico de Vargas”, do ano seguinte.

Nos dois artigos, Fonseca inicia apresentando os usos e a conceituação do populismo, tanto de sua vertente política quanto da econômica, destacando “a carga sempre depreciativa” com que são associados a governos “demagógicos, irresponsáveis ou manipuladores” (FONSECA, 2011, p. 57). Na esfera econômica, por sua vez, o populismo é associado “à política salarial frouxa, com ganhos superiores à produtividade (o chamado ‘populismo salarial’) ao aumento de gastos públicos não cobertos por impostos (‘populismo fiscal’) e à apreciação do câmbio (‘populismo cambial’)” (FONSECA, 2011, p. 62), como descrito acima. Nos dois casos, as ações dos governos populistas são sempre apresentadas como pouco racionais, incorretas e erráticas:

O “imaginário do populismo”, em ambos os casos, revela seu elitismo ao assumir-se como a razão esclarecida – à qual, no debate acadêmico, acrescenta-se ainda a gravidade de desqualificar o objeto da pesquisa, primeiro passo para negligenciar sua complexidade e induzir a resultados que, a rigor, são os próprios pré-supostos e pré-conceitos do investigador (FONSECA, 2010, p. 31).

Seguindo nos artigos, Fonseca demonstra que os próprios autores que difundiram o uso do termo “populismo” no espectro marxista reconhecem o avanço dos governos Vargas e Goulart na formatação de um projeto “nacional-desenvolvimentista”. Nesses artigos, no entanto, seu objetivo central não é dialogar com estes autores, mas sim com aqueles alinhados ao que se convencionou chamar de “populismo econômico”. Assim, nas páginas seguintes, Fonseca testa, por meio da apresentação dos fatos históricos qualquer relação entre os governos de Getúlio Vargas com o modelo do “populismo econômico”, já sintetizado acima.

O mesmo empenho é levado a cabo em dois outros trabalhos, quanto ao governo de João Goulart. “Legitimidade e credibilidade: impasses da política econômica do governo Goulart”, publicado em 2004, e “Credibilidade e populismo no Brasil: a política econômica dos governos Vargas e Goulart”, de 2005 e em coautoria com Sérgio Monteiro.

Nesses quatro trabalhos, o autor apresenta uma sucessão de políticas econômicas de ambos os governos, demonstrando que em nada elas se alinham ao que prevê o modelo do “populismo econômico”. Nos dois casos, ao invés de se iniciar o governo com ações expansionistas, os presidentes adotam medidas restritivas e anti-inflacionárias, numa estratégia de estabilizar a economia para, apenas no momento seguinte, retomar as políticas desenvolvimentistas. Com o avanço do

tempo e o veto de setores dominantes a algumas políticas do Executivo é que os governos vão migrando para uma posição mais radical, dentro daquilo que poderia se chamar de “ideologia do trabalhismo” e, com isso, abandonam seus programas anti-inflacionários. Como fica claro, tal sucessão de fatos é totalmente inversa ao modelo previsto pela teoria do “populismo econômico”, resumizada acima.

No caso do governo Goulart, que é comumente apontado como a personalização do populismo por diversos autores, Fonseca apresenta uma interpretação bastante original. No trabalho em conjunto com Sérgio Monteiro, os autores utilizam um modelo teórico, desenvolvido por Barro (1986a; 1986b) para explicar o comportamento tido como errático do governante e de suas políticas na área econômica. A partir de uma abordagem que intersecciona as ações do poder público com suas relações com a sociedade civil, os autores apontam que é fruto das pressões e das expectativas criadas que o governo vai alterando suas políticas e não a partir de deficiências, inabilidade e/ou irresponsabilidade da figura presidencial.

No trabalho de 2005, Fonseca complementa essa análise, acrescentando o conceito weberiano de legitimidade. Através dele, o autor percebe que o governo Goulart é moldado durante todo o seu decurso pela busca de legitimidade frente às elites econômicas, que mantinham sérias restrições ao seu nome, tendo em vista seu passado próximo às demandas dos trabalhadores. Assim, se explicam as medidas inicialmente conservadoras da gestão Goulart como, por exemplo, a escolha de um ministro da Fazenda de pensamento reconhecidamente destoante dos ideais do governante.

Por fim, é cada vez mais visível em seus trabalhos produzidos depois da virada do século, em suas aulas e nas suas palestras o empenho do professor Pedro Fonseca em demonstrar a inconsistência do uso do termo “populismo”, já transformado em senso comum para explicar a complexidade desses períodos de nossa história econômica⁷.

Como fica claro neste breve relato, os caminhos possíveis de se perceber as questões quanto ao uso do termo “populismo” na obra de Pedro Fonseca apenas refletem, como fica claro em toda esta publicação/homenagem, não apenas a honestidade intelectual, mas principalmente a busca pelas respostas que se ocultam por trás do caminho mais fácil proposto pelas vertentes dominantes do pensamento econômico e social. O objeto de pesquisa do professor Fonseca, que sempre foi o entendimento de período tão importante de nossa história, não poderia se apequenar frente às ideias valorativas e pré-concebidas muitas vezes em contextos e formas destoantes de nossa realidade, em diversos aspectos, tão diversa.

(7) Nesse ponto, junta-se a outros autores como Jorge Ferreira, organizador de *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

É nesse sentido que o pesquisador se propõe ao debate com algumas correntes da literatura econômica, de forma a demonstrar que os desdobramentos – do auge à crise – do modelo social-desenvolvimentista no Brasil são muito mais complexos do que o passível de ser apreendido por conceitos fáceis, como acabou se tornando o “populismo”.

REFERÊNCIAS

BARRO, R. J. Reputation in a model of monetary policy with incomplete information. **Journal of Monetary Economics**, n. 17, 1986a.

_____. Recent developments in the theory of rules versus discretion. **The Economic Journal**, vol. 96, Suplemento: *Conference Papers*, 1986b.

BRESSER-PEREIRA, L. C. (Org.). **Populismo econômico**: ortodoxia, desenvolvimentismo e populismo na América Latina. Ed. Nobel, 1991.

DORNBUSCH, R.; EDWARDS, S. (Eds.). **The macroeconomics of populism in Latin America**. The University of Chicago Press, 1991.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. Ed. Civilização brasileira, 8 ed., 2004.

FONSECA, P. C. D. **Vargas**: o capitalismo em construção. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1989.

_____. Positivismo, trabalhismo, populismo – a ideologia das elites gaúchas. **Ensaios FEE**, v. 14, n. 2, p. 410-421, 1993.

_____. Nacionalismo e economia: o segundo governo Vargas. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; SUZIGAN, Wilson (Orgs.). **História econômica do Brasil contemporâneo**. Ed. Hucitec, São Paulo, 1997.

_____. Legitimidade e credibilidade: impasses da política econômica do governo Goulart. **Estudos Econômicos**, v. 34, n. 3, p. 587-622, São Paulo, 2004.

_____. Nem ortodoxia nem populismo: o segundo governo Vargas e a economia brasileira. **Tempo**. Revista do Departamento de História da UFF, v. 14, p. 19-58, 2010.

_____. O mito do populismo econômico de Vargas. **Revista de Economia Política** (Impresso), v. 31, p. 56-76, 2011.

_____. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. In: Calixtre, A. B.; BIANCARELLI, A. M.; CINTRA, M. A. C. (Org.). **Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro**. IPEA, p. 29-78, 2014.

FONSECA, P. C. D.; MONTEIRO, S. M. M. Credibilidade e populismo no Brasil: a política econômica dos governos Vargas e Goulart. **Revista Brasileira de Economia** (Impresso), Rio de Janeiro, RJ, v. 59, p. 215-243, 2005.

_____. Credibility and populism: the economic policy of the Goulart administrations in Brazil. **Estudos Econômicos**, v. 42, n. 3, São Paulo, 2012.

FONSECA, P. C. D.; BASTOS, P. P. Z. (Orgs.). **A Era Vargas**: desenvolvimentismo, economia e sociedade. Ed. Unesp, São Paulo, v. 1, 2012.

IANNI, O. **Estado e planejamento econômico no Brasil** (1930-1970). Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1977.

WEFFORT, F. **O populismo na política brasileira**. Ed. Paz e Terra, 3. ed., 1980.

12

PEDRO CEZAR DUTRA FON- SECA E A INDUSTRIALIZA- ÇÃO BRASILEIRA: REINTER- PRETAÇÕES DO BRASIL NO BRASIL MERIDIONAL

MARCELO AREND

Bacharel (2002) em economia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestre (2004) em economia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e doutor (2009) em economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pós-doutor pela Universidad Autónoma de Madrid. Professor adjunto do Departamento de Economia e Relações Internacionais da UFSC.

I. INTRODUÇÃO: O DESENVOLVIMENTISTA CONSCIENTE

Este artigo procura resgatar a importância da interpretação de Pedro Cezar Dutra Fonseca para o desenvolvimento econômico brasileiro. Mais especificamente, focaliza em mostrar seu esforço de interpretar o processo de industrialização brasileiro a partir de releituras críticas de obras clássicas sobre o tema, como *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado, e *O capitalismo tardio*, de João Manuel Cardoso de Mello.

O desenvolvimento econômico brasileiro é a preocupação central da extensa obra de Pedro Fonseca. Todavia, ao contrário dos clássicos intérpretes do Brasil que, na maioria das vezes, centralizaram sua contribuição em um único destacado livro, a obra de Pedro Fonseca encontra-se disseminada na forma de artigos científicos em revistas especializadas e capítulos de livros. Isso não quer dizer que Pedro Fonseca não possua um livro clássico: sua tese de doutorado pela Universidade de São Paulo (USP) defendida com “distinção e louvor” e, posteriormente, premiada com a Menção Honrosa do Prêmio Haralambos Simeonidis da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia, é referência obrigatória para qualquer estudo sobre o processo de desenvolvimento econômico brasileiro no século XX. *Vargas: o capitalismo em construção*, de 1987, editada posteriormente na forma de livro em 1989, contém muitos *insights* teóricos e interpretativos que foram posteriormente aprofundados e publicados na forma de dezenas de artigos impactantes, demonstrando a amplitude dessa obra-prima da historiografia brasileira. São nesses termos que Pedro Fonseca deve ser visto como um dos principais intérpretes contemporâneos do Brasil: como pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico há três décadas, se adéqua às regras do jogo como qualquer pesquisador do século XXI, mas como poucos, avança na compreensão de nossa história a partir de releituras de grandes intérpretes do Brasil sobre particularidades históricas capazes de gerar grandes controvérsias.

O título desta introdução, “O desenvolvimentista consciente”, deve-se ao conjunto da obra do professor Pedro Fonseca, que sempre se dedicou a indagar sobre interpretações já consagradas e conceitos estabelecidos sobre o desenvolvimento brasileiro. É “desenvolvimentista” porque foi picado pela mosca dos clássicos do desenvolvimento, preocupando-se com a questão nacional, a superação do atraso e do subdesenvolvimento, o progresso econômico e social dos brasileiros, tal como Celso Furtado, Ignácio Rangel, Maria Conceição Tavares, Bresser Pereira, dentre outros. Porém, o que lhe distingue é o “consciente”, porque é um exímio intelectual hegeliano. Pedro Fonseca adora encontrar na historiografia nacional “generalizações apressadas” e faz destas seu mote para a crítica e reconstrução do real. Afirmativas e conceitos históricos já enraizados não somente na academia, mas também no imaginário popular, são o ponto

de partida metodológico para Pedro Fonseca reinterpretar o Brasil. Afirmativas como: “o pensamento cepalino é uma adaptação vulgar da teoria de Keynes para a América Latina”; “todo governo desenvolvimentista é populista”; “governos populistas, como de Getúlio Vargas, são governos inflacionistas e promotores de desequilíbrio fiscal”; “Vargas foi um político conservador e ortodoxo”; “desenvolvimentismo é sinônimo de nacionalismo e protecionismo”; “o processo de industrialização da década de 1930 deu-se sem querer, pois foi um subproduto da política econômica de defesa dos interesses dos cafeicultores”; “o Brasil pós-JK passou a gozar de autonomia de decisão e os ciclos econômicos nacionais foram endogeneizados” etc. Após voltas ao passado e imersão na realidade efetiva de cada temática, todas essas afirmativas acima, não triviais e carregadas de potentes alicerces teóricos, bem como de ideologias, não se sustentam mais.

O artigo está dividido em três grandes seções além desta introdução. Desde já se informa que o objetivo do artigo não é cobrir toda contribuição acadêmica de Pedro Fonseca sobre o desenvolvimento brasileiro no século XX, mas tão somente sua contribuição original ao processo de industrialização nacional. Na seção 2, intitulada de “Industrialização e intencionalidade”, apresenta-se principalmente a contribuição de Pedro Fonseca relativa ao processo de industrialização ocorrido na década de 1930, através de sua crítica à interpretação cepalina, especificamente a Celso Furtado.

A problemática sobre a intencionalidade da política industrializante é central na interpretação da primeira etapa do processo de substituição de importações brasileiro. Nessa seção também é apresentada outra contribuição de Fonseca relativa ao pensamento cepalino, relacionada às suas origens e vertentes formadoras.

A seção 3, intitulada “Industrialização e estratégias de desenvolvimento”, mostra como a indústria ocupa posição de destaque para o desenvolvimento econômico nacional na obra de Pedro Fonseca. O setor industrial é percebido como setor-chave em uma estratégia de desenvolvimento e sua transformação e amplitude na economia nacional dependem de intencionalidade por parte da ação governamental. Apresenta-se sua construção do conceito de desenvolvimentismo, bem como sua importância para entender determinados estilos industrialização, como os presentes no segundo governo Vargas e JK. A seção finaliza demonstrando a importância do conceito de desenvolvimentismo para o diagnóstico de propostas de projetos nacionais para a economia brasileira contemporânea.

Na seção 4, intitulada “Industrialização, autonomia e ciclos endógenos”, mostra-se que Pedro Fonseca identifica na tese do capitalismo tardio “rompimentos” significativos com a interpretação cepalina do processo de industrialização brasileiro, relativos à importância da década de 1930, vulnerabilidade externa e dependência tecnológica. Os principais “rompimentos” interpretativos identificados por Fonseca são aprofundados na forma de críticas relacionadas à questão da autodeterminação e endogenismo do capitalismo nacional. Essa seção finaliza com uma análise da

primeira investida do professor Pedro Fonseca a respeito da dinâmica econômica brasileira. Em artigo de 1984, publicado na revista *Estudos Econômicos*, sua análise da crise na economia brasileira nos anos 1980 faz um diálogo com a tese do capitalismo tardio de João Manoel Cardoso de Mello. A última seção é de conclusão.

2. INDUSTRIALIZAÇÃO E INTENCIONALIDADE

Esta seção dedica-se ao debate que Pedro Cezar Dutra Fonseca trava com o pensamento da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), principalmente com Celso Furtado, sobre a problemática da industrialização brasileira. Como sabido, é praticamente consenso na historiografia nacional que a industrialização brasileira se iniciou na década de 1930, a partir do processo de substituição de importações. No entanto, dessa quase harmonia consensual entre pesquisadores sobre a datação do início do processo de industrialização nacional germinam grandes controvérsias. A interpretação clássica mais aceita no meio acadêmico latino-americano, o pensamento cepalino, entende esse processo como fruto de um “choque adverso” originado pelo *crash* de 1929 e consequente depressão econômica nos países centrais durante a década de 1930. O choque adverso em uma economia periférica como a economia brasileira, pois “voltada para fora”, acarretou um estrangulamento externo pela queda brusca das exportações, escassez de reservas internacionais e subsequente desvalorização cambial. É nessa problemática que se insere a contribuição de Pedro Fonseca.

Não cabe aqui detalhar a explicação de Celso Furtado presente nos capítulos 30 a 33 de seu clássico livro *Formação Econômica do Brasil*, no qual o autor aborda a crise da economia cafeeira e o “deslocamento do centro dinâmico”, das atividades agroexportadoras para o mercado interno. Sua engenhosidade para retratar o início do processo de substituição de importações nos anos 1930 pode ser recordada através da seguinte citação:

Estávamos, em verdade, construindo as famosas pirâmides que anos depois preconizaria Keynes. Dessa forma, a política de defesa do setor cafeeiro nos anos da grande depressão concretiza-se num verdadeiro programa de fomento da renda nacional. Praticou-se no Brasil, inconscientemente, uma política anticíclica de maior amplitude que a que se tenha sequer preconizado em qualquer dos países industrializados (FURTADO, 1998, p. 192).

Segundo Fonseca (2003), a interpretação de Furtado sobre o caráter anticíclico e keynesiano da ação governamental, mesmo antes da existência da Teoria Geral, está correta no essencial. O governo Vargas praticava déficits fiscais e realizava intervenções no mercado para assegurar preços comprando e destruindo estoques

de café. Também, Pedro Fonseca concorda com a análise de Furtado de que foi o efeito multiplicador dessa política anticíclica aliado ao estrangulamento externo que afetou sobremaneira o conjunto do sistema econômico, dirigindo-o “para dentro”.

Todavia, de acordo com Fonseca (2003), a política econômica não era executada unicamente como forma de o governo resistir aos choques adversos, apenas os administrando conforme a falta de reservas internacionais. Esse é o ponto nevrálgico da crítica de Fonseca ao pensamento cepalino, mas especificamente a Celso Furtado. Este último entende que o processo de industrialização se iniciou de maneira não intencional, que foi um resultado impensado. Cabe destacar que outros autores mencionados na historiografia nacional seguem a mesma linha de Celso Furtado. É o caso de Lessa (1982), que entende a Era Vargas como um período de industrialização “não intencional”. Também nas obras de Dean (1971), Villela e Suzigam (1973) e Peláez (1987) encontra-se a visão de que no período 1930-1945 não existiram políticas intencionais capazes de incentivar o desenvolvimento industrial. Na contramão desses autores, Pedro Fonseca (2003) demonstra que uma infinidade de iniciativas governamentais revela o contrário¹.

Segundo Fonseca (2003), Celso Furtado restringiu ou centrou sua análise na década de 1930 em políticas instrumentais, como políticas monetária, cambial e fiscal, que possuem uma lógica própria inerente às políticas de estabilização. Em outro momento, Fonseca (2014) também classifica tais políticas como “políticas-meio”, pois se organizam a partir de instrumentos como impressão de papel moeda, definição da taxa de juros, nível de gastos públicos e administração da taxa de câmbio que são manipulados pelos formuladores de políticas visando à estabilidade macroeconômica. Entretanto, a política econômica abrange um leque muito mais amplo de possibilidades para a ação governamental, permitindo aos formuladores de políticas intervir não somente na dinâmica de curto prazo, mas também em variáveis estruturantes do desenvolvimento econômico.

Por exemplo, Fonseca (2014) descreve mais dois tipos de política econômica capazes de condicionar novas trajetórias históricas de desenvolvimento: 1) as “políticas-fins”, que são formuladas ou implementadas para atingir objetivos conscientemente visados em áreas específicas, como as políticas industrial, agrária, tecnológica e educacional; e 2) as “políticas institucionais”, que provocam mudanças duradouras nas “regras do jogo”, transformando códigos, regulamentações e interferindo nos direitos de propriedade.

Fonseca (2003) apresenta uma gama de realizações feitas pelo governo Vargas

(1) As principais ideias de Pedro Fonseca sobre a intencionalidade da política industrializante na década de 1930 já estavam presentes em seu artigo datado de 1987, intitulado “Estado e industrialização consciente: 1930-55” (FONSECA, 1987). Esse artigo antecipa as ideias sistematizadas mais tarde com o approach institucionalista em Fonseca (2003).

na década de 1930, por meio de mudanças visíveis não somente no discurso político, mas sobretudo no marco institucional e regulatório que possibilita afirmar que a opção do governo era pró-indústria. Nesse sentido, sua análise revela a intencionalidade concreta do governo para com a industrialização nacional já na década de 1930, não se justificando o crescimento e o desenvolvimento industrial ocorrido a partir desse período como mero subproduto da política de defesa do setor agroexportador, diante da crise externa. Também sua análise revela a existência de uma forte aliança entre Estado, empresários nacionais, trabalhadores urbanos e alguns setores da velha oligarquia rural. Várias leis foram criadas e/ou voltadas para os interesses dos industriais, tratados de comércio internacional foram implementados em atendimento às demandas do setor industrial, a política creditícia via Banco do Brasil foi voltada diretamente para a indústria, a preocupação com as riquezas do solo e do subsolo capazes de serem transformadas pelo setor industrial alterou-se de maneira radical com a criação de novos ministérios, institutos e empresas estatais e a educação técnica, profissional e superior, também sofreu profunda reforma².

Em contraste com a posição de Celso Furtado, que considera o processo de industrialização a partir de 1930 como uma política “não intencional” e “subproduto” da política de defesa do setor cafeeiro, Pedro Fonseca encontra vários indícios e fatos que ajudam a evidenciar que o governo brasileiro, na década de 1930, conscientemente e intencionalmente, buscava a industrialização e a considerava

(2) Podem-se mencionar inicialmente leis voltadas aos interesses industriais, como o Decreto nº 19.739, de 7 de março de 1931, que proibia a importação de máquinas e equipamentos para certos segmentos da indústria. A decisão decorria de pressão dos próprios líderes empresariais, para quem a crise de superprodução seria mais grave caso novas unidades fabris fossem instaladas. Dentre as instituições criadas, podem-se citar as que dizem respeito mais diretamente à indústria: o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 1930; o Departamento Nacional do Trabalho e o Instituto do Açúcar e do Alcool, em 1933; o Conselho Federal do Comércio Exterior, o Plano Geral de Viação Nacional e a Comissão de Similares, em 1934; e o Conselho Técnico de Economia e Finanças, em 1937. A partir do Estado Novo, e devido ao contexto de guerra, essa política de criação de órgãos, conselhos e institutos intensificou-se. Datam de 1938 o Conselho Nacional do Petróleo, o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), o Instituto Nacional do Mate e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE); de 1939, o Plano de Obras Públicas e Aparelhamento de Defesa e o Conselho de Águas e Energia; de 1940, a Comissão de Defesa Nacional, o Instituto Nacional do Sal, a Fábrica Nacional de Motores e a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional; de 1941, além da Companhia Siderúrgica Nacional, o Instituto Nacional do Pinho, a Comissão de Combustíveis e Lubrificantes e o Conselho Nacional de ferrovias; de 1942, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Banco de Crédito da Borracha e a Comissão do Vale do Rio Doce; de 1943, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a Companhia Nacional de Alcalis, a Comissão de Financiamento da Produção, a Coordenação de Mobilização Econômica, Fundação Brasil Central, Siderúrgica Social da Indústria (SESI) e Plano Nacional de Obras e Equipamentos; de 1944, o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, o Serviço Nacional do Trigo, o Instituto Nacional do Pinho e a Comissão de Planejamento Econômico; e, finalmente, de 1945, a Superintendência da Moeda do Crédito, que iria voltar-se a regular uma das mais importantes instituições: a moeda e a política monetária.

uma alternativa promotora do desenvolvimento econômico do Brasil. “Como entender como ‘subproduto’ da política de valorização do café políticas tão claramente implementadas e defendidas explicitamente como voltadas a impulsionar o setor industrial?” (FONSECA, 2003).

A década de 1930 é considerada um marcante ponto de inflexão na trajetória de desenvolvimento nacional para Fonseca (1989), pois a partir dessa década, no Brasil, “o capitalismo em construção” é a instituição-chave da política econômica nacional, assumindo a palavra “desenvolvimento” o sinônimo de “industrialização”, de “rompimento com o passado agrário e com as oligarquias exportadoras”. Os 15 anos do governo Getúlio Vargas são marcados por realizações concretas, entre as quais se incluem a implantação de uma complexa legislação social (sobretudo, trabalhista), o esforço de profissionalização da burocracia estatal e o início de uma ação mais direta do Estado no domínio econômico, corporificada na implantação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e da Companhia Vale do Rio Doce.

Antes de finalizar esta seção, cabe destacar que Pedro Fonseca também já contribuiu de outra maneira para a melhor compreensão do pensamento cepalino, em artigo intitulado “As origens e as vertentes formadoras do pensamento cepalino”. Nesse estudo, Fonseca (2000) contesta uma “generalização apressada” presente no meio acadêmico de que as teorias defendidas pelos economistas ligados à CEPAL nas décadas de 1950 e 1960 devem-se à influência direta de Keynes.

Fonseca reconhece a existência de semelhanças entre certos aspectos da teoria de Keynes e o pensamento cepalino, já que ambas refutavam a teoria neoclássica. Temas como intervencionismo, crescimento acelerado, crítica à Lei de Say, rejeição de teorias ortodoxas de inflação e comércio internacional são comuns a ambas as abordagens. Mas defende que é errado atribuir influência direta de Keynes nas ideias cepalinas, pois o conteúdo central de confrontação teórica que surgiu na CEPAL é de natureza diferente daquele encontrado nas controvérsias que são típicas de economias avançadas.

Conforme Fonseca (2000), o marco teórico de Keynes é marcado pelo equilíbrio de curto prazo e o Princípio da Demanda Efetiva, basilar no pensamento keynesiano, sempre encontrou limites nos trabalhos da CEPAL. Para o autor, os teóricos cepalinos não consideravam constantes variáveis como capacidade produtiva e tecnologia, pois essas eram seu principal objeto de estudo. Por exemplo, apesar de o desemprego ser foco especial das duas abordagens, o conceito de desemprego estrutural é muito distinto do de desemprego involuntário. Nesse sentido, o enfoque dado pela CEPAL era de longo prazo, voltado ao imperativo de expandir a capacidade produtiva, confrontando-se frontalmente a teoria de Keynes, focalizada principalmente na necessidade de fomento à Demanda Efetiva para atingir o produto potencial.

Fonseca (2000) sustenta a existência das ideias cepalinas pela América Latina antes mesmo de a CEPAL ser criada, ou até mesmo da publicação da Teoria Geral de Keynes. Em relação ao Brasil, o ideário comum ao pensamento cepalino, como a crítica à especialização agrícola do país e ao *laissez-faire*, a defesa da indústria, de políticas intervencionistas e do protecionismo alfandegário foram argumentos que Pedro Fonseca identificou que estavam presentes desde o século XIX em discursos de políticos, intelectuais, governantes, militares e empresários. Indo mais longe, assinala que teorias clássicas do século XIX, como o liberalismo “de exceção”, de Adam Smith e Stuart Mill, o positivismo e o Sistema Nacional de Economia Política de List podem ser caracterizadas como vertentes formadoras do pensamento cepalino, já que eram teses amplamente conhecidas por políticos, militares e líderes empresariais brasileiros no século XIX e início do século XX.

Para Fonseca (2000), dificilmente se pode entender o estruturalismo cepalino como um novo paradigma, com pretensões científicas e capazes de gerar um programa de pesquisa academicamente reconhecido. O horizonte dos autores cepalinos era menos acadêmico e mais pragmático, voltado para políticas econômicas a serem implementadas imediatamente na América Latina. Segundo esse autor, o pensamento estruturalista nunca pretendeu ter o necessário grau de generalidade para substituir o paradigma dominante: sua historicidade latino-americana impedia-o de ser teoria geral. A CEPAL criticava o liberalismo em aspectos importantes, porém pontuais, incapazes e insuficientes para afirmar uma alternativa globalizante.

Por isso os cepalinos dos anos 50 e 60 foram críticos ao liberalismo, mas ecléticos, ou seja, capazes de aceitarem quaisquer aspectos das mais diferentes teorias, e inclusive dos próprios teóricos liberais, desde que convergissem para teses que constituíam seu núcleo de pesquisa ou ‘hard core’ (FONSECA, 2000; grifo do autor).

Segundo Fonseca (2000), a importância de autores como Prebisch e Furtado está na capacidade que possuem para organizar um discurso coerente, recorrendo a técnicas, forma de exposição e termos teóricos cientificamente aceitos no padrão da época, capazes de ganhar reconhecimento da academia e da comunidade científica.

3. INDUSTRIALIZAÇÃO E ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO

Esta seção procura dar continuidade à questão relacionada ao papel da indústria nacional na interpretação do desenvolvimento capitalista brasileiro na obra de Pedro Cezar Dutra Fonseca. O setor industrial em seus estudos é primordial para o processo de mudança estrutural e adquire o *status* de promotor ou acelerador do desenvolvimento econômico brasileiro no século XX. Como o processo histórico é repleto de avanços, recuos e contradições, um processo de industrial-

zação logicamente é percebido por Fonseca como complexo e influenciado por uma gama de fatores, sobretudo políticos internos e externos. Nesse ínterim, emana sua problemática com a instituição de estratégias de desenvolvimento no transcurso do tempo.

A discussão que segue nesta seção, ancorada pelo conceito de desenvolvimentismo construído por Pedro Fonseca, busca demonstrar como a indústria é central para a instituição de estratégias de desenvolvimento. Entretanto, mesmo que a consciência de seu papel de destaque esteja presente em uma estratégia desenvolvimentista, demonstrando a intencionalidade para sua promoção por parte da ação governamental, diferentes estilos de desenvolvimento podem se materializar em determinados períodos históricos. Essa problemática é essencial para a compreensão do desenvolvimento brasileiro no século XX, sobretudo para o entendimento das estratégias de desenvolvimento do Brasil no período do desenvolvimentismo nacional, bem como para mitigar controvérsias sobre seu possível retorno na economia brasileira contemporânea do século XXI. Novamente, a contribuição de Pedro Fonseca para a historiografia nacional é essencial nesse aspecto.

Inicialmente, cabe destacar que existe na acadêmica nacional um grande consenso sobre o período clássico do desenvolvimentismo brasileiro: ele teria iniciado na década de 1930, com a ascensão de Vargas ao poder, e finalizara-se com a crise da década de 1980. Por exemplo, a destacada obra de Bielschowsky (1988) considera que o ciclo ideológico do desenvolvimentismo começou em 1930. Na contramão do consenso acadêmico nacional, para Fonseca (1989), o desenvolvimentismo iniciou um pouco antes, no final da República Velha. O capítulo 3 de sua tese de doutorado apresenta uma seção intitulada “O governo desenvolvimentista na república oligárquica”, na qual o autor identifica que a prática regional de políticas econômicas e as propostas e pronunciamentos de Vargas na presidência do Rio Grande do Sul revelam um ponto de inflexão com a doutrina positivista e manifestam o início do desenvolvimentismo no Brasil. A nível regional, no RS durante a República Velha, já se cristalizava o núcleo-duro do desenvolvimentismo, já que aliado aos preceitos tradicionais do ideário positivista, tais como o intervencionismo, o compromisso do Estado com o “progresso” e a defesa da industrialização, somaram-se outros elementos fundamentais do desenvolvimento brasileiro no século XX, como a defesa por uma atuação mais forte do Estado no fomento à produção e o estímulo aos empréstimos e ao crédito.

Em seu artigo intitulado “Desenvolvimentismo: a construção do conceito”, Fonseca (2014) busca pela definição do conceito de desenvolvimentismo, de modo a deixar mais claro o debate brasileiro sobre o tema. Segundo o autor, o “[...] termo é geralmente utilizado para designar um fenômeno relativamente delimitado no tempo – século XX –, embora espacialmente mais diversificado”

(FONSECA, 2014, p. 31)³. Da consulta à literatura dessa época até a atualidade, Fonseca obteve um core do conceito alicerçado no tripé projeto nacional, intervenção consciente estatal e industrialização, tudo isso supondo uma conjuntura capitalista. O desenvolvimentismo remete a uma percepção de programa de ação e, assim, ganha sua primeira aproximação conceitual: “[...] é uma resposta para superar o subdesenvolvimento” (FONSECA, 2014, p. 44). Nesses termos, Fonseca (2014, p. 59) encontra o seguinte conceito:

Entende-se por desenvolvimentismo a política econômica formulada e/ ou executada, de forma deliberada, por governos (nacionais ou subnacionais) para, através do crescimento da produção e da produtividade, sob a liderança do setor industrial, transformar a sociedade com vistas a alcançar fins desejáveis, destacadamente a superação de seus problemas econômicos e sociais, dentro dos marcos institucionais do sistema capitalista (FONSECA, 2014, p. 59).

No conceito, consciência estatal, intencionalidade e o setor industrial aparecem como alicerces de uma estratégia de superação do subdesenvolvimento. Construído o conceito de desenvolvimentismo, é possível a derivação de dois subtipos de estratégias consagradas na literatura e executados por governos latino-americanos e, sobretudo, brasileiros ao longo do período de substituição de importações: o “nacional-desenvolvimentismo” e o “desenvolvimentismo dependente-associado”. Segundo Fonseca, essa visão tipológica de dois “tipos-ideais” de estratégias de desenvolvimento tornou-se usual na literatura sociológica e econômica latino-americana das décadas de 1970 e 1980.

Para Fonseca (2014), o nacional-desenvolvimentismo propunha maior papel ao Estado para alavancar recursos e realizar investimentos tidos como prioritários. Sua centralidade reside na materialização dos bens de consumo populares ofertados ao mercado interno, liderada pelo setor privado nacional. Como projeto, propunha avançar a industrialização para os bens de produção tecnologicamente mais avançados e, politicamente, expressava-se como uma aliança entre o Estado, empresariado nacional, segmentos das “classes médias” e trabalhadores urbanos. Já o “desenvolvimentismo dependente-associado”, orientava-se pelo ingresso de

(3) A formalização do conceito tem origem na observação de seus usos pela comunidade que trabalha com o termo. A metodologia empregada por Fonseca (2014) foi a de buscar um núcleo comum dos diversos atributos que o termo ganhou e verificar se existem características mínimas principais. Em um passo seguinte, aplicou-se um teste em experiências históricas reconhecidamente rotuladas como desenvolvimentistas. Após observar experiências históricas tipificadas como exemplos de desenvolvimentismo, foram tomados 34 governos de oito países latino-americanos, entre 1930 e 1979. Fonseca testou a presença de 10 variáveis em cada caso, quais sejam: projeto nacional, intervenção estatal, industrialização, socialismo, capital estrangeiro, burocracia, reforma agrária, redistribuição de renda, planejamento e banco de desenvolvimento. Observou que as três primeiras variáveis representam um núcleo comum aos casos históricos analisados.

investimentos externos, principalmente de grandes empresas oligopolistas, para alavancar o processo de industrialização de maneira mais rápida. A prioridade da estratégia deixava de ser a construção de mercado de massa para assentar-se na produção de bens duráveis de consumo e na indústria pesada cuja demanda voltava-se às camadas de rendas mais altas. Essa estratégia muito bem conhecida pelo clássico estudo de Cardoso e Falleto (1977), como se sabe, não excluía de vez o Estado nem as burguesias locais, mas estabelecia entre eles outro tipo de associação, numa relação de subordinação ou dependência ao capital estrangeiro.

Importa reter que diante do conceito de desenvolvimentismo, ambas as estratégias ou estilos de desenvolvimento contêm todos os atributos principais do conceito, principalmente mantendo a centralidade da indústria como setor-chave do desenvolvimento. Como bem detalha Fonseca (2014), se a opção estratégica for por bens de massa ou por bens duráveis de consumo, ambas têm em comum o fato de serem igualmente setores industriais. Também, quanto à diferença entre o papel do Estado e o do capital estrangeiro, é mais uma questão de grau ou de relevância que de exclusão ou inclusão, pois nem o “nacional-desenvolvimentismo” exclui o capital estrangeiro nem o “desenvolvimentismo dependente-associado” prescinde do Estado como agente estratégico da política econômica. No nacional-desenvolvimentismo, o ator principal é o Estado, capaz de bancar as necessidades prioritárias de investimento e/ou financiamento; no desenvolvimento dependente-associado, o capital estrangeiro, por meio de investimentos diretos ou de financiamento externo (“poupança externa”).

Como se sabe, a estratégia “nacional-desenvolvimentista” enfrentou inúmeras oposições na economia brasileira, internas e externas, tendo seu ápice e fenecer com o segundo governo Vargas (1951-1954). Quiçá sua concretização e a economia brasileira alicerçasse bases mais sustentáveis de desenvolvimento no longo prazo, como exatamente nesse período países como Japão e Coreia do Sul conscientemente faziam. Analisando concretamente o caso brasileiro, em relação ao “nacional-desenvolvimentismo” dos anos 1950, a contradição da estratégia de desenvolvimento do segundo governo Vargas é bem retratada por Fonseca (1989), conforme a citação a seguir:

Autonomia significava, por certo, industrialização, indústrias de base, disciplina ao capital estrangeiro [...]. Autonomia significava a possibilidade de levar adiante o projeto de desenvolvimento econômico e não ceder a pressões externas destinadas a obstá-lo ou dificultá-lo. Assim, conviveram, no mesmo discurso e por mais paradoxal que possa parecer, a independência nacional, o nacionalismo e a atração de capitais externos (FONSECA, 1989, p. 412).

Para Fonseca (1989), Vargas apelava à autonomia e à independência econômica do país, mas isso não deve ser entendido como a busca da autarquia ou o

fechamento para o mundo exterior. Autonomia e independência significavam a possibilidade de governo e classes dominantes locais levarem adiante um processo de industrialização com o mínimo de interferência externa contrária à sua efetivação. (FONSECA, 1989, p. 424-425). O ambiente simpático ao capital estrangeiro, sobretudo nas relações com o capital norte-americano, já existia e fazia parte da política interna brasileira do governo anterior (Dutra), evidenciada na campanha anticomunista, no fechamento do Partido Comunista Brasileiro, na cassação de seus deputados e no rompimento das relações com a URSS, em 1947. Ao iniciar seu segundo mandato, “Vargas não pretendeu alterar esse quadro, mas sua política externa, embora afinada com a dos Estados Unidos, esteve longe de qualquer alinhamento automático” (FONSECA, 1989, p. 406, grifo do autor)⁴.

Fonseca (1989) retrata a forma como o segundo governo Vargas pretendia associar-se ao capital internacional para fazer valer sua estratégia de desenvolvimento. Também, mostra que existia uma pressão por parte de empresas estrangeiras para a liberalização do ingresso de capitais externos para setores industriais da economia brasileira com maiores potenciais de expansão. A citação a seguir elucida sobre como a estratégia de desenvolvimento de Vargas procurava disciplinar setorialmente a participação do capital estrangeiro.

Vargas deixava clara a intenção de não romper com os Estados Unidos, mas afirmava a disposição de regulamentar o capital estrangeiro e a remessa de lucros muito além das expectativas norte-americanas. As inversões estrangeiras deveriam direcionar-se às áreas definidas pelo governo como prioritárias, e julgava inoportuno assegurar às indústrias de fora as mesmas vantagens concedidas às nacionais; desta forma, não havia razão para atrair capitais para os ramos de bens de consumo e/ou supérfluos, os quais não poderiam gozar ‘do mesmo tratamento dispensado às inversões aplicadas na exploração de energia elétrica, da indústria química de base, na siderurgia, etc.’. Aos Estados Unidos, entretanto, é de se esperar que pouco seria atraente financiar infra-estrutura de um país no qual sua iniciativa privada não poderia ingressar, ou encontrava inúmeras barreiras para expandir os investimentos ou negociar com as matrizes – ainda mais com a ‘ameaça’ nacionalista. Exatamente o ramo tido como mais atraente, com maiores potencialidades de expansão e, por certo, de taxas de lucro mais promissoras – o de consumo durável – era considerado supérfluo no discurso oficial. Aos Estados Unidos não interessava o ‘redire-

(4) Nesse sentido, faz-se necessário ater-se ao ambiente internacional do pós-guerra e à ideologia nacionalista de Vargas, conforme a citação elucidativa de Fonseca (1989): “*Nacionalismo que por certo existiu em seus discursos, em suas propostas, em sua ideologia – mas que só pode ser entendido em sua inserção no contexto da época.* E esta é marcada, no plano internacional, pela guerra da Coreia e o conseqüente acirramento do conflito leste-oeste – passando os Estados Unidos a exigirem a adesão dos países latino-americanos a sua política agressiva” (FONSECA, 1989, p. 406, grifo do autor).

cionamento dos investimentos' aos moldes adotados pelo governo brasileiro (FONSECA, 1989, p. 411-412).

Percebe-se, pela citação, que Vargas não rechaçava o capital estrangeiro, mas delimitava setores e áreas em que ele poderia investir. O governo desejava atrair investimentos externos para setores que considerava básicos, como os de infraestrutura, sobretudo, transporte e energia. Nos setores de bens de consumo popular ou nos que o governo considerava supérfluos, Vargas não via razão para a concessão de privilégios às empresas de capital estrangeiro, em prejuízo do setor nacional. Do lado norte-americano, considerava-se pouco atraente investir na infraestrutura brasileira, quando seu capital sofria restrições nos setores de seu interesse prioritário.

Principalmente após 1952, com a eleição de Eisenhower nos EUA, ficou evidente que não haveria “ajuda” financeira por intermédio das agências multilaterais para a América Latina ou um “novo” Plano Marshall para a região. Além disso, o governo Eisenhower passou a advogar que a melhor estratégia para o desenvolvimento econômico residia na internacionalização do mercado interno brasileiro ou na liberalização dos investimentos privados para empresas multinacionais. Nesse sentido, fatores externos, especialmente atrelados à geopolítica, foram determinantes para a não concretização da estratégia nacional-desenvolvimentista do segundo governo Vargas⁵.

Segundo Fonseca (2003), a partir da segunda metade da década de 1950, o aprofundamento do processo de industrialização poderia seguir por dois caminhos: a) ingressar com mais força nos bens de capital e intermediários, o que poderia se consubstanciar em um projeto de ampliação do mercado de consumo interno o que, ao que tudo indica, era a opção preferida pela equipe do governo Vargas;

(5) Os fatores geopolíticos são extremamente relevantes para o entendimento das trajetórias de industrialização e superação do atraso de economias em desenvolvimento. Ajudam a compreender trajetórias de sucesso de países como a Coreia do Sul, muitas vezes mal interpretadas por especialistas em desenvolvimento econômico, que atribuem seu êxito tão somente às políticas de incentivo à exportação, em detrimento da ampliação e da proteção do mercado interno, aos governos não corruptos e à reforma agrária. Certamente esses fatores influenciaram na trajetória sul-coreana de superação do atraso. Todavia, sempre é bom lembrar que, desde o início da Guerra Fria, a Coreia do Sul, tendo sua metade norte comunista, e estando também próxima à China e URSS, tornou-se um país muito importante para a geopolítica norte-americana. Talvez por isso tenha sido o país que recebeu a maior ajuda *per capita* entre os países em desenvolvimento. Entre 1953 e 1962, a ajuda externa para a Coreia do Sul chegou a surpreendentes 80% de sua Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF). Também, a importância da ajuda externa foi crucial para esse país financiar recorrentes déficits em balança comercial, já que suas importações na década de 1950 foram 10 vezes maiores do que suas exportações. Segundo Goldenstein (1994, p. 140), a ajuda média anual dos EUA para a Coreia do Sul, entre 1956 e 1958, foi de US\$ 325 milhões; entre 1959 e 1961, de US\$ 222 milhões; e entre 1962 e 1964, de US\$ 199 milhões, representando, respectivamente, em torno de 14%, 8% e 6% do Produto Nacional Bruto (PNB) sul-coreano.

ou b) partir para a substituição de importações dos bens duráveis de consumo, atendendo o mercado doméstico que, afinal, continuava com renda concentrada. O Plano de Metas de JK consagraria a segunda alternativa, inaugurando o novo subtipo de estratégia desenvolvimentista na economia brasileira.

Em minha tese de doutoramento, sob orientação do professor Pedro Fonseca, dediquei-me a essa problemática sobre as estratégias de desenvolvimento nacionais e seus efeitos no longo prazo. Defendi que, em meados dos anos 1950, houve uma mudança de estratégia de desenvolvimento, que passou a condicionar o desempenho futuro do país. A estratégia de Vargas, em grande medida, não vigorou por falta de uma correlação de forças políticas internas, que acabou levando seu governo a recorrer a fundos externos, manifestando a contradição de uma estratégia nacionalista financiada por capitais externos. Sem questionar os méritos ou deméritos dessa estratégia, sua contextualização é importante para se fazer um contraponto à opção tomada já em 1955, com a Instrução 113, da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) e, mais concretamente, com a estratégia do Plano de Metas, a partir de 1956 (AREND, 2009).

Na segunda metade da década de 1950, uma série de medidas foi tomada na direção de induzir a internacionalização da economia brasileira, mas especificamente para a instalação de empresas estrangeiras em setores industriais que se tornariam alavancadores do crescimento econômico até 1980. Por isso, ocorreu uma mudança em relação à estratégia de desenvolvimento anterior. Ambas as estratégias são entendidas como desenvolvimentistas, mas o papel reservado ao capital internacional na estratégia de Vargas e na de JK é bastante distinto. Após a opção de JK pelo que defini como “desenvolvimentismo-internacionalista”, desencadeou-se uma série de eventos que foi minando e enfraquecendo internamente as intenções de construção de um capitalismo mais autônomo e menos subordinado ao movimento do capital internacional. A importância que adquiriram as empresas multinacionais na estrutura industrial interna e na dinâmica econômica nacional acabaria por exercer influência sobre as opções de política econômica dos governos seguintes (AREND, 2009).

Findado o nacional-desenvolvimentismo, a instituição do desenvolvimentismo-internacionalista levaria o país à seguinte estratégia: o desenvolvimento e, por conseguinte, as mudanças estruturais e o financiamento do crescimento nacional passaram a ser, em grande medida, subordinados ao ingresso do capital internacional. Note que o ideário não deixa de ser desenvolvimentista, mas deixa de ser nacionalista e preocupado em cristalizar os centros internos de decisão. Por isso, tratava-se também de uma estratégia vulnerável às suas idas e vindas e à necessidade permanente de poupança externa, como revelou o período a partir da década de 1980. Uma das consequências que passou a apresentar o Brasil foi o de

não mais conseguir escapar dessa engrenagem sem levar a economia à estagnação e sem abrir mão da autonomia de decisão. A política econômica nacional teria que lidar agora com um novo arranjo de forças, já que os setores dinâmicos do processo de industrialização, internalizados, estavam de posse do capital internacional.

Acredita-se ter sido demonstrado a potência do conceito de desenvolvimentismo de Fonseca (2014) para a melhor compreensão das estratégias de desenvolvimento ao longo do século XX. Todavia, o conceito também serve para elucidar debates contemporâneos sobre o retorno ou não de estratégias desenvolvimentistas no século XXI, como propõem Moreira e Arend (2016) ao analisarem três planos de governo e diretrizes de política econômica para a economia brasileira. Nesse artigo, os autores identificaram os seguintes projetos de governo: 1) o novo-desenvolvimentismo; 2) o social-desenvolvimentismo e; 3) uma terceira estratégia econômica para o país, oriunda da linha de pensamento neoliberal defendida sobretudo pelos pesquisadores do Instituto de Estudos de Política Econômica/Casa das Garças.

Os três projetos podem ser sintetizados como se segue. Em relação ao “novo-desenvolvimentismo”, Bresser-Pereira reivindica uma estratégia nacional de desenvolvimento aplicada à realidade periférica da América Latina e de “macroeconomia estruturalista do desenvolvimento” a atual teorização mais sistemática que se faz do estruturalismo no campo da macroeconomia do desenvolvimento, para tratar dos países atrasados, de renda média, mas já industrializados. Essa estratégia está sistematizada no livro *Globalização e competição* (2010) e no artigo “Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento” (2010), com coautoria de Paulo Gala.

Devido à falta de um corpo de ideias sistematizadas em textos acadêmicos, considera-se que o ensaio que explicita a estratégia social-desenvolvimentista é o trabalho de Bielschowsky (2012), no qual ele estrutura três frentes de expansão da renda nacional. Em grande medida, as três frentes das quais discorre o autor resultam de um esforço de síntese para caracterizar a dinâmica nacional ocorrida a partir da segunda metade dos anos 2000 e a necessidade de ajustes estruturais para a garantia de um desenvolvimento sustentado de longo prazo. São elas: a) o amplo (e com grande capacidade de expansão) mercado interno de consumo de massa; b) a demanda interna e externa pelos abundantes recursos naturais do país; c) e a demanda estatal e privada por investimentos em infraestrutura (tanto econômica quanto social). O autor defende que, se a essa demanda corresponder um investimento vigoroso, o Brasil poderá crescer bastante por algumas décadas e de modo ainda mais amplo se aproveitados os dois turbinadores desse investimento: os processos inovantes e os encadeamentos produtivos.

O artigo de Edmar Bacha (2013), intitulado “Integrar para crescer: o Brasil na economia mundial”, explicita o terceiro projeto, sugerindo que a economia

brasileira tem baixa inserção no comércio internacional, trazendo como consequências, por exemplo, o atraso tecnológico, a escala de produção reduzida e a falta de especialização que, por sua vez, tem relações com o baixo crescimento econômico e a elevada inflação.

A questão principal a ser respondida por Moreira e Arend (2016) foi a seguinte: as estratégias propostas atualmente pela academia podem ser classificadas como desenvolvimentistas? Para respondê-la, os autores fizeram uma análise detalhada de cada uma delas comparando-as com o núcleo comum de atributos que estruturam o conceito de desenvolvimentismo de Fonseca (2014) – projeto nacional, intervenção consciente estatal e industrialização. O resultado da análise pode ser visualizado no quadro abaixo.

Quadro 1 – Presença das características definidoras do desenvolvimentismo de Fonseca (2014) nos projetos contemporâneos do Brasil

	PROJETO NACIONAL	INTERVENÇÃO CONSCIENTE ESTATAL	INDUSTRIALIZAÇÃO
Social-desenvolvimentismo	Sim	Sim	Sim
Novo desenvolvimentismo	Sim	Sim	Sim
CdG/FGV	Sim	Não	Não

Fonte: Moreira e Arend (2016).

Em relação ao primeiro atributo do core do desenvolvimentismo, considera-se que os três podem ser considerados projetos nacionais. Todavia, o resultado quanto às outras variáveis difere bastante, segundo Moreira e Arend (2016). O grau de intervencionismo é muito maior no caso do social-desenvolvimentismo, no qual o Estado é um agente indutor do investimento. No novo-desenvolvimentismo, o capital privado tem participação maior e o grau de intervenção estatal está mais relacionado ao controle dos preços macroeconômicos, sobretudo da taxa de câmbio. Já a corrente da Casa das Garças defende uma eficiência econômica que não vai ao encontro da intervenção estatal, transparecendo a ideia de um projeto nacional que promova uma nova rodada de liberalização comercial, tal qual imaginada e praticada nos anos 1990. Quanto à industrialização, seria o setor estratégico tanto do social quanto do novo-desenvolvimentismo. Já para o modelo de integração de Bacha, o foco não parece estar no setor industrial, mas na criação de uma atmosfera ideal para o desenvolvimento de atividades lucrativas conectadas ao comércio mundial, como a exportação de manufaturados, serviços ou *commodities*. No programa da Casa das Garças, depara-se com uma estratégia para o país que não enfatiza suficientemente a indústria como carro-chefe da economia, ape-

sar de não descartá-la. Se esse é o caso, de acordo com a definição de desenvolvimentismo de Fonseca (2014), apenas as estratégias do social-desenvolvimentismo e do novo-desenvolvimentismo podem ser caracterizadas como estratégias desenvolvimentistas para o Brasil no século XXI.

4. INDUSTRIALIZAÇÃO, AUTONOMIA E CICLOS ENDÓGENOS

Esta seção segue detalhando contribuições de Pedro Fonseca ao melhor entendimento do processo de industrialização brasileiro no século XX. Dedicamos atenção especial ao diálogo de Fonseca com a interpretação original do desenvolvimento capitalista brasileiro provinda do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, denominada aqui de “Tese do Capitalismo Tardio”. Em geral, considera-se as obras fundadoras dessa escola de pensamento *O capitalismo tardio*, de João Manuel Cardoso de Mello, e *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*, de Maria da Conceição Tavares. A seguir, se apresenta de forma resumida as principais contribuições de Cardoso de Mello e de Tavares para, posteriormente, realizar-me sua crítica, a partir da avaliação da tese do capitalismo tardio realizada por Fonseca em estudos de 1984 e 2003.

As teses de Cardoso de Mello (1982) e de Tavares (1986) resgatam a contribuição do conceito de “dependência” de Cardoso e Falleto (1977) e avançam na elucidação do processo de industrialização, caracterizando-o como eminentemente capitalista e propondo uma nova periodização para o movimento da economia brasileira no longo prazo. Os autores entendem que, a partir do Plano de Metas do governo JK, teria chegado ao fim o processo de industrialização nacional.

Segundo Cardoso de Mello (1982), apesar do avanço interpretativo da teoria da dependência, restava ainda fazer a crítica à Economia Política da CEPAL “pelas raízes”; basicamente faltava o julgamento da periodização histórica, não realizada por Cardoso e Falleto (1977). A crítica às interpretações cepalinas e dependentistas reside, então, na elaboração de uma nova periodização do processo histórico e na produção de conceitos capazes de estruturá-la em cada período⁶. Interessa aqui discutir o processo de industrialização nacional, que se inicia em 1933 nessa nova interpretação. A partir desse momento histórico, inicia-se a industrialização para Tavares (1986) e Cardoso de Mello (1982), porque a dinâmica da acumulação passa a se assentar na expansão industrial, ou melhor, porque exis-

(6) A nova periodização elaborada por Mello (1982) é a seguinte: 1. Economia colonial: até independência política; 2. Economia mercantil-escravista nacional: de 1822 até a abolição da escravidão; 3. Economia exportadora capitalista – retardatária em suas três fases: a) nascimento e consolidação da grande indústria (1888-1933); b) industrialização restringida (1933-1955); c) industrialização pesada (pós 1956).

te um movimento endógeno de acumulação, em que se reproduzem, conjuntamente, a força de trabalho e parte crescente do setor de bens de produção. No entanto, até 1955, a industrialização se encontra restringida, porque as bases técnicas e financeiras da acumulação são insuficientes para que se implante, “num golpe”, o núcleo fundamental da indústria de bens de produção, que permitiria à capacidade produtiva crescer adiante da demanda, autodeterminando o processo de desenvolvimento industrial (MELLO, 1982, p. 110).

A especificidade do aparecimento do capitalismo brasileiro reside no fato de que ele nasceu desacompanhado das forças produtivas clássicas, consolidando-se sem contar com um departamento produtor de bens de produção. Com a mudança no “centro dinâmico”, ocorrida na década de 1930, tem-se um processo de industrialização, retardatária em relação à economia mundial capitalista, mas ainda não em moldes “especificamente capitalistas”, dada a insuficiência interna do setor produtor de bens de capital. Por isso, a industrialização é restringida até 1955 na visão dos autores. Assim, pelo entendimento de que o setor produtor de bens de produção se instala definitivamente na economia brasileira a partir de 1956, seria possível, segundo Mello (1982) e Tavares (1986), ocorrer ciclos endógenos internamente, pois o processo de industrialização não sofreria mais com o autobloqueio da carência da força de trabalho nem com a insuficiência de meios de produção. Por isso, “A industrialização chegara ao fim e a autodeterminação do capital estava, doravante, assegurada” (MELLO, 1982, p. 122, grifo nosso)⁷.

Dessa forma, somente a partir do Plano de Metas do governo JK, apresentam-se condições internas completas de acumulação. Superam-se os constrangimentos impostos pela falta da produção interna de bens de capital e de bens duráveis, constituindo-se todas as etapas e meios necessários ao processo de acumulação. Note que nessa periodização a partir de meados da década de 1950 assume-se que não havia mais barreiras estruturais no processo de acumulação, decorrentes de insuficiência técnica e restrição externa, já que a industrialização deixara de ser restringida por fatores técnicos e financeiros segundo a própria definição dos autores da fase anterior.

(7) Mello e Belluzzo (1998) contribuem para a elucidação da interpretação da tese do capitalismo tardio com o seguinte comentário: “Faz-se mister definir o caráter particular que assumiu o capitalismo monopolista de Estado no Brasil, bem como desvendar sua dinâmica no período recente, a partir daquilo que consideramos as **leis gerais de movimento do capitalismo, em sua última etapa**. O capitalismo monopolista de Estado se instaura, no Brasil, ao término do período Juscelino, que marca **a última fase da industrialização**. Isto porque só então são constituídas **integralmente** as bases técnicas necessárias para a autodeterminação do capital, cristalizadas no estabelecimento de relações entre os Departamentos de Bens de Produção, Bens de Consumo Assalariado e Bens de Consumo Capitalista, o que impõe uma dinâmica especificamente capitalista ao processo de acumulação. A partir daí, então, a acumulação de capital só encontra as barreiras colocadas por ela mesma” (MELLO; BELLUZZO, 1998, p. 164, grifo nosso).

Carneiro (2002, p. 36-37) aponta que, no período da industrialização restringida, “a ampliação de capacidade produtiva no setor industrial depende da importação de bens de capital, isto é, da capacidade para importar criada pelo setor exportador”. Esta dava o limite para o crescimento industrial. Todavia, pós-Plano de Metas do governo JK, “o seu estágio mais avançado, o da industrialização pesada, a autonomia do crescimento doméstico perante os mercados externos é completa. Isso porque o grau de diferenciação da estrutura produtiva, com a implantação de um expressivo parque produtor de meios de produção, converte o investimento e seus encadeamentos, como a variável crítica da dinâmica da economia” (CARNEIRO, 2002, p. 37).

O capitalismo maduro, presente já na economia brasileira a partir do ingresso de empresas estrangeiras, é “[...] entendido como aquele que já não encontra limites a sua expansão pelo lado da estrutura técnica do capital” (TAVARES, 1986, p. 30). Assim, a nova interpretação para o desenvolvimento capitalista do Brasil tem como elemento basilar o fato de a reprodução ampliada do capital se tornar endógena e dominante. A endogenia presente na dinâmica cíclica do processo de acumulação é a ideia de que a produção dos departamentos de bens de produção e consumo duráveis “alavancam” a economia, já devidamente diversificada pela presença de empresas multinacionais modernas e pela figura forte do Estado desenvolvimentista.

Segundo Fonseca (2003), na tese do capitalismo tardio há uma série de “rompimentos” significativos com a interpretação clássica cepalina do desenvolvimento brasileiro. Em primeiro lugar, Fonseca (2003) alerta para uma significativa mudança interpretativa do desenvolvimento econômico nacional que é a de “admitir a importância da economia cafeeira para o surgimento das primeiras indústrias, ainda na fase agroexportadora”. De fato, essa ruptura, que objetiva criticar o pensamento cepalino, remove significativamente a importância da década de 1930 como um momento singular de transformações econômicas, políticas e sociais da história econômica nacional. Para ilustrar, toda a discussão apresentada na seção 2 deste artigo sobre industrialização e intencionalidade na década de 1930 fica num segundo plano em termos de relevância histórica. Para Cardoso de Mello, o importante é identificar a origem do capitalismo e seu caráter tardio. Em sua explicação, o capitalismo brasileiro é tardio porque demora a se constituir um mercado de trabalho. O “mercado de trabalho está vazio” até 1888, segundo Mello (1982), pois havia um “problema de falta de braços”. Por meio de uma política imigratória, financiada pelo Estado, obtiveram-se “trabalhadores carentes de meios sociais de produção”, criando-se um mercado de trabalho em moldes capitalistas.

Nos termos de Fonseca (2003), a respeito do rompimento da tese do ca-

pitalismo tardio com a década de 1930, Bresser-Pereira (1982) realiza uma dura crítica a Cardoso de Mello. Para Bresser-Pereira, a tese do capitalismo tardio é um grande expoente do que ele denomina de “interpretação funcional-capitalista”, que dominou grande parte do pensamento brasileiro durante a segunda parte dos anos 1970, quando um de seus grandes objetivos foi realizar uma negação à interpretação “nacional-burguesa”, consubstanciada principalmente por autores do Instituto Superior de Estudos Brasileiros e da CEPAL. Um dos principais objetivos dessa nova hegemonia interpretativa dos anos 1970, para Bresser-Pereira, era minimizar a importância da Revolução de 1930.

Para negar a validade da interpretação nacional-burguesa, era preciso negar o caráter pré-capitalista (ou mesmo capitalista mercantil) da sociedade brasileira anterior a 1930, criticar qualquer teoria dualista, afirmar a continuidade e perfeita unidade da classe dominante brasileira, e negar origens étnicas sociais diferentes para os empresários industriais em relação à burguesia agrário-mercantil (BRESSER-PEREIRA, 1982, p. 279).

Nesse sentido, a tese do capitalismo tardio minimiza a importância da década de 1930, colocando até mesmo um peso histórico maior para o período anterior (caracterizado pela especialização agrário-exportadora “voltada para fora”, na terminologia da CEPAL) como de “nascimento e consolidação da grande indústria” e de reconhecimento de que “a burguesia cafeeira foi a matriz da burguesia industrial”, como faz Cardoso de Mello (1982).

Fonseca (2003) também indica outros “rompimentos” significativos da tese do capitalismo tardio em relação à interpretação da CEPAL.

Ao lerem o processo histórico centrados na busca de ciclos endógenos, acabaram por negligenciar um aspecto fundamental que a CEPAL tinha a seu favor: trabalhar com economia aberta, mesmo com o modelo simplificado de relação centro/periferia, com o que ressaltava, já em primeira mão, a inserção internacional do país, o estrangulamento externo, os problemas recorrentes do balanço de pagamentos e as dificuldades de absorção tecnológica – questões cruciais no contexto histórico do PSI. Como decorrência, o estrangulamento externo perde o papel-chave que ocupara nas teses cepalinas, e o PSI é focado não tanto com a singularidade que estas buscavam enfatizar da tardia industrialização latino-americana, já que o novo marco teórico é passível de reproduzir, com alto grau de abstração, qualquer economia capitalista (FONSECA, 2003).

Sobre a questão ressaltada por Pedro Fonseca ao aspecto fundamental que a CEPAL tinha a seu favor, um modelo, embora simplificado, mas de economia aberta, cabe destacar que a percepção da tese do capitalismo tardio de que a economia brasileira conseguiu endogeneizar seu ciclo de desenvolvimento apresenta uma série de fragilidades. Primeiramente, o marco conceitual em

que se expressou, basicamente a teoria da Demanda Efetiva de Kalecki não foi concebido para expressar crescimento no longo prazo. Antes disso, é tentativa de explicar teoricamente (ou por meio de um modelo de curto prazo) como as decisões descentralizadas do mercado podem alcançar um grau de coerência que permita ao sistema se reproduzir. Dentre as conclusões teóricas derivadas do modelo de Kalecki, a central é que a dinâmica “associada à Demanda Efetiva” da economia capitalista – isto é, abstraindo-se o progresso técnico e as mudanças estruturais – é caracterizada pela ocorrência de flutuações. Isso significa que é possível explicar o ciclo econômico apenas com o comportamento “rotineiro” do nível de atividade, sem as armas poderosas da mudança estrutural e do progresso técnico como fez, por exemplo, Schumpeter. O próprio Kalecki, nos capítulos finais de sua teoria da Dinâmica Econômica (1978), é enfático ao esclarecer que sua construção teórica, relativa aos ciclos econômicos refere-se a uma situação estática⁸. Para Kalecki (1978), o exame do desenvolvimento no longo prazo deve recair, fundamentalmente, nos “fatores de desenvolvimento”, os quais remetem à capacidade de uma economia introduzir progresso técnico na atividade econômica e provocar mudanças estruturais⁹.

A tese do capitalismo tardio, ao afirmar categoricamente que não havia mais limitações pelo lado da oferta, ou que os problemas presentes na economia

(8) Ao discutir o mecanismo da recuperação econômica, Kalecki (1977, p. 25) assinala que a saída da depressão é “[...] resultante do investimento estimulado por uma importante invenção tecnológica, o que em parte é uma questão de acaso”. A solução para uma insuficiência de progresso técnico, no modelo teórico do autor, ocorre da seguinte forma: “[...] basta substituir os empresários estimulados a investir – por causa da nova invenção – pelo governo realizador do investimento” (Id., *Ibid.*, p. 27), para que se dê a recuperação econômica. O “truque” para a recuperação econômica, como dizia Kalecki, era que o Estado poderia agir adequadamente no sentido de estimular a produção e o emprego. Todavia, segundo o próprio Kalecki (*Ibid.*, p. 29), dessa forma, sua teoria do ciclo econômico considera um sistema econômico fechado e desprovido de tendência, isto é, um sistema que, depois de cada ciclo, retorna ao seu estado original, pois não há progresso técnico ou mudança estrutural.

(9) Kalecki, depois de estabelecer uma série de relações entre o investimento, os lucros e o montante da produção, salienta: “[...] certas constantes dessa relação se acham sujeitas a modificações econômicas a longo prazo, apesar de termos suposto como sendo estáveis para fins da análise do ciclo econômico [...]. A passagem da situação estática à tendência ascendente a longo prazo corresponde à alteração do valor da intensidade dos ‘fatores do desenvolvimento’ [...]. Pode-se concluir portanto que na ausência dos ‘fatores do desenvolvimento’, o sistema descamba para o estado estacionário [...]. Sustentamos que as inovações tendem a elevar o nível de investimento a longo prazo e portanto produzem uma tendência ascendente a longo prazo [...]. As invenções, portanto transformam o sistema estático em outro, sujeito a uma tendência ascendente. O enfraquecimento do crescimento das economias capitalistas nos últimos estágios de seu desenvolvimento se explica provavelmente, pelo menos em parte, pelo declínio da intensidade das inovações [...]. Como já apontamos, **nossa análise demonstra que o desenvolvimento a longo prazo não é inerente à economia capitalista. Dessa forma, torna-se necessário a presença de “fatores de desenvolvimento” específicos para sustentar um movimento ascendente a longo prazo**” (KALECKI, 1978, cap. 14-15, grifo nosso).

brasileira, pós-Plano de Metas, decorriam de insuficiência de Demanda Efetiva, implicitamente admite que internamente estejam presentes os “fatores do desenvolvimento”, já que é enfática ao afirmar a não possibilidade de estagnação, mas sim a existência de uma tendência ascendente de crescimento no longo prazo.

Nessa perspectiva, está bem claro que a continuidade da viabilidade do padrão de industrialização dependeria de políticas econômicas internas estimuladoras da Demanda Efetiva ($C + I + G$), com destaque para a ação do Estado em promover fases de ascensão e atenuar o impacto das fases de descenso da economia. Logo, problemas de continuidade dependeriam de políticas internas adotadas. Enfatiza-se que, a despeito de a industrialização ser periférica e dependente, a problemática referente à capacidade do sistema em prover progresso técnico não é questionada pelos autores, já que se assume que “novo” capital estrangeiro o fará.

Segundo Aldworth (1988, p. 88), em dissertação de mestrado orientada pelo professor Pedro Fonseca, torna-se aparente que o conceito de interno, presente na teoria da dependência, não tem o mesmo significado do conceito de endógeno utilizado por Tavares (1986) e Mello (1982). “Interno”, para Cardoso e Faletto (1977), significa que as classes internas comandam o processo histórico, mas não que comandam o comportamento dos ciclos econômicos, isto é, as classes internas não têm o poder de reverter os ciclos. A contribuição fundamental da teoria da dependência é a ideia de que a dinâmica social latino-americana é determinada por “fatores internos”. No entanto, a dinâmica econômica, ou o circuito da acumulação, para Cardoso e Faletto (1977), passa pelo exterior, não se completando exclusivamente dentro do Estado Nacional; por isso, a relevância dos determinantes externos. A noção de endógeno, em contrapartida, transmite a ideia de autonomia econômica interna por meio de um novo padrão de acumulação, garantido pela ação decisiva do Estado e pela transferência de tecnologia das empresas multinacionais. Transparece, na análise, também, uma ideia de “independência” em relação ao processo de acumulação capitalista mundial, o que não é verdadeiro para a teoria da dependência. Tavares (1986) e Mello (1982) parecem confundir implantação de um departamento de bens de produção com autonomia tecnológica, o que leva à ideia de um processo endógeno de acumulação de capital.

A importância do papel desempenhado pelo Estado desenvolvimentista seguramente é exagerada na tese do capitalismo tardio. Negligencia-se a dinâmica internacional na qual a economia se industrializou e o Estado aparece como uma entidade acima da própria nação e do complexo maior da economia mundial. Lembra algo como um Estado-ex-machina. A partir daí, pode-se até mesmo inferir a ideia de uma nação fechada, pois o essencial é a lógica interna

da acumulação alcançada por meio do desenvolvimento e da interação dos três grandes setores produtivos. Consequentemente, o sistema econômico mundial também é visto, por Tavares (1986) e Mello (1982), como um agregado de Nações e, dentro de seu esquema “endogenista”, perde-se o movimento, a totalidade e as contradições inerentes ao capitalismo internacional, que ficam relegados a um segundo plano, já que as nações têm o poder de comandar seu próprio processo de acumulação capitalista. A tese do capitalismo tardio fica, nesse ponto, aquém da ideia cepalina, pois tende a negligenciar os fatores externos, os quais a CEPAL não deixou de incorporar ao tratar dos estrangulamentos externos e dos termos de intercâmbio (ALDWORTH, 1988)¹⁰.

Em relação a outro rompimento interpretativo da tese do capitalismo tardio ressaltado por Fonseca (2003), no que tange à questão do estrangulamento externo e os problemas recorrentes do balanço de pagamentos que eram determinantes no pensamento cepalino, cabe destacar que, de fato, transparece a ideia de que restrições ao crescimento derivadas de desequilíbrios nas contas externas também não representavam mais o problema maior da economia brasileira, segundo a interpretação de Tavares (1986) e Mello (1982)¹¹.

Como destacam Medeiros e Serrano (2001, p. 116), na tese do capitalismo tardio ocorre uma “endogenização” da restrição externa. A endogenização da restrição externa na tese do capitalismo tardio foi arquitetada a partir do seguinte raciocínio: a pressão sobre as importações só ocorria nas fases expansivas do ciclo de industrial, mas era justamente nessas fases que aumentava o aporte de recursos externos (via empréstimos internacionais e Investimentos Estrangeiros Diretos) e diminuía a saída de divisas sob o título de transferência e remessas de lucro, em razão da dinâmica economia interna. Também, a partir do entendimento de que as empresas líderes na fase expansiva eram, em grande parte, filiais de empresas multinacionais, sempre que houvesse expectativas de rentabilidade positiva, a necessidade de divi-

(10) A escolha da economia nacional como unidade de análise é similar ao que Medeiros (2010) define como a problemática do “nacionalismo metodológico” nos estudos sobre as trajetórias de desenvolvimento. Na perspectiva do nacionalismo metodológico, a nação é referida como unidade autossuficiente e inserida num ambiente internacional indiferenciado. Todavia, para o autor não existe apenas uma relação de mão dupla entre o Estado e as classes sociais e grupos de interesses no país, que limita e condiciona as estratégias de desenvolvimento, mas também uma relação política entre Estados territoriais, o que leva, nos exames sobre as trajetórias nacionais de desenvolvimento, a um necessário diálogo com as questões examinadas na “economia política internacional”.

(11) A seguinte citação explicita essa afirmativa: “A economia brasileira, depois que seu processo de acumulação passou a estar basicamente determinado endogenamente pela expansão e diversificação do setor industrial, vale dizer, alcançada determinada dimensão dos setores produtores de bens de produção e de consumo duráveis, está sujeita a ciclos de expansão e a problemas de realização que podem ou não se desenvolver numa crise, como em qualquer economia capitalista” (TAVARES, 1986, p. 117).

sas que excedessem as receitas usuais das exportações seria suprida pelas próprias empresas e bancos coligados. Dessa forma, a expansão da Demanda Efetiva acabava por induzir endogenamente um fluxo de recursos externos que financiava com facilidade a expansão. Na reversão do ciclo, o aumento das saídas na conta de serviços era acompanhado por uma queda nas importações de bens de capital, encontrando-se relativamente equilibrado o balanço de pagamentos. Ou seja, estaria assegurada a plena capacidade de financiamento da economia brasileira por meio do investimento direto e do endividamento externo (MEDEIROS; SERRANO, 2001)¹².

Pressupõe-se que a tese do capitalismo tardio entendia que a dinâmica do tripé capital estatal/capital privado nacional/capital privado estrangeiro, implantado pelo Estado desenvolvimentista, reprimia a autonomia do capital internacional à lógica dos ciclos industriais nacional, pois sempre preponderava a dinâmica de acumulação interna. Discorrendo a respeito do comportamento da entrada de capitais estrangeiros privados de risco, ou de financiamento bancário internacional, Tavares (1986, p. 146) aponta que “é necessário expandir-se” para que ocorra uma entrada de capitais de risco. Ou seja, tanto o investimento direto estrangeiro quanto o financiamento bancário internacional só ocorrem depois que a economia voltar a se recuperar. Nessa ótica, desequilíbrios externos não são fatores primários das crises, ou seja, não há restrições externas ao crescimento. Os desequilíbrios no balanço de pagamentos são apenas sintomas de taxas decrescentes de expansão interna, decorrentes da inexorabilidade dos ciclos industriais. Nitidamente, nota-se que o crescimento econômico, ou a expansão, é determinada por fatores internos, em especial pela habilidade do Estado desenvolvimentista de articular coerentemente blocos de investimentos públicos, privados e externos. O tamanho do mercado interno e as perspectivas de investimento criadas pelo Estado desenvolvimentista conduziam a ciclos de endividamento e de atração de capital externo, que sancionava endogenamente a dinâmica expansiva interna.

Completando esta seção, cabe lembrar o artigo de Fonseca (1984), no qual o autor analisa a conjuntura econômica brasileira dos primeiros anos da década de

(12) “**Os desequilíbrios agudos no balanço de pagamentos** e a aceleração inflacionária que caracterizam o final dos períodos relativamente curtos de expansão, mais que determinantes da crise interna, **são uma manifestação do esgotamento da fase expansiva**. Dito de outra maneira, os mecanismos endógenos de expansão e realimentação dinâmica se esgotam, agravam-se as tensões inflacionárias e se tornam mais agudos os problemas de pagamento da dívida interna e externa, **e não o revés, como é corrente em certas interpretações do tipo limites externos do crescimento ou crise de crédito**. Em apoio a esta segunda hipótese, convém lembrar que embora os desequilíbrios do balanço de pagamentos em conta corrente se tornem mais agudos nos períodos de aceleração dos investimentos quando aumenta a demanda complementar por bens de capital importados, **nunca ocorreram limitações por parte dos supridores externos de equipamentos**. Mesmo quando o poder de compra das exportações estava estancado ou declinante, **o capital de risco e o suprimento de créditos dos fornecedores** sempre reforçaram a capacidade de importar desde que a economia estivesse crescendo rapidamente”. (TAVARES; BELLUZZO, 1998, p. 140, grifo nosso).

1980 e tece críticas à tese do capitalismo tardio, afirmando que essa interpretação sustenta que a viabilidade de se sair de uma crise depende apenas de uma tomada de decisão interna, por parte do governo, e também que ela se ampara, em grande medida, nas teorias de Demanda Efetiva. Reivindicava Pedro Fonseca naquela época que os limites da autonomia brasileira ainda estavam associados ao estrangulamento externo, que se manifestavam no balanço de pagamentos.

Para Pedro Fonseca, o contexto internacional dos anos 1950 e do período 1968-1973 foi extremamente benéfico para o processo de industrialização dos países da América Latina e não se pode negar “a evidência de que, quando o setor externo deixa de ser fonte de estímulo, ajuda a barrar o crescimento”. Com isso, afirma o autor, “[...] o desenvolvimento capitalista no Brasil nas últimas décadas, com a aceleração da industrialização e com o crescimento do Departamento I, não significou autonomia frente à economia internacional, mas uma redefinição e talvez aprofundamento, da dependência [...]. O modo especificamente capitalista de produção no Brasil de forma alguma diminuiu a influência do setor externo, e menos ainda pode ser confundido com autonomia da acumulação de capital em relação ao sistema capitalista mundial” (FONSECA, 1984, p. 257).

A citação abaixo, descrevendo a dinâmica econômica da época, também revela sua maior simpatia pelo pensamento cepalino para o entendimento do processo histórico de desenvolvimento nacional. Também, surpreende que sua análise, de viés teórico estruturalista, poderia ser facilmente transplantada para o entendimento da economia brasileira contemporânea no período posterior à crise internacional de 2008.

A poupança externa está limitada, não mais tendo o ‘aval’ de outras épocas: neste sentido, o sistema internacional de pagamentos parece não ter mudado significativamente com relação à crise de 29: países como o Brasil têm oferta de recursos elástica no boom e inelástica na crise, o que reforça o ciclo. Internamente está com tributação cadente, ao diminuir o nível de atividade; e para incentivar a poupança voluntária, eleva a taxa de juros, o que contrai o investimento e o emprego, formando um círculo vicioso (FONSECA, 1984, p. 255).

Para Fonseca (1984), “parece fora de dúvida” que o nível de investimento privado e o de gastos governamentais, na economia brasileira, acompanhavam o ciclo internacional desde meados da década de 1950, desde o auge desenvolvimentista do governo JK, que coincidiu com uma fase internacionalmente benéfica para países da América Latina em processo de industrialização, até o período 1968-1973. Nessa quadra, Pedro Fonseca considera “difícil concordar com a afirmação de que, a partir de certo ponto de seu desenvolvimento capitalista, a economia brasileira teve ‘uma mudança essencial no padrão de acu-

mulação, que sugere que o movimento cíclico da economia ganhou um caráter eminentemente endógeno” (FONSECA, 1984, p. 256)¹³.

Cabe relembrar do “desenvolvimentista consciente” indicado na introdução deste artigo. “É preciso deixar claro que com isto não se quer cair na tese oposta: os ‘fatores externos’ determinam os ‘internos’ [...] é preciso estar consciente de que as decisões internas, mesmo que importantes, encontram limites” (FONSECA, 1984, p. 256). Pedro Fonseca não discorda de que com o aprofundamento da industrialização a partir do governo JK há definitivamente um modo especificamente capitalista de produção no Brasil. Porém, como hegeliano, finaliza: “crítica-se, sim, o fato de ter-se tirado desta proposição, uma outra, aparentemente decorrente, mas falsa: que a acumulação de capital e, portanto, os ciclos da economia brasileira estarem isentos ou pouco influenciados (ou passíveis de o serem) pelo setor externo” (FONSECA, 1984, p. 256).

5. CONCLUSÃO

Uma rápida consulta ao currículo acadêmico do professor Pedro Cezar Dutra Fonseca não deixa dúvida sobre a grandeza de sua pesquisa e contribuição à interpretação do desenvolvimento econômico brasileiro no século XX. Este artigo, de maneira específica, direcionou atenção apenas a alguns temas relacionados à problemática do processo de industrialização brasileiro. Outras contribuições acadêmicas relevantes de Fonseca, como sua crítica ao conceito de populismo, a análise sobre instituições e ciclos políticos na história econômica brasileira, sobre a gênese do pensamento econômico, político e social de Getúlio Vargas, sobre as lideranças e grupos industriais da região sul do Brasil, sobre a formação e industrialização da economia gaúcha, sobre controvérsias metodológicas na história do pensamento econômico, além de várias análises contemporâneas da economia brasileira não foram apresentadas, discutidas e tampouco citadas.

Apresentou-se inicialmente sua contribuição ao processo de industrialização nacional na década de 1930 através de sua crítica a Celso Furtado, no que concerne à questão da intencionalidade da política industrializante. Demonstrou-se a riqueza de sua pesquisa, que resgatou a importância da mudança institucional para o desenvolvimento econômico e revelou que, na década de 1930, o processo

(13) Todavia, ressalta o autor que: “De forma alguma, com isto, está-se colocando em questão a proposta da Teoria da Dependência de analisar as classes sociais internamente para entender a dinâmica do desenvolvimento capitalista no Brasil, nem a validade da busca de periodização interna da economia, como foi elaborada em *O capitalismo tardio*. Embora ambas se constituam em avanço para o entendimento da economia brasileira, elas não podem ser confundidas com autonomia interna frente ao setor internacional” (FONSECA, 1984, p. 256).

de industrialização, de tamanha importância para a história econômica do Brasil, não se deveu somente a um choque adverso, mas sim à intencionalidade de um novo grupo dirigente capaz de fazer criar e mudar uma série de instituições, criando novos valores, costumes e regras de comportamento. Também, nesta mesma seção, ressaltou-se sua inovadora pesquisa sobre as origens e vertentes formadoras do pensamento cepalino.

Em seguida, mantendo o foco de analisar sua contribuição ao processo de industrialização nacional, discutiu-se sua contribuição ao entendimento de estratégias de desenvolvimento. Sua recente construção do conceito de desenvolvimentismo permite identificar subtipos de estratégias de desenvolvimento que conferem ao setor industrial centralidade. A análise focalizou somente estratégias de desenvolvimento presentes na década de 1950. Também, foi ressaltada a importância do conceito de desenvolvimentismo ao debate contemporâneo da economia brasileira, para o diagnóstico da ocorrência desse fenômeno.

Por fim, foi discutida também a sua visão sobre a interpretação da tese do capitalismo tardio. A partir de seus *insights* e sua análise particular da crise dos anos 1980, ficou aparente sua visão de que o Brasil, a partir do governo JK, apresentou aproximadamente duas décadas de crescimento elevado, porém sem que esse crescimento viesse a criar condições endógenas suficientes para a autodeterminação do processo capitalista nacional. Problemas estruturais, presentes no pensamento cepalino original, como vulnerabilidade externa e dependência tecnológica, parecem não ter sido superadas no período da industrialização pesada. Por mais que leis, normas, regras e políticas fossem implementadas, estas se mostraram insuficientes, pois a dinâmica capitalista, em permanente mudança, não pôde contar só e somente com condições internas, mas também com determinantes externos, o que contraria as teses de João Manuel Cardoso de Mello e de Maria da Conceição Tavares.

Definiu-se Pedro Fonseca na introdução como “desenvolvimentista consciente”, derivado de seu hegelianismo. Sua busca intelectual para desconstruir “generalizações apressadas” sobre o desenvolvimento capitalista brasileiro no século XX parece dar crédito a essa denominação. Interpretações do processo histórico não podem ser consideradas no tempo verdades absolutas, pois foram elaboradas e construídas em determinada realidade do processo histórico. Reinterpretações, porém, sobretudo de grandes obras já consagradas e de conceitos enraizados não são coisas rotineiras no meio acadêmico.

Em recente estudo, Saes, Manzatto e Sousa (2015) analisaram o ensino e a pesquisa em história econômica nos cursos de economia do Brasil. Os autores identificaram que há principalmente dois grupos de referências comumente usadas nos cursos de economia brasileira: de um lado, logicamente, os manuais, como os organizados por Marcelo de Paiva Abreu e Fábio Giambiagi da Pontifícia Uni-

versidade Católica do Rio de Janeiro e, de outro lado, há o grupo de livros de autores sempre utilizados, como Furtado, Tavares e Cardoso de Mello, cuja influência teórica remonta à interpretação e ao debate cepalino no Brasil. Porém, os autores finalizam o estudo com a seguinte afirmativa:

Hoje, entretanto, uma nova perspectiva parece emergir, liderada especialmente pelas contribuições de Pedro Dutra Fonseca, em que a análise da Economia Brasileira vai além da sistematização da política econômica e dos indicadores de cada governo, mas se aproximando de uma história política, problematiza a construção dos projetos econômicos pelas disputas dos grupos políticos (SAES; MANZATTO; SOUSA, 2015).

No Brasil Meridional, Pedro Cezar Dutra Fonseca vem construindo sua interpretação particular do desenvolvimento capitalista brasileiro e, cada vez mais, cresce o número de fonssequianos Brasil afora.

REFERÊNCIAS

- ALDWORTH, R. G. **Ensaio crítico a razão endogenista**. 1988. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1988.
- AREND, M. **50 anos de industrialização do Brasil (1955-2005): uma análise evolucionária**. PPGE/UFRGS, 2009 (Tese de Doutorado).
- BACHA, E. L. Integrar para crescer: o Brasil na economia mundial. In: Fórum Nacional (Sessão especial), 2013. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: INAE, 2013. Disponível em: . Acesso em: 10 nov. 2013.
- BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Ipea; Inpes, 1988.
- BIELSCHOWSKY, R. Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual. *Econ. Soc.*, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 729-747, dez. 2012.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Seis interpretações sobre o Brasil. Dados – **Revista de Ciências Sociais**, 5 (3) 1982, p. 269-306.
- BRESSER-PEREIRA, L. C.; GALA, P. Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 4, p. 663-686, out./dez. 2010.
- CARDOSO, F. H.; FALLETO, E. **Desenvolvimento e dependência na América** Latina: um ensaio de interpretação sociológica. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- CARNEIRO, R. Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo: Editora UNESP, IE – UNICAMP, 2002.

- DEAN, W. **A industrialização de São Paulo**. Difel, São Paulo, 1971.
- FONSECA, P. C. D. A política econômica governamental e os ciclos: reflexões sobre a crise atual. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 247-258, 1984.
- FONSECA, P. C. D. Estado e Estabilização Consciente: 1930-55. *Questões de Economia Política*, v. 3, p. 20-32, 1987.
- FONSECA, P. C. D. As origens e as vertentes formadoras do pensamento Cepalino. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 3, p. 333-358, 2000.
- FONSECA, P. C. D. Sobre a intencionalidade da política industrializante do Brasil na década de 1930. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 133-148, 2003.
- FONSECA, P. C. D. **Vargas: o capitalismo em construção**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- FONSECA, P. C. D. O Processo de Substituição de Importações. In: REGO, J. M.; MARQUES, R. M. (Org.). **Formação econômica do Brasil**. 1 ed. São Paulo, SP, 2003, v. , p. 248-282.
- FONSECA, P. C. D. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. In: CALIXTRE, A. B.; BIANCARELLI, A. M.; CINTRA, M. A. M. (Org.). **Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro**. Brasília, DF: Ipea, 2014. Cap. 1. p. 29-78.
- FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1998. KALECKI, M. **Crescimento e ciclo das economias capitalistas**. São Paulo: Hucitec, 1977.
- KALECKI, M. Teoria da Dinâmica Econômica. In: *Kaynes/Kalecki*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores). p. 49-188
- LESSA, C. **15 anos de política econômica**. Brasiliense, São Paulo, 1982.
- MEDEIROS, C. A. Instituições e desenvolvimento econômico: uma nota crítica ao “nacionalismo metodológico”. **Economia e Sociedade**, v. 19. n. 3. Campinas: dez. 2010.
- MEDEIROS, C.; SERRANO, F. Inserção externa, exportações e crescimento no Brasil. In: FIORI, J. L.; MEDEIROS, C. (Org.). **Polarização mundial e crescimento**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
- MELLO, J. M. C. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MELLO, J. M.; BELLUZZO, L. G. M. Reflexões sobre a crise atual. In: BELLUZZO, L. G. M.; COUTINHO, R. (Org.) **Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise**. Campinas: Unicamp, 1998. 1 v.
- MOREIRA, A. G; AREND, M. Que estratégia de desenvolvimento seguir? O debate desenvolvimentista brasileiro no século XXI. IN: **Análise econômica**, v. 24. n. 65. 2016.
- PELÁEZ, C. M. **Economia brasileira contemporânea**. Atlas, São Paulo, 1987.
- SAES, A. M.; MANZATTO, R. F.; SOUSA, E. S. Ensino e pesquisa em história econômica: perfil docente e das disciplinas de história econômica nos cursos de graduação de Economia no Brasil. **História Econômica & História de Empresas**, v. 18, p. 229-263, 2015.
- TAVARES, M. C. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. São Paulo: Unicamp, 1986.

TAVARES, M. C.; BELLUZZO, L. G. M. Notas sobre o processo de industrialização recente no Brasil. In: BELLUZZO, L. G. M.; COUTINHO, R. (Org.). **Desenvolvimento capitalista no Brasil**: ensaios sobre a crise. Campinas: Unicamp, 1998. 1 v.

VILLELA, A; SUZIGAN, W. **Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira, 1889-1945**. IPEA, Séries monográficas n. 10, Rio de Janeiro, 1973.

13

O DESENVOLVIMENTISMO
NA OBRA DE PEDRO
CEZAR DUTRA FONSECA

IVAN COLANGELO SALOMÃO

Bacharel (2007) em administração pela Fundação Getúlio Vargas (FGV/SP). Mestre (2010) e doutor (2013) em economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor adjunto da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS.

Os momentos capitais para a formação e a transformação da realidade brasileira suscitam interpretações que exigem ampla fundamentação empírica e cuja evolução reside, invariavelmente, no contraditório. Nesse sentido é que se justifica a afluência de análises, explicações e teses que se multiplicam, se complementam e polemizam. Nas palavras de Ianni (2000, p. 56), “daí a pluralidade de visões do Brasil; e a pluralidade de Brasis”.

Eventos dessa natureza exigem apreciação multiprismática capaz de evidenciar os diferentes aspectos que os envolvem, gerando análises, não raro, conflitantes. Trata-se, este, do caso do desenvolvimentismo, definido por Fonseca (2013, p. 28) como “a política econômica formulada e/ou executada, de forma deliberada, por governos (nacionais ou subnacionais) para, através do crescimento da produção e da produtividade, sob a liderança do setor industrial, transformar a sociedade com vistas a alcançar fins desejáveis, destacadamente a superação de seus problemas econômicos e sociais, dentro dos marcos institucionais do sistema capitalista”.

O desenvolvimentismo foi concebido no final do século XIX, quando, no desenrolar dos acontecimentos políticos e econômicos que emolduraram o fim do regime imperial, autores passaram a pensar o Brasil e a problematizar os caminhos para suplantar os desafios impostos a uma nação que havia pouco se reconhecia como tal. Fenômeno de magnitude histórica e de relevância incontestada para a atual configuração social, política e econômica do país, a pesquisa sobre o desenvolvimentismo requer análise exaustiva não apenas por motivação de cunho historiográfico, mas principalmente para fazer avançar o debate acerca dessa política tão cara à constituição do Brasil contemporâneo.

Assim sendo, este capítulo tem por objetivo sistematizar as mais relevantes contribuições do professor Pedro Cezar Dutra Fonseca para o entendimento do desenvolvimentismo, resgatando seus principais trabalhos que circunscrevem o tema. Seu interesse pelo assunto remonta à pesquisa por ele realizada para elaboração de sua dissertação de mestrado, defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1980. Naquele momento, a dileção pela temática se lhe surgia através do estudo do positivismo, ideologia que influenciou sobremaneira a formação do desenvolvimentismo brasileiro.

O positivismo, doutrina filosófica e social criada pelo pensador francês Augusto Comte, procurava, inicialmente, valorizar o humanismo e a racionalidade científica. Além disso, contribuiu para negar a concepção te(le)ológica da história, reforçando a necessidade da atuação humana para a construção de seu próprio destino. Sob o entendimento de que o futuro almejado não adviria espontaneamente, o positivismo suplantou o debate acerca da plausibilidade da intervenção estatal; passou-se a discutir, a partir de então, com que extensão e em quais condições esta se faria mais conveniente.

A filosofia comtiana considerava a mão invisível e o mercado autoequilibrado entes incapazes de garantir o fomento das atividades produtivas. Dessa forma, atribui-se à aliança do Estado com a iniciativa privada o meio mais adequado para se viabilizar o progresso, formando-se, assim, a “instituição positivista”, definida por Bosi (2001, p. 274) como o “Estado-Providência: um vasto e organizado aparelho público que ao mesmo tempo estimula a produção e corrige as desigualdades do mercado”.

De todas as suas particularidades, tratou-se de seu viés racional e científico para o estudo da sociedade das mais relevantes contribuições para a formação do desenvolvimentismo, pois este propôs uma linha evolutiva na sociedade humana, à qual se associou a ideia de progresso. Ao considerarem inevitável a ação do homem como forma de superação do atraso, os positivistas concorreram para moldar a faceta não liberal do desenvolvimentismo. Nesses termos, o positivismo contribuiu para sua gênese ao conceber “a história como um processo em construção, de responsabilidade da ação dos homens e, mais especificamente, dos governos, os quais devem nortear sua *práxis* em políticas efetivas visando a um futuro desejável” (FONSECA, 2008, p. 13).

Conquanto já se fizesse presente em diversos estados brasileiros, a dimensão alcançada pela penetração do positivismo no Rio Grande do Sul tornou paradigmática a experiência política e administrativa desse estado devido, mormente, à influência sobre os eventos históricos que a sucederam em nível nacional. Tratou-se, afinal, dos atores responsáveis pela transposição da bem-sucedida experiência regional para a realidade federal. Conforme assinala Fonseca (2004b, p. 12), o “desenvolvimento” passava a habitar a retórica oficial do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) de modo deliberado e intencional. O emprego do termo “marcha” no discurso de Getúlio não era fortuito; antes, evidenciava a noção de que a superação do atraso não brotaria espontaneamente, mas “deveria resultar de decisão organizada, implementada com determinação e disciplina”¹.

A experiência política e administrativa de aproximadamente quatro décadas acumulada pelos republicanos sulistas esteve, para Bosi (2001), na raiz das transformações por que passou o país após a ascensão de Vargas ao poder central². Abertamente antiliberal nas práticas econômicas e autoritária na esfera política,

(1) A prioridade da matéria extrapolava o discurso do governador do estado. A centralidade do crédito e da atuação estatal no fomento à produção materializou-se, a 22 de junho de 1928, na criação do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, ao qual caberia “fazer a defesa de nossa produção, constituindo um propulsor da riqueza e do progresso” (*apud* FONSECA, 2004b, p. 14).

(2) Após sua chegada ao governo federal, Getúlio Vargas rompeu gradualmente com dogmas do positivismo e passou a utilizar-se de instrumentos condenados pelo grupo gaúcho do qual fazia parte, tais como uma política fiscal expansiva que preconizasse, quando necessário, um orçamento deficitário, empréstimos públicos como meio de fomentar a produção e o estabelecimento de uma legislação trabalhista capitaneada pelo Estado.

a gestão implementada pelos dirigentes do PRR esteve diretamente marcada pelo positivismo, oportunamente classificado por Heinz (2009, p. 264) como “político, instrumental e militante”.

Diante de tais significados teórico e histórico, portanto, Fonseca buscava no positivismo, já no início da década de 1980, elementos econômicos que alargassem o entendimento do conflito entre “chimangos” e “maragatos” no extremo sul do país. Além das notórias divergências políticas – como, por exemplo, o modelo de governo mais adequado à realidade nacional, se parlamentarista ou presidencialista –, passaram a revelar-se diferenças significativas entre dois projetos econômicos para o estado: um liberal e outro mais “autonomista” e afeito à determinada intervenção estatal, tal qual preconizavam os seguidores de Comte. Dessa etapa de sua pesquisa surgiu, anos depois, o artigo “Positivismo, trabalhismo, populismo: a ideologia das elites gaúchas”, publicado em 1993 pela revista *Ensaio FEE*.

Os estudos de Fonseca restringiam-se, até então, à realidade sul-rio-grandense. Sua envergadura como problema de pesquisa expandiu-se para o plano nacional quando dos estudos que embasaram sua tese de doutorado, defendida em 1987, na Universidade de São Paulo, sob orientação do professor Iraci del Nero Costa.

Tendo como objeto de análise o governo Vargas, a pesquisa apoiava-se, em termos metodológicos, na análise dos discursos de Getúlio desde a época em que estudava direito em Porto Alegre. Fonseca notou que o pensamento de Vargas sofrera mudanças expressivas ao longo das últimas duas décadas da República Velha, passando de ideias marcadamente positivistas para um discurso eivado de características novas. Vislumbravam-se ali elementos de um fenômeno político-ideológico inédito, o qual abandonaria dogmas caros ao positivismo, como o superávit fiscal, em benefício de uma intervenção estatal qualificada, posteriormente classificada como desenvolvimentista. Ergia-se, naquele momento, uma das principais linhas de pesquisa que o acompanhariam durante o resto de sua trajetória acadêmica.

Observa-se que a contribuição teórica, histórica e metodológica que Pedro Fonseca ofereceu ao tema deu-se de forma gradual. Mas logo de início, sua pesquisa indicava que os elementos fundantes do desenvolvimentismo já se faziam presentes antes de a política econômica desenvolvimentista propriamente dita vir a ser executada. A tese da coexistência prévia (e paralela) das ideias, que posteriormente formariam o desenvolvimentismo foi paulatinamente construída; ainda assim, retroagir as origens do fenômeno para antes da “Revolução de 1930” representava assumir riscos não negligenciáveis, uma vez que se ia de encontro ao que pregava a historiografia tradicional.

Nesse sentido, seu primeiro *insight* surgiu ao atestar a indissociabilidade entre industrialização e desenvolvimentismo. Em artigo publicado na revis-

ta do Diretório Acadêmico da Faculdade de Ciências Econômicas (DAECA) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Fonseca buscou condicionar o desenvolvimentismo à consciência da política pró-industrialização. À luz do marco teórico de *A Revolução Burguesa no Brasil*, de Florestan Fernandes, além de recorrer a elementos weberianos, Fonseca passou a defender a impossibilidade de um desenvolvimentismo inconsciente, pois projeto que é, exige, por definição, desígnio prévio. Ao analisar os discursos e arrolar as medidas do governo Vargas já na década de 1930, acumulavam-se indícios robustos para sustentar tal interpretação. Assim, refutava-se a tese da “industrialização espontânea”, segundo a qual a industrialização consciente só teria abarcado setores de insumos e bens de capitais com o Plano de Metas, durante o governo Juscelino Kubistchek (1956-1961). Essa primeira abordagem foi veiculada no artigo “Estado e industrialização consciente: 1930-1955”, publicado em 1987 pela revista *Questões de Economia Política*.

A relação imperiosa entre industrialização e desenvolvimentismo foi sendo amadurecida com a evolução de sua pesquisa. Por oportunidade da palestra proferida no IV Encontro de Economia da Região Sul, em Maringá (2001), sua tese foi reforçada por conceitos oriundos do institucionalismo, corrente teórica bastante difundida na Europa e, principalmente, nos Estados Unidos, mas ainda pouco trabalhada no Brasil, mormente na área de história econômica.

De forma esquemática, o *approach* institucionalista recorria à lógica elementar: se instituições – leis, códigos, normas, órgãos etc. – não surgem sem atos deliberados, como classificar a industrialização observada a partir da década de 1930 no Brasil de “não intencional”? A lista de medidas adotadas pelo governo Vargas com esse intuito parece não deixar espaço para dúvida de que o processo de industrialização não só foi consciente, como tampouco se restringiu aos Departamentos 2 e 3, à la Kalecki. Da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), passando pela reforma educacional e a legislação do trabalho, tornava-se difícil argumentar que todas as transformações que ocorriam no país não resultavam de ação deliberada, expressa nos discursos e a um alto custo político, inclusive. Foi desse entendimento que surgiu a ideia para o artigo “Sobre a intencionalidade da política industrializante da década de 1930”, publicado em 2003, na *Revista de Economia Política*.

O tema voltou a ser objeto de pesquisa por ocasião do Colóquio de História do Pensamento Econômico, realizado pelo Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro em homenagem a Ricardo Tolipan. Conquanto a temática do evento se concentrasse em História do Pensamento Econômico – área à qual se dedicou o professor homenageado –, Fonseca explorou a intersecção entre história econômica e pensamento econômico em exposição sobre as origens do pensamento da Comissão de Assuntos Econômicos para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

Buscando separar a teoria em que se baseia da política econômica desenvolvimentista propriamente dita – ideias e práxis –, a leitura prévia à participação no evento revelava que as ideias as quais posteriormente formariam o desenvolvimentismo já se anunciavam havia muito em diversos meios, como o jornalístico, o militar e, em especial, no ambiente político. Fonseca não pretendia minimizar a incontestável contribuição que o surgimento da CEPAL proporcionou à difusão não apenas das diretrizes, mas também, e principalmente, das políticas desenvolvimentistas. Almejava, apenas e tão somente, demonstrar que, antes mesmo de a CEPAL ser criada, em 1948, ideias (e intenções) semelhantes às suas já encontravam adeptos no Brasil, inclusive com presença no discurso oficial.

Nesse sentido, argumentou que aquilo que outrora se limitavam a críticas parciais associadas a interesses específicos passaram, depois da constituição do *think tank*, a ser reconhecidas pela comunidade internacional como saber científico. De fato, esse organismo desempenhou relevante papel ao conferir lastro teórico a ideias que, embora fossem defendidas havia muito por autores brasileiros e latino-americanos, somente na década de 1950 é que foram transformadas em programa de pesquisa, com linguagem e forma mais rigorosas.

A tese da antecipação das ideias em relação à prática se defrontava com a interpretação, hegemônica à época, segundo a qual o desenvolvimentismo fora concebido pela CEPAL. Esta considerava apenas a teorização sobre o desenvolvimentismo, mas não sua existência factual e histórica, como política econômica parcialmente antecipada por administrações estaduais e adotada, *de facto*, pelo governo brasileiro a partir de 1930. Por esse prisma é que se justificava, até então, a industrialização anterior à CEPAL como espontânea ou inconsciente.

Presente na plateia do evento na Universidade Federal do Rio de Janeiro anteriormente mencionado, o editor à época da *Revista Brasileira de Economia* da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro pediu a Fonseca que formalizasse a argumentação em um artigo e o submetesse ao periódico. Dessa solicitação surgiu o *paper* “Origens e vertentes do pensamento cepalino”, publicado em 2000 pela referida revista, no qual, ao resgatar as correntes que formaram o estruturalismo cepalino, Fonseca identificou suas três principais influências teóricas: o liberalismo de “exceção”, o positivismo e o intervencionismo industrializante de List. A primeira baseia-se no próprio entendimento de determinados autores clássicos – especialmente, Adam Smith e John Stuart Mill –, os quais assumiam o liberalismo como regra, mas admitiam casos em que se fazia imperiosa a atuação do Estado. Esta, por sua vez, justificava-se na medida em que se atingissem determinados fins – como o progresso e o bem-estar social –, tal qual apregoava o positivismo. Por fim, à intervenção estatal guardava-se um escopo específico, nos moldes do que propusera o economista alemão Friedrich List no século XIX: a industriali-

zação, único meio de tornar “justo” o comércio entre países, gênese da teoria da deterioração dos termos de troca Singer-Prebisch³.

Já na primeira metade da década de 2000, momento em que se criava a área de economia do desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Economia da UFRGS, a temática voltou a ensejar novas pesquisas que subsidiassem as disciplinas do curso. Assim, baseado na taxonomia anteriormente criada para sistematizar as origens do pensamento cepalino, surgiu uma das principais contribuições de Fonseca à literatura: a delimitação do “núcleo duro” do desenvolvimentismo.

Ainda que difusa e não sistematizada, as correntes que o compõem – a saber, o nacionalismo, a industrialização e o papelismo – restringiam-se a ideias independentes, as quais não configuravam um projeto formalmente elaborado. Assim como a dialética de Hegel, a economia ricardiana e o socialismo utópico, isolados, não encerravam o marxismo, as três correntes supracitadas, quando apartadas, tampouco abarcavam a envergadura do projeto desenvolvimentista em sua completude. Conforme ressalta Fonseca (2004a, p. 2), “sem uma política consciente e deliberada não se pode falar em desenvolvimentismo. Este não pode ser reduzido a simples medidas de expansão da Demanda Agregada, a manifestações nacionalistas ou a reivindicações corporativistas em defesa da indústria”⁴. Ao somatório das três correntes faltava o invólucro de um último elemento necessário para sua plena configuração histórica: a defesa de uma ação racional com o propósito de construir um futuro desejável – o positivismo. Nesse sentido, Fonseca argumenta que da união dessas causas surgiu um fenômeno inédito, o qual não apenas extrapolou o sentido individual de cada uma delas, como também se sobrepôs ao alcance prático e ao significado teórico de seu simples somatório.

A lógica subjacente a seu raciocínio embasa a tese de que, no plano das ideias, a concepção do ideário remonta a décadas anteriores à sua implementação como política econômica propriamente dita. Ainda assim, ressalta Fonseca que “nem sempre os três elementos do ‘núcleo duro’ aparecem associados historicamente”, de modo que, para se falar em desenvolvimentismo, portanto, deve-se verificar a “associação daqueles em um *conjunto comum* de ideias concatenado e estruturado” (FONSECA, 2004a, p. 2, grifos do autor).

Nesse sentido, argumenta-se que o desenvolvimentismo não irrompeu de forma espontânea e repentina, tampouco surgiu em decorrência da crise econômica iniciada com a quebra da bolsa de valores em Nova Iorque, em 1929. Tratou-se,

(3) A tese da deterioração dos termos de troca, tradicionalmente atribuída a Raúl Prebisch, guarda expressiva similaridade com uma das bases do Sistema Nacional de Economia Política, de List. Ao indicar que as origens de um dos principais pilares do estruturalismo cepalino fora antecipada décadas antes por aquele economista alemão, Fonseca foi um dos primeiros analistas a destoar do referido consenso entre os economistas desenvolvimentistas.

(4) Mais uma vez, observa-se a pertinência de seu esforço em diferenciar o projeto desenvolvimentista do keynesianismo.

pelo contrário, de um típico processo de construção política e intelectual, fruto da realidade brasileira e da consciência gradual de determinados atores de sua elite em relação à situação de atraso em que vivia o país. Enraizado localmente, diferia, por exemplo, do movimento antropofágico, o qual, embora tenha procurado assimilar criticamente valores culturais estrangeiros, foi, por estes, diretamente moldado e influenciado. De modo que, ao grupo que assumiu o poder em 1930 não se fazia totalmente desconhecido o corpo das ideias desenvolvimentistas – embora qualificações de rumo e de vulto foram a ele ulteriormente adicionadas.

Quando se perscruta as origens do fenômeno, percebe-se, pois, que sua história possui raízes mais longevas. Naquele momento, já se fazia clara a noção de que o desenvolvimentismo surgiu da união dessas três correntes, as quais surgiram separadas e, ainda antes de 1930, amalgamaram-se para, gradativamente, dar forma ao desenvolvimentismo como política econômica factual. Confirmava-se, ademais, que o positivismo não compunha o “núcleo”, pois precisava ser superado para dar veia a um fenômeno novo. Essa tese foi formalizada no artigo “Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil”, publicado pela revista *Pesquisa & Debate*, em 2004.

Em que pese a farta bibliografia referente às duas primeiras vertentes do “núcleo duro”, pouco se conhecia acerca da terceira: o papelismo. Em 2005, por ocasião de sua exposição no IV Encontro Ibérico de História do Pensamento Econômico, em Lisboa, o professor Luiz Carlos Bresser-Pereira sugeriu que se esclarecesse de forma mais detida a relevância do papelismo para a formação do desenvolvimentismo. Assim, recomendou que Pedro Fonseca explorasse melhor essa hipótese em artigo à parte, sugestão da qual surgiram os trabalhos “A controvérsia entre metalismo e papelismo e a gênese do desenvolvimentismo no Brasil”, apresentado em 2008 no XXXVI Encontro Nacional de Economia da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC), em Salvador, e ‘Metalistas x papelistas: origens teóricas e antecedentes do debate entre monetaristas e desenvolvimentistas’, publicado em 2012, em parceria com a professora Maria de Lourdes Mollo, pela *Nova Economia*.

Por fim, o tema voltou a ser objeto de sua análise quando, convidado por Ricardo Dathein – organizador da coletânea sobre desenvolvimento econômico incumbida a professores e alunos do PPGE/UFRGS (*Desenvolvimentismo*, 2015) –, Pedro Fonseca ficou a cargo da redação do primeiro capítulo da obra, o qual, em algum grau, sintetiza toda sua acepção acerca do fenômeno.

Diante dos diversos entendimentos sobre o desenvolvimentismo presentes na literatura, Fonseca inovou ao buscar uma definição para o conceito que fugisse do “tipo ideal” para, assim, eximir-se de valoração apriorística.

Ao perceber que tanto a ortodoxia quanto parte dos autores marxistas associava o desenvolvimentismo ao populismo, evidenciava-se que ambos tendiam a cir-

cunscrevê-lo ao período da substituição de importações, estratégia sutil para atestar a datação do fenômeno. Ao definir desenvolvimentismo à luz de suas próprias idiosincrasias teóricas e/ou ideológicas, a maioria dos autores permitia que concepções “axiomáticas” moldassem o resultado de suas análises. Desse modo, a polissemia do conceito resultava em ambiguidade quanto ao espectro denotativo por ele coberto.

Assumindo que um conceito corresponde a um fenômeno tanto da realidade histórica quanto da ideia no discurso político, Fonseca apoiou-se no método de “construção de um conceito”, desenvolvido pelo cientista político italiano Giovanni Sartori, para definir o desenvolvimentismo a partir das experiências históricas observadas na América Latina ao longo do século XX. Fonseca estudou as diversas experiências latino-americanas consideradas pela literatura como desenvolvimentistas para delimitar o conjunto de atributos que categorizam o conceito.

Além de concentrados na história brasileira, seus estudos sobre o desenvolvimentismo salientavam, até então, os diversos aspectos que circunscvem a política econômica propriamente dita, fossem esses instrumentos meio ou fim. A partir da referida pesquisa empírica, o conceito de desenvolvimentismo formulado por Fonseca passou a abarcar, também, aspectos institucionais, resultando no artigo “Desenvolvimentismo: a construção do conceito”, publicado originalmente pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 2013, e, posteriormente, no livro supracitado.

Diante dos fatos narrados acima, observa-se que a evolução da pesquisa de Pedro Fonseca acerca do desenvolvimentismo deu-se de forma escalonada, porém contínua. Sua significativa contribuição para a literatura extrapola a área do desenvolvimentismo, ainda que seus trabalhos mais conhecidos discorram direta ou indiretamente acerca da temática.

Além disso, nota-se que a maioria dos artigos publicados sobre o tema (em livros ou periódicos) veio à tona quando demandados por colegas pesquisadores ou editores de revistas. Também apoiado na contribuição de seus orientandos, cujos trabalhos instigam e incitam novas pesquisas, Fonseca fez de sua obra sobre o desenvolvimentismo referência obrigatória aos que se encarregam de estudar e pretendem entender a realidade brasileira do século XXI.

REFERÊNCIAS

BOSI, A. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

DATHEIN, R. (Org.). **Desenvolvimentismo: o conceito, as bases teóricas e as políticas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

FONSECA, P. C. D. Estado e industrialização consciente: 1930-1945. **Questões de**

economia política, Porto Alegre, ano 3, n. 4, p. 20-32, 1987.

_____. Positivismo, trabalhismo, populismo: a ideologia das elites gaúchas. **Ensaaios FEE**, v. 14, n. 2, p. 410-21. Porto Alegre: FEE, 1993.

_____. As origens e vertentes do pensamento cepalino. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 3, p. 333-358, 2000.

_____. Sobre a Intencionalidade da Política Industrializante do Brasil na Década de 1930. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 23, n. 1 (89), p. 133-48, jan./mar. 2003.

_____. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. **Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 15, n. 2 (26), p. 225-256, 2004a.

_____. Do progresso ao desenvolvimento: Vargas no contexto da I República. XXXII Encontro Nacional de Economia da ANPEC. João Pessoa, 2004b.

_____. A controvérsia entre metalismo e papelismo e a gênese do desenvolvimentismo no Brasil. XXXVI Encontro Nacional de Economia da ANPEC. Salvador, 2008.

_____. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. In: DATHEIN, R. (Org.). **Desenvolvimentismo**: o conceito, as bases teóricas e as políticas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

FONSECA, P. C. D.; MOLLO, M. de L. R. Metalistas x papelistas: origens teóricas e antecedentes do debate entre monetaristas e desenvolvimentistas. **Nova Economia**, Belo Horizonte, 22 (2), p. 203-233, maio/ago., 2012.

HEINZ, F. M. Positivistas e republicanos: os professores da Escola de Engenharia de Porto Alegre entre a atividade política e a administração pública (1896-1930). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 29, n. 58, p. 263-289, 2009.

IANNI, O. Tendências do pensamento brasileiro. **Tempo Social**, São Paulo, 12 (2), p. 55-74, nov. 2000.

14

INSTITUIÇÕES E DESENVOLVIMENTISMO: UMA CONTRIBUIÇÃO A PARTIR DA OBRA DE PEDRO FONSECA

SÉRGIO MARLEY MODESTO MONTEIRO

Bacharel (1991) em economia pela Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Doutor (1999) em economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor titular da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS.

1. INTRODUÇÃO

Pedro Cezar Dutra Fonseca foi meu professor nas disciplinas de Economia Brasileira e de História do Pensamento Econômico, além de meu orientador de tese durante meu curso de doutorado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mais do que o conteúdo das matérias lecionadas, aprendi com ele o que é ser um pesquisador. Em suas aulas, Pedro Fonseca nos brindava toda semana com preleções de altíssimo nível, aliando conhecimento, cultura e verve a um talento único para transformar qualquer tema em algo interessante, por mais árido que em princípio parecesse. Sua orientação durante o período de tese foi na medida certa para a realização do meu trabalho. Pedro Fonseca permitiu que eu tivesse a liberdade necessária para desenvolver minhas próprias ideias sobre o tema, ao mesmo tempo em que me guiava pelos caminhos mais promissores. Este texto expressa de maneira singela e reverente minha admiração e gratidão por seus ensinamentos e por sua amizade. Hoje somos colegas na UFRGS, mas o professor Pedro Fonseca continua e continuará sendo meu mestre.

Este artigo utiliza a contribuição teórica do professor Pedro Fonseca sobre o desenvolvimentismo para estudar o papel das instituições no desempenho econômico brasileiro durante o período de substituição de importações (1930-1980). É mais um exemplo da influência que o trabalho de Pedro Fonseca exerceu sobre seus alunos, colegas, leitores de seus livros e artigos e, como no meu caso, seus orientandos. Somos membros de diversas correntes de economistas, de diferentes gerações e de distintas linhas de pensamento que se beneficiaram de suas extraordinárias aulas e de sua vasta e qualificada produção acadêmica. Este estudo é uma aplicação prática dessa produção em um tema de história econômica.

Entre as principais contribuições de Fonseca está a compreensão do fenômeno do desenvolvimentismo, pensado desde a sua gênese até às consequências práticas da formulação de políticas econômicas sob sua inspiração. Mais do que simplesmente propor um conceito, o que por si só já seria uma contribuição relevante na área de economia do desenvolvimento, o trabalho de Fonseca apresenta o desenvolvimentismo como um programa de ação, revelando como sua prática foi adaptada ao contexto de diferentes países, e antecipando o papel que as instituições desempenham nesse processo.

A teoria do crescimento em sua versão tradicional ressalta o capital, o trabalho e a mudança técnica como as fontes do crescimento econômico, mas nos últimos anos vários estudos destacaram a importância das instituições para o desempenho econômico dos países. Acemoglu, Johnson e Robinson (2001, p. 1369) afirmam que *“countries with better ‘institutions’, more secure property rights, and less distortionary policies will invest more in physical and human capital, and will use these factors more efficiently to achieve a greater level of income”*. Sob a influência de Dou-

glass North, a chamada Nova Economia Institucional (NEI) forneceu um arcabouço para explicar como as instituições afetam o crescimento econômico. De acordo com North (1995, p. 3), *“institutions are the rules of the game in a society or, more formally, are the humanly devised constraints that shape human interaction”*. Essas regras podem ser formais ou informais, criadas ou resultado da evolução ao longo do tempo, e afetam o desempenho econômico por meio de seus efeitos sobre os custos de produção e de transação.

Embora a origem do conceito de custo de transação remonte a Coase (1937), somente nas últimas décadas ganhou importância para explicar o crescimento econômico. De acordo com North (1995), há um custo de se obter a informação relevante para a realização das trocas econômicas e essa informação pode estar distribuída assimetricamente entre as partes, e disso decorrem os custos de transação. As instituições são importantes para explicar o desempenho econômico porque afetam a magnitude dos custos de transação e influenciam as decisões dos agentes no sentido de adotarem ações com maior ou menor grau de eficiência. Os elevados custos de transação nos mercados políticos e econômicos resultam em óbices ao crescimento e ao desenvolvimento econômico.

O Brasil passou por um processo de mudança econômica ao longo do século XX que alterou sua estrutura econômica primário-exportadora, herdada do período imperial. A partir da década de 1930, com o processo de substituição de importações, a ideia de desenvolvimento tornou-se associada à industrialização. Fonseca (2003) ressalta que a criação de instituições pelo governo evidenciou a escolha da industrialização como seu principal objetivo. O “desenvolvimentismo”, uma ideologia que em alguns aspectos pode ser considerada similar ao keynesianismo na Europa Ocidental, condicionou o funcionamento da economia em geral e da política econômica em particular. Não só instituições formais e organizações foram criadas para apoiar a industrialização, mas também novas crenças e valores foram moldados no período. A estrutura do Estado foi reformada e um conjunto de regulações foi estabelecido para sustentar o projeto de desenvolvimento.

O governo foi o principal agente no processo de substituição de importações, orientando o investimento para a industrialização de muitas maneiras: alocação de recursos, criação de monopólios estatais, proteção contra a concorrência estrangeira, regulamentação do sistema financeiro e estabelecimento de impostos e tarifas discricionárias. Embora os benefícios em termos de estímulo ao crescimento industrial sejam evidentes, as medidas intervencionistas tiveram implicações em termos de produtividade e eficiência. As distorções associadas ao papel que o governo brasileiro desempenhou no processo de industrialização afetaram o desempenho macroeconômico.

A maioria das análises sobre a produtividade da economia brasileira durante o processo de substituição de importações e sobre a perda de dinamismo a partir da década de 1980 menciona aspectos que podem ser relacionados ao quadro institucional¹. O objetivo principal deste trabalho é, com base nas contribuições de Fonseca sobre o desenvolvimentismo no Brasil, proceder a uma investigação preliminar sobre o papel das instituições no desempenho da economia brasileira no período de substituição de importações (1930-1980). Em particular, este trabalho busca identificar em que medida as instituições desenvolvimentistas podem ser associadas à produtividade da economia no período. Assume-se que as instituições definem o conjunto de oportunidades, o sistema básico de incentivos e os custos de transação associados às trocas econômicas. O governo pode reduzir os custos de transação envolvidos nesse processo através do estabelecimento de regras claras e estáveis no que diz respeito aos direitos de propriedade (leis, regulações e sanções), ao funcionamento dos mercados e à garantia de cumprimento dessas regras. O papel do governo deve ser o de criar um ambiente favorável para a atividade econômica. Na medida em que as instituições conduzam a ações que não sejam orientadas para o aproveitamento das vantagens de mercado e para a correção de suas falhas, há um efeito negativo sobre a produtividade na economia.

Este artigo está estruturado em duas seções, além da introdução e das considerações finais. Na segunda seção é apresentada a natureza das instituições brasileiras, tendo-se como base os conceitos de patrimonialismo, apresentado por Faoro (2011), e de desenvolvimentismo, formulado por Fonseca (2004). A avaliação da influência das instituições sobre o crescimento é feita na terceira seção por meio de um exercício de contabilidade do crescimento. Busca-se avaliar o nível de eficiência da economia identificando-se a contribuição dos componentes capital, capital humano, produtividade total dos fatores e produtividade total dos fatores descontada para o crescimento do produto por trabalhador na economia brasileira durante o período de 1940 a 1980.

2. INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS

2.1 PATRIMONIALISMO

O domínio português exerceu uma influência significativa sobre a forma como as instituições brasileiras foram moldadas. De acordo com Faoro (2001), o patrimonialismo² é um dos legados portugueses para o Brasil. Ele foi transplantado

(1) Ver, por exemplo, Abreu e Verner (1997), Hofman e Mulder (1998), Bonelli e Fonseca (1998) e Bacha e Bonelli (2005).

(2) Max Weber criou os tipos ideais burocracia e patrimonialismo para descrever os tipos de dominação legítima. O patrimonialismo é uma forma tradicional de dominação, na qual

para a nova nação e constituiu a base sobre a qual o Estado foi organizado, do Império à República. Faoro destaca as consequências econômicas, políticas e sociais do patrimonialismo na nação brasileira e atribui a ele parte da responsabilidade pelos problemas estruturais que o país passou a enfrentar depois da sua independência.

Em 1930, o presidente Getúlio Vargas iniciou um processo de modernização do Estado brasileiro na direção de uma administração do tipo racional-legal. Sikink (1991) aponta algumas ações que ilustram o compromisso de Vargas com um novo modelo de gestão: a organização das carreiras na função pública, o estabelecimento do concurso público como forma de ingressar nessas carreiras e a criação, em 1938, do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), responsável por controlar as funções burocráticas do governo. Essas iniciativas dotaram o governo de um grupo de funcionários com treinamento e habilidades para o exercício das funções burocráticas.

Sikink (1991) menciona que, em resposta às deficiências do processo de reforma do serviço público, foi utilizada a estratégia de criação de “bolsões de eficiência” fora da burocracia tradicional ou em áreas não afetadas pelas reformas. Essa “burocracia isolada” incluía empresas estatais, bancos estatais, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), conselhos de formulação de políticas e grupos executivos de trabalho. Esse ramo da burocracia foi responsável pela formulação e pela implementação de algumas das políticas econômicas adotadas pelo governo após a década de 1930. O arranjo específico que incluía os dois tipos de burocracia constituiu um sistema dual: em algumas áreas do governo, a administração racional-legal prevaleceu; em outras, as práticas de natureza patrimonialista foram mantidas. Muitas vezes essa dualidade podia ser observada simultaneamente dentro da mesma organização.

O Estado brasileiro, apesar de ter incorporado características racionais-legais em sua estrutura de dominação, manteve bem preservada a sua herança patrimonial. Ações de natureza contratual e impessoal coexistiram com ações personalistas, arbitrárias e discricionárias na administração pública. A estrutura racional-legal que o governo procurou estabelecer repousava sobre uma superestrutura patrimonialista e as mudanças nas regras formais foram limitadas pelas regras informais. O caráter instável das Constituições do período atesta a natureza do problema: embora elas contivessem os princípios republicanos básicos de separação dos domínios pú-

não há uma divisão clara entre aspectos privados e públicos, e o governante exerce o poder pela tradição. A dominação patrimonialista contrasta com a dominação racional-legal, que é baseada em um sistema de regras legalmente aprovadas. Weber argumenta que a administração racional-legal é superior à administração patrimonial porque é baseada em um sistema jurídico que favorece a previsibilidade, permitindo que os indivíduos possam inferir as consequências de suas ações. Sistemas burocráticos racionais-legais são impessoais, fazem uma distinção clara entre as esferas pública e privada e favorecem a especialização e a divisão do trabalho. Por essas razões são mais propícios ao desenvolvimento econômico.

blico e privado, foram promulgadas em um ambiente no qual os valores patrimoniais estavam em vigor³. Quando esses princípios entravam em conflito com os interesses da elite dominante, os interesses sobrepunham-se aos princípios.

Em sua análise do patrimonialismo brasileiro, Faoro (2001) destaca dois aspectos que marcaram a sua influência na economia depois de 1930: o nacionalismo e o intervencionismo. Ambos estão intimamente ligados e são subprodutos do patrimonialismo no seu processo de adaptação às mudanças no ambiente econômico. O nacionalismo cumpre o papel de dar um verniz ideológico para a intervenção do governo na economia. De acordo com Faoro (2001, p. 849, “o nacionalismo será a ideologia dos remos que batem nas águas retraídas e rasas, apesar dos protestos de fidelidade à moeda estável, ao padrão-ouro [...]”. Não era o mesmo nacionalismo dos rebeldes contra o domínio colonial português nem o nacionalismo liberal de inspiração europeia do início da República. O nacionalismo anti-liberal pós-1930 foi uma reação contra a estrutura federativa e individualista da nova República. Em relação ao intervencionismo depois de 1930, Faoro argumenta que houve um “regresso patrimonialista” quando os governantes se sentiram capazes de comandar a economia. Eles formaram uma “comunidade burocrática”, de caráter estamental, que se colocava acima das classes sociais e que assumiu a tarefa de conduzir o país.

Em termos econômicos, o patrimonialismo brasileiro gerou um capitalismo deformado pela intervenção estatal. Em vez de fornecer aos agentes econômicos as condições para a previsibilidade do processo de produção, o Estado interveio em favor dos grupos que detinham o poder econômico e político. Usando a expressão de Faoro (2001), é um capitalismo sem alma, porque adota a técnica do capitalismo moderno, mas não aceita sua racionalidade jurídica impessoal. Sem essa racionalidade, que está presente nos valores culturais, religiosos e éticos, não é possível estabelecer a previsibilidade que, segundo Weber, caracteriza e distingue o capitalismo moderno de outros modos de produção. Não existem regras políticas e econômicas estáveis. As regras são feitas para servir aos interesses dos grupos que estão no poder e têm de mudar quando esses interesses mudam. O nacionalismo e o intervencionismo funcionaram como instrumentos para converter o patrimonialismo pessoal, típico do período colonial e do Império, em patrimonialismo estatal, e estão na base do modelo de desenvolvimento econômico adotado a partir de 1930: o desenvolvimentismo.

(3) Embora não mencionem o patrimonialismo, North, Summerhill e Weingast (1999, p. 47) aludem à existência de um fenômeno semelhante na América espanhola: *“Throughout this region, attempts to create new republican institutions clashed with the political foundations of the old order. Under the royal system, rights were granted to individuals and groups based on personalistic ties to the crown. The result was huge land grants to wealthy individuals and the church; rights and privileges for the military; and a large series of local monopolies ranging from production, to commerce, to long-distance trade”*.

2.2 DESENVOLVIMENTISMO

Faoro (2001) afirmou que nacionalismo e intervencionismo combinaram-se em uma estrutura patrimonialista e em uma ordem estatal centralizada para definir um novo modo de funcionamento da economia, no qual o estado lidera o desenvolvimento econômico. No entanto, a gênese do desenvolvimentismo brasileiro ocorreu quando um novo elemento foi integrado a essa estrutura. De acordo com Fonseca (2004), o desenvolvimentismo estabeleceu-se como uma ideologia quando a defesa da industrialização foi acrescentada ao seu programa⁴. Mais do que isso, apenas quando o nacionalismo e o intervencionismo foram combinados com a defesa da industrialização é que o desenvolvimentismo tornou-se um “guia para a ação” do governo. Fonseca observa que, como ideologia, o desenvolvimentismo justificava-se ao incorporar a ideia de que a função principal do governo é a de promover o desenvolvimento econômico.

Fonseca lembra que, ao longo da história das ideias no Brasil, o nacionalismo, o intervencionismo e a defesa da industrialização nem sempre caminharam juntos. O nacionalismo é mais antigo; sua origem remonta ao período colonial e assumiu várias formas ao longo dos anos. Segundo Burns (1968, p. 7), “*An unbroken territory, a common language, a unifying religion, and shared ideological preferences have formed the basis for Brazilian nationalism*”. Burns divide o nacionalismo brasileiro em três fases. A primeira, chamada de “nativismo colonial”, foi caracterizada por uma devoção à terra, sem uma maior conotação econômica ou política. A segunda, típica do século XIX, foi chamada de “nacionalismo defensivo”, pois havia uma crescente desconfiança com relação aos estrangeiros e aos seus interesses no país. A terceira fase é dividida em duas subfases. A primeira subfase cobriu as três primeiras décadas do século XX e foi caracterizada por uma concentração em aspectos políticos e culturais. A segunda subfase começou em 1930 e assumiu um caráter econômico. De acordo com Burns, nesse último estágio o nacionalismo tornou-se uma força ofensiva. Faoro (2001, p. 792) dá suporte a esse ponto de vista ao afirmar que, depois de 1930, o nacionalismo não se limitou a discursos contra estrangeiros. Sob inspiração nacionalista, a perspectiva foi a de “reconstruir, reorganizar, reformar o país, por meio do Estado”. O nacionalismo foi transformado em um dos pilares filosóficos do desenvolvimento e tornou-se “um instrumento para a mudança” e a “chave para o desenvolvimento”, conforme citado por Burns.

Fonseca (2004) observa que, antes de 1930, o nacionalismo não estava associado com o intervencionismo ou com a defesa da industrialização. Em sua segunda fase, o nacionalismo e o liberalismo estiveram juntos porque a reação nacionalista contra Portugal tomou uma forma liberal, com o repúdio às instituições mercantilistas.

(4) Esse fenômeno não foi restrito ao Brasil. Como mencionado por Sikkink (1991, p. 32), “*In one form or another, all developmentalism was based on the belief that industrialization was necessary for development*”.

tas portuguesas, bem como à regulamentação e às concessões monopolistas relacionadas a elas. Da mesma forma, a existência de um nacionalismo agrário atesta que o nacionalismo não era necessariamente ligado à industrialização. Alberto Torres, um importante político e pensador brasileiro, foi um dos principais representantes do nacionalismo do início do século XX, e seu trabalho era uma “tentativa de reagir ao processo de industrialização” (SOUZA, 2005, p. 316). Para Faoro (2001), o nacionalismo industrial resultou de um “sentimento de exploração” e tomou forma com o Código de Águas e com o Código de Mineração, ambos promulgados em 1934, e com a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), criada em 1941.

Ainda de acordo com Fonseca (2004), o intervencionismo brasileiro teve uma forte influência das ideias positivistas, que encontraram terreno fértil entre os republicanos idealistas, especialmente do meio militar, no final do Império e início da República. Embora de forma idiossincrática, o Brasil adotou o positivismo de Auguste Comte no que diz respeito à rejeição do liberalismo e à aceitação do autoritarismo. Na visão brasileira do positivismo, o Estado poderia intervir na economia, uma vez que essa intervenção levaria ao progresso da sociedade⁵. Os positivistas brasileiros viam o Estado como o ente responsável pela implementação da racionalidade burocrática no país. No entanto, como observado por Fonseca, o intervencionismo estava limitado pela defesa do orçamento equilibrado (justificado pela necessidade de ordem). De qualquer forma, o germe do pensamento intervencionista pode ser encontrado no positivismo brasileiro e sua presença em um ambiente patrimonialista fez do intervencionismo outro pilar do desenvolvimentismo.

Fonseca (2004) menciona que o intervencionismo é também um subproduto da controvérsia “metalismo” *versus* “papelismo”, que foi uma espécie de versão brasileira do debate britânico entre Currency School *versus* Banking School. Com base na teoria econômica convencional, os “metalistas” eram favoráveis ao sistema padrão-ouro e afirmavam que a prioridade da política econômica deveria ser a estabilidade da moeda. Os “papelistas” ressaltavam o papel anticíclico da política econômica, consideravam o crescimento econômico como prioridade e admitiam a manipulação das taxas de juros para estimular a economia. Eles contribuíram para a formação do pensamento desenvolvimentista propondo o uso de uma teoria econômica não convencional e recomendando a utilização da política econômica como um instrumento para impulsionar o crescimento.

No que diz respeito à defesa da industrialização, o debate foi intenso no final do século XIX e início do século XX. As discussões centravam-se nos conceitos de indústria artificial (que incluíam as atividades industriais que precisavam de medidas protecionistas) e de indústria natural (referente às atividades industriais que não precisavam de protecionismo por fazer uso dos recursos terra e mão de

(5) De acordo com o lema de Comte para a reorganização da sociedade: “o amor por princípio, a ordem por base, o progresso por fim”.

obra, que eram abundantes). De acordo com Fonseca (2004), o manifesto da Associação Industrial do Rio de Janeiro em defesa da industrialização, em 11 de maio de 1882, marcou a inauguração do intervencionismo pró-indústria. Os argumentos em favor da industrialização enfatizavam dois aspectos que estão no núcleo do desenvolvimentismo brasileiro. De um lado, os partidários da industrialização acusavam o pensamento liberal de condenar o país à produção primária e, portanto, à estagnação econômica. Por outro lado, eles associavam a industrialização com a independência do país, dando uma conotação nacionalista ao discurso.

A combinação de nacionalismo, intervencionismo e defesa da indústria no mesmo conjunto de ideias deu ao desenvolvimentismo sua configuração final. Na base desse arranjo estava o patrimonialismo estatal. Nas palavras de Faoro (2001, p. 871), “o patrimonialismo se amolda às transições, às mudanças, em caráter flexivelmente estabilizador do modelo externo, concentrando no corpo estatal os mecanismos de intermediação, com suas manipulações financeiras, monopolistas, de concessão pública de atividade, de controle do crédito, de consumo, de produção privilegiada, numa gama que vai da gestão direta à regulamentação material da economia”. Fonseca (2004) destaca que o desenvolvimentismo não era apenas um conjunto de ideias articuladas em torno da meta da industrialização. Foi um guia de ação e orientou a formulação de políticas de estímulo à industrialização. As políticas econômicas adotadas durante o período de substituição de importações refletiram a estrutura institucional brasileira, sintetizada na ideologia e no plano de ação desenvolvimentista.

3. INSTITUIÇÕES, POLÍTICAS E PRODUTIVIDADE

Na tradição neoclássica, diferenças nas trajetórias de acumulação de fatores de produção explicam as diferenças nas taxas de crescimento dos países. A acumulação de fatores, por sua vez, é explicada por algum elemento exógeno, como a taxa de poupança (modelo de Solow) ou as preferências (CASS, 1965; KOOPMANS, 1965). Nas versões mais modernas dos modelos de crescimento, a acumulação é um resultado endógeno do sistema econômico, desencadeado pela inovação tecnológica (ROMER, 1986; LUCAS, 1988; ROMER, 1990; GROSSMAN e HELPMAN, 1991). Essas visões de crescimento, no entanto, não explicam o que torna alguns países mais capazes de acumular capital físico e humano ou de promover inovações tecnológicas mais rapidamente do que outros. Usando esse arcabouço teórico, não é possível responder por que alguns países crescem mais rapidamente do que outros ou por que alguns países enriquecem e outros permanecem pobres ao longo do tempo. E essas são questões-chave na economia do desenvolvimento.

Segundo North (1995), as instituições explicam a diferença de desempenho entre países. Um conjunto de instituições políticas e econômicas que proporciona baixos custos de transação está na base do crescimento econômico. As instituições definem a estrutura de incentivos que prevalece na economia de mercado e contribuem para o crescimento econômico ao reduzir a incerteza e aumentar a eficiência no ambiente em que ocorrem as transações. De acordo com Acemoglu e Robinson (2010, p. 7): “*economic institutions matter for economic growth because they shape the incentives of key economic actors in society. In particular, they influence investments in physical and human capital and technology and the organization of production*”. Além de determinar o produto potencial da economia, as instituições também afetam a distribuição de recursos entre os agentes econômicos. Vários estudos identificam uma correlação entre as variáveis institucionais e o crescimento econômico e mostram que os países com melhores instituições econômicas têm maiores rendimentos médios.

Para avaliar a influência das instituições sobre o crescimento, calculou-se a Produtividade Total dos Fatores Descontada (PTFD), utilizando-se o arcabouço teórico da contabilidade do crescimento. Nesse estudo, a PTFD é uma espécie de *proxy* da qualidade das instituições. Seguiu-se a metodologia utilizada por Gomes, Pessoa e Veloso (2003), separando a produtividade total dos fatores (PTF ou resíduo de Solow) em dois componentes: o primeiro com a evolução da fronteira tecnológica e o segundo com a evolução da produtividade total dos fatores descontada (PTFD), que se refere ao crescimento da produtividade que é específico para o Brasil. Com base em Gomes, Pessoa e Veloso (2003), foram adotadas as seguintes premissas: a taxa de evolução da fronteira tecnológica é dada pela taxa de crescimento de longo prazo do produto por trabalhador na economia dos Estados Unidos da América (EUA); a taxa de crescimento de longo prazo do produto por trabalhador reflete, *ceteris paribus*, o crescimento da produtividade do trabalho; a função de produção agregada é homogênea de primeiro grau em capital e trabalho; o impacto da educação sobre a produtividade do trabalhador é dado pelo impacto da escolaridade sobre a remuneração dos trabalhadores no mercado de trabalho; o impacto do capital sobre o produto é dado pelo seu retorno no mercado de capital.

Considerando-se uma função de produção neoclássica, a produtividade total dos fatores descontada foi calculada por⁶:

$$A_t = \frac{y_t}{k_t^\alpha (H_t \lambda_t)^{1-\alpha}}$$

(6) Fontes dos dados entre parênteses: PIB (IPEADATA); População (IPEADATA e IBGE); População Economicamente Ativa (IPEADATA e IBGE); Capital (dados gentilmente cedidos por Lucilene Morandi, referentes a seu paper “Estoque e Produtividade de Capital Fixo - Brasil, 1940-2004” - UFF/Economia - Textos para Discussão, TD 174, agosto, 2005, disponível em <http://www.uff.br/econ/>); Capital Humano (Barro e Lee (2000) e Gomes, Pessoa e Veloso (2003)).

sendo y_t o produto por trabalhador no tempo t , k_t o capital por trabalhador em t , H_t o capital humano em t , $\lambda_t = (1+g)^t$ a evolução da fronteira tecnológica e g a taxa de crescimento de longo prazo do produto por trabalhador na economia americana.

A importância relativa das variações de cada fator para o crescimento do produto por trabalhador, entre dois pontos do tempo, é obtida por:

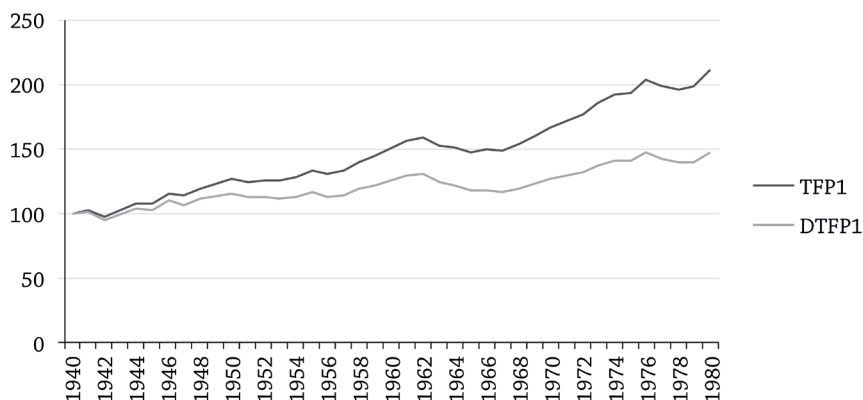
$$\ln \frac{y_{t+N}}{y_t} = \ln \frac{A_{t+N}}{A_t} + (1-\alpha) \ln \frac{\lambda_{t+N}}{\lambda_t} + \alpha \ln \frac{k_{t+N}}{k_t} + (1-\alpha) \ln \frac{e^{\phi(h_{t+N})}}{e^{\phi(h_t)}}$$

A contribuição de cada fator para a taxa de crescimento em cada ano é dada por:

$$\frac{\ln \frac{A_{t+N}}{A_t}}{\ln \frac{y_{t+N}}{y_t}} = \frac{(1-\alpha) \ln \frac{\lambda_{t+N}}{\lambda_t}}{\ln \frac{y_{t+N}}{y_t}} = \frac{\alpha \ln \frac{k_{t+N}}{k_t}}{\ln \frac{y_{t+N}}{y_t}} = \frac{(1-\alpha) \ln \frac{e^{\phi(h_{t+N})}}{e^{\phi(h_t)}}}{\ln \frac{y_{t+N}}{y_t}}$$

O Gráfico 1 abaixo mostra a evolução da produtividade total dos fatores e da produtividade total dos fatores descontada de 1940 a 1980 (1940 = 100). Há dois períodos de maior crescimento da produtividade. O primeiro ocorreu na segunda metade da década de 1950 e o segundo no final dos anos 1960 e início dos anos 1970.

Gráfico 1 – Evolução da PTF e da PTFD, de 1940 a 1980



A Tabela 1 mostra as taxas de crescimento por período. Os períodos de maior crescimento da produtividade, que podem ser vistos no gráfico, são: o governo Juscelino Kubitschek, no qual o Plano de Metas foi concebido e executado e foram adotadas medidas de estímulo ao investimento direto estrangeiro; e o chamado “Milagre Econômico”, no qual foi implementado um conjunto de reformas institucionais. Em ambos os períodos, as taxas de crescimento da PTFD estavam mais próximas das taxas de crescimento da Produtividade Total dos Fatores (PTF). Pode-se notar que a produtividade é pró-cíclica, crescendo mais rapidamente quando a economia está em crescimento.

Tabela 1 – Taxa de crescimento anual (taxa de crescimento acumulada entre parênteses)

CARACTERIZAÇÃO	PERÍODO	Y	K	H	PTF	PTFD
Era Vargas	1940-1955	3.97 (81.46)	5.42 (125.50)	1.17 (19.21)	1.90 (33.04)	0.99 (16.04)
Plano de Metas	1956-1960	6.39 (29.15)	7.33 (34.08)	1.29 (5.31)	3.73 (16.09)	2.82 (11.93)
Crise e ajustamento	1961-1966	1.13 (5.79)	5.82 (33.75)	1.37 (7.07)	-0.94 (-4.57)	-1.85 (-8.82)
Milagre Econômico	1967-1973	5.30 (37.43)	8.63 (67.82)	0.35 (2.15)	3.74 (25.18)	2.83 (18.52)
II PND	1974-1980	4.52 (31.16)	8.76 (69.14)	0.45 (2.74)	1.59 (10.03)	0.68 (4.18)
Todo o período	1940-1980	4.09 (413.72)	6.80 (1419.42)	0.95 (46.01)	1.88 (111.91)	0.97 (47.19)

A decomposição do crescimento do produto por trabalhador é mostrada na Tabela 2. Considerando o período de 1940 a 1980, a principal contribuição para o crescimento foi dada pela acumulação de capital físico. A produtividade total dos fatores também foi importante, mas sua contribuição está fortemente relacionada com a evolução da fronteira tecnológica. Descontada essa evolução, observa-se que a contribuição da produtividade total de fatores descontada para o crescimento foi muito pequena ou negativa, exceto nos dois períodos mencionados anteriormente (Plano de Metas e Milagre Econômico).

Tabela 2 – Decomposição do crescimento do produto por trabalhador (%)

CARACTERIZAÇÃO	PERÍODO	K	H	FRONTEIRA	PTF	PTFD
Era Vargas	1940-1955	34.4	17.7	22.9	25.0	2.1
Plano de Metas	1956-1960	29.6	12.1	14.2	44.1	29.9
Crise e Ajustamento	1961-1966	110.3	72.9	81.0	-164.2	-83.2
Milagre econômico	1967-1973	25.3	4.0	17.2	53.4	36.2
II PND	1974-1980	58.8	6.0	20.2	15.1	-5.1
Todo o Período	1940-1980	40.2	13.9	22.3	23.6	1.3

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do século XX, o Brasil passou por mudanças econômicas que alteraram sua estrutura primário-exportadora. A partir de 1930, com o processo de substituição de importações, a ideia de desenvolvimento ficou associada à industrialização. Utilizando como marco teórico o conceito de desenvolvimentismo de Fonseca (2004), o objetivo deste artigo foi o de proceder a uma investigação preliminar sobre o papel das instituições no desempenho da economia brasileira durante o período de substituição de importações. Fonseca sugere a existência de um “núcleo duro” do desenvolvimentismo, composto pelo nacionalismo, pelo intervencionismo pró-crescimento e pela defesa da industrialização, que orienta a formulação e a execução das políticas econômicas. O desenvolvimentismo, conforme apresentado por Fonseca, além de um conjunto de ideias, é um guia para a ação do governo. Nos termos de North (1995), o desenvolvimentismo traduz-se em instituições, no sentido de que a ação dos agentes econômicos está condicionada por regras informais e formais que refletem as características do “núcleo duro”. Com base em um exercício de contabilidade do crescimento abrangendo o período 1940-1980, mediu-se a contribuição dos componentes do crescimento por trabalhador – capital, capital humano e produtividade. Observou-se que a principal fonte de crescimento econômico durante o período foi a acumulação de capital. O crescimento da produtividade total dos fatores foi relevante, mas esteve associado, principalmente, à evolução da fronteira tecnológica. O crescimento da produtividade total dos fatores descontada, que mede o crescimento da produtividade que excede o deslocamento da fronteira tecnológica, foi muito baixo no período desenvolvimentista, o que sugere a possibilidade de que o crescimento foi afetado negativamente por uma baixa qualidade institucional.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M.; VERNER, D. **Long-Term Brazilian Economic Growth: 1930-94**, OECD, Paris, 1997.
- ACEMOGLU, D., S. Johnson; ROBINSON, J. The Colonial Origins of Comparative Development: An Empirical Investigation. **The American Economic Review**, v. 91, n. 5, 2001.
- ACEMOGLU, D., S. Johnson; ROBINSON, J. Institutions as the Fundamental Cause of Long-Run Growth, **NBER Working Paper** 10481, Cambridge, MA, 2004.
- ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. The Role of Institutions in Growth and Development. **Review of Economics and Institutions**, v. 1, n. 2, 2010.
- ARON, J. Growth and institutions: a review of the evidence. **The World Bank Research Observer**, v. 15, n. 1, 2000.
- BACHA, E.; BONELLI, R. Uma interpretação das causas da desaceleração econômica do Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 25 (3), 2005.
- BANDEIRA, A. C. **Reformas econômicas, mudanças institucionais e crescimento na América Latina**. Rio de Janeiro, BNDES, 2002.
- BARRO, R. J.; LEE, J. International data on educational attainment: updates and implications. **NBER Working Paper**, n. 7.911, 2000.
- BONELLI, R.; FONSECA, R. Ganhos de produtividade e de eficiência: novos resultados para a economia brasileira. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 28, n. 2, 1998.
- BURNS, E. B. **Nationalism in Brazil, A Historical Survey**. New York: Praeger, 1968.
- CASS, D. Optimum Growth in an Aggregative Model of Capital Accumulation, **The Review of Economic Studies**, vol. 32, n. 3, 1965.
- CLAGUE C., KEEFER, P.; KNACK, S.; OLSON, M. Property and Contract Rights under Democracy and Dictatorship. **The Journal of Economic Growth**, 1996.
- COASE, R. The nature of the firm. **Economica**, v. 4, 1937.
- EASTERLY, W.; LOAYZA, N.; MONTIEL, P. Has latin America's post-reform growth been disappointing? **Policy Research Working Paper**, n. 32, 1993.
- EASTERLY, W.; LEVINE, R. Tropics, Germs, and Crops: How Endowments Influence Economic Development. **Journal of Monetary Economics**, v. 50, 2003.
- EICHER, T., C. Garcia-Peñalosa; TEKSOZ, U. How do institutions lead some countries to produce so much more output per worker than others? In: **Institutions, development, and economic growth**. Cambridge, MIT Press, 2006.
- ENGERMAN, S.; SOKOLOFF, K. Factor Endowments, Institutions, and Differential Paths of Growth among New World Economics. In Haber, S. (ed.). **How Latin America Fell Behind: Essays on the Economic Histories of Brazil and Mexico**, Stanford, Stanford University Press, 1997.

FAORO, R. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. Globo: São Paulo, 2001.

FAJNZYLBBER, P.; LEDERMAN, D. Economic reforms and total factor productivity growth in Latin America and the Caribbean, 1950-95: an empirical note. **Policy Research Working Papers**, n. 2114, 1999.

FONSECA, P. C. D. Sobre a Intencionalidade da Política Industrializante do Brasil na Década de 1930. **Revista de Economia Política**, v. 23, n. 1 (89), 2003.

_____. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. **Revista Pesquisa Debate**, v. 15, n. 2 (26), 2004.

GARCIA, F.; S. GOLDBAUM, L. Vaconcellos; REBELO, A. Instituições e crescimento: a hipótese do capital-efetivo. **Textos para Discussão**, n. 81. São Paulo: EAESP/ FGV-SP, 1999.

GOMES, V. S. A.; VELOSO, F. A. Evolução da produtividade total dos fatores na economia brasileira: uma análise comparativa. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 33, n. 3, 2003.

GROSSMAN, G. M.; HELPMAN, E. Trade, knowledge spillovers, and growth, **European Economic Review**, Elsevier, vol. 35 (2-3), 1991.

HALL, R.; JONES. Why do some countries produce so much more output than others? **Quarterly Journal of Economics**, vol. 114, 1999.

HOFMAN, A.; MULDER, N. The comparative productivity performance of Brazil and Mexico, 1950-1994. In: **Latin America and the world economy since 1800/** edited by John H. Coatsworth and Alan M. Taylor, 1998.

IBGE. **Estatísticas históricas do Brasil**. Rio de Janeiro, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1990.

JONES, C. **Introdução à teoria do crescimento econômico**. Rio de Janeiro, Campus, 2000.

JÜTTING, J. Institutions and Development: A Critical Review. Paris, OECD (*Technical Paper* No. 210), 2003. Disponível em: <<http://www.oecd.org/dataoecd/19/63/4536968.pdf>>.

KAUFMANN, D.; KRAAY, A.; ZOIDO-LOBATON, P. Governance matters, **World Bank Policy Research Working Paper** No. 2196, World Bank, Washington, D.C, 1999.

KNACK, S.; KEEFER, P. Institutions and Economic Performance: Cross-Country Tests Using Alternative Institutional Measures. **Economics and Politics**, 7, 1995.

KOOPMANS, T. C. On the concept of optimal economic growth. In: **The Econometric Approach to Developing Planning**. Amsterdam, North Holland, 1965.

LANE, P. R.; TORNELL, A. Power, Growth, and the Voracity Effect. **Journal of Economic Growth**, v. 1, 1996.

LORA, E. A decade of structural reform in Latin America: what has been reformed and how to measure it. **Office of the Chief Economist Working Paper Green Series**, n.

348. Washington, D.C.: Inter-American Development Bank, 1997.

LORA, E.; BARRERA, F. A decade of structural reform in Latin América: growth, productivity, and investment are not what they used to be. **Office of the Chief Economist Working Paper Green Series**, n. 350. Washington, D.C.: Inter-American Development Bank, 1997.

LUCAS, R. E. On the mechanics of economic development, **Journal of Monetary Economics**, 22, 1988.

MATTHEWS, R. C. O. The economics of institutions and the sources of growth. **The Economic Journal**, v. 96, n. 384, 1986.

MORANDI, L. Estoque e produtividade de capital fixo – Brasil, 1940-2004. **UFF/Economia, Textos para Discussão**, TD 174, 2005.

MORLEY, S., R. Machado; PETTINATO, S. Indexes of structural reforms in Latin America. **Serie Reformas Económicas**, CEPAL, n. 12, 1999.

MORRISON, K. **Marx, Durkheim, Weber: Formations of modern social thought**. London: Sage, 1995.

NORTH, D. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. Cambridge (UK), Cambridge University Press, 1995.

NORTH, D., W. Summerhill; WEINGAST, B. R. Order, Disorder, and Economic Change: Latin America versus North America. In: MESQUITA, B. B. e ROOT, H. (eds.) **Governing for Prosperity**. New Haven, Yale University Press, 2000.

PINHEIRO, A. C.; GILL, I. S.; SERVEN, L.; THOMAS, M. R. **Brazilian economic growth, 1900-2000: lessons and policy implications**. World Bank, Washington, DC, 2001.

RODRIG, D., SUBRAMANIAN, A.; TREBBI, F. Institutions Rule: The Primacy of Institutions over Geography and Integration in Economic Development, **Journal of Economic Growth**, 9, 2004.

ROMER, P. Increasing returns and long-run growth, **Journal of Political Economy**, 94, 1986.

SHIRLEY, M. Institutions and Development. In: Menard, C. and M. Shirley (Ed.) **Handbook of New Institutional Economics**. Dordrecht, Springer, 2005.

SIKKINK, K. **Ideas and Institutions: Developmentalism in Brazil and Argentina**. Ithaca: Cornell University Press, 1991.

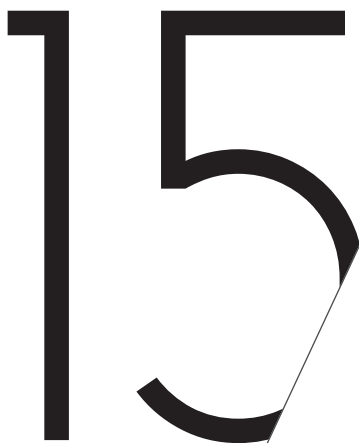
SOLOW, R. M. Applying Growth Theory across Countries. **The World Bank Economic Review**, v. 15, n. 2, 2001.

SOUZA, R. L. Nacionalismo e autoritarismo em Alberto Torres. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 7, n. 13, 2005.

TEMPLE, J. The new growth evidence. **Journal of Economic Literature**, v. XXXVII, p. 112-56, 1999.

WILLIAMSON, O. E. The New Institutional Economics: Taking Stock, Looking Ahead. **Journal of Economic Literature**, XXXVIII(3), 2000.

YANO, N. M.; MONTEIRO, S. M. M. Mudanças institucionais na década de 1990 e seus efeitos sobre a produtividade total dos fatores. In: *Anais do XXXVI Encontro Nacional de Economia*, ANPEC, 2008.



15

O ESTRUTURALISMO E AS CONTRIBUIÇÕES ANALÍTICAS DE PEDRO FONSECA

RICARDO DATHEIN

Bacharel em economia (1985) e graduação em engenharia civil (1983) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre (1992) em economia pela UFRGS. Doutor (2000) em economia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor associado da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS.

Desde os anos 1980 no mundo e também no Brasil desenvolveram-se novas visões teóricas que se aproximam muito das visões cepalinas ou do estruturalismo econômico latino-americano, e que também passam a ser incorporadas por esses últimos arcaísmos teóricos. Avançaram teorias neoschumpeterianas e keynesianas estruturalistas, assim como um neoinstitucionalismo antiliberal. Todas essas visões destacam a dinâmica estrutural como determinante do desenvolvimento e para a superação do subdesenvolvimento.

O objetivo deste capítulo é analisar algumas dessas novas contribuições teóricas e analíticas e destacar como elas estão presentes na obra de Pedro Fonseca sobre a economia brasileira ao longo do século XX e início do século XXI.

1. ESTRUTURALISMO ECONÔMICO EM VISÕES TEÓRICAS CONTEMPORÂNEAS

No período recente há um avanço das concepções estruturalistas, com novas contribuições, fundamentalmente a partir dos pensamentos schumpeterianos evolucionários, com importante participação de autores latino americanos, inclusive a partir do pensamento originário da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

O argumento enfatizado nessas novas concepções é de que o crescimento é função fundamentalmente da dinâmica da estrutura produtiva e que, em um contexto de oferta elástica de fatores, esses devem ser sempre realocados para atividades mais dinâmicas. As políticas podem afetar a estrutura produtiva, criando vantagens comparativas. Considera-se que essa transformação estrutural determina profundamente a dinâmica macroeconômica, através de seus efeitos sobre os investimentos e o comércio internacional. Em sentido oposto, a instabilidade macroeconômica (conceituada de forma ampla) pode impedir o crescimento, sendo a estabilidade necessária, mas não suficiente, para gerar crescimento. Ocampo (2005) considera que a estabilidade macroeconômica e o ambiente institucional, além das condições de oferta de educação, de recursos humanos e de infraestrutura, são condições estruturais, mas não são determinantes ativos ou condições suficientes para gerar alterações na dinâmica do crescimento. E, assim como as políticas, as instituições adequadas precisam ser construídas e adaptadas ao longo do tempo.

Portanto, o ambiente macroeconômico, as instituições ou as chamadas “reformas estruturais”, no sentido liberal do termo, não são condições suficientes e necessariamente adequadas para gerar crescimento. Diferentemente disso, Ocampo (2005) considera que o desenvolvimento depende essencialmente da capacida-

de da sociedade de gerar novas atividades dinâmicas. Assim, o crescimento é um processo mesoeconômico, determinado pela dinâmica da estrutura produtiva (ou seja, da composição setorial da produção, das cadeias produtivas, dos mercados de fatores e das instituições que os suportam).

Ocampo, Rada e Taylor (2009) destacam que a estrutura econômica é uma combinação de setores com rendimentos crescentes e decrescentes (custos por unidade de insumos). Com essas estruturas geram-se círculos virtuosos ou viciosos, a partir da dinâmica dos mercados, das inovações ou das finanças. Assim, a mudança estrutural não é consequência do crescimento, mas sua causa. Isso implica políticas (intencionalidade) para dirigir a economia em direção a certos setores, pois em geral existem claras restrições. Portanto, as políticas de desenvolvimento devem estimular setores com rendimentos crescentes, promovendo deslocamento de recursos.

Cimoli e Porcile (2014) afirmam que existe uma relação fundamental entre tecnologia, crescimento e estrutura econômica, o que explica a formação e tendência de perpetuação endógena das estruturas polares centro e periferia. Assim, existe uma semelhança da visão cepalina com a teoria schumpeteriana, entendendo-se o processo de mudança estrutural como o processo de destruição e criação (de setores)¹. Nessa concepção há diferenças de impactos da destruição criativa, que é polarizada (entre países e dentro do país, gerando dualidade), tendendo a produzir concentração e o próprio subdesenvolvimento. Ou seja, ocorre difusão desigual do progresso técnico cuja penetração está associada à transformação estrutural. Desse modo, o problema de convergência/divergência está relacionado com a estrutura produtiva, sendo a tendência predominante a de divergência.

Da mesma forma, como destacam Cimoli e Porcile (2014), na concepção de Fajnzylber, a competitividade autêntica deriva da diminuição do diferencial tecnológico e de produtividade promovido da mudança estrutural na periferia, enquanto a competitividade espúria deriva de mudanças que não promovem mudanças estruturais significativas, mas que buscam saídas via baixos salários, por exemplo.

A importância da estrutura da economia se percebe fundamentalmente também pelo fato de que o progresso técnico não se distribui de forma homogênea entre setores, havendo alguns claramente mais intensivos em termos de taxas de inovação, de impactos de difusão e de maior potencial de inserção no comércio internacional como, por exemplo, os setores intensivos em engenharia. Então, o peso que cada um desses setores tem na economia (e a trajetória desse peso) determina o próprio crescimento econômico e a tendência de homogeneização dos níveis de produtividade do trabalho. Cimoli e Porcile (2011) argumen-

(1) Os autores contribuem para a formulação moderna da Teoria Estruturalista do Desenvolvimento (TED), combinando suas dinâmicas macro e microeconômica, de forma que a microeconomia evolucionista/schumpeteriana fundamenta a macroeconomia estruturalista/keynesiana.

tam que deve ser feita uma abordagem em três níveis: primeiro, o nível micro do aprendizado, das capacitações; segundo, o nível da estrutura produtiva, das complementaridades e dos Sistemas Nacionais de Inovação; e terceiro, dos determinantes macroeconômicos. Nesse sentido, por exemplo, a liberalização comercial e a apreciação cambial tendem a favorecer setores tecnologicamente menos intensivos. Com isso, ocorre perda de capacitações e a economia fica menos capaz de responder a novos desafios. Do mesmo modo, a simples modernização pode dificultar as capacitações tecnológicas locais.

Levando em conta que a “qualidade” da estrutura econômica é determinante para o desenvolvimento, Reinert (1994, p. 184) elabora um índice ou um *ranking* de qualidade das atividades econômicas. Além disso, caracteriza as atividades por ele chamadas de “schumpeterianas” e de “malthusianas” (2007, p. 151). As atividades schumpeterianas se caracterizariam por retornos crescentes, competição imperfeita e alta capacidade de criação de sinergias, entre outras características. As atividades malthusianas possuem retornos decrescentes, apresentam um padrão de *commodity competition*, usam majoritariamente mão de obra não qualificada e têm baixa capacidade sinérgica, por exemplo.

Para caracterizar a eficiência dinâmica de uma economia, Ocampo (2005) destaca, em primeiro lugar, as inovações e o processo de aprendizado como motores do processo; em segundo lugar, sua difusão, via formação de cadeias produtivas e redes de empresas e instituições, como elemento que constitui o conjunto de complementaridades integradoras e transformadoras e que determina o efeito multiplicador macroeconômico do primeiro fator. A interação dessas duas forças básicas determina a dinâmica da estrutura produtiva.

Em termos dessa concepção de desenvolvimento, a inovação mais importante, dentre as cinco exemplificadas por Schumpeter, seria a da criação de novas estruturas produtivas, em um processo de criação e destruição de empresas e setores, mas com criação “líquida”. Esses novos setores geram maior crescimento porque necessitam de maiores investimentos, enquanto as atividades maduras ou em decadência requerem poucos investimentos. Essas novas estruturas produtivas devem possuir capacidade de complementaridades, pois para a redução do dualismo característico do subdesenvolvimento é necessário que haja a difusão de inovações, via essas interações entre setores. Com isso, forma-se a relação essencial entre estrutura econômica e crescimento, absorvendo a mão de obra em setores dinâmicos (e reduzindo também o subemprego), gerando um círculo virtuoso de altos investimentos, aprendizado e também do próprio desenvolvimento institucional.

Os novos setores precisam atrair capital e trabalho, e necessitam de adequada infraestrutura, de finanças e de conhecimento, além de instituições para disseminação de informações e coordenação. Em economias não desenvolvidas

existe dualismo, com recursos desempregados ou subempregados e com heterogeneidade estrutural. Ou seja, existe em geral essa oferta de trabalho disponível e, por isso, a produtividade do trabalho é fortemente determinada pelo crescimento econômico. Por isso, a competitividade não é tanto uma questão de eficiência microeconômica, sendo essencialmente setorial e sistêmica.

Cimoli e Porcile (2014) afirmam que as políticas industriais e tecnológicas (incluindo a política de educação) e as configurações institucionais construídas definem certas trajetórias de mudança estrutural e, assim, de evolução do emprego e da distribuição, sendo que essas trajetórias podem ser positivas ou negativas².

Mariana Mazzucato (2014) analisa a inovação como tendo uma característica de incerteza knightiana, diferentemente de mero risco, não sendo passível de solução com um simples cálculo de retorno social e privado. Desse modo, não há como prescindir da ação do Estado, pelo menos até transformar a incerteza em risco razoável para o setor privado. Uma inovação essencial para o desenvolvimento é a mudança estrutural que, portanto, possui a característica de incerteza knightiana. Partindo da concepção clássica de Karl Polanyi, Mazzucato também destaca a necessidade do Estado para formar e criar mercados, e não apenas para corrigi-los. A partir daí aparece igualmente a necessidade de uma burocracia estatal weberiana.

A partir da análise sobre as características das “tecnologias de propósitos gerais” (MAZZUCATO, 2014, p. 97), pode-se também analisar a questão da estrutura econômica. Ou seja, a mudança estrutural deve ter a característica de: a) facilitar inovações; b) estimular melhorias com o passar do tempo; e c) disseminarem suas características (de maior produtividade, por exemplo) para a economia como um todo. Nesse sentido, as “redes” devem ser a unidade de análise, e não as firmas. Mais importante que a quantidade de P&D, por exemplo, é sua circulação e difusão. Nesse sentido, mesmo um “ótimo” Sistema de Inovação (SI) não seria suficiente, ainda mais nos processos de *catching-up*. O próprio SI também é resultante da mudança estrutural, pois em si não resolve o problema da incerteza knightiana dos novos setores. Permite aumento de competitividade, mas não garante mudan-

(2) Por exemplo, durante o governo FHC houve a abertura ao comércio internacional. O efeito negativo (perda de setores mais intensivos tecnologicamente, aumento mais intenso de importações em geral) foi superior ao positivo (de aumento de competitividade por importações de bens de capital e insumos), de forma que o resultado líquido foi de maior heterogeneidade e perda dos melhores empregos. No governo Lula houve um choque positivo dos termos de intercâmbio, mas com surgimento de sintomas de “doença holandesa”, gerando melhora transitória. Com o *boom de commodities*, o efeito sobre o aprendizado e as capacitações foi menor. Como resultado, setores de maior intensidade tecnológica ficaram com peso inferior na economia. No governo Dilma houve um choque negativo de demanda e de aprendizado derivado do contexto internacional. O resultado foi um menor multiplicador de renda, menor multiplicador de aprendizado, perda de setores e de capacidades tecnológicas e, conseqüentemente, mudança estrutural negativa.

ça estrutural. Desse modo, o Estado deve ser entendido como agente criador de novas e promissoras estruturas, e destruidor de estrutural arcaicas. O Estado deve fazer coisas que de outra forma não aconteceriam, como destaca Mazzucato (2014, p. 257), citando Keynes. Nesse caso, formando mercados.

Rodrik (2010) ressalta a estrutura produtiva e a qualidade da cesta de exportações como determinantes do crescimento. Segundo ele, países que têm pautas de exportações semelhantes, ou pelo menos de alguns produtos próprios de países desenvolvidos, tendem a crescer de forma mais veloz, com aparente independência da qualidade de seus recursos humanos e de sua qualidade institucional. Assim, ele destaca a necessidade de o processo de substituição de importações gerar substituição de exportações.

Nesse sentido, Rodrik (2010) destaca os resultados do trabalho de 2003 de Imbs e Wacziarg, segundo os quais quando um país cresce a partir de uma renda muito baixa a patamares maiores, ocorre como um padrão forte diversificação da produção, mas quando a renda já é muito alta, tende a ocorrer concentração, também como um padrão. Ou seja, ocorre tipicamente o contrário do que propõe a teoria das vantagens comparativas³. Ao contrário, o crescimento e a competitividade surgem de uma diversificação de investimentos em uma extensa gama de novas produções. Ou seja, “países prósperos são aqueles que fazem novos investimentos em novas áreas” (RODRIK, 2010, p. 30). Disso pode-se deduzir que, se apenas os países já desenvolvidos se especializam, não foi a especialização que os conduziu ao desenvolvimento; ao contrário, deve ter sido a diversificação. A partir daí, conclui-se que, se o que um país produz é determinante, a definição da estrutura produtiva deve ser um dos objetivos das políticas e, sendo assim, essas políticas podem influir também sobre o padrão de especialização no país e nas regiões. A definição de políticas comerciais, industriais e tecnológicas, assim como a própria política macroeconômica, deveriam estar direcionadas para o alcance da diversificação econômica.

Da mesma forma, Carvalho e Kupfer (2011) também destacam o trabalho de Imbs e Wacziarg (2003), o qual constata um padrão revelado por curvas em formato de U para o movimento de especialização da estrutura produtiva de um grande número de países estudados. Ou seja, os países diversificam sua composição setorial até alcançar um certo nível da renda *per capita*, relativamente elevado, e só depois disso passam a se especializar. Portanto, a trajetória de desenvolvimento é de diversificação e a especialização é uma característica de países já desenvolvidos.

(3) Segundo Imbs e Wacziarg (2003, p. 83-84), “*Poor countries tend to diversify, and it is not until they have grown to relatively high levels of per capita income that incentives to specialize take over as the dominant economic force. This nonmonotonicity is a very robust feature of the data, and goes beyond the well-documented shift of resources from agricultural sectors to manufacturing and services*”.

Mais que isso, se a trajetória setorial é “natural”, comum, de mercado, então uma trajetória em U dessa estrutura para um país ainda não desenvolvido significaria uma especialização prematura determinada possivelmente por fatores exógenos, com impactos negativos para a sua dinâmica de desenvolvimento.

Uma explicação para os efeitos positivos da diversificação é a de que a pauta exportadora dependente de poucas *commodities* gera uma receita com alta volatilidade, de forma que a especialização seria desejável apenas para setores de alto conteúdo tecnológico e de maior dinamismo da demanda. Ou seja, com alta eficiência dinâmica schumpeteriana e keynesiana.

Sobre a América Latina, Rodrik (2010) argumenta que, apesar de existirem empresas com altíssimos níveis de produtividade, esses níveis não se difundiram para o resto da economia justamente porque os investimentos em novas atividades (na diversificação) foram insuficientes. Desse modo, produziu-se e manteve-se o grande diferencial entre a produtividade média da economia e o das empresas líderes.

Partindo de um arcabouço teórico kaldoriano (KALDOR, 1966), complementado pela hipótese de Thirlwall (THIRLWALL, 1979), André Nassif, Carmem Feijó e Eliane Araújo (2015) reafirmam a necessidade de um país, caso queira promover seu *catching-up*, manter sua elasticidade renda da demanda por exportações acima da sua elasticidade renda da demanda por importações, o que permitiria sustentar um crescimento sem restrições de balanço de pagamentos. Para isso, a visão estruturalista considera a indústria manufatureira como o principal setor, assim como a composição das exportações deve ser fortemente baseada nesse setor, tendo em vista sua capacidade de geração e disseminação de progresso técnico e da forte presença de retornos crescentes estáticos e dinâmicos de escala (principalmente setores e produtos baseados em ciência, conhecimento e engenharia).

Essas formulações teóricas explicam as experiências históricas de *catch up*, com o desenvolvimento ocorrendo via um intenso processo de mudança estrutural, com o aumento da participação de um diversificado setor industrial aumentando seu peso no Produto Interno Bruto (PIB) e nas exportações. Além disso, Nassif, Feijó e Araújo (2015) sustentam que quando maior ou mais rápido for esse processo, ou o grau de intensidade da mudança estrutural, mais rápido será o processo de *catch up*. No entanto, é necessário também, complementarmente às políticas de estímulo de oferta (como políticas industriais e tecnológicas, de infraestrutura ou educacionais), políticas pelo lado da demanda e a construção de instituições adequadas, assim como a coordenação eficiente de políticas de longo prazo com as políticas macroeconômicas de curto prazo.

Segundo Peres e Primi (2009), existe atualmente um arcabouço teórico que sintetiza os pensamentos schumpeteriano, evolucionista e estruturalista, chama-

do por eles de “SES synthesis” (Schumpeterian, Evolutionist and Structuralist)⁴. As principais características desse pensamento econômico são de que: a) existem diferenças qualitativas inerentes entre setores econômicos (em termos de tecnologias, conhecimentos e produção); b) a tecnologia e o conhecimento possuem papel catalisador para o desenvolvimento; c) não existem mecanismos automáticos ou espontâneos de ajuste suficientes; d) a transferência de recursos humanos e financeiros para atividades de rendimentos crescentes exige instituições adequadas. Para esse arcabouço teórico a inovação dirige a mudança estrutural, em um contexto da expansão ou criação de setores e atividades, ao mesmo tempo que reforça os incentivos à inovação, num círculo virtuoso de crescimento. Essa concepção também valoriza a análise da história, a qual mostra que todos os processos de crescimento sustentável ocorreram em ambientes nos quais instituições públicas e privadas afetaram o processo de desenvolvimento.

Um problema fundamental para a transformação das estruturas produtivas e organizacionais é que existem custos e barreiras que precisam ser enfrentadas. Isso necessariamente envolve a ação do Estado, que deve criar assimetrias positivas para atividades consideradas determinantes para o crescimento sustentável. Isso pode envolver sua participação direta na produção e em atividades financeiras, ou como estimulador via políticas. Também deve ser um articulador ou coordenador, visando promover a formação de redes de contato entre agentes econômicos, essenciais na promoção das inovações e na sua disseminação pelo tecido econômico. Essas medidas podem ser formais (enquanto políticas industriais) ou informais. Nesse último caso, tendo em vista a resistência às políticas industriais ou a qualquer tipo de ação do Estado.

A síntese SES considera que os sistemas e os indivíduos são resistentes às mudanças, ao mesmo tempo em que as mudanças técnicas são localizadas e que determinadas alterações estruturais são condição determinante para outras. Por isso, as políticas industriais precisam ser seletivas e devem priorizar setores com alto potencial de encadeamentos tecnológicos e produtivos (PERES; PRIMI, 2009). Políticas horizontais ou de competitividade tendem a estimular setores já existentes, e existe a tendência de padrões tecnológicos se auto reforçarem. Por outro lado, existe escassez de recursos humanos e financeiros, assim como falta de capacidade institucional e fracos compromissos entre agentes públicos e privados. Assim, as políticas devem introduzir assimetrias, possibilitando a exploração de oportunidades tecnológicas. Essas políticas devem ser pragmáticas e não ideológicas, apesar de que, sendo pragmáticas, tendem a ser mais reativas do que pro-

(4) De acordo com Peres e Primi (2009, p. 6), “*The SES synthesis comprises the work of Latin American structuralists (Prebisch, Furtado, Pinto and Ocampo, among others), Schumpeterian developmentalists such as Chang, Reinert and Stiglitz, and evolutionists such as Nelson, Winter, Freeman, Dosi, Soete, Pérez, Arthur and Cimoli*”.

ativas, como deveriam ser, segundo Peres e Primi. Desse modo, o Estado precisa atuar nas políticas industriais como regulador, como produtor, como consumidor e como financiador ou investidor. Essas políticas podem ser formais (com metas, instrumentos e responsabilidades institucionais explícitas) ou informais, sendo nesse caso políticas industriais “de fato”, pois possuem atuação governamental via regulação, subsídios ou incentivos, por exemplo.

Em síntese, como destacam Reinert *et al.* (2011, p. 62), na ausência de setores com rendimentos crescentes cria-se uma sociedade de jogo de soma zero. Daí surgem duas possibilidades de escape para a armadilha malthusiana: diminuição da população ou crescimento de produtividade via diversificação em atividades de retornos crescentes, com efeitos de sinergia gerados por redes de atividades econômicas. Os autores destacam assim uma conexão entre estrutura econômica e a própria viabilidade dos Estados. Ou, talvez se possa dizer também, entre crise de estrutura e crise política. A ideia de “diminuição da população” pode ser entendida como o resultado de políticas permanentes de austeridade exigidas pelo capital financeiro (em sua atuação enquanto agente antischumpeteriano, de destruição não criativa). Assim aparecem também as novas teorias e políticas econômicas paliativas, inclusive como novas formas de “colonialismo de bem-estar” (REINERT *et al.*, 2011, p. 70; CHANG, 2011) e com a captura da agenda por interesses econômicos privados de curto prazo. Por exemplo, com propostas de soluções via educação e combate à pobreza sem conexão com a evolução da estrutura econômica. Ou, de forma semelhante, com propostas de acordos de livre comércio que abrem mercados para setores de baixa capacidade de aprendizagem, sem efeitos de escala, com tecnologias obsoletas, criando uma *race to the bottom* em termos de salários e de garantias sociais. Essas “soluções” geram armadilhas malthusianas para países não desenvolvidos, sem nenhuma capacidade de mudança estrutural.

2. A OBRA DE PEDRO FONSECA E O ESTRUTURALISMO ECONÔMICO

Os escritos de Pedro Fonseca revelam a permanência do tema do estruturalismo econômico, tendo em vista esse ser elemento-chave do desenvolvimentismo. Percebe-se, inclusive, a antecipação de temas que serão elaborados teoricamente apenas mais recentemente, como visto na primeira parte do artigo. A seguir, sem pretender esgotar, destacam-se alguns elementos da obra de Fonseca que estão relacionados com o tema da mudança estrutural.

Analisando o governo de Getúlio Vargas no Rio Grande do Sul, em 1928, Fonseca destaca a existência de características de desenvolvimentismo e de posi-

ções ou de políticas que contém elementos de mudança estrutural como determinantes do desenvolvimento econômico. Fonseca constata o objetivo de “independência econômica”, expresso no discurso governamental, o que pode ser traduzido como forma de defesa e prática de medidas de diversificação da economia. Concomitantemente há a ideia de política econômica como visando a eliminação de barreiras à acumulação de capital e a necessidade de coordenação governamental. Assim, por exemplo, aparece a proposta de alcançar o equilíbrio da balança comercial não só pelo aumento das exportações da produção existente, mas também via diversificação ou substituição de importações. Concretamente, tendo em vista a importância do crédito para o desenvolvimento, ocorre a criação de um banco público para estimular a produção, a busca de recursos internacionais para financiamento, a facilitação de importações de bens de capital e a criação de órgãos e instituições com o objetivo de fomentar várias atividades, não só a agropecuária, mas também a indústria. As medidas mostram a percepção da importância da mudança institucional e a capacidade política de eliminar a resistência das elites locais⁵.

Uma das teses de Pedro Fonseca é sobre a gênese regional da Revolução de 1930, ou de porque a revolução partiu do Rio Grande do Sul e não do centro mais desenvolvido (São Paulo). A resposta coloca as diferentes estruturas econômicas e sociais como fatores determinantes. Aliás, o próprio termo “revolução” não é adequado para o momento inicial do governo Vargas (que foi um golpe), mas para o período seguinte como um todo, no sentido de existência de ruptura com as estruturas econômicas e sociais anteriores. No período anterior a 1930, a economia gaúcha possuía uma estrutura econômica (produção agropecuária) voltada para o mercado interno, ao contrário da de São Paulo, voltada para o externo. No texto “O Brasil Meridional na *Formação Econômica do Brasil*”⁶, Fonseca destaca a evolução da estrutura econômica do RS, incluindo os efeitos da imigração. A economia meridional vai tornando-se mais diversificada e voltada “para dentro”, atendendo em geral à crescente demanda do mercado interno nacional⁷. Os produtores do RS tinham interesse nas chamadas indústrias “naturais”⁸, basicamente a agroindústria,

(5) Fonseca (1989, p. 99, 101 e 106).

(6) Fonseca (2009b).

(7) Ao analisar a obra *Formação econômica do Brasil*, de Celso Furtado, Pedro Fonseca interpreta que “Antes de 1930 a história acontece, mas não muda estruturalmente: volta-se para fora, assenta-se em uns poucos produtos de exportação, com limitado efeito multiplicador no conjunto do sistema econômico. É a partir de 1930 que a experiência das economias meridionais, de voltar-se “para dentro” e com diversificação, transforma-se em modelo de desenvolvimento nacional, embora sob a liderança da indústria e não da agricultura” (FONSECA, 2009b, p. 13).

(8) Versus as indústrias consideradas “artificiais”, como as de bens de capital ou de insumos industriais (a exemplo da siderurgia), pois essas dependeriam de protecionismo ou de recursos escassos, como capital e mão de obra qualificada. Percebe-se nessas concepções equivocadas desse período também a presença de elementos da estrutura econômica como determinantes.

demandante das matérias-primas locais, quase uma extensão da agropecuária. Assim, não havia contradição do setor primário com o secundário; ao contrário, havia interesse comum. Então, em oposição a São Paulo, cujos interesses estavam voltados ao mercado externo, a sociedade e as elites locais do RS tinham interesse no desenvolvimento da indústria nacional. Ou seja, a estrutura econômica e social determina o desenvolvimento econômico e a própria dinâmica política. Assim, a transformação veio da periferia interessada na mudança, aproveitando-se de uma situação de crise do centro⁹, e não desse centro conservador, mesmo que esse polo vá ser beneficiado posteriormente.¹⁰

Analisando as ideias econômicas de Vargas na Primeira República, Fonseca constata que ele já criticava a “divisão internacional do trabalho perversa à periferia”, a tendência de termos de intercâmbio desfavoráveis para países com especialização agrícola e a não possibilidade da industrialização sem ação estatal deliberada na América Latina (FONSECA, 2000). O “progresso” dos positivistas (e o autoritarismo, a ordem, a modernização) aparece em Vargas como crítica ao marasmo das oligarquias (identificados com o liberalismo e o individualismo) (FONSECA, 2001). Ao longo do tempo, essa concepção positivista (o “progresso”) vai se transformando em “desenvolvimentismo” (com a supremacia do social sobre o individual). Fonseca constata que há pontos sempre presentes no pensamento de Vargas, como o antiliberalismo, a defesa do intervencionismo e a necessidade da industrialização. Ao longo do tempo vai sobrevivendo a defesa de uma maior atuação do Estado nos estímulos à produção, por exemplo, com o crédito. Essa trajetória está associada e vai constituindo-se em “uma nova forma de pensar e atuar na economia, a qual será hegemônica nas décadas seguintes no país. Emerge o *desenvolvimentismo* [...]” (FONSECA, 2012b, p. 68; 1993; 2005).

Sobre as origens do desenvolvimentismo no Brasil e na América Latina, tanto em termos teóricos quanto históricos, Fonseca destaca sempre a mudança estrutural como componente imprescindível. Em vários textos, o autor constata a concepção que parte da negação do livre mercado como alternativa viável de superação do subdesenvolvimento, de forma que o Estado, via políticas econômicas, torna-se responsável pelo crescimento de longo prazo, visando mudanças estruturais e melhorias sociais (FONSECA, 2000; FONSECA, 2004a; FONSECA, 2012a; FONSECA; MOLLO, 2012).

Sobre a economia brasileira a partir de 1930, sob o governo de Vargas, Fonseca interpreta a criação de um novo tipo de desenvolvimento capitalista, com o aprofundamento da intervenção econômica baseada no governo federal e centralização na tomada de decisões. Essa intervenção passa a ser entendida

(9) Fonseca (1986).

(10) Fonseca (1985; 1989; 1999; 2011a).

como permanentemente necessária, e não apenas provocada por motivos episódicos. O Estado agora é coordenador e regulador/disciplinador, mas também impulsionador/fomentador da dinâmica da estrutura produtiva, com sua diversificação, aproveitando-se uma oportunidade histórica para a industrialização. Portanto, ocorre uma mudança estrutural na economia, na sociedade e na política, com intenso crescimento industrial. São tomadas medidas conscientes em favor da industrialização, com a criação de vários órgãos, conselhos e departamentos sobre indústria, trabalho, comércio exterior e transportes, além de medidas protecionistas e de crédito. No tocante às políticas macroeconômicas (política monetária e do mercado cambial e transações externas¹¹), entende-se a necessidade de sua coordenação com as políticas microeconômicas pelo lado da oferta. Para a infraestrutura, constata-se a necessidade do planejamento. A mineração e a siderurgia são percebidas como insumos básicos para o desenvolvimento, com a criação inclusive de empresas estatais. Mas os capitais externos deveriam vir para somar esforços. O governo Vargas constata a necessidade de diversificação agrícola e também as vantagens da industrialização da agricultura. A organização da força de trabalho e a legislação trabalhista têm o papel de garantir mão de obra para a industrialização, mas também podem ser entendidos como garantidores parciais de demanda para a impulsão do mercado interno. Assim, o desenvolvimento, após 1937, passa a ser uma ideologia e uma fonte legitimadora, que exige projeto e unidade, aproveitando-se o ambiente propício ao nacionalismo. Ocorre a participação dos empresários nas decisões, mas entende-se que o mercado não gera as soluções demandadas. Seriam necessários a eficiência da máquina do Estado e o planejamento, que não existe de fato, mas as medidas são tomadas como se houvesse um “plano de conjunto”, consciente. Portanto, a economia passa a funcionar em novas bases, com dois focos: a industrialização (como parte de um projeto nacional) e o desenvolvimento do mercado interno, como elemento garantidor de independência (*versus* a dependência em relação às exportações e aos colapsos econômicos internacionais frequentes)¹²

Em relação ao período 1951-1954, do novo governo Vargas, Fonseca mostra inúmeros elementos que configuram ações deliberadas de mudança estrutural¹³. Por exemplo, no Plano Nacional de Reaparelhamento Econômico, de

(11) No trabalho “Os pilares institucionais da política cambial e a industrialização nos anos 1930”, Van Der Laan, Cunha e Fonseca (2012) destacam as alterações institucionais que reestruturaram o mercado cambial nesse período.

(12) Fonseca (1989, p. 183 a 187, 190, 194, 200, 202, 205, 207 a 209, 212, 214, 216 a 219, 225, 257 a 259, 261, 262, 264, 266, 271 e 306).

(13) Fonseca (2010, p. 23) afirma que nesse período “[...] a ação do Estado no campo econômico [...] propõe e executa medidas de maior envergadura, estruturais e institucionais, com alcance de longo prazo e capazes de abrir novos caminhos e alternativas: leis, códigos, empresas estatais, órgãos, conselhos, tratados internacionais e projetos de impacto [...]”.

1951, há ênfase na chamada “indústria de base”, em transportes e em energia, considerados determinantes para o desempenho dos outros setores e possíveis geradores de pontos de estrangulamento. A infraestrutura é prioridade (energia, petróleo, transportes e comunicações), mas também a mecanização do campo, pois esse setor poderia se transformar em um ponto de estrangulamento. Ocorre a criação de inúmeras comissões, órgãos, bancos públicos e institutos para a execução de políticas de desenvolvimento. Em muitos desses entes havia a participação de técnicos e de empresários. Dentre as iniciativas mais importantes estão a criação do BNDE (em 1952) e da Petrobras (em 1953), assim como a proposta de criação da Eletrobras (em 1954). O Estado não é visto apenas como complementar à iniciativa privada, mas também pode se adiantar ao mercado. Sempre há a tentativa de manutenção de investimentos públicos produtivos, mesmo em contextos de dificuldades nas finanças públicas. Ao mesmo tempo, a visão nacionalista não se contrapunha ao capital estrangeiro, visto como complementar, mas imprescindível, necessitando, no entanto, de regulamentação e direcionamento. Em 1954, são lançados três planos econômicos, com focos na Petrobras, na Eletrobras e na Amazônia, com objetivo explícito de transformar a estrutura econômica visando a prosperidade do país. Isso porque, segundo Vargas, um país meramente exportador de matérias-primas é um país semicolonial. Assim, percebe-se o entendimento de que a inserção econômica internacional (ou a divisão internacional do trabalho), bem como a estrutura produtiva, são determinantes do desenvolvimento econômico e social^{14 15}.

Em relação a governos outros que não Vargas, Fonseca, em conjunto com diversos autores, destaca os de Juscelino Kubitschek e de João Goulart, e também de governos com características desenvolvimentistas da América Latina, além de, mais recentemente, o de Lula da Silva. Sobre o governo JK, Fonseca e Lenz (2014) mostram a existência de consciência sobre a necessidade de mudança estrutural para o desenvolvimento. Em documento desse governo¹⁶ existe a associação entre subdesenvolvimento e economia pouco diversificada, e que para a superação dessa situação e o alcance do pleno desenvolvimento seriam necessários investimentos massivos na indústria pesada e em infraestrutura. Não havendo a possibilidade

(14) Fonseca (1989, p. 347 a 349, 363, 365 a 369, 373 e 374, 398 e 399, 411 a 413, 416 e 422).

(15) Segundo Fonseca (2010, p. 57), “Tratava-se, portanto, de um projeto de desenvolvimento capitalista, mas não conservador, posto que visava fundamentalmente à transformação de marcos estruturais da sociedade brasileira: de agrária para industrial, de rural para urbana, de atrasada para desenvolvida, de subordinada internacionalmente para mais autônoma, de exportadora para voltada ao mercado interno, de altamente especializada no mercado internacional para diversificada, e, finalmente, de renda concentrada para mais bem distribuída”.

(16) De acordo com Fonseca e Lenz (2014, p. 192).

de se contar apenas com um desenvolvimento espontâneo via forças de mercado, fazia-se necessário um “programa orgânico”, e não apenas uma intervenção estatal esporádica e não coordenada.

Sobre o governo Goulart, Fonseca e Moreira (2012) lembram que em 1962 foi apresentado o “Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social”, preparado por Celso Furtado, com metas que incluíam, concomitantemente a medidas de estabilização de curto prazo, também reformas estruturais visando novo rumo de longo prazo para a economia. O objetivo seria, pelas “reformas de base”, diminuir a dependência financeira, produtiva e tecnológica do exterior. A maior participação dos setores industriais de bens intermediários e de bens de capital (continuidade do processo de substituição de importações) proporcionaria maior crescimento econômico. Para isso, seria necessário o planejamento econômico com maior participação do Estado (com investimentos em energia, por exemplo, e com políticas regionais), além de reformas institucionais e distribuição de renda. O entusiasmo político com as reformas estruturais poderia ser interpretado como a percepção de sua importância enquanto projeto político, colocando ao mesmo tempo sua necessidade econômica e social, mas também explicitando o conflito social. Para Fonseca, segundo os elaboradores do Plano Trienal, “a crise do modelo só poderia ser superada com o aprofundamento do próprio modelo, ou seja, com a ampliação do mercado interno, através da reforma agrária e de outras políticas voltadas à redistribuição de renda”. Assim, “abria-se espaço para uma tentativa de justificar e legitimar ao mesmo tempo as reformas de base e a ortodoxia da política de estabilização, já que o alcance desta limitava-se ao ‘curto prazo’, pois incapaz de enfrentar problemas estruturais mais graves, cuja solução dependeria de reformas mais profundas” (2004b, p. 609).

Para o período mais recente, Fonseca também destaca sempre os aspectos de mudança estrutural como determinantes. No texto de Arend e Fonseca (2012), os autores, usando a teoria neoschumpeteriana, partem do entendimento de que cada revolução tecnológica muda a estrutura produtiva. Para o Brasil, teria ocorrido emparelhamento ao paradigma tecnológico vigente, com continuidade de mudança estrutural até 1980, e o capital estrangeiro teria implicado positivamente no desempenho da economia ao internalizar os setores-chave da quarta revolução tecnológica (2012, p. 41). No entanto, a partir do início da década de 1980, não houve o emparelhamento com os setores mais dinâmicos da nova revolução tecnológica, invertendo a dinâmica anterior. Assim, “Em vez da continuidade do *catching-up*, um processo de *falling behind* marcou a trajetória da indústria brasileira nas últimas décadas” (2012, p. 44), pois o capital externo continuou fluindo para a estrutura industrial do paradigma tecnológico anterior ou para “segmentos industriais baseados na transformação de recursos naturais” (2012, p. 46 e 50).

Em uma contribuição sobre o debate recente em torno dos padrões de crescimento dos anos 2000, *wage-led versus export-led*, Fonseca e Arend (2016) fazem uma crítica neoschumpeteriana e estruturalista, argumentando que ambas as concepções não levam em conta adequadamente a dinâmica da estrutura produtiva e da estrutura do comércio exterior, as quais limitam as possibilidades de crescimento sustentável com distribuição de renda. No texto de Ferrari e Fonseca (2015) destacam-se, em relação a esse mesmo debate, as implicações keynesianas e institucionais, como mudanças na estrutura institucional e a necessidade do equilíbrio de longo prazo do balanço de pagamentos para garantir a estabilidade macroeconômica. Buscando precisar conceitualmente e identificar as raízes teóricas do novo-desenvolvimentismo, Mollo e Fonseca (2013) fazem uma crítica a essa concepção, destacando sua insuficiência no tratamento do aspecto da estrutura econômica¹⁷, apesar de seu acerto sobre que “as políticas desenvolvimentistas devem buscar o alinhamento entre os preços-chave macroeconômicos e as políticas de longo prazo voltadas ao fortalecimento e à transformação da estrutura produtiva” (2013, p. 236). E sobre o período Lula, investigando se houve retorno ao desenvolvimentismo, os autores (FONSECA; CUNHA; BICHARA, 2013) concluem com ceticismo¹⁸.

Em relação à questão da “intencionalidade” (da política industrializante do Brasil a partir da década de 1930), Fonseca discute e critica a ideia de que o Processo de Substituição de Importações (PSI) surgiu meramente e espontaneamente como reação aos choques adversos (FONSECA, 2003b). Historicamente, ocorreu crescente tomada de consciência das novas tarefas que caberiam ao Estado (FONSECA, 1987). A crise do café aparecia como crise estrutural (FONSECA, 2009a) e o livre mercado aparecia como elemento de origem da crise. Assim, a simples regulação ou as políticas de austeridade não seriam suficientes para sua solução,

(17) Segundo Mollo e Fonseca (2013, p. 236), “não se pode deixar de mencionar que a avançagem do crescimento centrado na política cambial faz mais sentido se o propósito é a reprodução do paradigma tecnológico vigente. Em uma visão schumpeteriana e/ou institucionalista, a política industrial é requerida para ajudar na criação um de ambiente propício às inovações em sintonia com novo paradigma, não sendo de forma alguma somente apropriada ao “modelo” de substituição de importações”.

(18) Segundo Fonseca, Cunha e Bichara (2013, p. 424), “o desenvolvimentismo, para se firmar tanto como ideologia hegemônica e, daí, como prática efetiva, supõe um relativo consenso sobre a natureza e a profundidade da política econômica como indutora não só de investimentos em áreas prioritárias, mas da ação estatal nas demais esferas de abrangência - como educação, tecnologia, mercado de trabalho e políticas sociais, dentre outras -, de forma a forjar um projeto com coerência interna entre fins, meios e instrumentos para viabilizá-los. Supõe, portanto, um pacto político capaz de lhe dar sustentação, ou seja, agentes econômicos, classes e segmentos sociais dispostos a pactuar uma agenda mínima. Apesar de se ter avançado nessa direção nos últimos anos e a crise internacional vir também colaborar neste sentido, não há como fugir da constatação realista de que tudo sugere ser algo não muito claro de se vislumbrar em um horizonte mais próximo”.

mas a necessidade de mudança estrutural apenas posteriormente vai ficando mais clara (FONSECA, 1986).

A intencionalidade vincula-se fortemente à questão da mudança estrutural, que não ocorre apenas como resultado de trajetórias de “eficiência alocativa”, de políticas anticíclicas ou como mera decorrência de crises externas. Celso Furtado constata que as políticas econômicas acabaram por gerar a mudança do “centro dinâmico” da economia para a indústria e para o mercado interno. Mas houve uma política deliberada de industrialização? Destacando-se as mudanças institucionais e não apenas os aspectos macroeconômicos (política monetária e cambial para a sustentação da Demanda Agregada), transparecem elementos de um projeto desenvolvimentista e de uma ideologia nacionalista que se concretiza nas políticas e nas instituições. As mudanças institucionais aparecem em discursos e leis, na criação de órgãos, códigos etc. (FONSECA, 2003a; 2012c; 2012d). Segundo Fonseca e Haines (2012), o governo Vargas focava-se em medidas para mudar a estrutura econômica do país via industrialização, com um projeto deliberado. Esse projeto se constata examinando-se em conjunto as políticas econômicas, as instituições criadas e os “discursos”¹⁹. As mudanças institucionais também são mudanças estruturais, e as novas estruturas institucionais revelam a intencionalidade de um projeto. Essas mudanças estruturais acabam por se tornar irreversíveis, mesmo que assim percebidas apenas *a posteriori*. Portanto, se o desenvolvimento, entendido como mudança estrutural, depende de ações conscientes, foi o que ocorreu no período do PSI (FONSECA, 2003a).

Mais recentemente, Fonseca empreende a construção de um conceito preciso sobre desenvolvimentismo (FONSECA, 2014; 2015)²⁰. Percebe-se nesse conceito a concepção sobre desenvolvimento enquanto mudança estrutural evolutiva. Para as concepções estruturalistas, a superação de problemas econômicos e sociais passa por mudança estrutural na economia. Como o mercado não pode ou tem muita dificuldade para promover essas mudanças (ainda mais em um contexto de subdesenvolvimento, ou num *status quo* não desejável), torna-se necessária uma estratégia econômica deliberada (ou seja, intencionalidade, ou uma tomada prévia de consciência sobre a necessidade da transformação estrutural, com uma visão

(19) Para Fonseca e Haines (2012), não era um projeto de distribuição de renda, apesar das reformas trabalhistas e outras medidas. O objetivo tinha o sentido de criação de mão de obra adequada para a indústria e uma melhor distribuição de renda deveria ser fruto da industrialização. Portanto, o foco das políticas estava mais na produção do que na distribuição.

(20) Segundo Fonseca (2014, p. 60; 2015, p. 51), “entende-se por desenvolvimentismo a política econômica formulada e/ou executada, de forma deliberada, por governos (nacionais ou subnacionais) para, através do crescimento da produção e da produtividade, sob a liderança do setor industrial, transformar a sociedade com vistas a alcançar fins desejáveis, destacadamente a superação de seus problemas econômicos e sociais, dentro dos marcos institucionais do sistema capitalista”.

nacionalista), comandada por um governo (intervencionismo estatal), com nível substancial de acordo social. E isso passa pela liderança do setor industrial, ou seja, por uma mudança estrutural com foco nesse setor, pois é esse que vai acelerar os investimentos, a produção, a produtividade e a adoção, difusão e produção de inovações, com impactos positivos essenciais sobre os demais setores.

Por fim, Fonseca destaca que o próprio e permanente combate ao “desenvolvimentismo” revela sua atualidade, o que pode ser explicado pelo fato de que “as condições históricas ou os ‘problemas’ que deram ensejo a seu aparecimento – manifestos sob diferentes formas e com termos diferentes [...], como consciência do ‘atraso’, do ‘subdesenvolvimento’, da ‘heterogeneidade estrutural’ ou da ‘dependência’ – não foram superados” (2014, p. 71; 2015, p. 63), apesar da mudança das condições históricas que ensejaram o surgimento do termo, do projeto e da prática, transformações essas que exigem sua permanente reatualização.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pode ser percebido, vários temas abordados teoricamente por autores recentes sobre a relação entre estrutura econômica e desenvolvimento já estão presentes nas análises de Pedro Fonseca sobre a economia brasileira do século XX e do início do século XXI.

Por exemplo, Ocampo, Rada e Taylor (2009) ressaltam que o foco das análises estruturalistas está nos agentes coletivos (classes, grupos, instituições, Estado), observando que em economias capitalistas existem duas autoridades constitutivas: capital e Estado, os quais possuem interesses conflitantes e também comuns, como a estabilidade do sistema (a qual é função do próprio crescimento econômico), o que estimula a cooperação. No entanto, a sociedade é conflitiva e existe incerteza fundamental, de forma que o Estado é ator fundamental.

Esses mesmos autores também destacam que as políticas de desenvolvimento devem estimular setores com rendimentos crescentes, promovendo o deslocamento de recursos nesse sentido. Historicamente, as manufaturas cumprem o papel de acelerar a produtividade (pois sociedades sem manufaturas ficam presas a um círculo vicioso) e de mudar a pauta do comércio exterior, com o processo de substituição de importações promovendo também a diversificação de exportações, com maior agregação de valor e sofisticação tecnológica, em um contexto de dinamismo tecnológico e financeiro internacionalmente concentrado. Ocampo, Rada e Taylor (2009) também observam que um balanço de pagamentos livre de constrangimentos permite maior demanda, que gera maiores investimentos e inovação, segundo expresso pela Lei de Thirlwall. Destacam que os estrangulamentos

não estão apenas na órbita da produção, mas também no financiamento interno e externo, e o setor financeiro e o mercado de capitais domésticos não geram recursos de longo prazo, impondo a necessidade de bancos de desenvolvimento.

Ocampo (2005) enfatiza os importantes efeitos sociais da transformação estrutural, em termos de padrão de vida e de distribuição de renda. Nesse sentido, importa a mudança estrutural, que propicie diminuição do peso de setores informais e aumento de peso de setores de alta produtividade. Mas grandes processos de transformação causam efeitos adversos rapidamente (inclusive destruição de capital intangível), enquanto a construção, o aprendizado, demora tempo (incluindo as instituições). Nesse contexto, a reação predominante das firmas é a reestruturação defensiva (racionalização). Ocampo realça que os choques macroeconômicos adversos também podem ter esse efeito, com aumento de incerteza, de forma que a formação das próprias expectativas precisa ser reaprendida. Por isso a necessidade de uma estratégia de mudança estrutural com condições macroeconômicas adequadas.

Peres e Primi (2009), avaliando a experiência latino-americana de política industrial, usam os conceitos de eficiência dinâmica keynesiana e schumpeteriana para analisar os efeitos da mudança estrutural e seus impactos sobre os ganhos de produtividade. Eles destacam que a proteção tarifária utilizada no PSI foi um poderoso sinal econômico para estimular investimentos em novos setores, o que hoje não pode ser replicado da mesma forma. A região, segundo os dois autores, acumulou significativa experiência com políticas macroeconômicas e no desenvolvimento de seus bancos centrais, de forma que essa experiência poderia e deveria ser replicada em instituições e políticas ligadas ao desenvolvimento industrial. No entanto, isso não é fácil, pois essas instituições, imersas em uma lógica de financeirização, tendem a dominar ou a impedir o desenvolvimento das outras, como as de planejamento produtivo.

Em relação ao Brasil no período recente, Carvalho e Kupfer (2011) avaliam o processo de mudança estrutural da indústria brasileira com base na análise das tendências de diversificação ou de especialização produtiva. Segundo eles, a indústria nacional teria entrado prematuramente (em termos de renda *per capita* comparativamente aos países desenvolvidos) em uma fase de especialização de sua estrutura produtiva. Os autores observam que o processo de liberalização comercial tende a consolidar a estrutura econômica existente, de forma que são favorecidos setores menos avançados tecnologicamente instalados em fases anteriores na economia brasileira. Por outro lado, Carvalho e Kupfer também observam o papel da política macroeconômica e do baixo crescimento econômico, fatores que desestimulam uma trajetória positiva de mudança estrutural. Ou seja, a estagnação e os baixos investimentos limitam o surgimento de novos setores, de forma que tende a crescer relativamente mais a participação de áreas que oferecem retornos rápi-

dos e com reduzido risco (ou seja, com eficiência ricardiana e não com eficiência schumpeteriana ou keynesiana).

Essas análises, que sempre enfatizam a mudança estrutural no processo de desenvolvimento, são muito semelhantes em seus fundamentos às elaboradas por Pedro Fonseca, conforme destacado na seção anterior. Contribuições de autores como Ocampo, Cimoli, Reinert, Mazzucato, Thirlwall, Rodrik, Chang, Peres e Primi, assim como dos brasileiros Porcile, Kupfer, Carvalho, Nassif, Feijó e Araújo, e de tantos outros que têm partido do estruturalismo clássico de vertentes schumpeterianas, keynesianas ou marxianas para fazer análises teóricas e empíricas sobre a economia internacional e especificamente sobre o Brasil, estão presentes explícita ou implicitamente na obra de Fonseca. Essas abordagens, fundamentais para o entendimento da economia brasileira do passado, são em suas versões modernas cada vez mais úteis para pensar também o futuro da economia nacional.

REFERÊNCIAS

AREND, M.; FONSECA, P. Brasil (1955-2005): 25 anos de **catching up**, 25 anos de *falling behind*. *Revista de Economia Política*, v. 32, n. 1 (126), jan./mar. 2012.

CARVALHO, L.; KUPFER, D. Diversificação ou especialização: uma análise do processo de mudança estrutural da indústria brasileira. **Revista de Economia Política**, v. 31, n. 4 (124), p. 618-637, out-dez/2011.

CHANG, H.-J. *Hamlet without the Prince of Denmark: how development has disappeared from today's "development" discourse*. In: KHAN, S. R.; CHRISTIANSEN, J. (Eds.). **Towards new developmentalism: market as means rather than master**. Abingdon: Routledge, 2011.

CIMOLI, M.; PORCILE, G. Learning, technological capabilities, and structural dynamics. In: OCAMPO, José; ROS, Jaime (Eds.). **The Oxford Handbook of Latin American Economics**. Oxford: Oxford University Press, 2011.

_____. Technology, structural change and BOP-constrained growth: a structuralist toolbox. **Cambridge Economic Journal**, v. 38, p. 215-237, 2014.

FERRARI, F.; FONSECA, P. Which developmentalism? A Keynesian– Institutional proposal. **Review of Keynesian Economics**, v. 3, n. 1, Spring 2015.

FONSECA, P. A Transição Capitalista no Rio Grande do Sul: a Economia Gaúcha na Primeira República. **Estudos Econômicos**, v. 15, n. 2, 1985.

_____. A ortodoxia posta em questão: a política econômica e a percepção governamental da crise dos anos 30 no Brasil. **Ensaios FEE**, v. 7, n. 1, 1986.

_____. Estado e industrialização consciente: 1930-1955. **Questões de Economia Política**, ano 3, n. 4, 1987.

- _____. **Vargas: o capitalismo em construção**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989.
- _____. Positivismo, trabalhismo, populismo: a ideologia das elites gaúchas. **Ensaio FEE**, v. 14, n. 2, 1993.
- _____. A Gênese Regional da Revolução de 1930. **Estudos Econômicos**, v. 29, n. 1, 1999.
- _____. As origens e as vertentes formadoras do pensamento cepalino. **Revista Brasileira de Economia**, v. 54, n. 3, jul./set. 2000.
- _____. As fontes do pensamento de Vargas e seu desdobramento na sociedade brasileira. In: RIBEIRO, M. T. R. (Org.). **Intérpretes do Brasil: leituras críticas do pensamento social brasileiro**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2001.
- _____. Sobre a intencionalidade da política industrializante do Brasil na década de 1930. **Revista de Economia Política**, v. 23, n. 1 (89), jan./mar. 2003 (a).
- _____. O Processo de Substituição de Importações. In: REGO, J. M.; MARQUES, R. M. (Orgs.). **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2003 (b).
- _____. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. **Pesquisa & Debate**, v. 15, n. 2 (26), 2004 (a).
- _____. Legitimidade e credibilidade: impasses da política econômica do Governo Goulart. **Estudos Econômicos**, v. 34, n. 3, jul.-set. 2004 (b).
- _____. Vargas no Contexto da Primeira República. In: SZMRECSÁNYI, T.; GRANZIERA, R. G. (Orgs.). **Getúlio Vargas & a Economia Contemporânea**. Vol. 1. São Paulo: HUCITEC, 2005.
- _____. A política e seu lugar no estruturalismo: Celso Furtado e o impacto da grande depressão no Brasil. **Economia, selecta**, v. 10, n. 4, dez. 2009 (a).
- _____. O Brasil Meridional na *Formação econômica do Brasil*. In: COELHO, F. S.; GRANZIERA, R. G. (Orgs.). **Celso Furtado e a Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Atlas, 2009 (b).
- _____. Nem ortodoxia nem populismo: o Segundo Governo Vargas e a economia brasileira. **Tempo**, n. 14, 2010.
- _____. A Articulação Nacional/Regional e as Origens da “Revolução de 30”. In: RANINCHESKI, S. et al. (Orgs.). **Economia Brasileira em Perspectiva Histórica**. Brasília: Verbena, 2011 (a).
- _____. O mito do populismo econômico de Vargas. **Revista de Economia Política**, v. 31, n. 1 (121), jan./mar. 2011 (b).
- _____. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. In: BASTOS, P.; FONSECA, P. (Orgs.). **A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: Ed. Unesp, 2012 (a).
- _____. Do progresso ao desenvolvimento: Vargas na Primeira República. In: BASTOS, P.; FONSECA, P. (Orgs.). **A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: Ed. Unesp, 2012 (b).

_____. Instituições e política econômica: crise e crescimento do Brasil na década de 1930. In: BASTOS, P.; FONSECA, P. (Orgs.). **A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: Ed. Unesp, 2012 (c).

_____. A Revolução de 1930 e a Economia Brasileira. **Economia**, v. 13, n. 3, set./dez. 2012 (d).

_____; HAINES, A. Desenvolvimentismo e política econômica: um cotejo entre Vargas e Perón. **Economia e Sociedade**, v. 21, número especial, dez. 2012.

_____; MOLLO, M. Metalistas x papelistas: origens teóricas e antecedentes do debate entre monetaristas e desenvolvimentistas. **Nova Economia**, v. 22, n. 2, mai.-ago. 2012.

_____; MOREIRA, C. O projeto do Governo Goulart e o II PND: um cotejo. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 33, 2012.

_____; CUNHA, A.; BICHARA, J. O Brasil na Era Lula: retorno ao desenvolvimentismo? **Nova Economia**, v. 23, n. 2, mai.-ago. 2013.

_____. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. In: CALIXTRE, A. B.; BIANCARELLI, A. M.; CINTRA, M. A. M. (Eds.). **Presente e Futuro do Desenvolvimento Brasileiro**. Brasília: IPEA, 2014.

_____; LENZ, M. H. The new-style of developmentalism in Latin America: Kubitschek and Frondizi. In: CARDOSO, J. L.; MARCUZZO, M. C.; SOTELO, M. E. R. (Eds.). *Economic Development and Global Crises: the Latin American economy in historical perspective*. London and New York: Routledge, 2014.

_____. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. In: DATHEIN, R. (Org.). **Desenvolvimentismo: o conceito, as bases teóricas, as políticas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

_____; AREND, M. Aportes neoschumpeterianos al debate sobre los patrones de crecimiento de la economía brasileña en el siglo XXI. **América Latina Hoy**, 72, 2016.

IMBS, J.; WACZIARG, R. Stages of diversification. **American Economic Review**, v. 93, n. 1, mar. 2003.

KALDOR, N. (1966). Causes of the slow rate of economic growth in the United Kingdom. In: TARGETTI, F.; THIRLWALL, A. P. (Eds.). **The essential Kaldor**. New York: Holmes & Meier, 1989.

MAZZUCATTO, M. **O Estado Empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado**. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.

MOLLO, M.; FONSECA, P. Desenvolvimentismo e novo-desenvolvimentismo: raízes teóricas e precisões conceituais. **Revista de Economia Política**, v. 33, n. 2 (131), abr./jun. 2013.

NASSIF, A.; FEIJÓ, C.; ARAÚJO, E. Structural change and economic development: is Brazil catching up or falling behind? **Cambridge Journal of Economics**, n. 39, p. 1307-1332, 2015.

OCAMPO, J. A. The quest for dynamic efficiency: structural dynamics and economic growth in developing countries. In: OCAMPO, J. A. (Ed.). **Beyond Reforms: structural**

ral dynamics and macroeconomic vulnerability. Washington: ECLAC, World Bank and Stanford University Press, 2005.

OCAMPO, J. A.; RADA, C.; TAYLOR, L. Economic structure, policy, and growth. In: **Growth and Policy in Developing Countries: a structuralist approach**. New York: Columbia University Press, 2009.

PERES, W.; PRIMI, A. Theory and practice of industrial policy. Evidence from the Latin American experience. **Serie Desarrollo Productivo**, n. 187. Santiago de Chile: Cepal, February 2009.

REINERT, E. Catching-up from way behind: a third world perspective on first world history. In: FAGERBERG, J.; VERSPAGEN, B.; VON TUNZELMANN, N. (Eds.). **The dynamics of technology**, trade and growth. Edward Elgar, 1994.

_____. **How Rich Countries Got Rich ... and Why Poor Countries Stay Poor**. New York: Carroll & Graf Publishers, 2007.

REINERT, E.; AMAIZO, Y.; KATTEL, R. The economics of failed, failing, and fragile states: productive structure as the missing link. In: KHAN, S.; CHRISTIANSEN, J. (Eds.). **Towards new developmentalism: market as means rather than master**. New York: Routledge, 2011.

RODRIK, D. Políticas de diversificação econômica. Revista CEPAL. Número especial, maio 2010.

THIRLWALL, A. P. (1979). The balance of payments constraint as an explanation of international growth rate differences. **Banca Nazionale del Lavoro Quarterly Review**, v. 32, n. 128, set. Republicado em PSL Quarterly Review, v. 64, n. 259, 2011.

VAN DER LAAN, C.; CUNHA, A.; FONSECA, P. Os pilares institucionais da política cambial e a industrialização nos anos 1930. **Revista de Economia Política**, v. 32, n. 4, out./dez. 2012.

16

PEDRO FONSECA E O DEBATE DESENVOLVIMENTISTA NO SÉCULO XXI

HERMANO CAIXETA IBRAHIM

Bacharel (2012) em economia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Mestre (2013) em economia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Doutorando em economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

I. INTRODUÇÃO

Como ensinado pelo filósofo grego Heródoto de Halicarnasso (o “pai da história”), os trabalhos de Pedro Fonseca nos ajudam a: “pensar o passado para compreender o presente e idealizar o futuro”. Eles auxiliam a compreender a formação de nossa sociedade com base em análises históricas, seus conceitos e pensadores. A riqueza e o rigor de sua bibliografia, à medida que nos permite entender a formação econômica da sociedade brasileira, lança luz também sobre nossa realidade e os possíveis planos para o futuro. Não obstante, suas contribuições não remetem somente ao passado, o conhecimento histórico e econômico de nossa sociedade, pois permite ao autor realizar lúcidas leituras sobre o presente, além de qualificar o debate sobre quais estratégias devemos seguir para os anos vindouros. Dessa forma, o presente capítulo se dedicará às contribuições de Pedro Fonseca, à importância do resgate histórico para entender o debate atual e à sua proposta de estratégia de crescimento e desenvolvimento brasileiro.

Durante os anos 2000, o debate sobre o papel do Estado em impulsionar o desenvolvimento econômico é retomado, contestando o ensinamento ortodoxo de que o crescimento depende de iniciativas privadas, dos fatores de produção e das preferências individuais. Historicamente, o desenvolvimentismo latino-americano está relacionado às raízes teóricas heterodoxas da macroeconomia keynesiana, da teoria estruturalista latino-americana e da teoria marxista. Cada uma dessas correntes defende a intervenção por diferentes razões, resultando em políticas econômicas de alcance e magnitudes diversas (BIELSCHOWSKY, 1988; FONSECA, 2000; BOIANOVSKY, 2010; MALTA, 2011; MOLLO; FONSECA, 2013). Bielschowsky (1988) define o desenvolvimentismo como uma “ideologia de transformação da sociedade brasileira”, a qual não acredita na superação espontânea do subdesenvolvimento a partir das forças de mercado, sendo indispensável a atuação do estado como planejador e catalisador do desenvolvimento através da industrialização.

O retorno do debate desenvolvimentista demandara uma definição do termo que estava novamente em voga no debate acadêmico e político. Para tanto, Fonseca (1989, 2004) recupera de forma sistêmica as origens do desenvolvimentismo no Brasil. O autor caracteriza o conceito em um conjunto de ideias e práticas governamentais permeadas por um projeto de nação, em que a política econômica não é aleatória nem reativa aos ciclos ou flutuações, mas formulada dentro de uma estratégia nacional de intervencionismo pró-crescimento focado no setor industrial. Dessa forma, o “núcleo duro” do desenvolvimentismo abrange a defesa: a) da industrialização; b) do intervencionismo pró-crescimento; e c) do nacionalismo. Por fim, Fonseca (2016, p. 28) sintetiza o conceito de desenvolvimentismo como: “Política econômica formulada e/ou executada, de forma deliberada, por governos (nacionais ou subnacionais) para, através do crescimento da produção e da produ-

tividade, sob a liderança do setor industrial, transformar a sociedade com vistas a alcançar fins desejáveis, destacadamente a superação de seus problemas econômicos e sociais, dentro dos marcos institucionais do sistema capitalista”.

A partir da definição do conceito, outras questões surgiram com a retomada do debate desenvolvimentista no Brasil, tais como: quando um governo pode ser considerado desenvolvimentista? Quais as características das estratégias desenvolvimentistas do século XXI? Como definir se existe uma estratégia em políticas parciais e fragmentadas? Quais as características da industrialização periféricas no capitalismo moderno? Como as políticas desenvolvimentistas podem ser usadas para promover um modelo de crescimento sustentável? Nesse sentido, Pedro Fonseca contribui tanto na análise sobre a natureza desenvolvimentista de governos anteriores, como também elucida as opções e características das novas estratégias desenvolvimentistas que despontam no debate acadêmico. Não obstante, a partir do resgate das teorias desenvolvimentistas e das recentes contribuições dos modelos pós-keynesianos, Ferrari Filho e Fonseca (2015) fazem a proposta keynesiana-institucionalista de crescimento, conciliando as estratégias novo e social-desenvolvimentistas.

Os trabalhos desenvolvidos ao longo da carreira de Pedro Fonseca nos incitam a conhecer nossa história e nossa formação, fundamental para compreendermos o nosso presente e para planejarmos nosso futuro. A partir do resgate histórico, Pedro Fonseca contribui para o retorno do debate desenvolvimentista e suas novas estratégias para o Brasil. No que se refere ao nosso presente, o autor elucida nossa conjuntura durante o crescimento dos anos 2000 e suas características. Por fim, o futuro é idealizado a partir de uma proposta de estratégia de crescimento e desenvolvimento econômico alicerçada na expansão da Demanda Agregada. Sendo assim, na seção seguinte, há a preocupação em apresentar o novo e o social-desenvolvimentismo, em seguida expor a análise crítica do autor sobre ambas as estratégias e, por fim, resgatar a suposta dicotomia entre o crescimento *wage-led* e *export-led*. A partir da síntese desse debate, na seção seguinte o capítulo resgata a análise conjuntural do crescimento nos anos 2000. Por fim, na última seção é apresentada a proposta keynesiano-institucionalista alicerçada tanto em políticas econômicas quanto em reformas estrutural-institucionais.

2. O RESGATE DO DEBATE DESENVOLVIMENTISTA E SUAS NOVAS ESTRATÉGIAS PARA O BRASIL

O retorno das estratégias desenvolvimentistas ao cenário acadêmico nacional veio acompanhado pela retomada do debate internacional em torno dos

modelos de regime de crescimento econômico pós-keynesianos e pós-kaleckianos e as influências das políticas pró-trabalho e pró-capital na dinâmica da Demanda Agregada. A análise do impacto da condução da política econômica sobre o regime e a trajetória de crescimento de longo prazo é uma das recentes contribuições da teoria keynesiana para o entendimento sobre crescimento e distribuição de renda. Por sua vez, as políticas econômicas são capazes de promover o crescimento tanto no curto como no longo prazo, diferentemente do postulado pela ortodoxia. Políticas econômicas, nos modelos de crescimento, abrangem além da política monetária, fiscal e cambial, a política salarial, industrial, tecnológica e as políticas estrutural-institucionais, ou seja, boa parte das intervenções do governo que afetam os componentes dos modelos crescimento econômico. Ferrari Filho e Fonseca (2015) utilizam essa biografia tanto para entender as novas estratégias desenvolvimentistas como para explicar que não existe dicotomia entre crescimento *wage-led* e *export-led*, uma vez que o consumo e as exportações funcionam como “variável desencadeadora” da expansão da Demanda Agregada. Duas recentes estratégias de desenvolvimento baseadas nos modelos de crescimento econômico e em políticas desenvolvimentistas (pró-capital ou pró-trabalho) tomaram proeminência no debate: o novo-desenvolvimentismo e o social-desenvolvimentismo. A primeira sintetizada pela proposta de modelos de crescimento *export-led*, enquanto a segunda trata-se do crescimento *wage-led*.

A competitividade e a inserção externa são o foco no crescimento puxado pelas exportações, por isso a política cambial toma destaque na proposta novo-desenvolvimentista. Uma política cambial ativa que desvalorize a moeda nacional, diminuindo o salário real, combatendo a “doença holandesa” e o excessivo influxo de capitais. As demais políticas econômicas (fiscal, monetária, industrial, salarial) devem ser guiadas conforme as regras do orçamento público equilibrado e pautadas pelo regime de metas de inflação. No que concerne ao tripé macroeconômico, o novo-desenvolvimentismo entende sua importância, porém defende algumas modificações. Além da meta de inflação, o Banco Central deve perseguir metas de emprego e de câmbio. A taxa de câmbio, mesmo flutuante, deve ser administrada via compra de reservas ou controle sobre ingresso de capitais, de forma a neutralizar a sobrevalorização e a “doença holandesa”. Não obstante, caberia também ao Estado, através de suas políticas econômicas, promover o aumento da poupança interna em substituição a fontes de financiamentos externos. Ao manter as metas de inflação ao mesmo tempo em que propõe um crescimento baseado nas exportações (*export-led*), os novo-desenvolvimentistas atribuem o controle da inflação à poupança estatal, superávits primários e pagamento da dívida externa. O novo-desenvolvimentismo, no entanto, não é um grupo homogêneo, sendo subdivididos por Mollo e Amado (2014) entre os novo-desenvolvimentistas precursores e os pós-keynesianos, em que as variáveis desencadeadoras do investimento são as

exportações e os juros respectivamente. Para referenciar a abordagem precursora, as autoras citam os trabalhos de Bresser-Pereira (1991, 2004, 2006, 2007 e 2011), Nakano (BRESSER-PEREIRA; NAKANO, 2002), Gala (BRESSER-PEREIRA; GALA, 2007) e Oreiro e Marconi (2016). Já o segundo subgrupo, os novos-desenvolvimentistas keynesianos, é liderado por Sicsú et al. (2005) e Amado e Resende (2007), baseados nos trabalhos de Keynes (1971-1983, 1983a, 19883b). Por sua vez, Bastos (2012) classifica os novos-desenvolvimentistas em dois grupos e os identifica politicamente: os “desenvolvimentistas” que se preocupam com o fomento a indústria nacional e os “monetaristas” preocupados com os preços gerais da macroeconomia e o papel decisório do estado na alocação de recursos.

Os novos-desenvolvimentistas precursores destacam a necessidade de uma orientação para as exportações, em que o foco primário é a taxa de câmbio competitiva ou industrial, no entanto não desconsideram o papel fundamental da diminuição da taxa de juros para o aumento dos investimentos. Correa e Feijó (2015) destacam que para os novos-desenvolvimentistas precursores a taxa de crescimento depende da taxa de investimento mais fortemente relacionada à taxa de câmbio, de forma que os empresários calcularão a viabilidade dos seus investimentos, tendo como base a taxa de câmbio de mercado. Por sua vez, os novos-desenvolvimentistas keynesianos evidenciam sua aproximação com a escola pós-keynesiana. Mesmo focando nas exportações, a preocupação central é com o fluxo de capitais e a consequente vulnerabilidade externa de uma economia aberta. A preocupação com a estabilidade macroeconômica vai além da manutenção de uma política fiscal e monetária responsável, abrange as incertezas relativas à demanda futura e à manutenção da Demanda Agregada. Para tanto, Sicsú (2005) defende um conjunto de medidas que aumentem a Demanda Agregada, criando um ambiente estável que estimule os empresários a realizar a investimento em atividades exportadoras.

Por sua vez, a proposta social-desenvolvimentista se alicerça na promoção do círculo virtuoso entre aumento da *wage-share*, aumento do consumo, levando ao aumento do investimento, da produtividade e do valor agregado das exportações. O fortalecimento do salário mínimo seria equacionado pela resposta do investimento público e privado, melhorando a produtividade da economia e ampliando o valor agregado das exportações, o que aliviaria a restrição externa. No entanto, para dar início a esse processo, a estratégia carece de um aumento do emprego, da disponibilidade de recursos fiscais para os investimentos e o convívio com a restrição externa, ou seja, o investimento precisa ser sensível às variações no *wage-share* e ao consumo doméstico.

Uma proposta de estratégia de crescimento e desenvolvimento baseados em políticas de distribuição de renda e a expansão do mercado interno, ou seja, estratégias que assumem a importância do consumo como variável desencadeadora do investimento. O social-desenvolvimentismo reconhece a importância do

mercado interno como esteio do crescimento em economias como a brasileira, que define o social como o foco do desenvolvimento, ou seja, subordinar as metas e intensidade do desenvolvimento das forças produtivas às metas de desenvolvimento social (CARNEIRO, 2002, 2012; BIELSCHOWSKY, 2001, 2002, 2012; CASTRO, 1990, 2008). Vale relembrar que Furtado (1979) entendia a importância da diversificação da demanda como indutora ao crescimento da capacidade produtiva, uma vez que a demanda se diversificando, o aparelho produtivo também tende a se diversificar. Por isso, a preocupação primariamente com a melhoria da qualidade de vida da grande parcela dos trabalhadores brasileiros como meio para alcançar o crescimento, sendo denominada “social-desenvolvimentismo” (MOLLO e AMADO, 2014; CORREA; FEIJÓ, 2015, CARNEIRO, 2012) ou “desenvolvimentismo orientado pelo Estado” (BASTOS, 2012).

O social-desenvolvimentismo parte do entendimento de que o consumo de massas do mercado brasileiro permite aumento dos rendimentos de escala, do progresso técnico e do salário. Para Bielschowsky (2012), os três potenciais motores da economia brasileira são: a) a promoção do consumo; b) os recursos naturais; e a c) infraestrutura. Nesse processo, a formação de encadeamentos produtivos em atividades tecnológicas e tradicionais seriam o acelerador do crescimento. Além da autonomia sobre o crescimento gerado a partir do fortalecimento do componente consumo na Demanda Agregada, a estratégia se preocupa diretamente com o problema secular de concentração de renda e heterogeneidade estrutural, propondo um desenvolvimento sustentável. Carneiro (2012) é categórico ao afirmar que, além da ampliação e disseminação do crédito, essa estratégia teria de estar ancorada em políticas distributivas permanentes que acarretassem a melhoria progressiva da distribuição funcional da renda, ou seja, os rendimentos do trabalho teriam de aumentar mais rapidamente do que a produtividade.

A partir dos três motores do crescimento, a estratégia social-desenvolvimentista apresenta o círculo virtuoso de crescimento. Iniciado com as políticas governamentais de expansão do mercado de consumo de massas, estimulando o investimento, o qual contribui positivamente para o avanço da produtividade e da tecnologia. Com a promoção dos encadeamentos produtivos na indústria de bens de consumo assalariado e adensamento da cadeia produtiva em torno dos recursos naturais, as economias de escalas proporcionarão uma queda nos preços industriais e, em especial, nos bens de consumo. Os salários reais mais altos, segundo Storm e Naastepad (2011), tendem a promover um crescimento mais elevado da produtividade, em parte devido à pressão para introduzir inovações poupadoras de trabalho, mas também por causa da melhoria das relações sociais no local de trabalho. O aumento do investimento (privado e público) em produtividade e o aumento do nível de emprego e renda permitirão tanto o acréscimo do consumo dos trabalhadores como também os rendimentos do empresário. Assim, os gastos

do governo com a promoção do consumo de massas, o adensamento industrial em torno das *commodities* e os gastos com infraestrutura (econômica e social) seriam cobertos pelo aumento da arrecadação proveniente do acréscimo do emprego, renda, consumo e lucro. Nesse ínterim, o governo precisa praticar uma política cambial ativa, a qual não permita o vazamento do consumo para as importações via valorização cambial, ao mesmo tempo em que contenha a desvalorização cambial e a respectiva queda no poder de compra dos salários e aumento da inflação.

O retorno das políticas e do debate desenvolvimentista ao longo dos anos 2000 reacenderia novamente a discussão em torno da atuação estatal na promoção do crescimento econômico e suas respectivas características. Pedro Fonseca participa do debate teórico, tanto resgatando o conceito desenvolvimentista como tecendo uma crítica metodológica ao suposto *trade-off* entre salários e exportações (*wage-led* e *export-led*) nas estratégias social e novo-desenvolvimentistas. Sendo assim, primeiramente se apresenta a análise do autor sobre a natureza desenvolvimentista das novas estratégias. Por fim, os modelos de regime de crescimento econômico pós-keynesianos respaldam a crítica à suposta dicotomia existente entre a proposta social-desenvolvimentista de crescimento liderado pelos salários e a proposta novo-desenvolvimentista puxada pelas exportações.

A partir do “núcleo duro”, industrialização, intervencionismo pró-crescimento e projeto nacional, Pedro Fonseca classifica ambas as recentes estratégias como desenvolvimentistas. O autor relembra que os conceitos podem ser alongados ou adaptados às novas realidades, sendo assim, a adição de conceitos radiais é necessária quando novos atributos são inseridos. Fonseca (2016) explica que os conceitos radiais atualizam os tradicionais por meio de adjetivos ou sufixos (neoclássico, novo-clássico, pós-keynesiano, pré-capitalismo, capitalismo mercantil, globalizado, “de estado” etc.) Assim, as políticas de redistribuição de renda ou de foco nas exportações não são integrantes do núcleo duro do conceito, porém atualizam as características do social e do novo-desenvolvimentismo.

Como esperado, todos os três conceitos pertencentes ao núcleo duro do desenvolvimentismo são criticados pela ortodoxia liberal. A intervenção estatal é condenada, uma vez que caberia ao mercado a melhor alocação de recursos e promoção do crescimento não inflacionário. A existência de um projeto nacional também não seria pertinente devido às influências nas preferências individuais e nos preços relativos. E, por fim, o incentivo à indústria em detrimento dos demais setores não se justifica, uma vez que não existem evidências de externalidades produtivas relacionadas com a indústria de transformação.

Mollo e Fonseca (2013) entendem que o “novo” desenvolvimentismo seria justificável pela diferença de estágio existente entre uma econômica recente industrializada, como no caso do Brasil no início século XX, e uma economia com a

indústria já consolidada em um mercado globalizado. No entanto, tanto no antigo como no novo-desenvolvimentismo a promoção da atividade industrial aparece como prioridade na intervenção pró-crescimento. Por outro lado, os entusiastas do novo-desenvolvimentismo justificam o prefixo “novo” para desassociar a relação entre desenvolvimentismo e irresponsabilidade fiscal ou despreocupação inflacionária. No entanto, Mollo e Fonseca (2013) destacam que a defesa do papel do Estado na manutenção do pleno emprego de longo prazo, evitando flutuações acentuadas, não significa, tanto do ponto de vista teórico como histórico, dar pouca importância ao equilíbrio das finanças do estado, às forças de mercado ou à questão inflacionária. Os autores relembram que a relação entre desenvolvimentismo e irresponsabilidade na condução da economia, rotulada de “populismo econômico”, não se sustenta historicamente quando relacionada aos governos classificados como desenvolvimentistas.

Não obstante, diferentemente do antigo desenvolvimentismo que priorizava o mercado interno, o novo-desenvolvimentismo foca na promoção de um modelo exportador. A proposta é explorar a sensibilidade do investimento às exportações através do câmbio de equilíbrio industrial, impactando positivamente no valor adicionado, inovação e produtividade da economia, ou seja, incentivar a exportação de manufaturas no “estado da arte”. Ferrari Filho e Fonseca (2015) explicam que um padrão de crescimento *export-led* tem a capacidade de minimizar as restrições ao crescimento de países com moeda internacionalmente inconvertível, que em face dos seus problemas estruturais de balanço de pagamentos, estão condicionados à chamada Lei de Thirlwall e sujeitas aos descontroles inflacionários, desvalorizações cambiais emergenciais, frequentes recessões e aumento do endividamento externo.

Segundo Ferrari Filho e Fonseca (2015), a associação do novo-desenvolvimentismo a um regime estritamente *export-led* perpassa o pressuposto de que esse é o padrão de crescimento da economia brasileira a ser seguido. No entanto, os autores advertem que o argumento “mais investimento menos consumo” não é convincente caso se assimile à necessidade de melhorar a distribuição de renda e que, para isso, são necessárias formulações de políticas que permitam o consumo e o investimento crescerem conjuntamente. Araújo e Gala (2012), defensores do novo-desenvolvimentismo, reconhecem que “um crescimento *wage-led* a partir de 2006, o que se dá especialmente pelo crescimento do emprego e do salário real”. Para Ferrari Filho e Fonseca (2015, p. 12), “a melhoria do Índice de Gini a partir do Plano Real permite antever que a economia brasileira emite sinais de que há espaço para crescimento ancorado em melhor redistribuição de renda”.

Por fim, a estratégia novo-desenvolvimentista pode também ser considerada “nova” porque incorpora o aprendizado do crescimento baseado no endividamento externo, que leva à instabilidade cambial e à crise no balanço de paga-

mentos. Mollo e Fonseca (2015) indagam que existem referências explícitas nos trabalhos novo-desenvolvimentistas à não dependência do investimento com relação à poupança. Todavia, Oreiro e Marconi (2016) explicam que o crescimento econômico deve ser financiado pela poupança interna, privada e pública, originada no crescimento dos lucros das empresas exportadoras e nos saldos superavitários da política fiscal. Os salários devem crescer acompanhando o aumento da produtividade, não comprometendo a competitividade externa das empresas exportadoras. Para os novos-desenvolvimentistas, o crescimento do consumo e a “desindustrialização” durante os anos 2000 têm como variável explicativa a valorização cambial no período pós-Plano Real. A política fiscal pode ser usada para estabilizar o nível de atividade econômica, desde que respeitada a solvência intertemporal das contas públicas e a autonomia do governo frente às rentistas financeiras. No que concerne à distribuição de renda, o governo pode agir diretamente através de investimento em capital humano, supressão da transferência de riqueza entre gerações e ampliação de benefícios sociais.

Mollo e Fonseca (2015) utilizam o próprio debate interno entre os novos-desenvolvimentistas precusores e keynesianos para evidenciar a prioridade às exportações. Se para Sucsú *et al.* (2005) o problema a ser enfrentado pelo novo-desenvolvimentismo está na conta de capitais, para Bresser-Pereira (2011) a questão é o desempenho das transações correntes. Por conseguinte, a variável-chave não é a taxa de juros cuja queda, segundo Mollo e Fonseca (2015), evita a entrada de capitais especulativos, impede a apreciação cambial e beneficia as exportações ao mesmo tempo em que fortalece o mercado interno, mas a taxa de câmbio e a inserção no comércio mundial. Resgatando a visão schumpeteriana e institucionalista, Mollo e Fonseca (2015) relembram que a promoção do crescimento centrado na política cambial faz mais sentido dentro de um referido paradigma tecnológico. Logo, as políticas desenvolvimentistas devem buscar o alinhamento macroeconômico com as políticas de longo prazo voltadas à transformação e fortalecimento da estrutura produtiva.

Contrariamente ao suposto por Bresser-Pereira (1991, 2004, 2006, 2007 e 2011), os recursos naturais e a “doença holandesa” não representam empecilho ou uma “maldição dos recursos naturais” para o desenvolvimento, pelo contrário, Carneiro (2012) defende que os resultados da estratégia de industrialização a partir da promoção de encadeamentos produtivos relacionados aos recursos naturais geram a mesma taxa de industrialização que o crescimento liderado pelas exportações, porém leva a uma maior taxa de absorção de trabalho, uma melhor distribuição de renda, melhor equilíbrio na balança de pagamento, menos pobreza e uma maior taxa de crescimento do produto nacional bruto *per capita*. Esses resultados são alcançados por causa do maior aumento na produtividade total dos fatores, redução do desemprego, aumento das exportações e, em parte, por causa dos efeitos de realocação de recursos.

A proposta social-desenvolvimentista se alicerça na promoção do círculo virtuoso entre aumento da *wage-share*, aumento do consumo, levando ao aumento do investimento, da produtividade e do valor agregado das exportações. O fortalecimento do salário mínimo seria equacionado pela resposta do investimento público e privado, melhorando a produtividade da economia e ampliando o valor agregado das exportações que aliviaria a restrição externa. No entanto, para dar início a esse processo, a estratégia carece de um aumento do emprego, da disponibilidade de recursos fiscais para os investimentos e o convívio com a restrição externa, ou seja, o investimento precisa ser sensível às variações no *wage-share* e ao consumo doméstico.

Na estratégia do social desenvolvimentismo, após uma aceleração na redistribuição de ganhos da produtividade em favor do salário, esta se tornaria estável com melhorias adicionais promovidas ativamente pelo Estado via discricionariedade da política tributária e fiscal, como sugerido por Palley (2011). Nesse raciocínio, a intensa concentração de renda no Brasil permite o crescimento no médio prazo. Já no longo prazo, Carneiro (2012) adverte para a necessidade de outras fontes dinamizadoras do investimento. Ao invés de sugerir as exportações como atividade mantenedora da taxa de lucro (como os novo-desenvolvimentistas), o autor sugere o investimento autônomo em infraestrutura econômica e social. Assim como Palley (2011), Carneiro (2012) sugere que o Estado assuma a oferta de financiamento de longo prazo para o capital privado, enquanto a expansão do investimento social na promoção de serviços públicos fique exclusivamente com os gastos públicos.

Bielschowsky (2012) atenta para a necessidade de mudança da estrutura produtiva doméstica para atender ao aumento da demanda de bens de consumo assalariados, aproveitando os rendimentos de escala e promovendo progresso técnico. A modificação do padrão de consumo viria da própria mudança do perfil de gasto do governo, passando a maximizar os gastos na promoção do consumo de bens assalariados frente aos gastos com os serviços da dívida. A partir da mudança dos gastos do governo, Carneiro (2012) salienta que a distribuição de renda e o novo padrão de consumo implicariam em uma menor elasticidade renda das importações, uma vez que o consumo dos salários apresenta uma maior elasticidade preço-demanda. O autor também alerta para a necessidade de estancar o vazamento da demanda doméstica via importação, a qual compromete tanto a balança de pagamentos como a rentabilidade da indústria doméstica. Stockhammer (2011) explica que melhorias salariais aumentam o consumo e muitas vezes levam ao aumento do investimento e da produtividade, porém elas também têm um efeito negativo, reduzindo a taxa de lucro e influenciando negativamente as exportações líquidas (exportações menos importações). Blecker (2010) adverte que as condições que determinam se a demanda é *wage-led* ou *profit-led* variam consideravelmente, pois dependendo da origem da mudança na distribuição de renda, as

políticas econômicas podem guiar para um consumo dos salários via importação, comprometendo a balança comercial.

Segundo Ferrari Filho e Fonseca (2015), para promover a melhor distribuição de renda, o padrão de crescimento *wage-led* deve criar condições para uma relação “cooperativa” entre salários e lucros. Isso não significa que é necessariamente crescente a participação dos salários na renda, e nem poderia ser, pois levaria à crise de subacumulação, explicada por Bhaduri e Marglin (1990). Assim como Lavoie, Stockhammer e Onaram (2012, p. 15), para Ferrari Filho e Fonseca (2015) é mais pertinente nomear como um padrão de crescimento *wage-led* do que como uma “estratégia”. Nesse padrão, a elevação dos salários impacta positivamente no consumo e no investimento, promovendo a expansão do investimento, do consumo e, conseqüentemente, da Demanda Agregada (DUTT, 1987). Sendo assim, o grande desafio do padrão de crescimento *wage-led* é a promoção da relação virtuosa entre salários e lucros com o investimento.

Ferrari Filho e Fonseca (2015) destacam que a política cambial, ao mesmo tempo em que evidencia a diferença de interesses entre lucros e salários, também contrasta as duas estratégias. Como apresentado por Blecker (2010), enquanto no regime *wage-led* as depreciações são contracionistas para a Demanda Agregada, no regime de crescimento *export-led* elas são expansionistas. Uma vez que o salário real baliza a distribuição de renda, um padrão *wage-led* carece de aumento dos salários (ou no mínimo de melhorias na participação do crescimento da produtividade) e uma taxa de câmbio relativamente valorizada, podendo impactar negativamente nos equilíbrios da balança comercial e de pagamentos. Já em um padrão *export-led*, o câmbio desvalorizado e o salário real promove a exportação à medida que promove uma distribuição de renda mais favorável aos lucros. Dessa forma, no que tange à política cambial, Ferrari Filho e Fonseca (2015) entendem que parece existir um *trade-off* entre melhor distribuição de renda e equilíbrio externo.

No entanto, Ferrari Filho e Fonseca (2015) tecem uma crítica à dualidade construída entre as estratégias novo e social-desenvolvimentistas. Uma vez que tanto o regime *wage-led* como o *export-led* são approaches keynesianos-kaleckianos, ambos tratam de uma variável da Demanda Agregada, a qual teria a responsabilidade de alavancar o crescimento, sendo ela o consumo doméstico ou as exportações. Os autores (2015, p. 5) afirmam que “o debate acadêmico *wage-led vis-à-vis export-led* é uma falsa dicotomia, uma vez que ambos os regimes estão relacionados às condições de demanda agregada”, sendo o investimento mais ou menos influenciado pela *profit-share* em relação ao mercado interno ou às exportações. Ferrari Filho e Fonseca (2015, p. 5) denominam a “variável desencadeadora” aquela que dinamiza o crescimento (salários e/ou exportação), não sendo ela a responsável única, “ela deve se articular com as outras variáveis componentes da Demanda Agregada, em especial

o investimento, público e privado”. Os autores chamam de “padrão de crescimento” a articulação entre a variável desencadeadora com as demais variáveis da Demanda Agregada. Esse padrão não se reproduz espontaneamente e nem é definido pelos *polymakers*, exigindo políticas econômicas deliberadas para sua viabilização. Assim, Ferrari Filho e Fonseca (2015) explicam que a opção por um padrão não é resultado de uma escolha, cada padrão possui pontos “fortes” ou “fracos”, se não “positivos” ou “negativos”, ou seja, “há variáveis que contribuem para facilitar ou restringir sua viabilidade, configurando uma diferença entre sua formulação (típica-ideal, ou ‘modelo’) e a realidade fática de sua implantação”.

3. A ANÁLISE CONJUNTURAL DO CRESCIMENTO ECONÔMICO DOS ANOS 2000

Perante a crítica à suposta dicotomia entre o crescimento *wage-led* e *profit-led* e tendo como base a conjuntura do período de crescimento dos anos 2000, Pedro Fonseca parte para sua contribuição para o entendimento e proposta de estratégia de desenvolvimento. Apoiando a proposta social-desenvolvimentista de crescimento liderado pelos salários (*wage-led*), porém entendendo a importância de se manter o equilíbrio fiscal, da balança de pagamentos e das transações correntes, surge uma proposta que visa conciliar o suposto trade-off entre crescimento e distribuição presentes nas políticas novo e social-desenvolvimentistas. Ferrari Filho e Fonseca (2015) não procuram eleger uma variável-chave, consumo doméstico ou exportações, mas equilibrá-los perante a necessidade promover a Demanda Agregada via aumento investimento. Não basta o foco em uma variável-chave, é preciso entender a interação entre as demais variáveis da Demanda Agregada. Para tanto, a política econômica não se restringe à fiscal, monetária e cambial, mas também políticas salariais, industriais, leis, regulações, delimitação dos direitos de propriedade etc. Segundo Ferrari Filho e Fonseca (2015), as políticas macroeconômicas precisam ser coordenadas de forma a: a) operacionalizar a política fiscal, para que haja expansão da Demanda Efetiva e redução das desigualdades sociais; b) flexibilizar o tripé macroeconômico, estimulando maiores níveis de consumo e investimento; e c) coordenar e regular os mercados financeiros e cambiais para estabilizar fluxo de capitais e taxa de câmbio. Em suma, uma política macroeconômica deve contemplar a estabilidade no emprego e nos preços, no equilíbrio fiscal e na balança de pagamentos, equacionando-os com investimento público e promoção de programas sociais, além de uma política cambial que equilibre o balanço de pagamentos.

A proposta desenvolvida em coautoria por Pedro Fonseca reverbera suas análises conjunturais sobre o período pós-plano Real e também sua análise sobre o regime de crescimento da economia brasileira. Fonseca, Cunha e Bichara (2013)

relembrem que o plano de estabilização foi capaz de conter um processo crônico de descontrole inflacionário, porém a adoção da âncora cambial e da política de juros elevados gerou acúmulo de desequilíbrio fiscal e externo. Para os autores, a segunda fase do real, após a desvalorização cambial do início de 1999, seria marcada pela gestão desses desajustes em um contexto de reversão no quadro de liquidez financeira internacional, pressupostos necessários para a estratégia de estabilização com “crescimento com poupança externa”. A combinação da estabilização monetária com reformas liberalizantes lograria sucesso contra o quadro inflacionário e, em certa medida, ajudara na modernização da estrutura produtiva. Em contrapartida, no final do ano de 2002, a economia brasileira apresentava significativos desajustes nos estoques de dívida pública e externa. Fonseca, Cunha e Bichara (2013) relembrem que a dívida líquida do setor público alcançou mais de 50% do Produto Interno Bruto (PIB), em que os prazos de maturação eram encurtados e apresentava um custo de carregamento de cerca de 8% do PIB (juros nominais sobre a dívida), sendo que os títulos atrelados à variação cambial respondiam por 1/3 da dívida total.

Nessa conjuntura, o governo recém-eleito gerava desconfiância do mercado financeiro internacional. Durante as eleições, a busca de apoio junto ao setor privado ficaria representada pela “Carta ao Povo Brasileiro”, segundo Fonseca, Cunha e Bichara (2013), uma afirmação de compromissos com a manutenção da estabilidade econômica e o respeito aos contratos. Nos anos que se seguiram, a conjuntura externa favorável contribuiria para a correção dos desequilíbrios externos e fiscais. Os resultados em conta corrente passaram a superavitários, influenciados por recordes na balança comercial. Os autores (2013, p. 417) recordam que “de um déficit médio de US\$ 1,1 bilhão entre 1995 e 2002, passou-se a um superávit acima de US\$ 30 bilhões por ano, na Era Lula”. Não obstante, houve forte queda no risco-país com a melhora dos indicadores de solvência e liquidez externa, por fim, a inflação se manteve próximo a 4% ao ano e o crescimento da renda atingiu o patamar médio de 4% a.a.

Sobre esse período, Fonseca, Cunha e Bichara (2013) demonstram a dificuldade de classificar o período Lula entre “governo neoliberal”, que manteve o tripé macroeconômico, ou em um “governo desenvolvimentista”, com várias práticas políticas recomendadas pelo “novo-desenvolvimentismo”. Segundo os autores (2013, p. 407), o período do governo Lula não pode ser enquadrado populista, mas também “não estão claramente consolidadas as condições para a sustentação do desenvolvimentismo como base ideológica da retomada recente de certo dinamismo econômico”. A manutenção das metas de inflação, da taxa de câmbio flexível e valorizada e do superávit primário eram macros essenciais da política de estabilidade promovida pelo governo anterior. No entanto, esse mesmo governo seria responsável pela ampliação de vários programas de assistência social. O salário mínimo cresceria quase 60% em termos reais, entre 2002 e 2017, traduzindo-se em um acréscimo da mas-

sa salarial e do consumo de bens assalariados, superando os números do chamado “milagre econômico brasileiro”. Perante a crise internacional de 2009 e a respectiva queda no comércio internacional, o mercado interno servira como válvula de escape para a manutenção do crescimento. Fonseca, Cunha e Bichara (2013, p. 409) resgatam que “mesmo com o PIB estagnado, estatísticas registram a criação de cerca de um milhão de empregos formais no ano, e sugerem o papel relevante do mercado interno e do consumo doméstico para o alcance deste resultado”.

Apesar da retomada do crescimento, dos bons fundamentos macroeconômicos e do incremento do consumo de parte da população até então à margem da demanda doméstica, Fonseca, Cunha e Bichara (2013, p. 423) achavam prematuro afirmar que atuação do governo entre 2002 e 2010 se tratara de “uma retomada do desenvolvimentismo como ideologia norteadora de nova fase da economia e da sociedade brasileiras”. Nesse sentido, afirmam que para ser classificado como ideologia hegemônica e prática efetiva, “supõe um relativo consenso sobre a natureza e a profundidade da política econômica como indutora não só de investimentos em áreas prioritárias, mas da ação estatal nas demais esferas de abrangência – como educação, tecnologia, mercado de trabalho e políticas sociais, dentre outras”. Seria necessário um pacto político, capaz de dar sustentação a esse projeto, em que os agentes econômicos, classes e segmentos sociais estejam dispostos a firmar uma agenda. Segundo Fonseca, Cunha e Bichara (2013, p. 424), “apesar de se ter avançado nessa direção nos últimos anos e a crise internacional vir também colaborar nesse sentido, não há como fugir da constatação realista de que tudo sugere ser algo não muito claro de se vislumbrar em um horizonte mais próximo”.

Com o final do segundo mandato de Luís Inácio Lula da Silva e início do governo de Dilma Rousseff, as perguntas sobre o perfil de atuação do governo federal se manteriam, agora cooptando o debate entre as diferenças entre o primeiro e o segundo governante. Naturalmente se fortaleceu a questão sobre a natureza desenvolvimentista do segundo governante do Partido dos Trabalhadores. Pedro Fonseca novamente insere-se no debate resgatando o conceito e analisando as políticas econômicas e as respectivas conjunturas. Para o autor, a então presidente apresentava afinidades históricas com o desenvolvimentismo, no entanto, era preciso avançar a análise sobre a ideologia do governo e não apenas considerar as taxas de crescimento. Caso contrário, atenta o autor, a análise fica sujeita ao perigo do falso positivo ou falso negativo perante a conjuntura internacional. O governo dera sinais de estar alinhado com o desenvolvimentismo, tanto nas políticas monetária, fiscal e cambial, como nos investimentos em infraestrutura, isenção de impostos e dialogo com o empresariado. Apesar dessa atuação, as taxas de crescimento não responderam perante a manutenção da queda da atividade econômica pós-crise de 2009. Da mesma forma que Dilma não alavancara o crescimento, mesmo reforçando as políticas desenvolvimentistas, à caracterizaram com um falso negativo, em

contrapartida, o governo de Lula pode ser considerado um falso positivo, uma vez que fora privilegiado pelo crescimento econômico e pelo “efeito China”.

Para Fonseca, o governo a partir de 2010 dava sinais de desenvolvimentismo, uma vez que aparentava ter um projeto de crescimento da produtividade via intervenção estatal. No entanto, permanece a dúvida se esse projeto era somente para sustentar o emprego ou se pertencia a um projeto estratégico pró-indústria de médio e longo prazo. Crescimento baseado unicamente no consumo, desconsiderando o investimento e a produtividade, não é típica do desenvolvimentismo. Nele, segundo Fonseca, o crescimento do consumo é alavancado pelo crescimento da produção e da produtividade. Para o autor, o debate contemporâneo sobre crescimento da produtividade e desenvolvimento não pode girar apenas em torno da indústria, mas passa necessariamente pelo setor de alta tecnologia. Enquanto nos anos 1950 a industrialização era desejável, mesmo que não fosse feita na vanguarda tecnológica, hoje essa questão se torna prioridade para se lograr desenvolvimento. Nesse sentido, Fonseca afirma que não havia sinais claros de avanço tecnológico, pelo contrário, criticara a isenção tributária à indústria automobilística pertencente a um paradigma tecnológico atrasado dos anos 1960 e 1970. O autor é categórico ao afirmar que “Isso não é desenvolvimentismo. Isso é não deixar cair o PIB”, em seguida lança uma pergunta retórica: “É esse o setor que tem que ser alavancado hoje para o país dar um salto na sua produção e produtividade?”. Assim, o desenvolvimentismo contemporâneo supõe política industrial, não somente uma questão de política cambial, como sugerido pela proposta novo-desenvolvimentista. Para Fonseca, não adianta tentar exportar com o padrão tecnológico atrasado, é necessário se inserir estrategicamente no mercado internacional de bens tecnológicos e evitar competir através do salário em setores intensivos em mão de obra.

4. UMA ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO HÍBRIDA PARA O FUTURO

Perante o debate entre a estratégia de crescimento *export-led* (novo-desenvolvimentismo) e *wage-led* (social-desenvolvimentismo), Fonseca resgata que o crescimento econômico acompanhado de distribuição mais equitativa da renda é uma condição necessária para se superar o subdesenvolvimento. Um crescimento *wage-led* não necessariamente precisa negligenciar o equilíbrio externo e das contas públicas. Pelo contrário, uma vez que a ampliação indeterminada do salário e do consumo de massa leva à crise de subacumulação, as exportações podem alimentar a expansão dos lucros, mantendo o investimento e o crescimento da produtividade ao longo do tempo. Aqui, não se procura eleger uma única “variável desencadeadora” da Demanda Agregada, mas promover o investimento a partir da articulação dos componentes da demanda, a fim de se configurar um determinado “padrão de cresci-

mento”. Ferrari Filho e Fonseca (2015, p. 4) salientam que, seja qual for o padrão de crescimento (*wage-led* ou *export-led*), “ele somente poderá reproduzir-se e configurar uma trajetória exitosa caso, respectivamente, a elevação dos salários, das exportações sejam capazes de induzir maior nível de investimento”.

A estratégia de crescimento baseado no aumento da participação dos salários (*wage-led*) cumpre a necessidade básica do desenvolvimento: melhoria da distribuição de renda. Nesse padrão, a elevação dos salários e, conseqüentemente, do consumo suscita o aumento do investimento ao promover o crescimento da Demanda Agregada (DUTT, 1987; ROWTHORN, 1981; TAYLOR, 1985). Por sua vez, o padrão de crescimento *export-led* incorpora a importância do equilíbrio do balanço de pagamentos, como forma de evitar as recessões, inflação e endividamento externo e permitir um crescimento sustentável. Assim, Ferrari Filho e Fonseca (2015, p. 6) explicam que não há uma “alternativa ótima”, ambos os regimes são “viáveis” do ponto de vista teórico, de forma que “a opção por cada um deles deve contemplar medidas de política econômica para minimizar o impacto negativo da variável não-escolhida”. Dessa forma, os autores apontam que uma estratégia *wage-led* contém dois desafios no que tange à formulação da política econômica: a) a indução do investimento num quadro de estímulo ao crescimento dos salários e do consumo; e b) uma política cambial e de comércio exterior que evite ou minimize os impactos negativos que prejudicam o equilíbrio no balanço de pagamentos. No caso brasileiro, Ferrari Filho e Fonseca atentam-se para as restrições históricas e estruturais do crescimento: a) não possuir moeda de conversibilidade internacional, de forma que os desequilíbrios externos geram crises cambiais; b) existência de gargalos produtivos (infraestrutura, tecnologia, financiamento de longo prazo; e c) distribuição de renda muito desigual.

No que concerne às políticas macroeconômicas (fiscal, monetária e cambial), Ferrari Filho e Fonseca (2015) propõem: a) que a política fiscal não se preocupe exclusivamente com o serviço da dívida pública. O governo deve buscar a responsabilidade fiscal, mas também assegurar a manutenção dos gastos em programas sociais e em investimentos públicos, especialmente em infraestrutura com parcerias público-privadas incentivadas, agindo de forma contra cíclica; b) uma política monetária orientada não somente pelas metas de inflação, mas também por metas de emprego. Nesse sentido, os autores entendem a necessidade de medidas macro prudenciais para mitigar riscos financeiros e expandir a liquidez da economia, juntamente com ações voltadas para desconcentrar o sistema financeiro, reduzindo os *spreads* bancários e democratizando o acesso ao crédito. O financiamento de longo prazo do investimento produtivo a partir dos bancos públicos, tais como Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e os bancos regionais e estaduais de fomento; c) uma política cambial que administre o câmbio de maneira a lograr a manutenção

de Taxa de Câmbio Real Efetiva (TCRR) competitiva. A proposição de uma TCRR competitiva tem como objetivo não somente equilibrar o balanço de pagamentos, mas também de promover uma taxa de câmbio que não seja tão apreciada a ponto de criar desincentivos ao setor industrial nem tampouco muito desvalorizada para não reduzir o poder de compra dos salários.

Para a condução de uma estratégia em que os salários tenham maior participação nos ganhos de produtividade são necessárias outras políticas além das macroeconômicas. Ferrari Filho e Fonseca (2015) destacam outras cinco estruturas que precisam ser alvo das políticas econômicas: a) políticas tributárias e financeiras de estímulo às exportações (desoneração das exportações e das linhas de crédito via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social); b) criação de um ambiente institucional dinamizador do mercado de capitais, levando em consideração a proteção ao investidor, os limites à exposição de instituições financeiras e investidores institucionais a risco, os estímulos ao mercado secundário e uma tributação adequada ao perfil de risco; c) priorizar as relações comerciais e financeiras com os parceiros da América Latina, Brasil, Rússia, Índia e China (BRIC) e demais países emergentes; d) implementação de uma reforma tributária com maior incidência sobre a renda e a riqueza com maior progressividade; e e) definir políticas de renda para regular os salários e os preços, em conformidade com os ganhos de produtividade da economia e a dinâmica concorrencial dos mercados.

O debate sobre políticas econômicas e estratégias de crescimento ressurgiu no ambiente acadêmico após a derrocada dos resultados do modelo neoliberal centrados no lado da oferta e baseados na taxa de desemprego não aceleradora da inflação ou na Non-Accelerating Inflation Rate Of Unemployment (NAIRU). Grande parte da literatura internacional se concentra no debate sobre a inviabilidade das estratégias baseado nos dois modelos de crescimento da demanda via expansão dos lucros, *export-led* ou *debt-led*. No Brasil, acirra-se o debate entre a proposta novo-desenvolvimentista (*export-led*) e o social-desenvolvimentismo (*wage-led*) como opções frente ao modelo liberal imposto ao longo das últimas décadas (*debt-led*). Pedro Fonseca contribuiu com o debate contemporâneo à medida que resgata e aplica o conceito de desenvolvimentismo nas novas estratégias de desenvolvimento, além de propor um padrão de crescimento realmente novo, que concilia ambas as estratégias desenvolvimentistas à atual conjuntura econômica do país.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, E. GALA, P. **Regimes de crescimento econômico no Brasil: evidências empíricas e implicações de política**. Estud. av., São Paulo, v. 26, n. 75, p. 41-56, Aug.2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142012000200004&lng=en&nrm=iso>. 2015.

BASTOS, P. P. Z. A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 779-810, dez. 2012.

BHADURI, A. MARGLIN, S. **Unemployment and the real wage: the economic basis for contesting political ideologies**. Cambridge Journal of Economics, 13, 375-393. 1990.

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: IPA/INPES. 1988.

BIELSCHOWSKY, R. Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 729-747, dez. 2012.

BLECKER, R. International competition, income distribution and economic growth. **Cambridge Journal of Economics**, 13, 395-412. 1989.

BLECKER, R. A. **Open economy models of distribution and growth**, Working Papers 2010-03, American University, Department of Economics. 2010.

BOIANOVSKY, M. **A view from the tropics: Celso Furtado and the Theory of Economic development in the 1950's**. History of Political Economy, summer. 2010.

BRESSER-PEREIRA, L. C. (Org.) **Populismo econômico: ortodoxia, desenvolvimentismo e populismo na América Latina**. São Paulo: Nobel. 1991.

_____. Novo-Desenvolvimentismo. Folha de S. Paulo, 19/9. 2004.

_____. **O Novo Desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional**. São Paulo em Perspectiva, 20(3): 5-24. 2006.

_____. **Estado y mercado en el nuevo desarrollismo**. Nueva Sociedad, 210, Julio-Agosto: 110-125. 2007.

_____. An account of new developmentalism and the structuralist macroeconomics. **Revista de Economia Política**, v. 31, n. 3: 493-502. 2011.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; GALA, P. Por que a poupança externa não promove crescimento. **Revista de Economia Política**, v. 27, n. 1: 3-19. 2007.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; NAKANO, Y. Uma estratégia de desenvolvimento com estabilidade. **Revista de Economia Política**, 21(3): 3-27. 2002.

CARNEIRO, R. M. **Desenvolvimento em Crise (A economia brasileira no último quarto do século XX)**. São Paulo: Fundação da Editora UNESP (FEU), 2002. v. 1. 423 p.

_____. Velhos e novos desenvolvimentismos. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 749-778, dez. 2012.

CASTRO, A. B. Renegade development: rise and demise of state-led development in Brazil. Seminário Internacional Instituições e Desenvolvimento Econômico, Rio de Janeiro, novembro. 1997.

CORREA, M. F.; FEIJO, C. **O Desenvolvimentismo no Brasil**: O debate atual. In: Encontro Regional de Economia, 2015, Fortaleza. Encontro Regional de Economia-ANPEC-NE, v. 1. 2015.

CURADO, M. Do esgotamento do projeto neoliberal ao governo Lula: em busca de um projeto nacional de desenvolvimento. **CADERNOS do DESENVOLVIMENTO**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 12, p. 67-81, jan.-jun. 2013.

DUTT, A. Stagnation, Income Distribution and Monopoly Power, *Cambridge Journal of Economics*, 8, 25-40. 1984.

FERRARI FILHO, F.; FONSECA, P. C. D. Which Developmentalism? A Keynesian-Institutionalist Proposal. *Review of Keynesian Economics*, v. 3, p. 90-107, 2015.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 27ª ed. São Paulo: Publifolha, 2000 [1959].

_____. **Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

_____. **Análise do modelo brasileiro**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

_____. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Editora Nacional, 1967; Abril Cultural, 1979.

FONSECA, P. C. D. As origens e as vertentes formadoras do pensamento cepalino. **Revista Brasileira de Economia**, 54(3) 2000.

FONSECA, P. C. D. O projeto desenvolvimentista no Brasil: histórico e desafios da atualidade. **CADERNOS do DESENVOLVIMENTO**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 19, p. 117-128, jul.-dez. 2016.

FONSECA, P. C. D.; CUNHA, A. M.; BICHARA, J. S. O Brasil na Era Lula: retorno ao desenvolvimentismo? **Nova Economia**. Belo Horizonte_23 (2) 403-428_maio-agosto de 2013.

KEYNES, J. M. **The Collected Writings of John Maynard Keynes**, v. XIII. London: MacMillan, 1971-1983.

_____. Alternative theories of the rate of interest. In: KEYNES, J. M. **The Collected Writings of John Maynard Keynes**, v. XIV. London: MacMillan and Cambridge University Press, 1983a.

KEYNES, J. M. **Mr. Keynes' finance**. In: KEYNES, J. M. **The Collected Writings of John Maynard Keynes**, vol. XIV. London: MacMillan and Cambridge University Press, 1983b.

- MALTA, M. M. (Org.) **Ecoss do Desenvolvimento. Uma História do Pensamento Econômico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Ipea e Centro Celso Furtado, 2011.
- MOLLO, M. L. R.; FONSECA, P. C. D. Desenvolvimentismo e novo-desenvolvimentismo: raízes teóricas e precisões conceituais. **Revista de Economia Política**, vol. 33, n. 2 (131), p. 222-239, abril-junho/2013.
- OREIRO, J. L. MARCONI, N. O novo-desenvolvimentismo e seus críticos. **CADERNOS do DESENVOLVIMENTO**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 19, pp.167-179, jul.-dez. 2016.
- PALLEY, T. The economics of wage-led recovery: Analysis and policy recommendations, **International Journal of Labour Research**, 3 (2), 219-245. 2011.
- ROWTHORN, R. Demand, Real Wages and Economic Growth, Thames Papers in Political Economy, Autumn 1-39, reprinted in *Studi Economici*, 1982, (18), 3-54. 1981.
- SICSÚ, J.; PAULA, L. F.; MICHEL, R. "Introdução". In: **Novo-Desenvolvimentismo: um Projeto Nacional de Crescimento com Equidade Social**. Barueri-SP: Manole e Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer. 2005.
- STOCKHAMMER, E. Wage-led growth: An introduction, *International Journal of Labour Research*, 3 (2), 167-188. 2011.
- STOCKHAMMER, E. ONARAM, O. Wage-led growth: Theory, Evidence, Policy. Political Economy Research Institute. Number 300, November. 2012.
- STORM, S.; NAASTEPAD, C. W. M. The productivity and investment effects of wage-led growth, *International Journal of Labour Research*, 3 (2), 197-218. 2011.
- TAYLOR, L. A Stagnationist Model of Economic Growth. *Cambridge Journal of Economics*, 9, 383- 403. 1985.

A large, bold, black number '17' is positioned on the left side of the page. A thin, light gray diagonal line starts from the bottom left of the '7' and extends towards the top right corner of the page.

CONTRIBUIÇÃO AO CONCEI-
TO DE DESENVOLVIMENTIS-
MO: POLÍTICA ECONÔMICA,
POLÍTICA EXTERNA E DEFE-
SA NACIONAL

LUIZ AUGUSTO ESTRELLA FARIA

*Bacharel (1979) e mestre (1991) em economia pela Universi-
dade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutor (2001)
em economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
(UFRJ). Professor associado da Faculdade de Ciências Econô-
micas da UFRGS.*

O presente trabalho se propõe a fazer uma discussão a partir do conceito de desenvolvimentismo apresentado por Pedro Fonseca (FONSECA, 2015), especulando sobre uma presumível expansão ou alargamento do mesmo na direção de duas áreas da política estatal não tratadas mais sistematicamente no texto mencionado. Em um exercício de verificar a possibilidade de extensão do conceito através da consideração de objetivos não pertencentes a seu núcleo central, pretendo aqui especular sobre dois movimentos que estiveram presentes em certos momentos da vigência desse modelo de crescimento, especialmente no Brasil. A saber, a adoção de uma política externa independente no sentido de desvinculada dos interesses hegemônicos na ordem internacional dirigida pelos EUA e a instituição de uma estratégia de defesa autônoma, desengajada da proteção norte-americana e baseada na concepção e produção nacional de sua doutrina, meios e recursos.

Em sua opção metodológica, Fonseca seleciona o que qualifica como conceito clássico, aquele capaz de identificar um núcleo comum presente em todos os tipos identificáveis como experiências históricas concretas de manifestação do fenômeno descrito no processo de conceituação. O núcleo comum do desenvolvimentismo, em sua maneira de ver, compreende as seguintes três características:

- (a) a existência de um **projeto deliberado** ou estratégia tendo como objeto a Nação e seu futuro. Essa pode ser associada, com certa licenciosidade, a projeto nacional, desde que não se entenda, por isso, repulsa ao capital estrangeiro nem rompimento com a ordem internacional, mas simplesmente a Nação como epicentro e destinatária do projeto;
- (b) a **intervenção consciente e determinada do Estado** com o propósito de viabilizar o projeto, o que supõe atores aptos e capazes para executá-lo no aparelho de Estado, com respaldo social e político de segmentos e classes no conjunto da sociedade;
- (c) a **industrialização**, como caminho para acelerar o crescimento econômico, a produtividade e a difusão do progresso técnico, inclusive para o setor primário (FONSECA, 2015, p. 29, grifos no original).

Assim definido, o conceito é capaz de descrever um conjunto significativo de experiências de governos latino-americanos ao longo do século XX, entre as décadas de 1930 e 1970. A essas características, Fonseca acrescenta os atributos de intencionalidade, em que o processo de desenvolvimento tem um norte e é conduzido racionalmente, e de capitalismo, em que o processo é baseado na preservação e aprofundamento das relações sociais desse modo de produção específico.

Na seção 7 de seu rico ensaio, Pedro Fonseca aborda as possibilidades de extensão e intensão do conceito, na medida em que outras tipologias e características sejam levadas em consideração. E isso sempre tendo presentes os riscos dos excessos tanto numa como noutra direção, de excessiva diluição ou de dema-

siada restrição, tornado o conceito de pouca utilidade analítica. Num exercício da possibilidade de extensão, leva em consideração os objetivos de reforma agrária e redistribuição de renda, que aparecem em diversos governos desenvolvimentistas analisados. Em 10 casos investigados, a inclusão dessas duas novas características corresponderia a nada menos do que cinco deles que permanecem dentro do núcleo duro, a indicar uma área de sobreposição bastante expressiva.

O que pretendo nessas breves notas é fazer outro exercício de extensão, sem, contudo, seguir o rigor do trabalho original. Será meramente um experimento exploratório. Nesse caso, trata-se da inclusão de duas novas características presentes em alguns casos de desenvolvimentismo, política externa independente e política de defesa autônoma. Um ponto que pretendo discutir, também, é se essa extensão não acaba por se tornar uma condição necessária, a partir de um determinado estágio da continuidade do próprio projeto desenvolvimentista. Nesse caso, haveria um paralelo com a redistribuição da renda, que é apontada em mais de uma vertente interpretativa como causa do esgotamento desse ciclo na América Latina em razão de seu efeito de restrição sobre o mercado interno (FARIA, 1996, 1997).

Em seu caminho, o desenvolvimentismo veio percorrendo uma sucessão de etapas no sentido da urbanização e da industrialização. Um primeiro patamar a ser atingido foi o da criação de uma indústria de bens de consumo não duráveis (alimentação, têxtil, vestuário e calçados) e de alguns insumos básicos (aço, cimento). Na sequência, e de forma muito desigual em razão das diferentes escalas dos mercados nacionais latino-americanos, a indústria de bens duráveis de consumo, cujo núcleo principal foi o segmento automotivo e uma nova impulsão na produção de insumos básicos, como derivados de petróleo e energia elétrica. E, finalmente, uma última etapa que só se desenvolveu de forma mais acabada no Brasil nos anos 1970, enquanto México e Argentina, os dois outros grandes mercados da região de então, o fizeram de forma bastante incompleta ou marginal. Seu objetivo foi a criação do setor de meios de produção, mormente as indústrias de bens de capital, petroquímica, minerais não ferrosos, aeroespacial e assim por diante.

Até a segunda etapa da industrialização, a estratégia de defesa vinculada à proteção americana e ao combate à ameaça comunista mostrou-se funcional, assim como o alinhamento da política externa à liderança daquela potência. Embora alguns conflitos, como a disputa entre capital estatal e capital estrangeiro pela ocupação de determinados ramos das novas atividades, havia basicamente uma sintonia entre o longo ciclo de expansão dos chamados “Anos Dourados” do capitalismo maduro entre 1945 e 1973 e o desenvolvimentismo latino-americano. A extensão internacional do investimento estrangeiro, especialmente aquele proveniente dos EUA e da Europa ocidental, combinava-se com a criação de sociedades mistas de capital privado nacional e internacional na ampliação do parque industrial em nos-

so continente. No que tange às Forças Armadas, desde a participação na Segunda Guerra Mundial, haviam-se adequadamente à doutrina e aos padrões de equipamento dos EUA e da Organização do Tratado do Atlântico Norte.

Essas duas escolhas passaram, na etapa seguinte do processo industrial, a criar obstáculo à sua continuidade. O início da redemocratização e o impulso do II PND ao setor de bens de capital acabaram por lançar as bases do que viria a ser uma nova Estratégia Nacional de Defesa, para a qual a virtual morte do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) – um tratado de assistência recíproca em matéria de defesa da Organização dos Estados Americanos –, por ocasião do apoio dos EUA à Grã-Bretanha na Guerra das Malvinas, após uma pá de cal. A defesa nacional foi paulatinamente mudando seu foco da contra insurgência para a atenção às vulnerabilidades brasileiras e à integração sul-americana. Além disso, foi dada prioridade à autonomia na produção de armas e equipamentos e na preparação de meios e doutrina de seus empregos próprios.

Da mesma forma, a busca pelo desenvolvimento de algumas tecnologias sensíveis, necessárias ao novo departamento econômico então em implantação, como a nuclear, de comunicação e informação ou o complexo industrial de defesa, produziu como resultado um afastamento dos EUA, de que é marco o fim do acordo militar no começo dos anos 1970. Num segundo momento, um novo conflito se apresenta em torno do tema da dívida externa, adquirida em larga medida para financiar o esforço de investimento do final do desenvolvimentismo. Nesse caso, não apenas em razão da guinada da política monetária americana que, elevando a taxa de juros a um nível inimaginável, tornou insustentáveis os custos da dívida decorrentes, mas também pela postura diplomática então adotada, em que o Estado norte-americano assume uma posição militante de pressão em favor dos bancos privados credores e de influência sobre os organismos multilaterais que regulavam a matéria.

A democracia se concretiza e a Constituição de 1988 é promulgada no auge desse dissenso. Se o regime democrático veio a consolidar os princípios do que se traduziria mais adiante em uma política externa independente (ou “ativa e ativa”) e de uma nova estratégia nacional de defesa, a hipótese que defendo nessas notas aponta para sua origem em necessidades postas pela própria continuidade do desenvolvimentismo. Tanto foi assim que, quando esse caminho do crescimento endógeno foi retomado, entre 2003 e 2014, tanto a diplomacia quanto a política de defesa apresentavam já um grau de elaboração e definição bem nítido nessa nova direção.

Para argumentar em favor do realismo dessa hipótese, é preciso ultrapassar os limites da ciência econômica e avançar para o campo multidisciplinar das relações internacionais, buscando ajuda dos estudos estratégicos, com suas raízes na ciência política e nas ciências militares. Nesse sentido, vou precisar cotejar desenvolvimento nacional e forma da ordem mundial.

Esse percurso requer a utilização de outro conceito: hegemonia. Na verdade, um uso específico desse conceito tal como é feito no estudo das relações internacionais. Não é o conceito de hegemonia no sentido político, tal como formulado originalmente por Antonio Gramsci. Uma ordem mundial pode assumir tanto a forma de império quanto a forma hegemônica, que definem uma hierarquia de poder no sistema internacional. A tradição historiográfica usa como marco o Tratado de Westphália para identificar o momento do fim dos grandes impérios – ao menos no mundo ocidental – e o surgimento de um novo arranjo interestatal que deu origem à forma hegemônica da ordem mundial, bem mais adaptada a dar estabilidade ao sistema internacional capitalista. Num primeiro momento, organizada em coligações de Estados e, num segundo, a partir do Tratado de Viena, em 1815, na forma de um conjunto hierarquizado com um único Estado central.

Gramsci, em seus *Cadernos do Cárcere*, expôs a famosa fórmula da hegemonia como sendo a combinação de coerção e consenso e, numa nota um tanto maliciosa, adenda um eventual terceiro elemento: a corrupção (GRAMSCI, 1976). Também afirmou que a aceitação da ordem instaurada pela maioria geradora do consenso se fazia pela assimilação dos valores e ideias do bloco no poder. A ideologia seria o cimento a manter unidos os tijolos do edifício social.

A incorporação das ideias gramscianas às relações internacionais e especialmente do conceito de hegemonia assumiu diferentes modos. Desde uma forma mais implícita, buscando descrever posições hierárquicas entre os componentes do sistema mundial capitalista, tal como em Arrighi e Silver (2001), a um tratamento mais sistemático como aquele feito por Cox (1999). Em ambas as formulações, a organização do sistema-mundo se estrutura sobre a polarização centro e periferia, num formato de círculos concêntricos e com um espaço intermediário onde ocupa lugar a semiperiferia. O que mantém unido e materializa as relações entre os diversos lugares do sistema, os nós da teia de ligações entre todas as partes dessa totalidade, é um determinado padrão de divisão internacional do trabalho, que vincula as partes a partir de papéis e funções estabelecidas e que perduram por um largo período.

O largo período não é para sempre. Como lembrou Lipietz (1988), o lugar de um país na divisão internacional do trabalho é um “achado”, depende de opções resultantes de seu processo social histórico interno, condicionadas pelas pressões do resto do mundo. Em outra abordagem, José Luís Fiori (2008) descreve o sistema internacional com a metáfora do universo em expansão, em que o conjunto de galáxias interage através de suas forças gravitacionais distintas e colidem e mudam de lugar frequentemente¹.

(1) Lipietz faz uma interessante lembrança do caso da Argentina, que se encontrava numa posição de semiperiferia no começo do século XX e caiu desde lá na hierarquia mundial,

Opções políticas e pressões externas fazem partes dos jogos do poder, seja a luta de classes no plano nacional, sejam os conflitos causados pelo imperialismo. De acordo com Susan Strange, é possível ampliar o conceito de poder em duas direções. O poder estrutural de definir as regras do jogo e controlar o sistema e o poder relacional, a capacidade de influenciar o comportamento dos outros (STRANGE, 1994). Essa autora define a hegemonia na ordem internacional a partir de quatro eixos, representados nos lados de um losango dentro do qual a gangorra do poder balança. A produção, baseada na maior eficiência econômica; as finanças, sustentada no controle do crédito; o científico, fundado no controle da pesquisa e das tecnologias decisivas; e o militar, alicerçado no poder de dissuasão ou destruição do inimigo.

A contribuição de Robert Cox vai, em larga medida, ao encontro das ideias de Susan Strange. Entretanto, sua filiação gramsciana traz para um plano de relevo o tema da ideologia e a consideração, também compartilhada pela autora britânica, do papel do que Gramsci chamou sociedade civil na conformação da ordem mundial. Strange fala em mercados e Cox em forças sociais como atores tão importantes quanto os Estados na dinâmica do sistema internacional. A figura com que descreve a hegemonia tem três vértices que descrevem as capacidades que os atores da cena mundial precisam desenvolver para consolidar suas relações de poder. O primeiro conjunto de capacidades se estabelece no plano material, a vantagem econômica da estrutura produtiva e o poder de destruição e seu dispositivo militar. O segundo grupo é o plano das ideias, em que significações intersubjetivas conduzem à adequação dos comportamentos aos padrões condizentes com a manutenção da ordem e, também, o compartilhamento de valores e noções que consolidam uma ideia coletiva de justiça e aceitação do *status quo*. E, finalmente, o terceiro plano é aquele das instituições que governam as relações internacionais – sua criação e seu controle dependem da posição de poder relativo entre os participantes.

Numa síntese dessas ideias, apresentei o conceito de hegemonia como sendo exercido em três níveis (FARIA, 2013). No plano material há quatro elementos: segurança (capacidade militar), economia (vantagem produtiva e comercial), tecnologia (controle de pesquisa e inovação) e finanças (controle da moeda e do crédito). Já o plano ideológico se subdivide em três componentes: valores (princípios morais e normas de comportamento), crenças (imagens compartilhadas, representações e interpretações comuns) e, por fim, conhecimento (liderança na produção artística e no conhecimento científico). A instância que vincula esses dois planos é a das instituições – as regras, hábitos e formas organizacionais que garantem a efetividade da ordem estabelecida.

A aventura desenvolvimentista na América Latina sempre experimentou

diferentemente do que se passou com o Canadá ou a Austrália no mesmo período. Posso acrescentar que o processo ainda foi mais longe, até atingir a posição de hoje, de dependência em relação ao Brasil (LIPIETZ, 1988).

contradições que as diferentes correntes teóricas que a interpretaram, do estruturalismo da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) ao marxismo weberiano das diversas vertentes da teoria da dependência e às teses do imperialismo ou do subimperialismo de um marxismo mais ortodoxo discutiam como limites à sua continuidade. Desde o já mencionado problema da distribuição de renda a limitar o potencial do mercado nacional para a CEPAL até a convicção de uma incapacidade absoluta da burguesia nacional em levar adiante um projeto que não fosse meramente dependente e associado ao centro hegemônico comandado pelos Estados Unidos – um mero desenvolvimento do subdesenvolvimento –, até uma posição mais intermediária, de alguns pensadores marxistas que desenvolveram uma expectativa em relação à possibilidade da formação de um bloco histórico unido da classe trabalhadora e da burguesia nacional na condução de um processo que alcançasse o pleno desenvolvimento da nação².

Immanuel Wallerstein chegou a identificar um modelo com esse objetivo ao qual chamou “estratégia de semirretirada mercantilista” (WALLERSTEIN, 2000) e aponta os exemplos de Alemanha e Japão no final do século XIX. Mobilizadas em torno de um projeto de ascensão do poder nacional dentro do sistema-mundo capitalista e em desafio ao poder hegemônico, um período de isolamento de algumas décadas permitiu a essas nações um processo acelerado de construção daquelas capacidades econômicas, militares, tecnológicas, institucionais e ideológicas, que lhes permitiram desafiar o centro hegemônico e galgar degraus na hierarquia da ordem internacional. Essa mobilização exigiu a formação de um bloco de poder coeso em torno da burocracia estatal e formado pela burguesia urbana e uma fração significativa da classe trabalhadora. Houve naquele momento uma janela de oportunidades dada pelo declínio britânico e pela imaturidade norte-americana em assumir seu lugar, o que só veio a ocorrer durante a Segunda Grande Guerra.

Sob a consolidada hegemonia americana, as condições internacionais se mostraram desfavoráveis à replicação desse processo no ambiente latino-americano. Até porque, um dos objetivos da nação hegemônica é o de impedir a ascensão de potenciais rivais que desafiem seu poder e que possam, de alguma forma causar mudança na ordem estabelecida. Mas a impressão mais forte que fica aponta para a impossibilidade da formação de uma coesão política suficiente em torno do projeto desenvolvimentista para sustentar seus avanços na construção de um nível suficiente das capacidades de poder necessárias a uma mudança de lugar na hierarquia mundial. No caso brasileiro, depois de uma série de movimentos erráticos entre 1981 e 1989, no momento seguinte, entre 1990 e 2002, a política econômica abandonou qualquer vestígio de desenvolvimentismo e enveredou por um liberalismo tosco, apenas mitigado por pressões de um ou outro setor com mais capaci-

(2) Para uma discussão crítica desse debate, ver Palma (1978) e Cardoso (1980).

dade de influência política. Da mesma forma, a política de construção de capacidade de defesa autônoma foi sendo desmontada quase completamente, até se reduzir a projetos inacabados ou apenas sonhados. E, por fim, desde a aceitação passiva da pauta proposta pelos EUA para a política externa, o Brasil perdeu influência fora do continente abrindo mão, por exemplo, de poder de barganha em negociações multilaterais de comércio ou financeiras pela adoção unilateral de uma abertura às importações e à livre movimentação de capitais. Restou uma última trincheira na forma da preservação de influência na América do Sul.

O período entre 2003 e 2014, e isso é uma nota final a estas considerações, pode ser interpretado, em minha opinião, como um esforço de construção de uma coalisão política capaz de dar suporte à retomada do projeto desenvolvimentista de uma forma um pouco diversa de suas características anteriores. É facilmente identificável um intenso movimento de extensão, no sentido usado acima. Houve uma incorporação dos objetivos de redistribuição de renda e de reforma agrária, aproximando os governos Lula e Dilma da posição que Pedro Fonseca identificou com João Goulart. Mas ao mesmo tempo, e essa é a contribuição ao debate que deixo aqui, esse processo de expansão foi mais além, incluindo os objetivos de uma política externa independente e de uma estratégia de defesa autônoma.

Em relação à primeira, houve um claro jogo de afastar a influência americana da América do Sul e, mais adiante, também do Caribe e América Central. Marco disso foi o naufrágio da proposta de Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), torpedeada por uma coalisão entre Brasil, Argentina, Venezuela, Equador, Bolívia e muitos outros. E, fundamentalmente, a consolidação do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e da União de Nações Sul-Americanas (Unasul). Mais ainda, foi retomada uma política africana e todas as iniciativas possíveis de ocupar espaços em fóruns multilaterais, muitas vezes em oposição aos interesses da grande potência, foram perseguidas. Da mesma forma, o combate ao unilateralismo que caracteriza a política estadunidense foi enfrentado com a formação de coalizões de países interessados num mundo multipolar, como o G20 na Organização Mundial do Comércio, a união de Brasil, Rússia, Índia e China (BRIC) e o G20 financeiro.

No que respeita à nova Estratégia Nacional de Defesa, suas bases estão em nítida oposição ao que é defendido pelos EUA para o período atual, com seu foco na luta contra o terrorismo e o crime organizado. Para o Brasil, segurança interna deixou de ser um objetivo das Forças Armadas, seu papel se restringe à defesa da soberania nacional e à garantia da paz internacional. E a soberania nacional é vista sob a perspectiva das vulnerabilidades do país, identificadas com nossos abundantes recursos naturais, de capital e humanos, de que são ícones a Amazônia, e a assim chamada “Amazônia Azul”, nossos mares territoriais e suas riquezas em início de exploração. Para alcançar os meios adequados à doutrina de seu emprego de

acordo com as finalidades definidas, a independência tecnológica e de fornecimento é essencial, de onde decorrem os programas em andamento na área da aviação de combate e mísseis, da nova frota de submarinos, dos sistemas de comunicação e vigilância, de blindados e armas leves.

À guisa de conclusão, é preciso lançar o olhar sobre as perguntas que a crise iniciada em 2015, que culminou na derrubada do governo e de seu projeto de desenvolvimento, necessariamente puseram e cuja resposta não existe, todavia. Seria a tentativa de extensão do conceito para as quatro novas áreas apontadas um desejo ambicioso demais e irrealizável por seu imenso escopo? Seriam as condições sociopolíticas do Brasil, sua estrutura de classes e suas formas de organização, bem como seus vínculos com atores de fora do país, o empecilho decisivo à formação de um bloco histórico suficientemente coeso e poderoso para levar adiante tão hercúlea tarefa? A roda que pode apontar o caminho do futuro ainda está girando e seu movimento é pouco nítido.

REFERÊNCIAS

ARRIGHI, G.; SILVER, B. **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial**. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora da UFRJ, 2001.

CARDOSO, F. H. **As ideias e seu lugar**: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Vozes, 1980.

COX, R. **Approaches to world order**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

FONSECA, P. C. D. Desenvolvimentismo: a construção de um conceito In: DATHEIN, R. (Org.). **Desenvolvimentismo**: o conceito, as bases teóricas e as políticas. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2015.

FARIA, L. A. E. Fordismo periférico, fordismo tropical y posfordismo: el camino brasileño de acumulación y crisis. **Ciclos en la Historia, la Economía y la Sociedad**, v. VI, p. 73-101, 1996.

FARIA, L. A. E. Centro, periferia e dependência: a crise do fordismo lá e cá. **Ensaios FEE**, v. 18, p. 237-263, 1997.

FARIA, L. A. E. The Value of the Concept of Hegemony for International Relations **Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations**, v. 2, n. 3, jan-jul., p. 209-232, 2013.

FIORI, J. L. O sistema interestatal capitalista no início do século XXI In: FIORI, José L., MEDEIROS, Carlos e SERRANO, Franklin. **O mito do colapso do poder americano**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

LIPIETZ, A. **Miragens e milagres**: problemas da industrialização no Terceiro Mundo.

São Paulo: Nobel, 1988.

PALMA, G. Dependency: a formal theory of underdevelopment or a methodology for the analysis of concrete situations of underdevelopment? **World Development**, vol. 6. London, p. 881-924, 1978.

STRANGE, S. **States and Markets**. London: Pinter Publishers, 1994.

WALLERSTEIN, I. **The essential Wallerstein**. New York: The New Press, 2000.

18

ALÉM-FRONTEIRAS

HERNÁN RAMIRO RAMÍREZ

Bacharel (1992) e mestre (1998) em história pela Universidad Nacional de Córdoba (Argentina). Doutor (2005) em história pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pós-doutor (2006) em ciência política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Professor de história da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).

Por suas peculiaridades históricas, quicá, o Brasil é, dentro da América Latina, um dos países com menores semelhanças respeito dos outros. De todo modo, está unido à região por inúmeros vínculos, seculares, dentre os quais serem produtos de uma relação de dependência, da qual emergiriam muitos construtos particulares, alguns sobre os quais Pedro se debruçara, ora em obras, ora em inquietações mais difusas.

Dentre essas últimas, sem dúvidas, sua preocupação por entender seus processos históricos o aventuraram por espaços, territoriais ou científicos, que estão longe de restrições locais e disciplinares. Não por acaso escolhe como epígrafe da sua obra principal¹ uma citação de Hegel referida à história como ciência, aprofundada depois ao longo do prefácio, que o coloca claramente na tradição dos velhos economistas políticos, mais preocupado em entender os problemas na base de análises sociais inscritas na longa duração do que por meio de meras fórmulas.

Por isso que se integrara a programas de pós-graduação e orientar trabalhos em áreas como a história e a ciência política seria quase uma decorrência, assim como muitos dos seus orientandos acabassem abordando diversos casos latino-americanos, em especial da região platina, marcando desse modo outra característica nele, seu caráter expansivo, no melhor sentido do termo.

Meu percurso acadêmico tem em parte várias dessas inquietações. Formado em história e com mestrado em algo que depois veio a ser revalidado no Brasil como ciência política, tinha vocação tanto para ultrapassar fronteiras nacionais quanto disciplinares, tornando-me um americanista, que por vezes ousa estabelecer diálogo transdisciplinar, algo difícil no Brasil, cujo campo acadêmico está bastante engessado nos limites das áreas e pouco internacionalizado, ainda em relação com os países vizinhos.

Igualmente me aproximava o fato de ter em mente explicações de cunho estrutural, motivo pelo qual quis me debruçar sobre problemas econômicos para tratar de entender os processos históricos, em particular os políticos. Para meu doutorado, tentei achar um objeto de estudo dentro de Latino-América que pudesse comparar com outros que já estava trabalhando na Argentina. Foi o uruguaio Raúl Jacob quem me apresentou a obra de René Armand Dreifuss², seu patricio, outro atravessador de fronteiras, na qual de imediato achei nela justo o que precisava, descartando de vez casos de Chile e do México com os quais flertara para esse propósito, mas que na época não fechavam totalmente com minhas necessidades. Mais recentemente viria ampliar meus estudos para o Chile, mas isso é parte de outra história.

O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), que tinha sido decisi-

(1) Fonseca (1989).

(2) Dreifuss (1981).

vo na queda de Jango e se imbricado à ditadura decorrente, somava-se assim à Fundación de Investigaciones Económicas Latinoamericana (FIEL) e à Fundación Mediterránea, que também se aliaram a diferentes regimes autoritários e seriam igualmente chaves à hora de redesenhar o curso das políticas públicas, em particular da área econômica, inclusive no caso argentino até períodos muito mais recentes do que seu congênere brasileiro³.

Não obstante tão feliz descoberta, pouco depois ficaria perplexo ao perceber que, apesar da sua monumentalidade, a obra de Dreifuss levantava muito receio entre os historiadores brasileiros, em especial por insistir numa explicação estrutural e, pior ainda, com tintes anti-imperialistas e de cunho marxista, que a historiografia local tinha agora por anátemas, voltada a explicações de cunho cultural, bastante embebecida pelo discurso da pós-modernidade. De todo modo, por força de suas robustas evidências empíricas, o tempo parece estar produzindo uma tardia reabilitação, com as novas gerações apropriando-se e aprofundando esse legado.

Em traços gerais, isso se explica devido ao fato de que a história brasileira abraçou a histórica cultural como antídoto contra o marxismo vulgar, quiçá com demasiada força, e não apenas desterrou determinismos explicativos perniciosos, mas também o fez com praticamente todas as explicações estruturais, em particular as econômicas, cujos estudos sobrevivem a duras penas dentro da área, como bem diagnosticara Emília Viotti da Costa, casualmente num artigo publicado pela revista *Anos 90*, do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGH/UFRGS)⁴, no qual Pedro se incorporara como colaborador.

Tal realidade contrasta sensivelmente com o panorama disciplinar argentino, que talvez premido pelas necessidades de entender suas crises recorrentes, tem dedicado espaço generoso a esse debate. Sem ter rompido com essa tradição, análises pós-modernas viriam a se acoplar de forma menos absoluta, convivendo as duas de modo menos agressivo, já que muitas vezes esse conflito se acirra em decorrência da disputa por espaços, que não raro extrapola o acadêmico.

De modo concomitante, outra peculiaridade local se somaria para produzir o encontro. Diferentemente do que se pratica na Argentina, onde existe ampla liberdade nas escolhas de orientação, aqui elas estão muito circunscritas, o que restringia ainda mais as possibilidades numa área que tinha abandonado as pesquisas nas temáticas que trabalhava, razão pela qual a solução final parecia ser a única alternativa.

(3) Ramírez (2005). Nesse trabalho unificamos na análise a história da Fundação Mediterránea, que nasce em 1977, com a da Comisión de Estudios Económicos y Sociales, criada em 1969, porque tinha o mesmo núcleo e seus propósitos eram similares, mudando só de nomenclatura.

(4) Costa (1998).

Por isso, a forma em que fui encomendado à orientação de Pedro se explica a partir dessas vicissitudes pessoais, disciplinares e do vasto campo acadêmico tais quais se constituíram no Brasil, sem que essa reconstrução *a posteriori* provenha de uma espécie de ilusão biográfica⁵, que parte do presente para achar no passado elementos que o referendem; aqui só se trata de uma explicação causal plausível.

Assim é que a força de inúmeros acasos, um paradoxo para alguém que era bastante determinista, a minha trajetória e a do meu orientador viriam a se cruzar nesse dado momento, possibilitando o diálogo, em princípio por força dessas peculiaridades e, depois, pelas necessidades que tinha para tratar de entender o desenvolvimento capitalista brasileiro, que para um estrangeiro recém-chegado, é um desafio ainda maior. No final das contas, como bem reza o refrão de Antônio Carlos Jobim, referendado por abundante evidência empírica, “Brasil não é para principiantes”.

Embora os objetos aos que Pedro se debruçara na sua longa trajetória e os meus estivessem aparentemente distantes, isso não foi empecilho para que, na sua medida, uns iluminassem os outros, não de forma direta, mas com perspectivas que ajudam a entender esses e outros problemas. Desafio que não passei a não enxergar como problemático, pois muitas vezes precisamos justamente disso para sair de certa zona de conforto e transitar por espaços que, do contrário, jamais adentraríamos. Até nos casamentos por compromisso podem surgir afinidades com o tempo e aprendi a tirar bom proveito disso.

Claro que algumas das condições foram fundamentais. É do notar que o interesse de Pedro não está posto apenas no estudo da história do pensamento econômico, mas no enraizamento dessas ideias, algo sobre o qual estava tentando me aprofundar e que constitui um grande desafio, sobretudo porque a América Latina não tem sido uma grande produtora nesse campo e seu papel se concentrou na importação de diversos *corpora* eidéticos que não partem, na sua maior parte, de seu próprio desenvolvimento, mas de outras matrizes desde as quais se os importam e, portanto, são difícil de rastrear.

De todo modo, fica evidente que para que estes se firmassem fora do seu âmbito tem que existir um ambiente propício onde possam germinar, se se nos permite a analogia biológica. Ao retrotrair sua análise para um período anterior, Pedro realiza um trabalho de historiador, procura na longa duração as raízes mais profundas que levaram Vargas a adotar determinadas ideias, que encontram uma explicação plausível desde o próprio desenvolvimento histórico local, o que bem pode ser estendido a outros casos da região.

Através desse tipo de análise, podemos articular explicações que considerem conjuntamente as estruturas, os atores, seus construtos eidéticos e suas

(5) Bourdieu (1989).

ações, num processo de longa duração. Assim, no seu livro liminar sobre Vargas, já citado, vê o capitalismo como um projeto e, mais precisamente, um projeto em construção, o que também pode ser trasladado ao capitalismo latino-americano, de modo geral, e ao argentino, em particular.

A via varguista era uma tentativa de encontrar uma alternativa de desenvolvimento capitalista impulsionada desde o Estado, certamente válida e conhecida, mas que talvez pecasse por inverter certa ordem lógica, até em relação a outras experiências similares. Tanto aqui quanto na Argentina a dita burguesia nacional parecia ir a reboque, muitas vezes claramente indisposta com o papel que os populismos as compeliavam a assumir. E foi precisamente a burguesia, liderada pela paulista, que detinha papel dominante, a que lhe fizesse frente. Já, no final, Jango viu desmoronar o cambaleante tripé nacional-desenvolvimentista sobre o qual se assentava, ao perder sua base mais frágil e menos fiel, o que seria determinante na sua derrocada.

Não obstante, isso não foi um acaso conjuntural. Como todo processo histórico, o capitalismo brasileiro, bem como o argentino, trazia no seu cerne contradições que lhe eram próprias e, por mais que os atores tentassem dobrar as estruturas, não raro, estas terminaram por se revelar contra aqueles.

Por isso, para entender a desconstrução dos populismos, nacional-desenvolvimentismos ou qualquer outra categoria que venhamos pôr no seu lugar, tal qual nos propusemos fazer, é necessário analisar primeiro a sua construção, já que ali estarão os germes que causarão sua ruína. Algo que Pedro consegue observar, ao questionar sobre suas contradições inerentes, seus próprios limites, colocando-se numa perspectiva de longa duração. Nesse olhar podemos ver algumas continuidades além das rupturas.

Os golpes de Estado que tive a oportunidade de estudar no doutorado – o de 1964, no Brasil, e os de 1966 e 1976, na Argentina, assim como o de 1973, no Chile, sobre o qual me aprofundei posteriormente – não apenas se deflagraram contra lideranças políticas específicas, mas para aniquilar as possibilidades de sucesso de um modelo de desenvolvimento capitalista que estava em cernes. É certo que ele encontrava limitações e estava em profunda crise, mas sabemos que estas são inerentes ao capitalismo em sentido geral, e não apenas a esse tipo em particular. Não obstante, é perceptível que mesmo assim tinha conseguido alguns dos seus propósitos, os que inquietavam interesses locais e externos. Como bem ponderara Francisco de Oliveira⁶, a queda desse modelo era fruto mais do seu sucesso do que seu fracasso, devido, em essência, ao seu potencial para provocar alterações substanciais no modo de acumulação que se redesenhava à época e que posteriormente fora enunciado sob o pomposo nome de “globalização”, que de-

(6) Oliveira (2004).

mandava uma rearticulação do capital internacional que colidia com as veleidades autonomistas que a região fazia gala, inclusive como instrumento de exportação, talvez o mais relevante e genuíno dentro do campo das ideias.

Essas interrupções e as ditaduras que se instalaram nos países latino-americanos quase em sintonia não eram extemporâneos, mas sim frutos sociais que tinham sido engendrados internamente, claro que com algumas interferências externas, mas que se explicam na sua maior parte por questões que se vinculam ao seu desenvolvimento. Compreender dessa forma a conjuntura que os países atravessaram é necessário porque ela é dialética, explica-se a partir dessa perspectiva e nos ajuda compreender melhor a nossa história, que em determinado momento condensou as contradições das suas estruturas – momento em que, por se tornarem mais evidentes, facilitam a análise.

Igualmente, as rupturas institucionais distavam de se resumir ao seu lado repressivo. O caráter refundacional das ditaduras é inquestionável, mas ainda não tem sido suficientemente estudado e, por isso, muitas vezes dá a sensação que tateamos quando mergulhamos em tão pantanosa seara. Como objeto, não parece simpático às filiações intelectuais e, talvez precisamente por essa razão, tem sido abordado nas suas facetas mais negativas, de modo justificado pelas mazelas que ainda nos atormentam, mas que nos faz esquecer de que também é imperioso pesquisar em outros aspectos nos quais houve contribuições significativas, das quais somos inegável herança, algo que não nos é fácil admitir.

Se bem as ditaduras fracassaram em vários desses intentos, não podemos deixar de reconhecer que alcançaram sucesso em muitos outros, mal que nos pese. Um dos casos em que houve sucesso foi o de aniquilar a possibilidade de um desenvolvimento autônomo, como pretendiam os ditos populismos e seus *adláteres*, ou pelo menos protelá-la por muito tempo, procedendo a uma reestruturação no campo da economia real, assim como nas ideias, dando espaço para que se firmassem posições contrárias às até então vigentes, que passaram a ser estigmatizadas.

Nesse sentido, a longa luta de Pedro por desmitificar prejuízos bastante comuns, até nos meios acadêmicos, que têm circulado e se firmado ao longo de anos sobre a categoria de populismo⁷, nos ajudou a entender um pouco mais acerca do processo histórico que analisávamos, em especial as forças que o combatiam, lançando outro olhar sobre esse embate, assim como as estruturas e circunstâncias que o produziram.

Ao realizar essa desconstrução, depara-se com uma espécie de preconceito, que pode ser associado muito bem a essa necessidade de impugnação e que se aproveita dos complexos que culturas dependentes ainda sentem a respeito de

(7) Fonseca (2011).

soluções locais que ousam questionar os padrões dominantes, quase sempre ocidentais, já apropriados e assimilados como próprios. De certa forma, os reparos às propostas de ruptura da dependência econômica vão além das críticas habituais a qualquer tipo de política, já que em essência levantam outros questionamentos ao desnudar de modo claro essa propensão, que em Latino-América não constitui apenas um imperativo acadêmico, mas de ordem ideológico estratégico. Como não lembrar do exemplo que Pedro usa costumeiramente para ilustrar esse paradoxo, ao cotejar de modo irônico que distribuir renda na Europa é considerado um ato social-democrata, mas aqui não passa de reles populismo, pura demagogia.

Sem que seja seu propósito, sua observação é igualmente útil para entender como doutrinas econômicas de caráter forâneo se afincaram de modo relativamente fácil por estas terras, já que esse complexo jogava ao seu favor, colocando em pedestais teorias que são propagadas desde os grandes centros, à vez que menosprezamos aquelas formuladas regionalmente ou que vestem roupagens mais locais. Por isso, sua advertência é de suma utilidade para entender outros fenômenos, embora de sesgo inverso, como aconteceu com o neoliberalismo, que rapidamente galgou posições e desbancou ideologias com tintes locais.

Como salientamos, se bem temporal e tematicamente os nossos objetos estão distantes, quase nas antípodas, trabalhar com tal categoria metodologicamente não distava muito de trabalhar com o populismo, já que eles atuaram como polos de uma tensa rivalidade, ora mais centrada em aspectos econômicos, ora extrapolando-os. Indo mais longe, podemos afirmar que foi nessa oposição que se construíam regionalmente, inclusive apelando a maniqueísmos que parecem inexplicáveis desde certos pontos de vista, mas que se compreendem perfeitamente nesse contexto.

Aqueles regimes tachados de populistas, de modo generalizante e equivocado, foram vistos como despreocupados com o rigor fiscal, o que passou a ser atributo neoliberal. Por sua vez, tudo o que exala a planificação é visto pela ortodoxia como oposto ao natural jogo econômico, que tem na livre iniciativa sua varinha de condão, algo que se aplica certamente às suas divulgações mais grosseiras, mas que não correspondem com as mais sofisticadas⁸ (novais).

Intrinsecamente perigosas, essas oposições reducionistas trazem certa confusão analítica, já que não permitem distinguir ou escondem nuances daquelas filiações que não se encaixam nos clichês de certos rótulos, sob os quais fervilham pluralidades que precisam ser melhor exploradas, muito mais quando trabalhamos com objetos que não despertam simpatias e que são complexos por antonomásia.

Nesse sentido, sou daqueles para quem a subjetividade não é apenas um mal necessário da ciência, mas a única forma de aproximação. Como expressara Walter Benjamin, “só quando estivermos besuntados de subjetividade é que sere-

(8) Wapshott (2016).

mos imbatíveis” . Não obstante, é importante reconhecer que devemos ir a nossos objetos numa relação dialética, de aproximação e distanciamento crítico. Por isso, empatias ou antipatias em demasia não geram o melhor conhecimento

De algum modo, com o conceito de populismo tem se mantido uma relação desse segundo tipo, mais do que ser uma simples categoria, é proferida como epíteto, pronta a estigmatizar algo que se quer impugnar, até extirpar se quer, e não apenas analisar. Dali a contribuição de Pedro para trazer racionalidade ao debate, estudando um produto histórico local em consonância com outras experiências e não de modo isolado, quase uma anomalia latino-americana.

No meu caso, outra vez a influência não se estabeleceu de modo direto, mas por analogia com outro conceito que, na maioria das vezes com razão, os intelectuais têm escolhido como o judas da vez para malhar. O neoliberalismo se erige, assim, no antípoda do populismo, visto mais como um fetiche a cultivar ou derrubar do que como uma construção histórica que precisa ser analisada, ainda que para combater. De acordo com a forma proposta, ao aproximar-nos do conceito com um prisma pluridimensional, conseguiremos observar um universo muito mais rico daquele que alguma vez, sem base empírica, foi propalado como pensamento único.

Assim como os ditos populismos latino-americanos se assemelham, mas contêm diversas clivagens, ao estudar mais detidamente o enraizamento do neoliberalismo na região consegui compreender nuances locais, seja pelo arribo de linhagens diferentes, seja pelas condições locais nas que se arraigaram, inclusive em ondas difíceis de rastrear se não temos em mente processos de longa duração, nos quais os percursos não são lineares nem se resumem a meras importações.

Mediado por esse olhar, conseguimos ver que o neoliberalismo se radicaria por etapas, desde sua forma mais difusa até seu enraizamento por meios institucionais, nos quais as entidades escolhidas para análise se revelaram chaves. Como o processo foi polimorfo e pluricentrado, espalhando-se desde centros da Europa e dos Estados Unidos, os países da região receberiam influências diversas, o que ajuda a explicar, junto com características locais, diferenças significativas nos casos nacionais, seja durante a etapa das ditaduras, na qual ocorreu a primeira etapa de reformas desse tipo, às vezes acanhadas pelas resistências militares, seja na sua etapa de auge, durante as décadas de 1980 e 1990.

Por isso, lutar contra esses estereótipos é sumamente positivo e atual, já que contribui para sínteses que os superem e, talvez assim, poder sair de certos marasmos que afligem as políticas econômicas de modo recorrente, presas a limites construídos historicamente, que na sua época podem ter sido importantes para se firmar, mas que algum dia devemos superar, sob pena de ficarmos engessados, rodopiando no mesmo lugar.

Igualmente a analogia que temos traçado entre os conceitos de populismo e neoliberalismo é válida já que, se bem sua ênfase esteve dada em esfera diferente, como ideologias extrapolaram o âmbito do pensamento em sentido estrito, envolvendo a sociedade em todos seus campos, dali sua complexidade e as dificuldades que os pesquisadores centrados em limites disciplinares têm para lidar adequadamente com objetos que se encontram imbricados em diversos âmbitos, que se reforçam, motivo pelo qual é possível analisá-los separadamente, mas o olhar holístico será o único capaz de capturá-los em toda sua complexidade e não apenas como meros estereótipos.

Visto assim, podemos comprovar que a força política dessas duas ideologias esteve assentada precisamente em bases bastante similares. Em primeiro lugar, no poder de comunicação que traduziu algumas premissas um pouco mais complexas em bordões de fácil consumo pelas massas, habilmente marteladas pelo uso dos meios de comunicação; em segundo lugar, na conformação de uma ampla coalizão que se engajaria na sua construção ou enraizamento; e, por fim, na utilização de um amplo repertório de ações com as quais conseguiram se firmar, internamente no primeiro caso e em nível global no segundo, que incluía a impugnação dos seus contrários, que nas ditaduras chegou ao literal extermínio.

Reconhecer esse panorama é imperativo para projetos de transformação, justo em momentos que nos aflige uma aguda crise sistêmica, que não se resume simplesmente ao econômico, mas que, como revelam muitos indicadores, é muito mais profunda, talvez civilizacional. Aqui aflora outra faceta do Pedro, de cunho mais político, que o levava a se engajar em iniciativas coletivas que alargam os limites do puramente acadêmico, com o qual demonstra que a atividade de um intelectual não se resume apenas à construção de conhecimento, mas se imbrica com outras dimensões do seu tempo.

REFERÊNCIAS

- BENJAMIN, W. **Discursos interrompidos**, Madri: Taurus, 1987.
- BOURDIEU, P. La ilusión biográfica, **Historia y fuente oral**, no 2, Universidad de Barcelona, Barcelona, 1989.
- DREIFUSS, R. A. **1964: a conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Petropolis: Editorial Vozes, 1981.
- COSTA, E. V. da. Novos Públicos, Novas Políticas, Novas Histórias: do reducionismo econômico ao reducionismo cultural: em busca da dialética, **Anos 90**. Porto Alegre, v. 6, n. 10, p. 7-22, 1998.
- FONSECA, P. C. D. **Vargas: o capitalismo em construção**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FONSECA, P. C. D. O mito do populismo econômico de Vargas, **Revista de Economia Política**, vol. 31, 2011, pp. 56-76.

RAMÍREZ, H. Os institutos econômicos de organizações empresarias e sua relação com o Estado em perspectiva comparada: Argentina e Brasil, 1961-1996 Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

OLIVEIRA, F. de. Ditadura militar e crescimento econômico: a redundância autoritária. In: REIS FILHO, D. A.; RIDENTI, M; MOTTA, R. P. S. (Orgs.). **O golpe e a ditadura militar**. 40 anos depois (1964-2004). Bauru: EDUSC, 2004.

WAPSHOTT, N. **Keynes x Hayek**: As origens e a herança do maior duelo econômico da história. Rio de Janeiro: Record, 2016.

19

EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO DE PEDRO CEZAR DUTRA FONSECA: UMA AVALIAÇÃO QUALI-QUANTITATIVA DE SUA PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA E DE SUA INFLUÊNCIA SOB SEUS ORIENTANDOS

CHRISTIAN VELLOSO KUHN

Bacharel (2001) e mestre (2005) em economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Doutor (2013) em economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor do curso de ciências econômicas da Faculdade de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul (FADERGS).

“A arte de interrogar não é tão fácil como se pensa. É mais uma arte de mestres do que de discípulos; é preciso ter aprendido muitas coisas para saber perguntar o que não se sabe” (Jean-Jacques Rousseau).

1. INTRODUÇÃO

Poucos são os pesquisadores cujo currículo seja tão vasto a ponto de valer meritocraticamente a passagem da situação de sujeito para objeto de pesquisa. Para tanto, crê-se que vários são os fatores que contribuem para atingir esse patamar, como premiações, trajetória profissional, projetos de pesquisa, publicações e orientações, dentre tantos outros.

Nesse particular, na área das ciências sociais aplicadas, entende-se justa para tal análise a consideração do currículo do doutor Pedro Cezar Dutra Fonseca, professor titular do Departamento de Ciências Econômicas e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) desde 1987. Fonseca, ao longo de sua trajetória acadêmica e profissional, reúne essas e outras condições que o conduzem ao seleto grupo de pesquisadores consagrados e admirados em nível nacional.

Com vistas a empreender tal estudo, optou-se por se dedicar apenas à sua obra. Desse modo, além da introdução, esse capítulo se subdivide em mais três seções. Na seção 2, analisar-se-á a produção bibliográfica do professor-pesquisador Pedro Fonseca, observando a evolução de sua produtividade e temáticas abordadas em suas publicações. Por sua vez, a quantidade de orientações, temas escolhidos e publicações em coautoria com seus orientandos serão avaliados na terceira seção. Finalmente, apresentar-se-ão as considerações finais na última parte deste capítulo.

2. PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA DE FONSECA: TRAJETÓRIA E TEMAS

Nesta seção, visando a análise da produção bibliográfica do professor Pedro Cezar Dutra Fonseca, utilizou-se como fonte o seu Currículo Lattes (FONSECA, 2017). Desde 1979, o autor publicou 278 produções bibliográficas (livros, artigos em periódicos etc.). Desse montante, para o presente estudo de sua obra, optou-se por analisar apenas as produções mais associadas ao meio acadêmico, excetuando textos em jornais ou revistas (43 publicações), restando 235 publicações. A distribuição da produção bibliográfica do professor pode ser observada na tabela abaixo.

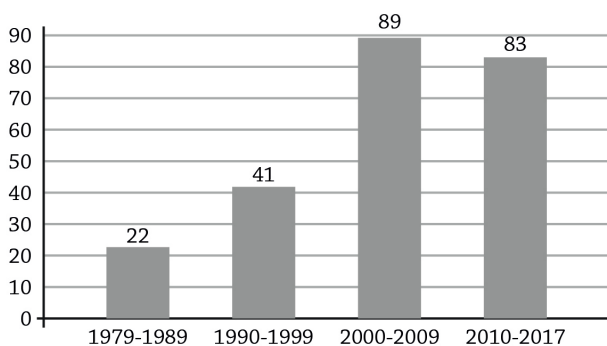
Tabela 1 – Produção bibliográfica do professor Pedro Fonseca por tipo – 1979-2017¹

TIPOS DE PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA	Nº	%
Artigos completos publicados em periódicos	57	24%
Trabalhos completos publicados em anais de congressos	45	19%
Capítulos de livros publicados	44	19%
Apresentações de trabalho	43	18%
Demais tipos de produção bibliográfica	27	11%
Resumos publicados em anais de congressos	9	4%
Livros publicados/organizados ou edições	6	3%
Artigos aceitos para publicação	3	1%
Resumos publicados em anais de congressos (artigos)	1	0%
Total geral	235	100%

Fonte dos dados brutos: Fonseca (2017). Elaboração do autor

Do total de publicações de Fonseca, a maior representatividade reside em 57 artigos em periódicos, com participação de 24%, sucedido de 45 trabalhos em anais de congressos (19%), 44 capítulos de livro (19%) e 43 apresentações de trabalho (18%). Conforme era de se esperar, sua produção bibliográfica se concentra fortemente no meio acadêmico, ambiente no qual o professor dedicou boa parte de sua carreira.

Gráfico 1 – Quantidade de publicações de Pedro Fonseca por subperíodo – 1979-2017



Fonte dos dados brutos: Fonseca (2017). Elaboração do autor

Por meio da análise do currículo de Fonseca (Gráfico 1), observa-se uma tendência exponencial de crescimento da quantidade de publicações do pesquisador com o passar dos anos. Se no primeiro subperíodo (1979-1989) Fonseca obte-

(1) A versão do currículo do professor Fonseca está atualizada até o dia 3 de janeiro de 2017, todavia, como apresenta três artigos aceitos para publicação, considerou-se como já fazendo parte da produção bibliográfica do ano atual.

ve 22 produções bibliográficas, nos anos 1990, esse número evoluiu para 41, uma variação de 86%, ao passo que nos anos 2000, essa quantidade ampliou para 89 publicações, indicando um aumento de 117%, ou seja, mais que o dobro de um decênio para o outro. A julgar pelo quantitativo de 83 obras publicadas até o momento nos anos 2010 (2010-2017), é muito provável que Fonseca mais uma vez ultrapasse o número de publicações do subperíodo anterior. Logo, isso indica que o professor, mesmo depois de tantos anos de atuação, parece ainda não ter alcançado seu ápice de produtividade, consolidando sua posição de pesquisador de ponta na área de ciências sociais aplicadas no meio acadêmico brasileiro.

Tabela 2 – Quantidade de publicações de Pedro Fonseca por especialidade² – 1979-2017

ESPECIALIDADES	QUANTIDADES	%
Economia brasileira	99	42%
Formação econômica do Brasil	47	20%
Desenvolvimento econômico	23	10%
História do pensamento econômico	23	10%
Economia do Rio Grande do Sul	13	6%
História do Rio Grande do Sul	6	3%
Economia internacional	5	2%
História do Brasil	5	2%
Metodologia científica	3	1%
Demais temas	11	5%
Total geral	235	100%

Fonte dos dados brutos: Fonseca (2017). Elaboração do autor.

De outra monta, partindo para uma avaliação qualitativa das 235 publicações de Pedro Fonseca desde 1979 até 2017 (Tabela 2), percebe-se que o pesquisador concentra a maior parte (62%) em temas³ relativos à economia brasileira (99 publicações, cerca de 42% do total) e formação econômica do Brasil (47 publicações, em torno de

(2) Utilizou-se aqui a mesma nomenclatura empregada no Currículo Lattes pelo CNPq. Embora exista diferença entre subárea e especialidade, optou-se por tratar ambos os termos como sinônimos.

(3) As 235 obras publicadas por Fonseca foram classificadas, de certo modo, de forma um tanto intuitiva. Analisou-se na maioria dos casos pelo título. Quando o mesmo não apontava tão claramente em qual especialidade melhor se enquadrava, buscou-se acessar a publicação e, quando possível, identificar em qual JEL havia sido classificada. Infelizmente, não foi possível adotar esse procedimento em todo o conjunto de sua obra, o que se mostraria um trabalho hercúleo. Por esse motivo, o autor deste capítulo se responsabiliza por possíveis equívocos de classificação, muito embora creia que o risco seja minimizado e insuficiente para comprometer a análise aqui empregada.

20%), seguido de desenvolvimento econômico e história do pensamento econômico (ambos os temas com 23 publicações cada um, perfazendo 10% do total). Destacam-se ainda as especialidades correlatas ao Rio Grande do Sul (economia e história do RS) que, juntas, somam 19 publicações, participando com 9% do total.

Examinando mais a fundo o teor da produção bibliográfica de Fonseca, cabe ressaltar que as seis especialidades, em virtude dos temas de interesse do pesquisador, envolvem na realidade uma relação intrínseca da economia com a história, marca registrada das obras do autor. Isso se evidencia claramente, por exemplo, nos livros *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*⁴, *O processo de substituição de importações*⁵ ou *Vargas: o capitalismo em construção*⁶, classificados como economia brasileira, ou mesmo em “Desenvolvimentismo: a construção do conceito”⁷, aqui considerado na especialidade desenvolvimento econômico. Fonseca, principalmente em publicações na área de Economia Brasileira, diferenciou-se em colocar em evidência os governos⁸, aplicando teorias das Ciências Econômicas, bem como das Ciências Políticas, diferentemente de outros autores que se concentram mais nos ciclos econômicos, como o artigo clássico de José Serra, em “Ciclos e mudanças estruturais na economia do pós-guerra”⁹, nos diversos capítulos de *A ordem do progresso*¹⁰ ou mesmo em Werner Baer, em *Economia brasileira*¹¹. Nessas e em diversas obras clássicas da literatura sobre a economia brasileira, o enfoque é geralmente mais economicista, enquanto o autor confere aos seus trabalhos uma abordagem mais multidisciplinar. Por esse motivo, comumen-

(4) BASTOS, P. P. Z. (Org.); FONSECA, P. C. D. (Org.). *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. 1. ed. São Paulo: Unesp, 2012. v. 1. 477 p.

(5) FONSECA, P. C. D. *O processo de substituição de importações*. São Paulo: LCTE, 2009. 63 p.

(6) FONSECA, P. C. D. *Vargas: o capitalismo em construção* (Prêmio Haralambos Simeonidis - Categoria Teses de Doutorado e Livro sem - Menção Honrosa). São Paulo, SP: Brasiliense, 1989. v. 1. 482 p.

(7) FONSECA, P. C. D. *Desenvolvimentismo: a construção do conceito*. In: DATHEIN, R. (Org.). *Desenvolvimentismo: o Conceito, as Bases teóricas, as Políticas*. 1 ed. Porto Alegre, 2015, v. , p. 13-71.

(8) Além da já mencionada obra de Fonseca (1989), o autor possui diversos artigos sobre Vargas (um exemplo é Fonseca e Haines, 2012) bem como outros governos brasileiros, tais como Fonseca e Lenz (2014), que abordam também sobre o governo JK; Fonseca e Moreira (2012) e Monteiro e Fonseca (2012), que tratam sobre o governo Goulart; e Fonseca, Cunha e Bichara (2014), a respeito do governo Lula. Mesmo aqueles que não são mencionados no título podem ressaltar a importância do governo, como em Fonseca e Monteiro (2008), que analisam a racionalidade política da implantação do II PND no governo Geisel, visando conferir maior grau de legitimidade ao regime civil-militar, questão estratégica naquela época.

(9) SERRA, J. *Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra*. *Revista de Economia Política*, v. 2, n. 2, p. 5-45, 1982.

(10) ABREU, M. de P. (Ed.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. Ed. Campus, 1989

(11) BAER, W. *Economia brasileira*. NBL Editora, 2002.

te em suas publicações o período retratado é subdividido respeitando a vigência de um ou mais governos, de modo que os fatos e processos históricos e aspectos políticos acabam ganhando mais importância em seus estudos.

Tabela 3 - Quantidade de publicações de Pedro Fonseca por especialidade e período – 1979-2017

ESPECIALIDADE	1979-1989	1990-1999	2000-2009	2010-2017	TOTAL GERAL
Economia Brasileira	12	13	35	39	99
Formação econômica do Brasil	2	5	32	8	47
Desenvolvimento econômico		7	4	12	23
História do pensamento econômico	1	3	5	14	23
Economia do Rio Grande do Sul	4	7	1	1	13
História do Rio Grande do Sul		3	2	1	6
Economia internacional				5	5
História do Brasil		2	2	1	5
Metodologia científica		1	1	1	3
Demais temas	3		7	1	11
Total	22	41	89	83	235

Fonte dos dados brutos: Fonseca (2017). Elaboração do autor.

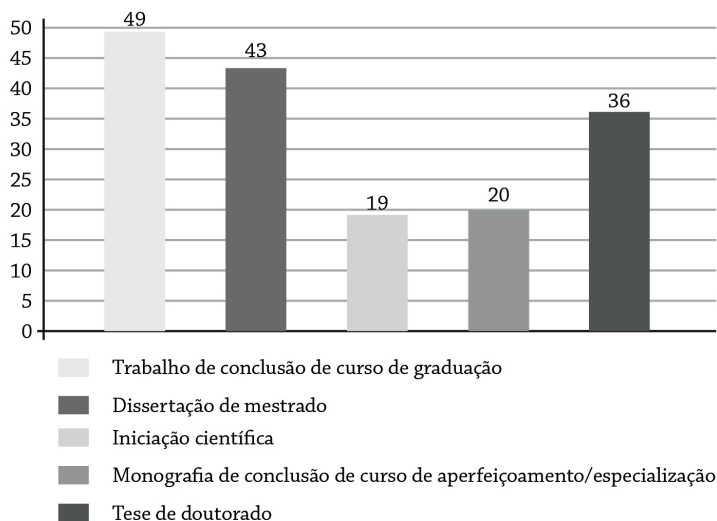
Quando se parte para uma avaliação das temáticas abordadas pelo autor a cada decênio (Tabela 3), primeiramente, constata-se que economia brasileira não somente é a sua maior especialidade em todo o período, como também se verifica em cada subperíodo analisado. Não obstante, merece ser evidenciada a quantidade significativa de publicações em formação econômica do Brasil, sobretudo nos anos 2000, quando quase alcançou o número classificado em economia brasileira. Ademais, outro aspecto digno de destaque é a maior diversidade de especialidades das publicações de Fonseca no subperíodo 2010-2017, com maior registro nas áreas de desenvolvimento econômico¹² e história do pensamento econômico, em que mais da metade (52% e 61%, respectivamente) das publicações classificadas em cada uma em todo período se concentrou nos anos 2010, o que denota uma evolução qualitativa da capacidade do autor em contribuir com pesquisas em diversas temáticas.

(12) Desde o início dos anos 2010, há de se ressaltar o aumento progressivo de publicações sobre o tema desenvolvimentismo, que ora foi classificado na especialidade desenvolvimento econômico (quando tratado sob aspecto teórico), ora em economia brasileira (nos casos em que aplicado à história recente do país).’

3. O ORIENTADOR PEDRO FONSECA: EVOLUÇÃO E INFLUÊNCIA

Por mérito de seu invejável currículo, o professor Fonseca atrai grande quantidade de orientandos de graduação, iniciação científica, especialização, mestrado e doutorado no campo da economia e, por vezes, até mesmo de outras áreas, como contabilidade, ciências políticas, história, dentre outras.

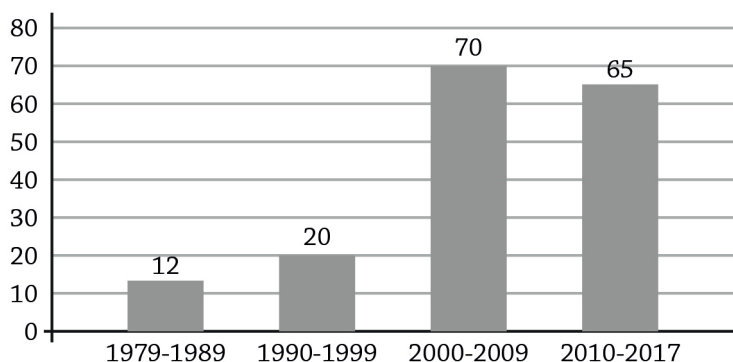
Gráfico 2 – Orientações de Pedro Fonseca por tipo de publicação – 1979-2017



Fonte dos dados brutos: Fonseca (2017). Elaboração do autor.

Mediante a figura acima (Gráfico 2), apesar de a maior fatia residir em trabalhos de conclusão de graduação (49 orientações, cerca de 29% do total), percebe-se um grande número de orientações de mestrado e doutorado, cuja quantidade somada (79) representa quase metade (48%) das 167 concluídas. Se agregarmos as orientações de iniciação científica, esse número aumenta para 98, algo em torno de 59% do total, do que se depreende sua maior dedicação às atividades de pesquisa acadêmica.

Gráfico 3 – Orientações de Pedro Fonseca por período – 1979-2017



Fonte dos dados brutos: Fonseca (2017). Elaboração do autor.

Ao encontro da trajetória do volume de produção bibliográfica do professor ao longo do tempo, percebe-se igualmente uma trajetória ascendente a cada decênio (Gráfico 3). Esse aumento se verifica bastante expressivo quando cotejada a quantidade de orientações nos anos 1990 ante os 2000, cujo crescimento é na ordem de 250% (de 20 para 70 orientações). Novamente, ao que tudo indica, o número de orientações nos anos 2010 devem ultrapassar os registrados nos anos 2000, demonstrando que a produtividade do pesquisador também abrange o seu papel de orientador.

Tabela 4 – Quantidade de orientações de Fonseca por especialidade – 1979-2017

ESPECIALIDADE	Nº	%
Economia brasileira	76	46%
Formação econômica do Brasil	18	11%
Desenvolvimento econômico	15	9%
História do pensamento econômico	13	8%
Economia do Rio Grande do Sul	13	8%
História do Rio Grande do Sul	10	6%
Economia internacional	5	3%
História do Brasil	4	2%
Metodologia científica	4	2%
Demais temas	9	5%
Total	167	100%

Fonte dos dados brutos: Fonseca (2017). Elaboração do autor.

Analisando em que especialidades mais se concentram as orientações de Fonseca (Tabela 4), vê-se que acompanham em certa medida as produções bibliográficas do professor. Quase metade (46%) também se enquadra em economia brasileira¹³. Entretanto, a segunda especialidade com maior participação é desenvolvimento econômico, com 11%, enquanto na produção bibliográfica esse tema aparece em terceiro, atrás de formação econômica do Brasil (curiosamente, é o terceiro tema com mais orientações de Fonseca). Agregando os cinco primeiros temas, tem-se 135 do total, ou seja, em torno de 81% com relação mais próxima com a área de história, tendência que também se verifica nas produções bibliográficas do pesquisador. Adicionalmente, são as mesmas temáticas que se encontram entre as cinco primeiras da produção de Fonseca, o que denota a confluência de interesses de pesquisa entre orientador e seus orientandos.

Tabela 5 – Evolução das orientações de Fonseca por especialidade e período – 1979-2017

ESPECIALIDADE	1979-1989	1990-1989	2000-2009	2010-2017	TOTAL GERAL
Economia brasileira	5	5	31	35	76
Formação econômica do Brasil	2	2	9	5	18
Desenvolvimento econômico		1	4	10	15
História do pensamento econômico	1		10	2	13
Economia do Rio Grande do Sul	1	6	2	4	13
História do Rio Grande do Sul		2	3	5	10
Economia internacional	1		3	1	5
História do Brasil		1	3		4
Metodologia científica			2	2	4
Demais temas	2	3	3	1	9
Total Geral	12	20	70	65	167

Fonte dos dados brutos: Fonseca (2017). Elaboração do autor.

Igual convergência é verificada na escolha de temas de seus orientandos ao longo do tempo. A Tabela 5, logo acima, demonstra a maior concentração de estudos de economia brasileira em todos os decênios, com exceção dos anos 1990, quando história do pensamento econômico foi a temática mais escolhida. Nos anos 2000 e 2010, muito embora economia brasileira se aproxime da metade (44% e 54%, respectivamente) das orientações de cada subperíodo, é oportuno destacar o volume registrado em economia do RS e desenvolvimento econômico (respectivamente, 14% e 13% do total) nos anos 2000, e formação econômica do Brasil (15% do total) de 2010 até o momento.

(13) Inclusive a tese de doutorado do próprio autor do presente capítulo, cujo tema aborda sobre o governo Figueiredo. Para mais detalhes, ver Kuhn (2013).

Tabela 6 – Produção bibliográfica de Pedro Fonseca com e sem co-autoria de orientandos por subperíodo – 1979-2017

PERÍODO	COM ORIENTANDO		TOTAL
	NÃO	SIM	
1979-1989	22		22
1990-1999	41		41
2000-2009	73	16	89
2010-2017	50	33	83
TOTAL	186	49	235

Fonte dos dados brutos: Fonseca (2017). Elaboração do autor.

Outra avaliação possível pode ser realizada analisando a produção bibliográfica de Fonseca, identificando por subperíodo a participação de seus orientandos como coautores (Tabela 6). A partir dos anos 2000, o professor passa a publicar artigos e outras produções acadêmicas conjuntamente com seus alunos e ex-alunos orientandos (49 publicações, cerca de 21% do total produzido pelo autor), dobrando de volume de 16 publicações no decênio dos anos 2000 para 33 publicações desde 2010 e, conseqüentemente, elevando sua participação de 18% para 40% do total de cada subperíodo.

Tabela 7 – Produção bibliográfica de Pedro Fonseca com e sem coautoria de orientandos por especialidade – 1979-2017

ESPECIALIDADE	COM ORIENTANDO		TOTAL
	NÃO	SIM	
Economia brasileira	78	21	99
Formação econômica do Brasil	39	8	47
Desenvolvimento econômico	17	6	23
História do pensamento econômico	18	5	23
Economia do Rio Grande do Sul		5	5
História do Rio Grande do Sul		2	2
Economia internacional	12	1	13
História do Brasil	4	1	5
Metodologia científica	18		18
TOTAL	186	49	235

Fonte dos dados brutos: Fonseca (2017). Elaboração do autor.

Finalmente, outrossim, a maior participação dos orientandos em coautoria na produção bibliográfica de Fonseca (Tabela 7) se concentra na temática de

economia brasileira (21 publicações, sendo 43% do total da produção com seus orientandos). As quatro primeiras especialidades são idênticas às apontadas ao mesmo tempo entre os principais temas da produção bibliográfica total do autor e das suas orientações. Ainda, curiosamente, todas as publicações de Fonseca nas especialidades de economia internacional e economia industrial foram na companhia de seus orientandos, embora não possuam grande representatividade numericamente no conjunto de sua obra.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o exame das produções bibliográficas e das orientações de Pedro Fonseca indicadas em seu Currículo Lattes, por meio do método empregado, concluiu-se que o pesquisador não aponta sinais de acomodação com o volume produzido até o momento, demonstrando crescente produtividade e diversificação de temáticas a cada subperíodo analisado, ainda que concentrando a maior parte na especialidade economia brasileira, marca registrada de sua carreira acadêmica. Particularmente, nos anos 2010, ainda que encabeçada por essa linha de pesquisa, as temáticas de desenvolvimento econômico e história do pensamento econômico vêm ganhando maior representatividade em sua produção bibliográfica.

Por outro lado, desde os anos 2000, vem progressivamente aumentando a participação de seus orientandos nas suas publicações, geralmente dentre as temáticas de maior atuação do pesquisador, a despeito de não respeitar exatamente a mesma ordem de relevância.

Dentre algumas limitações do presente estudo, indica-se o grau de abertura das temáticas, que se restringiu somente ao que se convencionou denominar de especialidade, sem revelar mais precisamente em nível com maior detalhamento os assuntos tratados nas publicações e orientações como, por exemplo, se se referem a governos específicos (Vargas, Goulart etc.), política ou programa (Plano Trienal, II PND etc.) ou teoria (desenvolvimentismo, institucionalismo, keynesianismo etc.). Ademais, na impossibilidade de acesso a toda a sua produção bibliográfica e suas orientações, igualmente não se expôs quais métodos adotados, como análise do discurso ou econometria, ou se há imbricamento entre mais especialidades em cada publicação e trabalhos orientados. Compreende-se que tais apontamentos de modo algum tiram o mérito do resultado deste trabalho, tão somente cerceando as interpretações e ilações possíveis de que dele se derivam.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. de P. (Ed.). **A ordem do progresso**: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. Ed. Campus, 1989.
- BAER, W. **Economia brasileira**. NBL Editora, 2002.
- BASTOS, P. P. Z.; FONSECA, P. C. D. (Orgs.). **A Era Vargas**: desenvolvimentismo, economia e sociedade. 1. ed. São Paulo: Unesp, 2012.
- FONSECA, P. C. D. **Vargas**: o capitalismo em construção. São Paulo, SP: Brasiliense, 1989.
- _____. **O processo de substituição de importações**. São Paulo: LCTE, 2009.
- _____. **Desenvolvimentismo**: a construção do conceito. In: DATHEIN, R. (Org.). **Desenvolvimentismo: o Conceito, as Bases teóricas, as Políticas**. 1 ed. Porto Alegre, 2015.
- _____. **Currículo do sistema currículo Lattes**. [Brasília], 3 jan. 2017. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/9511067342067027>>. Acesso em: 17 jan. 2010.
- FONSECA, P. C. D.; CUNHA, A. M.; BICHARA, J. Neoliberalismo, Populismo o Desarrollo? La controversia sobre la Política Económica del Gobierno Lula. In: RAMÍREZ, H. (Org.). **O neoliberalismo sul-americano em clave transnacional**. 1 ed. São Leopoldo, 2014.
- FONSECA, P. C. D.; HAINES, A. E. F. Desenvolvimentismo e Política Econômica: um Cotejo entre Vargas e Perón. **Economia e Sociedade** (UNICAMP. Impreso), v. 21, p. 1043-1074, 2012.
- FONSECA, P. C. D.; LENZ, M. H. The new-style of developmentalism in Latin America: Kubitschek and Frondizi. In: CARDOSO, J. L.; MARCUZZO, M. C.; SOTELO, M. E. R. (Org.). **Economic Development and Global Crises**. 1 ed. London and New York, 2014.
- FONSECA, P. C. D.; MONTEIRO, S. M. M. O Estado e suas Razões: o II PND. **Revista de Economia Política** (Impreso), v. 28, p. 28-46, 2008.
- FONSECA, P. C. D.; MOREIRA, C. S. O projeto do Governo Goulart e o II PND: um Cotejo. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, v. 33, p. 5-37, 2012.
- KUHN, C. V. **Ajuste recessivo em contexto de abertura**: ciclo político e impasses da política econômica do governo Figueiredo (1979-1985). 2013. Tese (Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Economia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- MONTEIRO, S. M. M. **Política econômica e credibilidade**: Uma Análise dos Governos Jânio Quadros e João Goulart. 1999. 161 f. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- MONTEIRO, S. M. M.; FONSECA, P. C. D. Credibility and Populism: the Economic Policy of the Goulart Administrations in Brazil. **Estudos Econômicos** (São Paulo. Impreso), v. 42, p. 511-544, 2012.
- SERRA, J. Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra. **Revista de Economia Política**, v. 2, n. 2, p. 5-45, 1982.

// PARTE III - RESENHAS //

I. VARGAS E CAPITALISMO¹

CARLOS ALBERTO SARDEMBERG

A Editora Brasiliense acaba de lançar um livro precioso. Trata-se de *Vargas: o capitalismo em construção*, do professor Pedro Cezar Dutra Fonseca, do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Precioso pelo método, pelo sólido conteúdo e pelos resultados. A questão – quem foi exatamente Getúlio Vargas? – encontra nesse livro de 482 páginas uma resposta erudita (mas não chata), detalhada e precisa.

Trata-se de história econômica, com uma abordagem especial. O material básico do estudo é formado pelo discurso de Getúlio Vargas, ou seja, seus pronunciamentos, discursos, entrevistas, cartas, mensagens, manifestos, debates nos parlamentos.

O discurso tem uma lógica interna, os conceitos se desenvolvem conforme sua estrutura. Mas só se entende o que cada palavra quis dizer, num determinado momento, incluindo nessa análise a referência à realidade. No caso do discurso de um político militante – um homem que, quando fala, pretende intervir na realidade, ganhar adesões, influenciar movimentos, justificar atos –, essa referência à realidade é dupla: de um lado, é uma interpretação, o modo como o político a vê; de outro, é uma vontade, isto é, um desejo de que as coisas, dali em diante, aconteçam de uma determinada maneira.

Nisso, o livro de Pedro Cezar Dutra Fonseca é exato. Apanha o discurso de Getúlio Vargas no turbilhão dos acontecimentos, o leitor observa ao mesmo tempo os fatos, sobretudo os fatos econômicos, que o autor analisa exaustivamente, e a fala de Getúlio Vargas agindo nesse cenário. Ao longo dos anos abordados no livro (1906-1954), o leitor acompanha ao mesmo tempo a formação do capitalismo e a formação de Getúlio Vargas.

Dutra Fonseca começa com uma preciosidade – um discurso pronunciado por Getúlio em agosto de 1906, quando era estudante de direito, em Porto Alegre, para saudar o presidente recém-eleito do Brasil, Afonso Pena. Em meio a uma feira de elogios a um político da Velha República, Getúlio inclui, porém, a defesa do desenvolvimento industrial nacional e, lá pelas tantas, chama o presidente de “conservador progressista”, aqueles que “com acerto, conservam suas opiniões, adaptando-as ao progresso”.

Esses dois temas apareceriam em toda a carreira de Getúlio Vargas: o desenvolvimento industrial nacional, depois associado à intervenção do Estado e à questão social; e a questão das transformações sem rupturas, a mudança feita de dentro do poder.

(1) Originalmente publicado no *Jornal do Brasil*, em 14 de agosto de 1989.

Como foi o próprio Getúlio Vargas. Afinal, nota Dutra Fonseca, exceto por um pequeno período no governo do presidente Eurico Dutra, Getúlio Vargas foi da situação governista a vida toda. Inclusive na Velha República, aquela que a Revolução de 1930, comandada por Getúlio, deveria destruir. Na verdade, Getúlio nasceu no sistema de poder da Velha República. Assim como, registra o autor, a assim chamada “Revolução de 1930” foi ao mesmo tempo burguesa e oligárquica. Um projeto de desenvolvimento capitalista vindo do interior da própria oligarquia.

É extraordinário notar como Getúlio, nas diversas fases por que passou esse processo, soube interpretá-lo e dar um sentido de futuro, como é próprio dos estadistas. Pedro Cezar Dutra Fonseca apanha seu personagem e as circunstâncias em que viveu e nos mostra uma bela história viva.

2. VARGAS: O CAPITALISMO EM CONSTRUÇÃO¹

GENTIL CORAZZA

Esse livro de Pedro Fonseca se constitui numa singular e valiosa contribuição para o entendimento da formação e do desenvolvimento histórico da economia, da política e da sociedade brasileiras, entendidas como a história da construção do capitalismo em nosso país. Seu objetivo é reconstruir essa totalidade a partir de um estudo dos discursos de Vargas.

Em sua estrutura, o livro compreende uma introdução, na qual o autor explicita seu método e marco teórico, uma conclusão, em que são retomadas as principais linhas norteadoras da análise, além dos cinco capítulos que constituem o corpo do trabalho propriamente dito e abordam, respectivamente, a economia e a política gaúchas na República Velha, a crise dos anos 1920, os anos 1930 e a nova ordem, o Estado Novo e o segundo governo Vargas.

O que é original nessa obra de Pedro Fonseca é justamente o seu ponto de partida e fio condutor da análise histórica: o discurso como objeto de investigação, ou seja, a tentativa de “pensar o real valendo-se do próprio pensamento sobre o real”. Não pretende, contudo, explicar o discurso pelo próprio discurso, pois o mesmo não se explica a si mesmo, não possui autonomia face ao real, o que lhe tiraria seu conteúdo histórico. Por outro lado, o discurso não é “um amontoado de idéias falsas” sobre a realidade. Assim como a ideologia e os fatos políticos, ele possui sua relevância, sua lógica, enquanto fato social que é, produto de determinadas relações sociais. Expressa uma forma de percepção e de ordenamento da realidade e, por isso, está vinculado às condições materiais em que os homens estabelecem suas relações sociais. Ou seja, ao defender a possibilidade de se reconstruir cientificamente uma totalidade histórica, tendo o discurso como ponto de partida, Fonseca não o vê como mera aparência do real nem como o motor do processo histórico. Como percepção da realidade, o discurso é parte integrante da mesma. “Nem autônomo, nem determinado”, mas em integração com as exigências econômicas e vinculado às forças políticas que o sustentam ou lhe fazem oposição.

Colocada essa postura metodológica, Fonseca procura estabelecer um marco teórico que lhe permita compreender todo o processo histórico brasileiro em suas dimensões econômica, política e social, nos seus aspectos de continuidade e de ruptura, um marco teórico capaz de explicitar, ao mesmo tempo, as contradições inerentes a esse processo e dar conta de sua unidade e sentido ao longo de um período tão vasto de nossa história, o qual tem em Getúlio Vargas seu personagem central.

(1) Originalmente publicado na revista *Ensaaios FEE*, 10(2), 1989.

Esse marco teórico o autor vai buscar em Florestan Fernandes, no seu conceito de Revolução Burguesa no Brasil, entendida como “um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicossociais e políticas”, as quais não se deram num golpe, mas constituem um longo processo contraditório e conflituoso, que possui um ponto de partida e um de chegada, ou seja, uma unidade e um sentido; o capitalismo em construção.

Analisando os discursos de Vargas – desde sua época de estudante de direito até sua Carta-Testamento –, Fonseca procura reconstruir esse processo de construção do capitalismo no Brasil, analisando suas bases materiais, os atores políticos, o jogo de interesses das classes sociais e a ação do Estado.

Uma leitura dessa obra ressalta de imediato a utilização plena pelo autor do método de análise e do marco teórico ao longo das 468 páginas do seu texto. Somente a definição clara desses instrumentos fundamentais de trabalho permitiu que o autor reconstruísse, a partir do discurso, um período tão vasto e tão complexo da história brasileira, englobando seus aspectos econômicos, políticos e sociais, sem perder de vista a unidade e o sentido do processo histórico.

Já na análise que faz dos discursos de Vargas durante a República Velha, ressalta a dupla dimensão dos mesmos: de um lado, como reflexo das condições históricas dadas e, de outro, como proposta de ordenamento da realidade. Tais aspectos se articulam num corpo ideológico comum – o positivismo –, cujo ideário configura um projeto, pois “[...] pode ser entendido como um amplo conjunto de medidas que se contrapõem aos diversos obstáculos que se antepõem à expansão capitalista” (p. 74).

Os discursos de Vargas desse período pré-1930 – desde quando era estudante de direito e depois, como deputado estadual e federal, ministro da Fazenda, presidente do Estado e líder da Aliança Liberal – são fortemente influenciados pelo positivismo enquanto ideologia: expressão de um projeto e de um processo cujo traço mais essencial é o da expansão e consolidação do capitalismo e do poder burguês no Brasil.

Enquanto discurso, o lema positivista “ordem e progresso” faz parte não apenas de um projeto, mas traduz um processo único, um progresso ordenado, em que, ao mesmo tempo, há desenvolvimento das forças produtivas sem, no entanto, ferir a estrutura social. Como diz Fonseca: “[...] o positivismo é expressão ideológica de uma transformação eminentemente conservadora” (p. 78).

Vargas, seu discurso, sua ideologia, suas medidas de política econômica e seu projeto passam pelas metamorfoses do próprio processo, assumindo, a cada conjuntura, novas formas, sem, contudo, perder sua própria identidade. De típico político governista nessa fase, que admitia seu mandato como concessão, justifi-

cando suas medidas e assumindo sua ideologia, ao mesmo tempo vai apresentando nuances que o diferenciam do status quo pela defesa da industrialização, pela aceitação e pelas restrições ao capital estrangeiro, pelas críticas aos fazendeiros e ao *laissez-faire*. Por tudo isso, vai, aos poucos, se diferenciando da ortodoxia positivista. Vargas e seu discurso vão, gradativamente, captando os sinais das mudanças do período final da Velha República e assumem a perspectiva nacional como uma necessidade para o trato da economia local. Com a Aliança Liberal, liderada por Vargas, no topo das transformações econômicas e da crise do sistema oligárquico, colocava-se a possibilidade histórica de uma oligarquia regional ensaiar uma espécie de projeto nacional.

A Aliança Liberal, contudo, como bem demonstra o autor, também está atravessada pelas contradições: no mesmo discurso que fazia a crítica dos vícios do velho regime, estabelecia as bases conservadoras da nova ordem.

Um dos pontos altos do livro é a análise do período de transição entre a Velha e a Nova República, o tipo de ruptura efetuado a partir dos interesses subjacentes ao processo. Segundo Fonseca, a Revolução de 1930 foi, ao mesmo tempo, oligárquica e burguesa, pois a oligarquia não constitui uma classe social, mas sim um aspecto do sistema político (controle do voto) e da propriedade da terra. Os acontecimentos de 1930 não são a “Revolução” Burguesa, mas fazem parte de um processo no qual a burguesia agrária detém a hegemonia, embora os industriais não tenham sido excluídos do mesmo.

É, sem dúvida, um grande mérito do livro a forma como coloca questões polêmicas relativas aos acontecimentos de 1930 e, igualmente, como encaminha as respostas a tais questões. É o caso de como interpreta o caráter das mudanças ocorridas em 1930. Constitui questão polêmica na literatura o problema da mudança e da continuidade nesses acontecimentos. Faoro e De Decca, por exemplo, ressaltam que houve apenas mudança de forma (a forma de dominação), reafirmando a permanência do conteúdo. A respeito, Fonseca resalta que, em estudo histórico, não devem ser desprezadas as mudanças, mesmo que apenas de forma, pois essas não podem ser confundidas com as aparências do real, o que sugere a necessidade de se superar as análises apenas de “conteúdo”.

No contexto de sua proposta de trabalho, o autor propõe retomar a ideia de processo, evitando as polarizações forma-conteúdo e propostas-resultados. Nessa linha, conclui que, embora a Aliança Liberal tenha sido gestada no interior de parte das oligarquias dominantes da República Velha, o golpe de Estado de 1930 constitui um avanço e uma ruptura na história econômica e política do Brasil. Os discursos de Vargas ajudam a evidenciar essa ruptura, seu alcance e seus limites.

Por seu lado, os estudos que frisam a continuidade da economia e da política entre os dois períodos são incapazes de dar conta do processo histórico em sua

totalidade, uma vez que existem elementos de continuidade (a estrutura de posse da terra, a exclusão de parte da população, a elitização do poder e da tomada de decisões, as desigualdades regionais, a distribuição da renda etc.), mas também existem elementos de mudança (o intervencionismo e a ampliação da esfera estatal na economia e na política, a postura estatal frente à industrialização e à diversificação agrícola, a centralização política e o autoritarismo, conflitos de classe arbitrados de forma diferente), ou seja, há transformações na política econômica e no campo institucional.

Desse modo, como ressalta o autor, posturas como “em essência nada mudou” negam a própria dinâmica histórica. Libertar-se do “conteudismo” não significa negar a continuidade, mas sim detectar as mudanças das formas, através das quais se reproduzem as regularidades. Assim, lembra Fonseca, a partir de 1930, se permaneceu a concentração da renda, ela foi assegurada sob novas formas, pois teve lugar uma legislação trabalhista que antes não havia; embora o governo continuasse atendendo aos cafeicultores, mudou a forma do seu financiamento; sem modificar as estruturas da posse da terra, alterou a forma pela qual os setores agrários fizeram valer seus interesses no âmbito do poder.

Com base nessas colocações, conclui que o processo da Revolução Burguesa no Brasil:

[...] embora único em seu sentido, não o é em seu movimento, ou seja, variaram ao longo do tempo os setores econômicos que o dinamizaram, as classes sociais que lhe deram impulso, as articulações políticas que o sustentaram e as ideologias que o justificaram [...] Em outras palavras, variaram as formas pelas quais ele foi tomando corpo em determinadas situações históricas concretas. Neste sentido, a mudança de formas é a história do próprio processo (p. 243).

Acompanhando as transformações da realidade e suas formas, passam por metamorfoses também os discursos de Vargas, incorporando sempre novos temas colocados pelas próprias transformações. Ou seja, o mesmo método aplicado aos discursos permite acompanhar as novas formas que a ideologia vai assumindo, sem perder de vista a sua continuidade. Assim, no Estado Novo, o intervencionismo positivista conservador passou a ter a feição de um intervencionismo voltado para o futuro: o desenvolvimento econômico deixou de ser um ponto programático para tornar-se ideologia. Nacionalismo que não significa repulsa ao capital estrangeiro, centralização do poder que não exclui os atores privados da cena política, repressão social que convive com o surgimento da legislação trabalhista.

Foi justamente no período do Estado Novo, em que o Estado parecia autonomizar-se, que a burguesia encontrou ambiente propício para efetivar sua dominação de classe, expandindo-se economicamente e assegurando seu interesse no âmbito do Estado.

Ao mesmo tempo, porém, em que se consolidam o capitalismo e a dominação da classe capitalista, avançam as leis sociais, como afirma o autor: “Não há de se estranhar, portanto, que ambos os processos, de consolidação da dominação burguesa e de implantação da legislação do trabalho, coincidissem no tempo” (p. 299).

Não se tratava, na realidade, de dois processos, mas de um único que, embora contraditório (e exatamente por isso), possuía uma unidade. Os discursos de Vargas desse período ajudam a evidenciar o sentido desse processo, mas também seus percalços, seus problemas e suas hesitações. Assim, toda a política centralizadora destinada a eliminar os localismos e a conter as oligarquias não conseguiu impedir o aumento das desigualdades regionais. A tendência de concentração econômica de São Paulo manteve-se. Mas como nas demais situações, Fonseca explora as mudanças na continuidade do processo: São Paulo, de líder da economia cafeeira, passou a sê-lo agora como carro-chefe da industrialização.

Do mesmo modo que se desenrola um processo histórico sob diferentes formas históricas, também se transformam a percepção e a representação do mesmo. Mudam o discurso e a ideologia: positivismo, corporativismo, desenvolvimentismo, nacionalismo, populismo, trabalhismo.

É no segundo governo Vargas que culmina a análise dos discursos daquele que foi o personagem central desse longo período histórico. Nesse capítulo, o autor analisa a crise do populismo de Vargas, explorando suas contradições internas. Para explicar essa crise, Fonseca diz ser necessário ter presente a existência de um projeto de desenvolvimento, as forças econômicas e sociais a ele vinculadas e as que lhe faziam oposição, o sentido de seu nacionalismo e a articulação proposta ao capital estrangeiro. Todos esses elementos precisam ser levados em conta para que se chegue a uma explicação de seu desfecho.

A proposta populista acena para uma certa utopia: tornar máxima a acumulação de capital e, ao mesmo tempo, buscar coesão e legitimidade, recorrendo a apelos distributivistas. Sua crise vincula-se às contradições expressas nas duas faces da ideologia populista: a desenvolvimentista, voltada a incentivar a acumulação de capital, e a trabalhista, que procurava inserir os trabalhadores na sociedade capitalista em construção.

Conduzindo a análise mais para o terreno da economia, Fonseca afirma que Vargas levou às últimas consequências sua proposta de acelerar e consolidar o desenvolvimento capitalista que se corporificava na construção do departamento produtor de bens de produção (DI). Isso colocava o governo numa encruzilhada, pois, com a implantação do DI, faltava definir o tipo de desenvolvimento que se queria, ou seja, se o DI se articulava com a produção de bens de consumo mais sofisticados (DII) ou com a produção de bens de consumo dos assalariados (DIII). Cada uma dessas alternativas impunha arranjos específicos de economia e se re-

fletia em diferentes políticas econômicas. Por exemplo, uma articulação DI-DIII exigia uma elevação dos salários e uma melhor distribuição da renda. Já uma definição por DI-DIII implicava maior controle salarial e concentração da renda.

O governo Vargas oscilou entre uma e outra alternativa. Embora, no final, tivesse partido para uma política salarial mais frouxa, própria da articulação DI-DIII, a concentração da renda continuou inalterada, formando um quadro muito mais próximo da articulação DI-DII. A conclusão do autor resume todos os aspectos levantados no decorrer dessa rica e inovadora análise de nossa história: “Assim, a Revolução Burguesa alcançava seus momentos finais mantendo a excludência de grande parte da população, [...] aguçando os contrastes, mas industrializando o país, consolidando a dominação burguesa e imprimindo ao seu crescimento taxas sem precedentes no contexto mundial [...]” (p. 463).

3. VARGAS: O CAPITALISMO EM CONSTRUÇÃO¹

JOSÉ FLÁVIO MOTTA²

O objetivo a que se propõe Pedro Cezar Dutra Fonseca em *Vargas: o capitalismo em construção* (Ed. Brasiliense) – trabalho que é sua tese de doutoramento em economia, defendida junto à Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo – é o de estudar o processo de consolidação do capitalismo no Brasil a partir da análise das peças que compõem o discurso de Getúlio Vargas, quais sejam, suas falas, entrevistas, cartas, mensagens e manifestos, abrangendo o período de 1906 a 1954. Para tanto, a preocupação primeira do autor é justificar a validade do emprego de tais fontes para a consecução do objetivo almejado, fontes essas pouco usuais nos estudos de história econômica. Essa justificativa, além de contemplar a rejeição da comum identificação, no âmbito metodológico, entre o econômico e o quantificável, conduz à discussão do relacionamento entre “estrutura” e “superestrutura”. Evidentemente, Fonseca rechaça com veemência a concepção materialista histórica dita vulgar, na qual os elementos formadores da superestrutura entender-se-iam como determinados pela estrutura econômica. Outrossim, o autor refuta com a mesma ênfase a posição diametralmente oposta – o idealismo vulgar –, em que à ideologia caberia um papel autônomo e, mais ainda, determinante, no processo histórico. Para Fonseca, o discurso consubstancia-se em uma percepção da realidade, o que implica ele ser parte dessa realidade. E parte relevante, à medida que possui uma lógica interna e exerce influência sobre o processo histórico.

Não obstante, ainda que se baseando nos discursos de Vargas para a compreensão do processo de consolidação do capitalismo no Brasil, Fonseca ressalva que a ligação entre ambos não é imediata. Parafraseando o autor, não se avoca um caráter autoexplicativo ao discurso; enquanto parte de uma totalidade, ele é tomado como ponto de partida para a reconstituição científica daquela totalidade. Assim, a análise do discurso empreendida no trabalho em questão faz-se mediada pela constante revisão – e revisão crítica – da literatura produzida acerca do período considerado; é essa mediação – nas palavras de Fonseca, “procedimento metodológico de pensar o real valendo-se do próprio pensamento sobre o real” – que permite a aludida passagem da parte à totalidade. Por outro lado, o marco teórico que subjaz ao estudo de Fonseca está centrado no conceito de Revolução Burguesa. Esta é visualizada, na especificidade do caso brasileiro, enquanto um processo,

(1) Originalmente publicado no jornal *O Estado de São Paulo*, em 10 de março de 1990.

(2) Professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP).

inserido *grosso modo* no período sob análise, ao longo do qual se dá a efetiva construção do capitalismo no Brasil, com a correspondente consolidação da dominação burguesa. A definição do marco teórico mostra-se acertada, pois possibilita o enfoque do processo histórico como possuidor de uma unidade, à medida que compreende em si tanto os elementos de mudança quanto os de continuidade, dos quais se salientam a industrialização, a urbanização e o assalariamento da mão de obra, entre os primeiros e, entre os últimos, a concentração da propriedade fundiária, da renda, da riqueza e do poder político.

Com fundamento nesse marco teórico, Fonseca efetua a análise do discurso de Vargas em cinco capítulos (dos números 2 ao 6). Os dois primeiros focalizam tal discurso em meio à República Velha, enfatizando a discussão acerca da influência positivista, sendo que um deles – capítulo 3 – abrange os anos de 1926 a 1930, marcados pela vigorosa ascensão de Getúlio em sua carreira política. O capítulo 4 contempla o período que vai da chamada Revolução de 1930, quando Vargas assume a chefia do Governo Provisório, até meados de 1937. Os dois capítulos subsequentes compreendem, respectivamente, o estabelecimento e a crise do populismo trabalhista; o primeiro é dedicado à ditadura do Estado Novo e, o último, ao segundo governo Vargas, encerrado com seu suicídio em 1954.

Nascido em São Borja, tal como Getúlio, Pedro Fonseca fornece com sua tese – premiada já no meio acadêmico – inequívoca contribuição à história brasileira na primeira metade do século XX.

4. VARGAS: O CAPITALISMO EM CONSTRUÇÃO¹

JOÃO ROGÉRIO SANSON²

Vargas: O capitalismo em construção é um livro sobre a formação econômica do Brasil. Tem como fio condutor os discursos de Getúlio Vargas, relevantes do ponto de vista da política econômica. O primeiro deles é de 1906, em que o ex-estudante de humanidades em Ouro Preto/MG e da escola militar de Rio Pardo/RS, mas agora estudante de direito em Porto Alegre, participa de uma homenagem ao presidente da República. Já nesse discurso há uma passagem que mostra uma preocupação em proteger a indústria nacional, ao falar sobre quem é coagido a “[...] comprar, manufaturados do estrangeiro, os gêneros da própria matéria-prima que exporta” (p. 35).

O destaque de Vargas como orador de turma na homenagem presidencial de 1906 não deve surpreender, por maiores que fossem os seus dons de oratória. Suas ligações familiares com os políticos que comandavam o Estado certamente estavam por trás dessa chance de falar em evento tão importante. Também deviam estar por trás do discurso de três anos antes, em sessão fúnebre no Teatro São Pedro para Júlio de Castilhos, o positivista que escreveu a constituição gaúcha e que comandava a política no Estado. O pai de Getúlio, embora um chefe político no interior, era membro destacado do Partido Republicano Rio-Grandense. Então com 20 anos de idade, Getúlio estava no primeiro ano da faculdade.

O último documento analisado por Fonseca é a Carta-Testamento, divulgada no dia do suicídio de Vargas, em 1954. As circunstâncias em que a carta foi escrita são relacionadas à crise da fase populista de Vargas.

De acordo com o capítulo I, o ponto de vista teórico é o mesmo de Florestan Fernandes. Dentro da concepção de Revolução Burguesa desse autor, não teria havido uma ruptura, mas sim uma transformação gradual da economia brasileira. Assim, o período que vai da República Velha ao final do segundo governo de Vargas é visto por Fonseca como “[...] um momento de introdução, expansão e consolidação do capitalismo, ou seja, de efetivação do poder burguês” (p. 26).

Essa interpretação da história brasileira pode ser vista como uma variante da teoria do capitalismo monopolista de Estado. Segundo essa teoria, as economias capitalistas passam por fases: a competitiva, a monopolista e a monopolista de Estado. Na verdade, a Escola Francesa interpreta o capitalismo monopolista de Estado como uma subfase da fase imperialista. Na adaptação para um país pe-

(1) Originalmente publicado na *Revista Análise Econômica*, v. 10, n. 18, 1992.

(2) Professor aposentado da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FCE/UFRGS).

riférico, o Estado, com suas ações condicionadas pelas necessidades internas de acumulação, é também influenciado, em diferentes graus, pelo processo de acumulação internacional.

Embora haja essa referência a Florestan Fernandes, Fonseca chama atenção ao fato de que o estudo dos discursos de Vargas é um estudo de ideologias (p. 21-23). O discurso é visto como uma “manifestação da ideologia”. Inicialmente, a ideologia é positivista, em sua versão castilhista, passando nos anos 1930 para algo que podemos descrever como desenvolvimentismo estatista e finalmente tornando-se populista. Antônio Gramsci é citado para enfatizar a importância de se estudar a ideologia e, portanto, a sua expressão na forma dos discursos. Porém, a moderna teoria gramsciana do discurso é pouco aproveitada.

Entre as explicações marxistas mais interessantes, como alternativas à do capitalismo monopolista de Estado, estão as teorias baseadas em Gramsci. Elas vão além da ideia básica do “bureau” da burguesia e discutem o surgimento, concorrência (contra-hegemonia) e manutenção de uma ideologia como expressão hegemônica de um grupo sobre a sociedade civil. Embora não independente do processo de acumulação, a ideologia deixa de ser uma mera consequência dos modos de produção. Além disso, o simples controle do Estado não garante a hegemonia.

Mais especificamente ainda, a abordagem gramsciana do discurso tem-se voltado especialmente para as várias experiências populistas, incluídas aí o fascismo, o nazismo e o caudilhismo latino-americano. Concentra-se no modo como as ideologias são desenvolvidas e usadas na luta pelo poder estatal. Mostra como os elementos ideológicos de caráter nacional-popular podem ser articulados com elementos ideológicos de classes específicas. A busca da hegemonia é feita pela articulação desses diferentes elementos ideológicos (discursos), enfatizando núcleos comuns, mas preservando as características de cada um. No desenvolvimento dessa abordagem, destacam-se Ernesto Laclau e Chantal Mouffe.

Com uma abordagem desse tipo seria possível visualizar o uso do liberalismo tanto pelos maragatos (uma das facções da Revolução Federalista de 1893) como pela União Democrática Nacional (UDN). O liberalismo seria uma ideologia alternativa para desalojar os castilhistas, no primeiro caso, e o varguismo, no segundo. Fica mais fácil visualizar a permanente busca, por um político profissionalmente competente como Vargas, de meios para manter-se no poder, manobrando entre os múltiplos grupos de interesse da sociedade brasileira. Levaria ao estudo também do papel dos técnicos e políticos diretamente ligados a Vargas durante os seus períodos de poder. Motivaria talvez uma maior atenção, ainda no estudo de Vargas, às explicações da história econômica brasileira baseadas na teoria do patrimonialismo. O próprio início da carreira política de Vargas seria uma evidência interessante em favor de tal teoria.

Isso naturalmente ainda deixaria de fora a corrente de história econômica que se baseia nas ideias de custos transacionais e num processo evolucionário lamarckiano para explicar o surgimento de instituições viabilizadoras do capitalismo. Quando Getúlio Vargas entrou na vida adulta, a experiência da industrialização apoiada pelo Estado na Alemanha era bem recente e era natural que grupos passassem a defender uma solução semelhante para o Brasil, num processo evolucionário de imitação. Aparentemente, a literatura brasileira de história econômica ainda não começou a explorar o potencial desse tipo de teoria. Nesse contexto, o trabalho de Fonseca apenas reflete o estado das artes quanto aos enfoques teóricos no estudo da nossa história econômica.

Naturalmente, é mais fácil sugerir tais alternativas do que realizá-las. O trabalho de Fonseca, com o enfoque teórico adotado, representa uma contribuição significativa para a historiografia brasileira.

Cada capítulo cobre uma subfase relevante tanto do desenvolvimento do capitalismo no Brasil como do próprio personagem principal. No capítulo 2, somos introduzidos ao jovem Vargas e à sua carreira meteórica. É defensor de um Estado forte e é crítico do liberalismo econômico. No capítulo 3, ficamos vendo os detalhes dos anos de 1926 a 1930, em que Vargas foi deputado federal, ministro da Fazenda, candidato a presidente da república e, finalmente, líder de uma revolução. No capítulo 4, cobrimos o período de 1930 a 1937. No capítulo 5, temos o Estado Novo e no capítulo 6, o segundo governo Vargas. Em todos os capítulos os ambientes político e econômico servem de referência e os principais tópicos da literatura são discutidos, com nova interpretação para vários deles. Assim, temos a questão das políticas monetária e fiscal nos anos 1930, o desenvolvimentismo como legitimação do poder, o paralelismo com as ideias cepalinas etc.

O livro é especialmente adequado para a disciplina de Economia Brasileira dos cursos da área de economia, tanto de graduação como de pós-graduação. Pode ser usado como complemento em disciplinas como Política e Programação Econômica, Desenvolvimento Econômico e Economia Industrial. Como o seu campo de ação é também a ciência política e a sociologia, é útil para disciplinas daquelas áreas que cubram a história brasileira recente.

5. VARGAS: O CAPITALISMO EM CONSTRUÇÃO¹

MARIA ANGÉLICA BORGES²

A construção do modo de produção capitalista conheceu, ao longo da história, formas específicas de sua entificação; o universal, no imbricamento das diferentes singularidades, gerou particularidades, detectáveis através de abstrações determinadas, razoáveis, a partir de uma postura gnosiológica que comporta a diferença como momento da concreção da análise empreendida. O desafio metodológico que implica tal itinerário exige muito fôlego, criatividade científica e paciência, pois trata-se de uma trajetória que busca a totalidade, sem abrir mão, em momento algum, das mediações necessárias para que a viagem do geral ao específico e, conseqüentemente, o caminho de retorno, abrace o conhecimento almejado. Colocar o dedo, de forma reveladora, nas formas pelas quais o capitalismo nasceu e se desenvolveu ao longo do globo foi vitória de poucos pensadores e cientistas sociais, comparados às inúmeras tentativas realizadas. E, sem dúvida, a contribuição analítica de Fonseca soma-se aos trabalhos produzidos, que conseguiram nos oferecer a radiografia do capitalismo caboclo, desnudado a partir da análise do discurso varguista. À luz dos ensinamentos dos clássicos, críticos do sistema capitalista – no plano nacional e internacional –, o autor pesquisou o chão social brasileiro, de forma rica e profunda, enlaçando a histórica econômica com a análise imanente do pensamento de Vargas – um dos mais enigmáticos atores políticos do cenário nacional –, não abrindo mão da verificação da angulação social, na qual o discurso estava inserido, assim como o debate empreendido com os outros atores, engajados no processo. O economista e historiador gaúcho mostra-nos a teleologia de Getúlio como retrato do capitalismo brasileiro, no qual o “atraso” molda-se com o “progresso”, o “velho” com o “novo”, numa teia de compromissos incapaz de gerar a ruptura superadora segundo os moldes dos países que viveram a via clássica da construção capitalista. Discute com vários pesquisadores das áreas de economia, história, sociologia, enfim, das ciências humanas e aplicadas, indicando suas concordâncias e não abrindo mão de detectar o que considera limite ou impropriedade na busca da compreensão da história econômica e social do país. O rigor é uma das marcas desse estudo. Busca-se a ideologia do presidente sulista a partir do entendimento das ações concretas dos sujeitos históricos em luta, dos diferentes projetos sociais envolvidos, do entendimento das hegemonias precárias possíveis a cada etapa da edificação capitalista. Tira as impressões digitais da história vivida, detecta os meandros do nacional desenvolvimentismo, dentro da sua própria justificação na fala do líder investigado.

(1) Originalmente publicado na *Revista da Sociedade de Economia Política*, n. 5, 1999.

(2) Professora da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (FEA/PUC-SP).

O discurso varguista é o que a investigação empreendida revela e não algo que se possa imputar ao advogado gaúcho, que desde estudante já aparece como liderança, mostrada por Fonseca, ao longo do livro, intercalando as nuances do positivismo, da filosofia da democracia cristã, do antiliberalismo, do “socialismo” sem luta de classes, do populismo, do trabalhismo, da defesa da modernidade dentro dos marcos do capitalismo, da opção pela industrialização, conquanto circunscrita aos interesses dos grupos dominantes, mesmo quando a aparente radicalidade do discurso parecia ir além dos marcos da burguesia industrial. Todo esse complexo tecido aparece no texto ora resenhado por nós, desde o discurso a Afonso Pena, em 1906, até a Carta-Testamento, no final do segundo governo em 1954.

Chama a atenção do leitor atento a maneira pela qual Fonseca constrói a conceituação que dá conta da relação entre forma e conteúdo. Transcendendo o empirismo vulgar, que enxerga de modo congelado esses conceitos, o autor nos introduz no movimento dialético contido nessa relação. Forma e conteúdo fazem parte da totalidade investigada e somente através da elaboração científica podemos abraçar a síntese, para além da superfície, que é ponto de partida e de chegada, mas se cristalizada como explicação última, impede a concreção.

Várias, aliás, seriam as facetas que poderíamos continuar abordando nestas páginas, para respeitar trabalho tão profícuo, porém, os limites de uma resenha nos impedem de fazê-lo mais profundamente. Mas não podemos resistir ao desejo de ressaltar a importância de como esse pesquisador analisou o enquadramento das classes sociais no país na construção do capitalismo industrial tardio, ressaltando o caráter colonial de nossos grupos dominantes. Diferentemente do que se pode observar nas vias clássica ou americana e na prussiana, o capitalismo tardio brasileiro não consegue realizar sua autodeterminação econômica na satisfação das leis da acumulação capitalista. Suas possibilidades esgotam-se nas acumulações primitiva e geral dos polos hegemônicos do capitalismo mundial. A marca da acumulação endógena será a incompletude, presente na nossa história socioeconômica, política e cultural. E a luta varguista, nos marcos, por exemplo, da defesa da propriedade privada, da participação do capital estrangeiro, da distribuição após a consolidação da riqueza, como bem delineou Fonseca, não rompeu com as amarras do passado. Foi uma atuação rica em contradições, sendo inclusive estas, ao lado das formas como o presidente procurou vivenciá-las, amarrá-las em acordos, discursos retóricos, que o possibilitou abraçar o nacional desenvolvimentismo e, como resultado, chegar a ser um dos agentes da construção do “capitalismo nacional com uma industrialização possível”.

As formas arcaicas, que procedem da organização do nosso sistema produtivo, emperram as leis da acumulação capitalista. E o autor deu conta, para além da análise econômica empreendida, das consequências, nos outros planos da vida

brasileira, do “progresso conservador”. A evolução do capitalismo, aqui, não foi acompanhada de um período áureo, com um amplo espaço democrático; e mesmo nos momentos de avanços, nos quais as estatísticas indicam o nosso crescimento, este se dá de forma perversa, impedindo as grandes maiorias de terem acesso às suas benesses. No Brasil, como demonstrou a pena do autor, a própria burguesia e suas facções não edificaram um projeto autônomo. No momento em que as transformações econômicas e mudanças políticas se mostraram urgentes, elas foram patrocinadas através da reforma feita de cima para baixo e através de conciliações e concessões mútuas, sem que o povo participasse das decisões e fizesse valer as suas aspirações. Em suma, o capitalismo brasileiro, ao invés de promover mudanças sociais, que pudessem ser alargadas em todos os planos – o que implicaria a criação não de um modelo possível, mas sustentado – contribuiu, recorrentemente, para acentuar a dualidade arcaico/moderno. Porém, o porquê desse itinerário não é o resultado da vontade arbitrária do líder carismático, a história não é a criação isolada do sujeito, mas sim a síntese de múltiplas variáveis, enraizadas no solo do país. E, nesse sentido, Fonseca vai na busca da totalidade, criando uma rica abordagem do ser social local.

A economia talvez seja uma das áreas mais ricas para enxergarmos esses elementos; contudo, a sua força só aparece e se revigora com a fronteira do conhecimento em todas as suas dimensões, como o demonstra o autor. As vicissitudes que acompanharam nossa história produtiva trazem, até hoje, suas marcas estampadas nas inequações de uma forma capitalista, que não obteve, ainda, índices mais democráticos, capazes de solucionar as mazelas humanas vividas no Brasil. A utopia smithiana, de que o capitalismo poderia, através de seu desenvolvimento crescente e das leis da economia de mercado, resolver os problemas materiais do homem, não vingou. A Lei das Vantagens Comparativas não passou pelo teste de nossa realidade, colocando novos temas para a teoria econômica resolver. O passado não poderá ser modificado, mas a sua elucidação gerará, para o presente e o futuro, novos rumos. Nessa direção, na tentativa de enxergar novas respostas, torna-se obrigatória a leitura dessa obra.

6. RECENSÃO CRÍTICA

ELIETE DE QUEIROZ GURJÃO SILVA¹

A compreensão do significado econômico de determinada conjuntura deve ser buscada à luz do processo histórico que lhe dá sentido. É através da articulação com o social, o político e o ideológico que os fatos econômicos ganham concretude. É exatamente por aí que o autor, Pedro Cezar Dutra Fonseca, conforme propõe, empreende com competência seu estudo, *Vargas: o capitalismo em construção* (São Paulo, Brasiliense, 1989), enfocando os períodos presidenciais de Vargas (1930-1945 e 1951-1954), após tratar de sua trajetória política no Rio Grande do Sul durante a República Velha.

Diferentemente da maioria dos estudiosos da história econômica, e não obstante sua formação de economista, deslocou o foco de atenção das “variáveis econômicas” para a análise do discurso. Consegue, assim, empreender um estudo isento do economicismo determinista que, aliás, critica veementemente e, ao mesmo tempo, foge da interpretação do discurso por si próprio, através da busca de suas mediações.

Nesse sentido, trata o discurso, enquanto manifestação da ideologia, como a percepção da realidade, produzido historicamente e que, ao mesmo tempo, exerce sua influência no curso da história.

Concomitante à reconstrução da história do Brasil República, analisa o pensamento econômico e político de Vargas, objetivando detectar suas mudanças e continuidades, relacionando-as ao processo de consolidação do capitalismo no Brasil.

Apoiado na tese da Revolução Burguesa no Brasil, conforme defendida por Florestan Fernandes, faz uma digressão sobre o desenvolvimento econômico do Brasil a partir do século XIX, quando progressivamente se opera a passagem de uma sociedade agrária para uma urbano-industrial. Processo este reforçado com a expansão industrial na República Velha e acelerado a partir de 1930. Contudo, ao mesmo tempo em que enfatiza as mudanças, alerta para as continuidades, mais evidentes, sobretudo, na instância política. Assim, chama a atenção para a não ocorrência de Revolução Burguesa, em seu sentido clássico, de rupturas transformadoras da sociedade.

Para o autor, a concepção de Revolução Burguesa adotada dá conta das permanências e mudanças ocorridas no período estudado. Descartando as análises formais, isentas de historicidade, busca no processo histórico brasileiro a especificidade

(1) Professora aposentada de história da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

do seu desenvolvimento capitalista. Com base nos fatos concretos, conclui tratar-se da construção e consolidação do capitalismo, “de um capitalismo difícil”, fundado diferentemente daquele surgido no processo da Revolução Burguesa clássica.

Para que se compreenda a concepção de Revolução Burguesa adotada pelo autor, faz-se mister esclarecer um aspecto que ele chama a atenção e que para nós é plenamente pertinente. Trata-se da confusão já corriqueira na historiografia provocada pela identificação entre o termo “burguesia” e “burguesia industrial” e entre “oligarquia” e “elite agrária”. O uso impreciso do termo “oligarquia” com duplo significado, ora denominado “um aspecto do sistema político (controle do voto)” ora uma classe social (os proprietários de terra)” (p. 141), acarreta a separação entre aligarquia e burguesia como classes distintas. Por outro lado, identifica apenas como burguesia a sua fração industrial que se opõe ou se subordina à oligarquia.

Acertadamente, no nosso entender, o autor identifica o termo “oligarquia” como categoria política, “uma situação de poder”, diferentemente da conceituação de burguesia, aí sim uma classe social. A partir dessa compreensão e fundamentado na análise do processo histórico e do discurso de Vargas, chega a afirmar que em 1930, no Brasil, só não houve Revolução Burguesa porque, na verdade, não houve uma revolução, mas sim um golpe de Estado.

O período pós-1930 revela a propriedade da tese do autor quando a natureza do movimento de 1930 não se tratou efetivamente de uma revolução, mas sim de um golpe de Estado cujos desdobramentos, contudo, evidenciam mudanças significativas no processo histórico, que nos levam a concordar com sua importância enquanto marco, enquanto “ponto de inflexão da Revolução Burguesa brasileira”. Só discordamos do emprego dos termos “Revolução” e “ruptura”, sobretudo pelo autor, embora de forma relativizada, porque, inclusive, se contrapõe ao enfoque que perpassa todo seu trabalho, mostrando que o processo da Revolução Burguesa brasileira é caracterizado pelas mudanças e continuidades. Ora, se existem continuidades, não ocorreu uma ruptura e, portanto, não faz sentido denominar o movimento de 1930 como uma revolução.

Fundamentado no processo histórico, em consonância com a metodologia adotada, o autor rastreia o discurso de Vargas, desde o início de sua trajetória política no Rio Grande do Sul até o fim de seu último governo na presidência da República. Analisa a influência do positivismo gaúcho sobre o pensamento de Vargas, detectando suas nuances e mostrando como este, a exemplo dos de sua geração, se distanciam da ortodoxia positivista característica da velha geração de políticos do PRP gaúcho. Ingressando na política em outro contexto histórico, diferentemente da velha geração cuja percepção se restringia aos interesses locais, Vargas demonstrou, desde cedo, uma visão ampliada do processo de desenvolvimento, articulando as necessidades da economia local ao mercado nacional, bem como o

crescimento do setor rural ao desenvolvimento urbano-industrial. Suas colocações já se caracterizavam, portanto, pela perspectiva progressista: defesa da industrialização, da participação do capital estrangeiro nas atividades econômicas, crítica à prática protecionista que favorecia os proprietários rurais e a ênfase na necessidade de intervenção do Estado em prol das indústrias nascentes.

Durante a campanha da Aliança Liberal, Vargas abandona os temas “regionais” e “estaduais”, concentra-se nos “nacionais” e enfatiza o liberalismo enquanto elemento necessário à garantia da ordem, argumentando que a falta de liberdade contribui para “manter nos espíritos a intranquilidade e o fermento revolucionário” (p. 117). É nesse contexto, também, que Vargas introduz o corporativismo em seu discurso, cuja ênfase marca o trato da “questão social” durante o Estado Novo. Tal corporativismo que, apesar de inspirado no fascismo europeu, é muito mais a “expressão das novas relações entre o Estado e as classes sociais urbanas” (p. 324), evidência do peso crescente da burguesia industrial e da promoção de seus interesses de classe.

O pensamento e a prática política de Vargas durante sua permanência no governo da República, sobretudo durante seu segundo mandato (1951-1954), se concentram no trabalhismo e no desenvolvimentismo, ambos atrelados ao fortalecimento da dominação burguesa e à consolidação do capitalismo.

As contradições inerentes ao trabalhismo e desenvolvimentismo defendidos por Vargas culminam na crise que pôs fim ao seu governo em 1954. A esse respeito, o autor demonstra a discordância entre a ideologia de Vargas e a da classe empresarial. Contrariamente à burguesia europeia e norte-americana, a brasileira foi excludente com relação à força de trabalho. Por conseguinte, a proposta de Vargas direcionada no sentido de compatibilizar a expansão capitalista e a valorização da força de trabalho em uma sociedade marcada por profundas desigualdades econômicas e sociais torna-se inviável, uma vez que nessa conjuntura a administração dos conflitos entre capital e força de trabalho esbarra, constituindo-se “ameaça potencial à própria expansão capitalista” (p. 458).

É evidente, portanto, que o discurso de Vargas foi construído e modificado conforme as contingências históricas. Para compreendê-lo, conforme diz o autor, mais importante que rotulá-lo em alguma corrente do pensamento é “percebê-lo dentro do espírito de sua época” (p. 248), produzido pelo novo relacionamento entre Estado e a sociedade, no contexto da consolidação do poder burguês no Brasil.

Portanto, é bastante pertinente a relação que o autor mostra entre a trajetória do discurso de Vargas e o processo da “Revolução” Burguesa no Brasil, com seu alcance e limitações. A exemplo desta, o discurso de Vargas é marcado por contradições e peculiaridades, pela dupla face do conservadorismo e progressismo, cujos desdobramentos culminam com o seu silenciamento. Enquanto isso, o pro-

cesso de desenvolvimento capitalista prossegue, excluindo a maior parte da população, reforçando os contrastes e promovendo a industrialização, incrementando as taxas de crescimento econômico e a consolidação do poder burguês.

7. ATUAL, LIVRO EXIBE A GÊNESE DA FILOSOFIA DE GETÚLIO VARGAS¹

ECONOMISTAS REÚNEM ENSAIOS DE OITO AUTORES SOBRE OS ANOS DO EX-PRESIDENTE

ELEONORA DE LUCENA

“[Getúlio] Vargas acreditava, como muitos homens de sua época, que o mercado livre e autorregulado não garantia o desenvolvimento econômico nem reduzia a desigualdade social, mas tendia a aprofundá-la em meio a crises econômicas e sociais graves e recorrentes”.

Com essa ideia, os economistas Pedro Paulo Zahluth Bastos (Universidade Estadual de Campinas) e Pedro Cezar Dutra Fonseca (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) fazem a introdução de *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. O livro reúne ensaios de oito autores que abordam diferentes ângulos das políticas daquele que é considerado o maior estadista brasileiro.

Os textos esquadriham desde a origem do pensamento de Vargas até o seu legado. Apresentam a gênese do desenvolvimentismo, que se desdobrou na criação da Petrobras, da Vale, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), da Eletrobras, da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e tantas outras instituições. Fonseca vasculha textos de exames do político na faculdade de direito e encontra neles a defesa da ação do Estado e da necessidade de organização sindical dos trabalhadores brasileiros.

Isso em 1906, muito antes da Carta Del Lavoro, de Benito Mussolini, por muitos considerada a inspiração das leis trabalhistas. Analisando o governo de Getúlio Vargas no Rio Grande do Sul (1928-1930), o economista mostra como o líder rompeu com a austeridade defendida por credores e partiu para uma política heterodoxa de estímulo ao crédito e investimentos, com forte atuação estatal.

Foi no governo gaúcho “que o desenvolvimentismo pela primeira vez se expressou de forma mais acabada”, escreve Fonseca. Já Luiz Carlos Bresser-Pereira faz uma análise política. Para ele, foi o nacionalismo econômico de Vargas que o tornou um estadista e foi o caráter nacional-popular de seus dois governos que abriu espaço para a democracia no Brasil, ao promover a revolução capitalista.

Bresser-Pereira lembra que Vargas possui muitos adversários: os remanes-

(1) Originalmente publicado na *Folha de São Paulo*, em 9 de fevereiro de 2013.

centes da oligarquia exportadora paulista, os intelectuais de esquerda da Universidade de São Paulo e os “neoliberais de hoje, cuja hegemonia desde 1991 levou o Brasil novamente à condição de quase colônia”.

Na época de Getúlio, diz Bresser, o pensamento dominante “vindo do Norte” pregava que o Brasil era um “país essencialmente agrário”. Essa visão era abraçada pelas elites, que eram “mais comprometidas ou compromissadas com as elites internacionais do que com o próprio povo”.

Avaliando a macroeconomia, Pedro Bastos narra as pressões de interesses internos e externos. O autor mostra como, apesar delas, foi construído um projeto que “subordinava as políticas macroeconômicas às necessidades de expansão interna, mais do que às exigências de austeridade dos credores externos”.

Nos textos são destrinchados projetos, medidas, pressões. Moratória da dívida, crise cambial, negociação para a instalação da CSN, nacionalizações, tratativas com estrangeiros: o livro é bem abrangente, traz contextos e aprofunda temas. Os ensaios mergulham nos debates políticos e ideológicos do período.

Muitas das questões analisadas na obra são atuais: austeridade e crescimento, investimento externo e capital nacional, inflação e câmbio, projetos de longo prazo. “A grande tarefa do momento, no nosso país, é a mobilização de capitais nacionais”, frase que poderia ser dita pela presidente Dilma Rousseff, é de Getúlio Vargas em entrevista de 1938. Conhecer aquela era ajuda a entender os impasses de hoje.

8. A ERA VARGAS – DESENVOLVIMENTISMO, ECONOMIA E SOCIEDADE¹

HERMÓGENES SAVIANI FILHO

A menos de dois anos de completar 60 anos do suicídio do ex-presidente Getúlio Vargas, em 24 de agosto de 1954, a Editora Unesp edita uma coletânea de 13 artigos, organizada pelos professores e pesquisadores Pedro Paulo Zahluth Bastos e Pedro Cezar Dutra Fonseca. O livro *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade* apresenta um vasto panorama da trajetória política do homem que foi escolhido como o “maior brasileiro de todos os tempos” numa pesquisa organizada em 2007 pelo jornal *Folha de S. Paulo*². O matutino paulista convidou 200 personalidades brasileiras entre intelectuais, políticos, empresários, publicitários, jornalistas, esportistas e militares para escolherem e justificarem qual seria, na opinião deles, o “Maior brasileiro(a) de Todos os Tempos”. Na enquete, 70 nomes foram indicados, com Vargas recebendo 16 votos e vencendo por apenas um voto outro ex-presidente, Juscelino Kubitschek. A presente obra ajuda a explicar o fenômeno do por que, mais de meio século após sua morte, Getúlio continua presente no imaginário dos brasileiros.

Os organizadores procuraram dar uma coerência no encadeamento entre os artigos, a partir de uma ordem cronológica. É bom frisar que existe uma coerência de pensamento entre os autores; não pense em encontrar algum texto de tendência neoclássica ou de antigos críticos do varguismo. Como o subtítulo informa, a preocupação é a opção desenvolvimentista adotada nos quase dois decênios em que Vargas permaneceu no poder (1930-1945 e 1951-1954) e o seu legado. Dessa forma, a obra aparece num momento de renascimento da economia brasileira e sua opção política pela retomada da ideia de desenvolvimento econômico. A obra pode ajudar a mudar algumas concepções de uma parte da sociedade brasileira, pois vejamos, na pesquisa em questão nenhum empresário votou em Vargas; enquanto que Juscelino recebeu, dos seus 15 votos, três daquele grupo. Como se fosse possível dissociar a influência daquele sobre este. Outro segmento que pode modificar seu ponto de vista é a política, pois, em 2007, apenas um votou no gaúcho, enquanto quatro votaram em JK.

Como citado na apresentação do livro, Getúlio Vargas consolidou-se na memória coletiva brasileira pela sua Carta-Testamento e pela imagem negativa (ditador, demagogo, caudilho) consagrada pelos seus opositores. O editorial do jornal O

(1) Originalmente publicado em *Economia e Sociedade*, v. 22, 2013.

(2) Publicada no Caderno Poder, de 1º de abril de 2007.

Estado de S. Paulo, ao saudar o golpe de 1964, decretou o fim do legado varguista. O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, em discurso de despedida do Senado, em dezembro de 1994, dissertou as seguintes palavras: “O caminho para o futuro desejado ainda passa, a meu ver, por um acerto de contas com o passado. Eu acredito firmemente que o autoritarismo é uma página virada na história do Brasil. Resta, contudo, um pedaço do nosso passado político que ainda atravanca o presente e retarda o avanço da sociedade. Refiro-me ao legado da Era Vargas”. Como os autores mesmos definiram, essa obra é uma tentativa de decifrar o que já foi denominado “enigma Vargas”.

Vargas é o construtor do moderno Estado brasileiro. Além de ser o líder da transformação de uma economia agrário-exportadora voltada para fora para outra, industrializada e voltada para dentro, ele criou instituições que contribuíram para o desenvolvimento econômico e social do país. A consolidação das Leis do Trabalho ainda é o arcabouço geral de regulação das relações de trabalho; assim como o salário mínimo; ampliação do crédito agrícola via programas do governo federal e de carteiras do Banco do Brasil; a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que ainda financia uma boa parte dos investimentos na indústria e na infraestrutura; a criação das Companhias Vale do Rio Doce e Siderúrgica Nacional (ambas em 1942) e da Petrobras (1954).

O primeiro artigo do livro “Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil”, de Pedro Fonseca, é o que dá o norte e alinhava toda a obra: o desenvolvimentismo brasileiro. Esse fenômeno, historicamente novo, se forma através de quatro correntes: industrialização, intervencionismo pró-crescimento, nacionalismo e positivismo. A partir desses pontos – e de outros secundários –, os demais textos procurarão mostrar como influenciaram a política econômica varguista nos quase 20 anos que governou o Brasil. O desenvolvimentismo de Vargas foi colocado em prática quando governador do Rio Grande do Sul, em 1928. Esse será o laboratório para romper com a “vocação natural” do Brasil para a especialização primário-exportadora e com os dogmas liberais dos mercados auto-regulados. Será o positivismo que dará ao desenvolvimentismo a noção de linha evolutiva e de práxis – intervenção do Estado na economia e ajudar a sociedade a rumar para o progresso, desconhecendo os direitos naturais do liberalismo, associavam os direitos, como o de propriedade, a determinado grau da evolução social e os subordinavam ao bem comum, adeptos das “finanç as sadias” – que levará à intencionalidade do desenvolvimento econômico que será discutida em “Instituições e política econômica: crise e crescimento do Brasil na década de 1930”. Neste artigo, Fonseca mostra que, diferentemente do que Celso Furtado, Carlos Lessa e Warren Dean pensavam, havia intencionalidade e consciência do governo quanto   consecução da política industrializante no Brasil na década de 1930. A sua explicação será apoiada

da no pensamento institucionalista, associada a estruturas, organizações ou conjunto de leis. Dessa forma, a consciência da opção industrializante pode ser demonstrada pelas instituições criadas e alteradas no período.

Luiz Carlos Bresser-Pereira, no artigo “Getúlio Vargas: o estadista, a nação e a democracia”, define Vargas como sendo um estadista, pois teve a capacidade de se antecipar aos fatos e liderar as forças políticas em direção a novos rumos. A análise que faz sobre o Estado Novo é polêmica: “Vargas foi um estadista, porque teve a visão da oportunidade que a Grande Depressão dos anos 1930 abria para o Brasil iniciar sua industrialização e completar sua revolução nacional e capitalista... Embora ele próprio fosse autoritário, não era elitista. Foi a primeira vez na história política do Brasil que um grande líder político foi buscar as bases de sua legitimidade no povo... Se definiu como um político antes de esquerda do que de direita, na medida em que fundou o primeiro partido de massas do país, o Partido Trabalhista Brasileiro... Vargas é com frequência chamado de ‘ditador’ devido ao Estado Novo (1937-1945), o que tecnicamente é correto. Entretanto, é preciso considerar que o Estado Novo foi uma forma de completar a revolução econômica, política e social, iniciada em 1930... Vargas errou ao decidir embarcar no Estado Novo, mas não teria sido o estadista que foi se houvesse então realizado eleições e transferido o governo para um novo presidente eleito”.

Ângela de Castro Gomes, no ensaio “Autoritarismo e corporativismo no Brasil”, irá investigar a corrente de pensamento autoritária que se alinhou Vargas depois de 1930 e que irá destacar a contribuição de três autores, Oliveira Viana, Francisco Campos e Azevedo Amaral na formação do projeto do Estado Novo, em que passou a existir uma identificação entre Estado e nação aliado a uma concentração da autoridade do Estado na figura do presidente que levava a uma ligação direta entre governante e povo sem a necessidade de intermediários, ou seja, não existia a necessidade de partidos e assembleias que traduziam interesses particulares e desagregadores. Estava, dessa forma, instaurada uma nova modalidade de Estado forte, centralizado e antiliberal, sem perder a conotação democrática, isto é, justo e protetivo. O Brasil começava a estruturar um Estado nacional moderno que ampliava suas funções de intervencionismo econômico e social, simultaneamente ao passo em que montava a estrutura de um estado burocrático, segundo os moldes weberiano. Surgia o modelo brasileiro de Estado autoritário e democrático do pós-1930. Estamos diante de uma “modernização” das tradições do poder privado e do personalismo, como da afirmação do poder público via burocracia e de um modelo alternativo de representação política: o corporativismo. Essa nova característica que surge na política brasileira ajuda a explicar por que figuras carismáticas estariam sempre no horizonte do imaginário político brasileiro. O modelo referencial básico continua sendo Vargas.

O capitalismo brasileiro nasce com a introdução da mão de obra assalariada na economia cafeeira do Oeste paulista, no decênio de 1880, e, para prosseguir com o desenvolvimento desse capitalismo, era necessário integrar o mercado nacional, não podendo mais ser permitida a supremacia dos interesses regionais sobre os nacionais, o que vinha ocorrendo durante a República Velha (1889-1930). A questão que se colocava quando Vargas assume o poder no final de 1930 era como integrar o mercado nacional, pois era necessário que tivéssemos uma maior soberania nacional e que o interesse predominante fosse o desenvolvimento da indústria, prioritariamente aos demais setores. Será isso que Vargas irá realizar e que Wilson Cano procurará demonstrar em “Crise de 1929, soberania na política econômica”. Como Fonseca, o autor rejeita a tese de que a recuperação da década de 1930 resultou de políticas inconscientes ou foi atrapalhada por políticas econômicas ortodoxas.

Nos anos 1930, para que a indústria brasileira desse um salto qualitativo, era necessário não apenas que o Estado tivesse uma participação ativa, devido à pequena presença da indústria de bens de capital, mas também a mobilização de capitais nacionais e de recursos externos, que naquele momento eram escassos devido à crise internacional. Esta também acabava por influenciar no fraco desempenho de nossas exportações. Esses pontos são discutidos por Francisco Luiz Corsi, em “O projeto de desenvolvimento de Vargas, a missão Oswaldo Aranha e os rumos da economia brasileira”. O autor vai costurando o delicado momento, principalmente, pela via das relações internacionais e as discussões do governo brasileiro com o estadunidense. Com o mundo caminhando mais e mais para um conflito bélico generalizado, os países latino-americanos passaram a ser disputados por EUA e Alemanha. O governo Vargas aproveitou o acirramento das disputas imperialistas para adotar uma política externa mais independente, se aproximando comercial e militarmente da Alemanha. Além disso, em 1937, o governo decretou a moratória da dívida externa e reintroduziu o monopólio do câmbio, medidas necessárias para enfrentar a crise cambial. O início do Estado Novo marca o começo do projeto de desenvolvimento nacional calcado na indústria. O projeto da Companhia Siderúrgica Nacional vai surgir nesse momento. Além disso, o governo irá perseguir a garantia da unidade nacional e acabar com a dicotomia entre os “dois Brasís” – um político e outro econômico, que não coincidem.

Os seus discursos procuravam vincular o desenvolvimento econômico à superação da miséria e à consolidação da unidade nacional. A unidade nacional só viria através do Estado, via uma política integradora. Como destaca Bastos, no artigo “A construção do nacionalismo econômico de Vargas”, o desenvolvimento industrial para ele não era apenas um fato econômico, pois desde cedo ele considerava que o radicalismo político das massas seria um resultado inevitável de um Estado economicamente omissivo, que mantivesse milhares de trabalhadores famin-

tos e fora do mercado de trabalho. Seria necessário fazer a reforma do capitalismo e da rede urbana de proteção social antes que o povo fizesse a revolução. Com reduzida entrada de capital estrangeiro, a saída era financiar o desenvolvimento via capital nacional. A solução foi estimular o crédito através do Banco do Brasil. Apesar de o governo ter flertado com o desenvolvimento nacional autônomo, ele nunca abandonou a ideia de o capital estrangeiro ser fundamental no processo de desenvolvimento. A política econômica varguista não era nem xenófoba quanto ao capital estrangeiro nem “entreguista”, era, na verdade, flexível, oportunista e politicamente realista.

A paixão e os debates acalorados que cercam a mítica figura de Vargas são porque, como bem destaca Jorge Ferreira no artigo “Os conceitos e seus lugares: trabalhismo, nacional-estatismo e populismo”, existiram vários Getúlios: o político da Primeira República, o líder da Revolução de 1930 e chefe do governo provisório, o presidente constitucional de 1934, o ditador do Estado Novo de 1937 e o presidente eleito democraticamente em 1951. Vargas governou como ditador e democrata; foi reformador social e enquadrou sindicatos; censurou a imprensa e patrocinou o cinema, teatro, artes plásticas, literatura; perseguiu comunistas e fundou a Petrobras. Só é possível analisar e compreender o mito pelo todo, pois foi o seu grupo político que, ao assumir o poder em 1930, criou o moderno Estado brasileiro, com uma burocracia técnica, impessoal, baseada no mérito. O Estado passa a ser interventor, regulador e planejador. O nacional-estatismo teve como forma particular no Brasil o trabalhismo. Se no segundo governo o projeto trabalhista foi mais consistente, durante o Estado Novo foi renomeado de “populismo”, detratando-o com a pecha de demagogia, corrupção e irresponsabilidade administrativa. Essa tese passa a ganhar corpo e forma após o Golpe Militar de 1964. Foi, contudo, o livro *O populismo na política brasileira*, de Francisco Weffort, que deu o estofado acadêmico ao conceito. Em meados dos anos 1980 surgem as primeiras versões alternativas com análises que apontavam para interações entre o projeto getulista e as demandas dos próprios trabalhadores antes de 1930. Foi interpretando a consciência de classe como algo que se define como uma complexa interação dos trabalhadores com o Estado e os empresários; os sindicatos não tinham nada de pelego, mas uma “cultura de direitos” fortemente estabelecida.

Em “A ‘política do exército’ no primeiro governo Vargas: 1930-1945”, Lígia Osório Silva discute o envolvimento da cúpula do Exército na ideologia do desenvolvimento econômico nacional. A autora discute as razões que levaram os militares a se engajarem com a necessidade de industrialização e a tentativa de explicar as razões que fizeram que esse envolvimento resvasse para o militarismo político. Os militares forneciam mão de obra especializada de caráter técnico-administrativo. O movimento tenentista de 1922 e 1924 deixava clara a insatisfação das Forças Armadas com a coligação que sustentava a República Velha. Para a ins-

tituição, a sua missão era tirar o Brasil do atraso no qual o particularismo das elites agrárias regionalistas o mantinha. O movimento, no entanto, não era hegemônico e essa unidade foi obtida pelo caráter amplo da Revolução de 1930 e a figura conciliadora de Vargas. Se, ao final do seu primeiro governo, toda a corporação militar era adepta do desenvolvimentismo havia, entretanto, os que se dividiam entre os que identificavam e separavam os ideais de desenvolvimento econômico e as aspirações de desenvolvimento social. Essa unidade só foi atingida em 1964, via expurgo dos dissidentes.

No artigo “Ascensão e crise do projeto nacional-desenvolvimentista de Getúlio Vargas”, Bastos mostra que a sua estratégia de voltar ao poder começa com discursos oposicionistas ao governo Dutra e se intensificam durante a campanha. Esse norte político o levava a repudiar a política anti-inflacionária do governo, ao rejeitar a ortodoxia econômica e ao articular coerentemente a gestão da política macroeconômica ao projeto de desenvolvimento econômico e social. O “direito ao trabalho” deveria sobrepor-se à ortodoxia monetária, que não deveria ter como consequência o desemprego em massa. Além disso, para superar a “pauperização” e obter a coesão social, o governo deveria financiar a industrialização. Ao retornar ao poder, o programa de governo se orientaria para um novo perfil industrial ancorado na produção de insumos básicos de bens de capital, superando as restrições de desenvolvimento econômico. O estado deveria realizar ou induzir os investimentos essenciais para superar os pontos de estrangulamento. As políticas macroeconômicas deveriam contar com a expansão do crédito para fomentar a produção e combater a inflação; a política cambial seletiva deveria fomentar a substituição de importações; enquanto que a política fiscal deveria evitar déficits e aumentar os recursos para investimentos públicos nos ramos básicos. No entanto, o plano fracassou por três formas: a crise sociopolítica interna, a crise da política externa e a crise cambial.

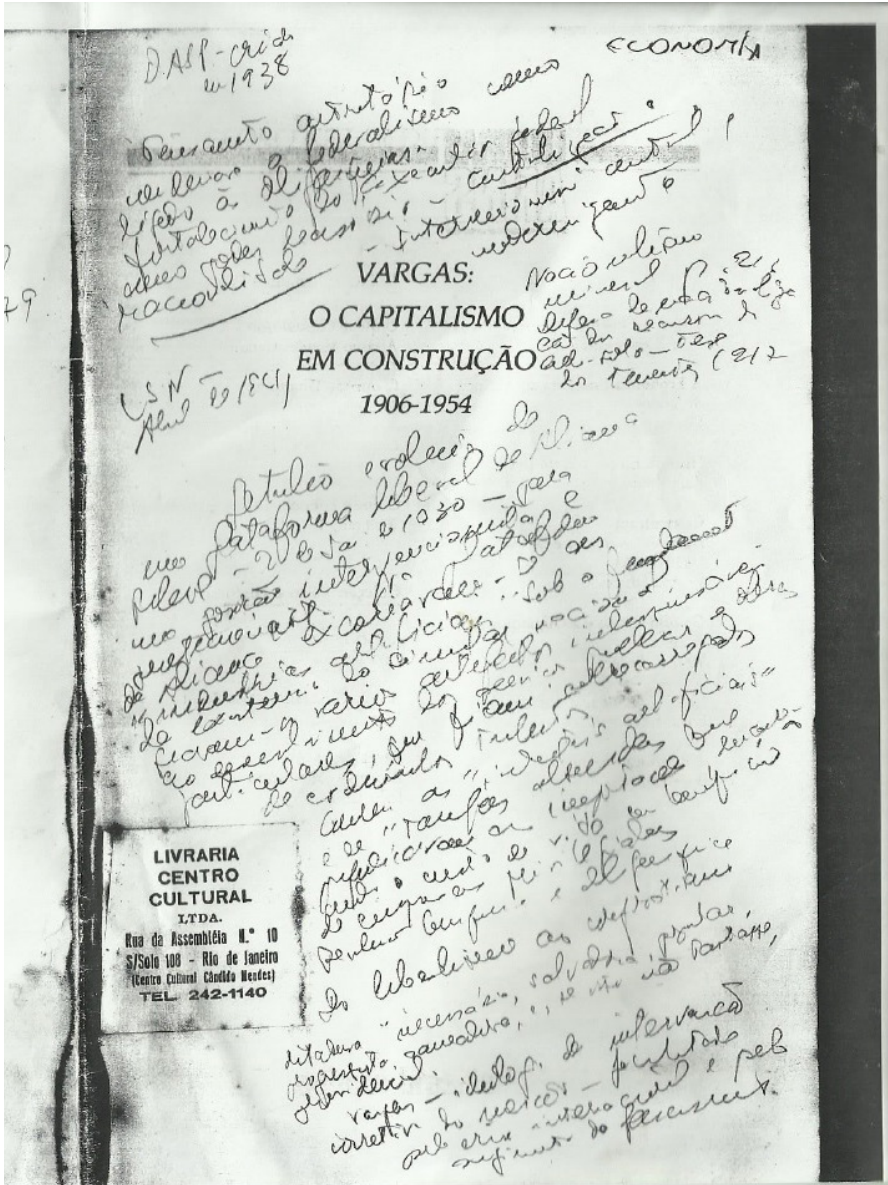
O projeto nacional varguista não foi capaz de superar as restrições políticas e econômicas, assim, não conseguiu realizar a industrialização pesada e converter a burguesia nacional, elites políticas e militares ao ideário trabalhista de justiça social. No entanto, o seu suicídio adiou o golpe conservador e permitiu a instituição do Plano de Metas de Kubitschek e a consolidação do ideário desenvolvimentista e trabalhista. Essa conclusão de Bastos, que encerra a coletânea, é o elo que existe entre todos os artigos e que resgata a importância da Era Vargas e de suas instituições para a nossa história recente.

A Era Vargas foi um conjunto de políticas públicas para o país. O ambicioso objetivo de alcançar autonomia política e econômica através de um desenvolvimento nacional autônomo baseado num Estado forte, centralizado e planejador. Podemos concluir que Vargas foi o homem que sintetizou o processo da complexa transição da República Velha para o moderno Estado brasileiro.

Após quase 13 anos das palavras proferidas pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), quando da eleição realizada pelo jornal paulista, Getúlio Vargas permanece presente entre os brasileiros, enquanto que FHC, mesmo tendo recém-encerrado seu mandato como presidente, não obteve nenhum voto. A própria imprensa saiu derrotada, pois Vargas, quando eleito em 1950, não contou com apoio de nenhum veículo. Na verdade, foi hostilizado por ela e recebido pelo povo com imenso carinho. Mesmo após sua eleição, a imprensa não deixou de fazer uma oposição acirrada e estimulava a sua derrubada aliada à oposição golpista, representada na figura da União Democrática Nacional (UDN), que defendia abertamente um golpe preventivo. Qualquer semelhança com o atual momento não é mera coincidência!

O término da carta de Getúlio mostra o sentimento de uma época e que diante dos últimos acontecimentos na nossa sociedade permanece atual: “Quando vos humilharem, sentireis minha alma sofrendo ao vosso lado. Quando a fome bater à vossa porta, sentireis em vosso peito a energia para a luta por vós e vossos filhos. Quando vos vilipendiarem, sentireis no pensamento a força para a reação. [...] Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora vos ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História”.

ANEXO



Anexo A – Anotações feitas pelo ministro Roberto de Oliveira Campos em seu exemplar do livro Vargas: O capitalismo em construção, encontrado em seu acervo pessoal.

Este livro foi composto na tipologia Chaparral Pro, em corpo 10 pt
e impresso no papel Offset 75 g/m² na Gráfica da UFRGS

Editora da UFRGS • Ramiro Barcelos, 2500 – Porto Alegre, RS – 90035-003 – Fone/fax (51) 3308-5645 – editora@ufrgs.br – www.editora.ufrgs.br • Direção: Alex Niche Teixeira • Editoração: Luciane Delani (coordenadora), Clarissa Felkl Prevedello, Cláudio Marzo da Silva, Cristina Thumé Pacheco e Lucas Ferreira de Andrade • Administração: Aline Vasconcelos da Silveira, Cláudio Oliveira Rios, Fernanda Kautzmann, Gabriela Campagna de Azevedo, Getúlio Ferreira de Almeida, Heloísa Polese Machado, Janer Bittencourt, Jaqueline Trombin e Laerte Balbinot • Apoio: Luciane Figueiredo

A importância de um docente para a instituição em que leciona, para a área do conhecimento a que se dedica e para os discípulos que forma pode ser aferida por meio de diversos parâmetros. Por todos eles, a relevância do professor Pedro Cezar Dutra Fonseca ao ensino e à pesquisa de economia para a Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul justifica a justa homenagem que a presente obra oferece. Trata-se de uma análise de suas principais contribuições para a literatura econômica sob a ótica de interlocutores com os quais manteve contato ao longo de sua carreira – dos pares aos alunos. Ao resgatar e sistematizar os assuntos mais relevantes aos quais Fonseca se dedicou, os 19 capítulos que compõem o livro prestam tributo às pesquisas realizadas nas áreas de metodologia, teoria e história econômica no decorrer dos quarenta anos de sua trajetória. Com depoimentos de economistas das mais distintas filiações institucionais, os artigos salientam a originalidade de seus trabalhos e os motivos pelos quais Pedro Fonseca granjeou o merecido destaque entre os professores e pesquisadores da área.

// **CEGOV** TRANSFORMANDO A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA //

O Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) busca realizar pesquisas e estudos aplicados sobre a articulação e o fortalecimento da relação entre capacidade estatal e democracia. Nesse sentido, a coleção de livros *Transformando a Administração Pública* tem o intuito de publicizar e destacar o posicionamento da universidade pública no desenvolvimento e aperfeiçoamento da administração pública brasileira.